

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Ernani Francisco dos Santos Neto

A Presença Religiosa nas Instituições Asilares de Juiz de Fora - MG:
Pluralismo Religioso e Mercantilização da Velhice

Juiz de Fora

2024

Ernani Francisco dos Santos Neto

A Presença Religiosa nas Instituições Asilares de Juiz de Fora - MG:

Pluralismo Religioso e Mercantilização da Velhice

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito da obtenção do grau de Doutor em Ciência da Religião. Área de concentração: Religião, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Regina Corrêa Lages

Juiz de Fora

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ernani Francisco dos Santos Neto

A Presença Religiosa nas Instituições Asilares de Juiz de Fora - MG:

Pluralismo Religioso e Mercantilização da Velhice

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito da obtenção do grau de Doutor em Ciência da Religião. Área de concentração: Religião, Sociedade e Cultura.

Aprovada em 22/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Sônia Regina Corrêa Lages- Orientadora

Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira

Prof. Dr. Claudio de Oliveira Ribeiro

Profª. Dra. Carolina Telles Lemos

Profª. Dra. Eliane Ferreira Carvalho Banhato

Geralda Maria dos Santos Francisco, *minha amada mãe.*

In memoriam

AGRADECIMENTOS

À todas as divindades por ter me acompanhado nesta jornada, companheiros (as) de todas as horas;

À minha família pelo apoio e compreensão de tantas ausências. Ao meu filho Rafael Charles; as minhas netas Rayna e Raísly; as minhas irmãs Evânia Sara e Eva Sandra; ao meu pai Ernani Filho e aos meus sobrinhos Weverton Yuri e Yandra Cristina, minha eterna gratidão.

À minha orientadora, a queridíssima Profa. Dra. Sônia Regina Corrêa Lages, pelo incentivo e por acreditar neste trabalho, pelas discussões, orientações, respeito e liberdade durante toda minha caminhada, meu muitíssimo obrigado!

A CAPES, instituição de fomento que possibilitou a realização e o desenvolvimento deste estudo nestes quatro anos, obrigado pelo incentivo e apoio a pesquisa científica.

À minha grande amiga e parceira de trabalho Claudia Aparecida Santos Oliveira pelas contribuições e problematizações acerca do tema.

Aos meus amigos do Departamento de Pós-graduação em Ciência da Religião pelo incentivo e força.

Aos professores do Departamento de Ciência da Religião e da Pós-graduação do referido curso que de forma direta e/ou indiretamente ajudaram na compreensão do fenômeno religioso. Obrigado pelas discussões levantadas em sala e contribuições para o entendimento do meu objeto de pesquisa.

Aos membros da Tribo (Grupo Religioso), amigos que carinhosamente chamo de irmãos. Obrigado pela energia motivacional e de cura, pelo companheirismo e amizade. Gratidão, gratidão e gratidão.

Ao CMDPI/JF pela acolhida, abertura para investigação e, acima de tudo, por ter me possibilitado um rico aprendizado acerca do funcionamento das ILPIs.

As ILPIs pesquisadas e seus representantes que me receberam de forma acolhedora e estiveram sempre disponíveis a contribuir para o andamento desta pesquisa.

Carinhosamente agradeço a cada idoso(a) residente das ILPIs que participou do estudo e compartilhou comigo suas memórias e desvelaram as facetas da velhice e do processo de institucionalização.

[...] Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio.... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Midubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles (Rosa, 1908-1967/1984, p. 15).

RESUMO

As transformações oriundas da modernidade causaram uma intensa mudança em várias esferas da vida social, trazendo consigo a necessidade de entendimento de novas realidades. Dentre essas mudanças, dois fenômenos se destacam: o primeiro é a transição demográfica e com ela o aumento da população de pessoas idosas. Nessa conjuntura, ganha visibilidade a velhice e, conseqüentemente, os antigos asilos hoje denominados ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Idosos. No passado, estas instituições tinham em si um caráter religioso bem delineado. Com o avanço da ciência, da tecnologia e da expectativa de vida houve a necessidade de repensar os cuidados com a população idosa, principalmente no campo institucional asilar. O avanço do capitalismo e a emergência de novas formas de cuidado ao idoso deram a esta instituição secular uma nova roupagem. Uma variedade de técnicos, especialistas e serviços em saúde transformaram o antigo asilo em um novo lugar (casa, lar, pousada, hospital-dia, hotel, pensionato, clínicas) mais condizente com a modernidade. As ILPIs, além de serem vistas como espaços de assistência, tornaram-se, também, espaços de promoção à saúde e, portanto, híbridos. Frente ao aumento da população idosa, mediada pela quantidade de idosos a procura de instituições na modalidade asilar, as ILPIs abrem suas portas, permitindo e/ou patrocinando também a vivência do religioso em seu interior. Ao adotar novas formas de cuidados, elas buscam superar o então e ainda predominante estigma asilar e, como estratégia, disponibilizam um variado leque de serviços e profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, odontólogos, geriatras, gerontólogos, psicólogos entre outros. A prática religiosa é também uma dessas atividades oferecidas pela instituição e, como resultado, espera-se que haja uma presença de vertentes religiosas no espaço asilar. Acreditamos que esse novo panorama seja um reflexo do fenômeno pluralista, uma situação marcada pela coexistência de pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades, coexistindo de forma amigável e pacífica numa mesma sociedade, e maior visibilidade de uma variedade de antigas e novas expressões religiosas. Outra possibilidade de entendimento é que essa oferta religiosa seja uma estratégia diante do crescente mercado das ILPIs em curso, configurando-se numa verdadeira mercantilização da velhice. A dimensão religiosa passou a ser considerada também como uma dimensão de saúde e, portanto, pode ser utilizada como mais um dos serviços oferecidos pelas ILPIs. Dessa forma, é significativo compreender que relações estabelecem. Esta tese é uma interpretação das circunstâncias em que esses fenômenos ocorrem.

Palavras-chaves: Religião. ILPIs. Saúde. Pluralismo religioso. Mercantilização da velhice.

ABSTRACT

The transformations arising from modernity have caused an intense change in various spheres of social life, bringing with them the need to understand new realities. Among these changes, two phenomena stand out: the first is the demographic transition and with it the increase in the population of elderly people. At this juncture, old age gains visibility and, consequently, the old nursing homes, today called ILPIs – Long-stay Institutions for the Elderly. In the past, these institutions had a clearly defined religious character. With the advancement of science, technology and life expectancy, there was a need to rethink care for the elderly population, especially in the nursing home institutional field. The advance of capitalism and the emergence of new forms of care for the elderly gave this centuries-old institution a new look. A variety of technicians, specialists and health services transformed the old asylum into a new place (house, home, inn, day hospital, hotel, boarding house, clinics) more in keeping with modernity. ILPIs, in addition to being seen as care spaces, have also become spaces for health promotion, and, therefore, hybrids. Faced with the increase in the elderly population, mediated by the number of elderly people looking for institutions in the nursing home modality, the ILPIs open their doors, also allowing and/or sponsoring the religious experience within them. By adopting new forms of care, they seek to overcome the then and still prevalent stigma of nursing homes and, as a strategy, provide a wide range of services and health professionals: doctors, nurses, physiotherapists, nutritionists, dentists, geriatricians, gerontologists, psychologists, among others. Religious practice is also one of these activities offered by the institution and, as a result, it is expected that there will be a presence of religious aspects in the asylum space. We believe that this new panorama reflects the pluralist phenomenon, a situation marked by the coexistence of people of different ethnicities, worldviews and moralities, coexisting in a friendly and peaceful way in the same society, and greater visibility of a variety of old and new religious expressions. Another possibility of understanding is that this religious offer is a strategy in the face of the growing market of LTCFs in progress, configuring a true commodification of old age. The religious dimension also came to be considered as a health dimension and, therefore, can be used as another of the services offered by ILPIs. Therefore, it is important to understand what relationships they establish. This thesis is an interpretation of the circumstances in which these phenomena occur.

Keywords: Religion. ILPIs. Health. Religious pluralism. Commodification of old age.

TABELAS/ GRÁFICOS / QUADROS

Quadro 01. Tabela Geral de Dados

Gráfico 01- Mapa das Religiões no Estado de Minas Gerais e na cidade de Juiz de Fora/MG – 2010

Gráfico 02. Relação entre homens e mulheres por instituição

Gráfico 03. Relação entre homens e mulheres

Quadro 02. Dados gerais dos serviços oferecidos pelas instituições

Quadro 03. Descrição das Atividades Semanais e Mensais por Instituição.

Quadro 04. Tabela Geral de dados dos responsáveis das ILPIs.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

ACP - Ação Civil Pública

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AVC - Acidente Vascular Cerebral

AVD - Atividades da Vida Diária

BBC News - British Broadcasting Corporation, Brasil.

CD - Disco compacto para armazenamento e leitura de informação em formato digital

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMDPI/JF - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora

CONACIR - Congresso Nacional de Ciência da Religião

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTTro - Comunidade Tradicional de Terreiros.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPIs - Instituições de Longa Permanência para Idosos

IMPD - Igreja Mundial do Poder de Deus

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

MP - Ministério Público

NRJs - Novas Religiões Japonesas

OMS - Organização Mundial de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PL - PerfectLiberty

PJF – Prefeitura de Juiz de Fora

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

QR Code - Quick Response Code

SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESC - Serviço Social do Comércio

SNI - Seicho-no-ie

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 O FENÔMENO DO PLURALISMO RELIGIOSO: RELIGIÃO, MERCADO E OS REFLEXOS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO.....	33
1.1 TERMINOLOGIAS POLISSÊMICAS.....	33
1.2 TEORIAS EM DISCUSSÃO, O PLURALISMO.....	37
1.2.1 O Pluralismo Religioso na Perspectiva Sociológica.....	41
1.2.2 O Pluralismo Religioso em Peter Berger.....	45
1.2.3 O Pluralismo Religioso na Perspectiva Teológica.....	48
1.3 A SITUAÇÃO PLURALISTA: EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS.....	52
1.4 O PLURALISMO RELIGIOSO À BRASILEIRA: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CAMPO RELIGIOSO.....	54
1.5 NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PRESENÇA RELIGIOSA NO ESPAÇO SOCIAL.....	62
2 METODOLOGIA: O MÉTODO, O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	66
2.1 O MÉTODO.....	66
2.1.1 A Coleta de Dados.....	67
2.1.2 Análise de Dados: o impacto da pandemia.....	68
2.1.3 Análise de Dados: a inserção nas ILPIs.....	70
2.1.4 Propostas Metodológicas.....	73
2.1.5 A Análise de Conteúdo.....	74
2.1.5.1 Organização da Análise.....	75
2.1.5.2 Unidades de Registro e Unidades de Contexto.....	77
2.1.5.3 Categorização.....	79
2.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	79
2.2.1 Tamanho da Amostra.....	79
2.2.2 Critério de Inclusão.....	80
2.2.3 Critério de Exclusão.....	81
2.2.4 Participantes.....	82
3 A MERCANTILIZAÇÃO DA VELHICE E A RELIGIÃO NO ESPAÇO INSTITUCIONAL ASILAR.....	85

3.1	BRASIL, UM PAÍS DE VELHOS? NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL.....	86
3.2	AS INSTITUIÇÕES ASILARES, AS RELAÇÕES DE TROCAS E O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE ILPIS.....	89
3.2.1	A História das Relações de Trocas e o Campo Religioso.....	94
3.2.2	O Desenvolvimento do Mercado das ILPIS.....	96
3.3	A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO BRASIL.....	99
3.4	A MERCANTILIZAÇÃO DA VELHICE NO CONTEXTO ASILAR: A RELIGIÃO COMO ELEMENTO DE SAÚDE	103
3.4.1	Os Usos do Termo Mercantilização da Velhice	109
4	A PRESENÇA RELIGIOSA NAS ILPIs: RESULTADOS DE UMA ANÁLISE DOCUMENTAL E DE CONTEÚDO.....	113
4.1	A ANÁLISE DOCUMENTAL	113
4.1.1	Análise e Discussão dos Dados Documentais.....	114
4.1.2	Natureza jurídica / Total de vagas.....	115
4.1.3	Finalidades Estatutárias e Objetivos Institucionais.....	117
4.1.4	Infraestrutura.....	118
4.1.5	Público-Alvo.....	119
4.1.6	Serviços Oferecidos.....	121
4.1.7	Atividades Oferecidas Semanal / Mensal.....	121
4.1.8	Considerações Sobre a Análise Documental.....	124
4.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DO CAMPO: QUESTIONÁRIOS, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES.....	125
4.2.1	A Entrevista.....	128
4.2.2	Os Responsáveis.....	128
4.2.3	A Lógica de Mercado nas ILPIs: os usos e funções da religião.....	130
4.2.4	Os idosos	139
5	O NOVO PANORAMA ASILAR: MÍDIAS, AUSÊNCIAS AFRO E O OUTRO LADO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	143
5.1	A PLURALIDADE RELIGIOSA MÍDIÁTICA NO INTERIOR DAS ILPIS.....	149
5.2	A AUSÊNCIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NAS ILPIs.....	154
5.3	O OUTRO LADO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS.....	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

ANEXOS.....	183
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

Inicialmente me desculpo por escrever um texto tão condensado. Não era minha pretensão. Sou cria das “ciências *Psis*”, no caso, da Psicologia e Psicanálise. O primeiro campo preza pela rigorosidade e cientificidade, enquanto o segundo é visto como um saber, concebendo a escrita como a mais criativa e verdadeira produção de um ser sendo, portanto, sua essência por excelência. Mas o rigor acadêmico nos devora com seu modo impessoal e circunspecto (citações, referências e padronizações) e nos tira o poder da autoria daquilo que é essencialmente nosso, haja vista que, a princípio, parece que o texto foi escrito por todos e, ao mesmo tempo, por ninguém. Contudo, como é de praxe, fujo das regras algumas vezes e aqui apresento não apenas uma resposta a uma questão-problema ou a defesa de uma tese, mas neste estudo vou além e me faço sujeito.

Além disso, gostaria de pontuar que nesta introdução, de modo consciente, me coloco em primeira pessoa mesmo considerando que elaborar uma tese de doutorado e trazer a narrativa em primeira pessoa pode ser uma escolha arriscada, uma vez que essa atitude pode ser vista por alguns como algo que fere a “pretensa neutralidade científica”. Em todos os trabalhos que produzi anteriormente sempre me coloquei em terceira pessoa, prezando por essa dita neutralidade. Mas nesta tese não: nesta introdução, eu me autorizo e narro o meu envolvimento pessoal com a tese e nos demais capítulos mantenho a escrita na 3ª pessoa. Tenho conhecimento da neutralidade necessária para uma pesquisa científica, mas não me vejo totalmente neutro. Muitas vezes, a rigidez da academia apaga essa singularidade que é, definitivamente, a base e a fundamentação primeira para todo e qualquer empreendimento científico. Parto do pressuposto de que uma pesquisa científica não nasce do nada, inconscientemente; temos motivos e/ou justificativas que nos levam a trilhar esse caminho.

As minhas investigações se centralizaram na interface entre saúde e religião, mas essa história não começa aqui.

Após anos de atuação no campo da saúde, de uma dedicação incansável a Psicologia do Envelhecimento (clínica individual e institucional), a Psicanálise, bem como a pesquisa científica com idosos (institucionalizados) na área da Ciência da Religião, tendo o fenômeno religioso e/ou a religião como objeto de estudo, hoje tenho considerações a fazer. Esse é o momento em que exponho, além dos dados de pesquisa rigorosamente coletados, observações e reflexões extremamente significativas. Diria que, em termos psicanalíticos, realizo aqui uma

“Passagem ao Ato¹”, mas não de forma literal e sim uma analogia de forma identitária e intelectual. Neste campo do saber, a escrita é vista como o estatuto de uma produção do sujeito, se apresentando como uma alternativa possível para que o sujeito siga, retome sua constituição para que ele possa, de alguma forma, se dizer. Como dito por Quinet (1991, p. 96), “o analista se autoriza por si mesmo”. Isso vale também para o pesquisador.

Devido a essa dupla atuação, profissional e pesquisador nos campos da saúde e de estudos da religião, o olhar para ambas as temáticas investigadas fizeram reconhecer a necessidade de me autorizar, posto que o pesquisador não capta tudo de seu campo nem o profissional responde a todas as demandas a ele direcionadas. A junção de ambos os papéis contribui consideravelmente para uma análise pormenorizada, mais atenta e, acima de tudo, diferencial. E minha relação com o tema da pesquisa mostrará isso.

Nesta introdução, faço uma apresentação pessoal e o caminho trilhado até este momento. Em seguida, discorro sobre a escolha da temática; o percurso acadêmico realizado durante o doutoramento; a problemática da pesquisa; a tese defendida, sua relevância e seus desdobramentos, bem como o papel desempenhado pelo pesquisador. Segue-se a isto uma argumentação a qual justifica a pesquisa e traça os objetivos (geral e específicos) pretendidos. Não obstante, descrevo como a presente tese está dividida, situando o leitor sobre a temática abordada em cada um dos capítulos.

Então, deixe-me apresentar o sujeito. Sou um homem de 43 anos, nordestino, afro-indígena, filho de pais hoje idosos. Meu pai tem 65 anos, é negro e analfabeto. Até então, pedreiro, hoje é um idoso aposentado por invalidez, resultado de longos e árduos anos de trabalhos braçais. Minha mãe faleceu em 2020 com 66 anos devido à Diabete Mellitus, uma síndrome metabólica múltipla. Ela era parda, alfabetizada, estudou até a terceira série primária e sua profissão era a de lavadeira.

Assim como a maioria dos meus conterrâneos, fui pai muito cedo, aos 15 anos, e isso impactou diretamente nas minhas escolhas e na minha vida. Enquanto o trabalho e o sustento eram necessidades imediatas, o estudo tornava-se, a cada dia, um sonho utópico. Meu primogênito está com 26 anos, casado, pai de duas filhas (5 e 2 anos), se autodeclara pardo, tem o ensino médio completo e, infelizmente, ainda não conseguiu ingressar no ensino superior.

¹ O Ato psicanalítico é o ato realizado a partir do advento do sujeito como objeto, quando o sujeito se destitui como analisante para instituir-se como analista. Tanto pode ser visto como um modelo do conjunto da experiência psicanalítica, como um modelo de intervenção, uma nova forma de falar e de dizer com o analisante.

Por volta dos nove anos, comecei a trabalhar para ajudar os meus pais nas despesas da casa. Durante toda minha vida, travei uma verdadeira guerra para ter condições mínimas de estudar. Em famílias pobres, diante das necessidades básicas, este direito constitucional torna-se um verdadeiro privilégio. Lamentavelmente, fui o único da minha família a concluir o ensino superior. Confesso que não recebi estímulos para os estudos, ao contrário. Dizia meu pai, alienado à sua realidade, quando eu estava em sua companhia e assumia, com muito orgulho, a função de servente de pedreiro que apenas o trabalho me daria condições reais de sustentar uma família. Felizmente, segui em parte seus conselhos, afinal, mantive o estudo paralelo ao trabalho. O apoio e ajuda no que tange aos estudos vieram da figura materna a quem devo muito e que terá a minha eterna gratidão.

Apesar das muitas batalhas e das dificuldades enfrentadas, hoje sou formado em Psicologia, Licenciado em Sociologia, Especialista em Ciência da Religião e Religiosidades Afro-Brasileiras e Mestre em Ciência da Religião, sendo as três últimas formações na Universidade Federal de Juiz de Fora onde, atualmente, curso a Licenciatura em Ciência da Religião. Com muito afinho e pagando um preço muito alto, sustentei o meu desejo pelo conhecimento e dei continuidade aos meus estudos.

A discussão apresentada nesta tese não se iniciou no doutorado. Ela é atravessada por uma longa trajetória que me fez caminhar até aqui. A minha relação com o envelhecimento/velhice e religião é antiga. Sou descendente de uma família numerosa, em sua maioria mulheres idosas e religiosas que me ensinaram, desde cedo, o respeito e a valorização pela pessoa idosa e pela religião/religiosidade. O interesse por questões relacionadas ao campo do envelhecimento, bem como ao fenômeno religioso e a(s) religião(ões) teve origem ainda em tenra idade.

Um dia conversando com minha mãe comentei que queria entender o porquê do meu interesse profissional pela temática do envelhecimento e da religião. Prontamente ela respondeu: não é de agora não, é desde criança, com sete anos você já fugia de casa e ia para a igreja onde ficava o abrigo dos velhos. Depois de muito procurar, encontrávamos você lá, no chão, a conversar numa roda de velhos (Santos Neto, 2022, p. 9).

Esse interesse foi alimentado por uma contínua inserção no espaço institucional asilar durante a minha formação na Psicologia. As reflexões acerca do envelhecimento, em caráter científico, tiveram início na graduação, sendo enfatizadas em trabalhos, participações em eventos, projetos e produções acadêmicas. Como psicólogo estas reflexões se estenderam tanto para o âmbito da clínica privada quanto para o da clínica institucional.

Na graduação ocorreu o primeiro contato profissional com o contexto institucional asilar. Os trabalhos acadêmicos me direcionaram para o campo do envelhecimento. Nesse início, realizei estágios profissionais que me despertaram o desejo de buscar experiências mais profundas cujo foco era, preferencialmente, o idoso. A prática da Psicologia Sócio-comunitária foi realizada em uma UBS de Juiz de Fora, onde coordenei por um ano um grupo de saúde voltado para idosos. Na Psicologia Hospitalar, as atividades eram direcionadas aos pacientes de uma UTI - Unidade de Terapia Intensiva, onde os pacientes eram, na maioria, pessoas idosas com comorbidades de cardiopatia, oncologia ou doenças terminais. Na clínica já era evidente a preferência por atendimentos com idosos. Na Saúde Mental, tive a riquíssima oportunidade de trabalhar e estagiar no Departamento de Saúde Mental – Centro de Convivência de Juiz de Fora e a maioria dos pacientes também era de pessoas idosas. Essas experiências e estudos foram as bases para se pensar o envelhecimento e a velhice.

Como produto de pesquisa dessa formação, defendi e publiquei o trabalho de conclusão de curso (TCC) *Violência doméstica: a violência psicológica e o idoso, vítima de abuso*². Neste primeiro estudo, a questão religiosa se destacou diante da violência. A investigação mostrou que os idosos tendem a utilizar estratégias ativas de enfrentamento e que se sentiam satisfeitos com o desempenho dessas estratégias. As dimensões de religiosidade e espiritualidade foram apontadas como as mais utilizadas em tempos de crise, especialmente ao enfrentar eventos com alto risco de perdas ou danos.

Embalado nos estudos sobre saúde e envelhecimento, iniciei um trabalho de terapia com idosos asilados de forma voluntária. Em 2015, comecei a trabalhar como psicólogo em uma ILPI. Mesmo inserido no campo da assistência e da saúde e focado na área do envelhecimento, me chamava atenção a relação desse campo com a religião. Enquanto psicólogo, eu estava ali para escutar os idosos, e eram muitos. Conseqüentemente, a demanda também se estendia para os cuidadores, familiares, especialistas e, às vezes, aos responsáveis pelas ILPIs. Entre os residentes verificava-se a preferência de conteúdos religiosos tanto que, nos grupos de terapia, a religião e/ou as questões religiosas tinham um papel de destaque. Quando falávamos em saúde, logo os idosos faziam associação à religião. Salvo os estudos anteriores, o próprio campo evidenciava que, para além do envelhecimento, era preciso compreender o outro lado dessa relação, a saber, a religião.

² NETO, Ernani F.S.; BANHATO, Eliane F. C. B. **Violência doméstica: a violência psicológica e o idoso, vítima de abuso**. Rev. Eletr. Mach. Sobr., Juiz de Fora, v.14, n.01, p.01-14. 2018. Disponível em: http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo01REMS14.pdf

Como psicólogo colaborador (sem vínculo empregatício) em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)³, realizo terapias de grupo com idosos há mais de oito anos. O contato assíduo com este público permitiu-me identificar, inicialmente, que para os idosos o aspecto religioso é um componente terapêutico fundamental, valorizado e relacionado à saúde. Como estudioso e pesquisador, observo uma constante preocupação dos profissionais de saúde e dos autores que versam sobre o envelhecimento/velhice com os trabalhos que contemplam uma melhor compreensão sobre o processo do envelhecer, sendo a dimensão religiosa uma das mais complexas e destacadas, em meu entendimento.

As reflexões sobre tais temáticas alcançaram análises mais profundas quando ingressei no mestrado, em 2018. Neste período, voltei minha atenção para o idoso e sua religiosidade após o processo de institucionalização, dando atenção à velhice, ao aspecto religioso e à saúde. A pesquisa realizada com mulheres idosas institucionalizadas em uma ILPI privada mostrou a importância da religiosidade como um fator de resiliência diante do processo de institucionalização. O produto dessa investigação foi o artigo intitulado *Religiosidade: fator de resiliência em idosas institucionalizadas na cidade de Juiz de Fora-MG*⁴⁵. No decorrer desse processo investigativo-científico, vários questionamentos surgiram, dentre eles, um concernente à pluralidade religiosa no âmbito institucional.

Se em momentos anteriores minhas indagações se voltavam para o aspecto subjetivo, próprio da Psicologia e a relação do indivíduo com a religião, a Ciência da Religião apresentou-me um universo de compreensões referentes não apenas à religião e ao indivíduo, mas também sobre a(s) religião(ões), os grupos, a comunidade, as instituições e a sociedade em geral.

Em 2020, já no doutorado, a discussão se ampliou, assim como o meu objeto de estudo. Para além da atenção dada à saúde e ao campo do envelhecimento com foco para as ILPIs, como pano de fundo se apresentava a situação pluralista e, com ela, o fenômeno do pluralismo religioso. Atualmente pesquiso a presença religiosa no espaço asilar, buscando compreender se há pluralidade religiosa nas ILPIs e como ocorre essa inserção. Permitam-me detalhar a pesquisa em curso.

³ ILPIs é uma sigla comumente utilizada para se referir às instituições para idosos. Ela será adotada no decorrer deste trabalho.

⁴ NETO, Ernani F. S. **Religiosidade: fator de resiliência em idosas institucionalizadas na cidade de Juiz de Fora- MG**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Departamento de Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11762/1/ernanifranciscodossantosneto.pdf>.

⁵ No ano de 2021, publiquei um resumo deste trabalho em formato de artigo científico na revista *Sacrilegens*, intitulado *Religiosidade: fator de resiliência em idosas institucionalizadas*. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/33742>

O projeto de pesquisa surgiu influenciado não só pelo meu desejo de entender a relação das ILPIs com a religião e pela sua própria problemática, mas também por influência de uma vivência no próprio campo. Evidentemente já havia percebido sinais do fenômeno pluralista em escala individual. No entanto, em outro momento e ao nível institucional, o trato com a pluralidade religiosa mostrou-se um tanto quanto complexo. Em uma sessão de terapia em grupo com idosos de uma das instituições atendidas, foi possível perceber essa complexidade.

O fato ocorreu após a solicitação de um grupo de idosos para debatermos sobre a temática religiosa, graças à diversidade de expressões religiosas professadas pelos presentes naquele espaço – católicos, protestantes, evangélicos, espíritas, afro-brasileiros, budistas, ateus e os sem religião. Abordar a temática causou furor: alguns familiares não aceitaram que seus parentes abordassem assuntos ligados a outras religiões, evidenciando atitudes de preconceito e intolerância contra as religiões afro-brasileiras, a umbanda e o candomblé, justificando a postura com a confissão de fé e a prática em um único vínculo religioso. Então, foi sugerido pela direção da instituição que evitássemos tais discussões, decisão que discordei veementemente, haja vista que se trata de um direito constitucional e sua proibição poderia ser tipificada como negação de direitos. Após longa conversa, a direção reviu sua posição, acatando minhas alegações. Pude, assim, dar continuidade à discussão sobre a diversidade religiosa.

No tocante aos idosos, havia um amparo legal. Cabe lembrar que o Brasil é um país laico. Na legislação brasileira, a Constituição Federal (CF) consagra como direito fundamental à liberdade de religião. A Magna Carta, em seu artigo 5º, inciso VI, afirma que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL [Constituição, 2008, p.04]). Assim, todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil são livres para escolher, praticar e professar sua religião, crença e/ou fé num ambiente doméstico, ou lugar público. Também encontramos amparo legal no Estatuto da Pessoa Idosa que, entre os direitos garantidos no capítulo II — Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, consta, no Art. 10, item III, o direito à crença e culto religioso.

E no caso das ILPIs? Naturalmente questionamentos ecoaram sem cessar, mas naquele momento eu ansiava por entender a relação do idoso com a religião após o processo de institucionalização. Sinalizando para uma presença religiosa plural de credos e crenças no espaço asilar, me indagava como trabalhar esse encontro de cosmovisões e de verdades.

Essas instituições voltadas à assistência ao idoso foram percebidas por séculos como um espaço de segregação e de abandono e na atualidade se apresentam com uma nova roupagem. Faço tais afirmações baseado nas observações dos últimos anos em que estou inserido nesse

campo e passei a pesquisar tal problemática. Nesse percurso presenciei a transformação de várias ILPIs, observei pequenas iniciativas ganhando proporções grandiosas em um curto espaço de tempo: as instituições apostando em uma oferta mais ampliada de serviços, alterando substancialmente a sua funcionalidade, seja no oferecimento de serviços e atividades diversas ou de um variado leque de especialidades técnicas/médicas, como apontou Groisman (1999), Rocha (2018), Camargo (2010), ao falarem de um mercado de ILPIs. E, principalmente, apostando em uma oferta religiosa.

Mesmo tendo ciência do meu problema de pesquisa, os estudos não seguiram em uma única direção. As discussões continuaram no amplo campo de estudos da saúde e da religião e a pesquisa ganhou outros desdobramentos. Motivado por convicções próprias e pela alta frequência de referências às mulheres na literatura pesquisada ao problematizar velhice, religião e saúde, busquei compreender a relação entre benzeção, saúde e mulheres idosas no Brasil. Com muita alegria publiquei o artigo *O rosário de lágrimas de Nossa Senhora nas mãos de Maria: benzeção e saúde no Brasil contemporâneo*⁶. De cunho teórico-bibliográfico, o texto aborda as práticas de benzeção no Brasil e sua relação com o campo da saúde.

Não me tranquilizava saber apenas sobre a relação das ILPIs com a religião, já que um leque de possibilidades se abria à medida que avançava a análise bibliográfica. Constatei que alguns estudos versavam sobre a presença religiosa em uma variedade de instituições totais, a exemplo, no cárcere (Novaes, 2004; Quiroga, 2012; Silva Júnior, 2017); nos hospitais (Saad; Medeiros; Prieto, 2018); nos quartéis (Jácomo, 2016); na educação/escolas (Oliveira; Koch, 2012); orfanatos e abrigos (Batista; Araújo, 2011). Enquanto cientista da religião, não me interessa e não estou questionando se o pluralismo é bom ou ruim, mas o pluralismo em si, resumidamente, as facetas da dinâmica religiosa no contexto institucional asilar. Buscando preencher essa lacuna, em meio ao curso de doutoramento nasceu, a partir de uma revisão bibliográfica, o artigo *Religiões e asilos, velhas e novas configurações*⁷. O trabalho objetivou analisar a interface dos antigos asilos, hoje denominados de ILPIs, com a esfera religiosa.

A pesquisa não se resume apenas à escrita e ao campo. Definitivamente, não! Durante o doutoramento surgiram várias oportunidades de atuação. Uma delas foi para falar sobre a temática da saúde (envelhecimento) e sua relação com a religião. Em 2021, fui convidado a assumir a cadeira de Representante Titular do Conselho Regional de Psicologia no Conselho

⁶ Trabalho publicado na NUMEN - Revista de Estudos e Pesquisa da Religião no primeiro semestre de 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/33834>.

⁷ Trabalho publicado na NUMEN - Revista de Estudos e Pesquisa da Religião em setembro de 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/38319>

dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora-MG – CMDPI/JF. Essa representação trouxe um conhecimento amplo sobre o funcionamento e operacionalização dessas instituições e acesso direto a toda documentação das ILPIs credenciadas no município para uma posterior análise.

A outra foi junto ao Departamento de Ciência da Religião onde assumi várias funções, entre elas a de Representante Discente Titular do Doutorado no Departamento (2020/2021 e 2023/2024); Editor da Revista SACRILEGENS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF (2021/2023) e Coordenador do VI CONACIR – Congresso Nacional de Ciência da Religião (2022).

Além das atuações acima citadas, foram muitas as participações em eventos e convites para realização de palestras, congressos, capacitações e debates. Dos vários encontros e trocas de experiências com docentes e discentes em diferentes instituições de ensino superior surgiu, por demanda, a ideia de organizar um livro com os temas trabalhados até aquele momento, visto que as produções estavam distribuídas em diferentes periódicos acadêmicos.

Em 2022, publiquei meu primeiro livro, *Estudos sobre envelhecimento: diálogos entre Psicologia, Arte e Ciência da Religião*. Em 2023, entusiasmado pela aceitação do primeiro livro no meio profissional e acadêmico e, por incentivo de minha amiga, revisora, editora, professora e doutoranda em Ciência da Religião, Cláudia Santos Oliveira, dei continuidade ao trabalho e, de maneira independente, publiquei a dissertação de mestrado com o título *Religiosidade: Fator de resiliência em idosas institucionalizadas*.

Como dito, duas são as temáticas que atravessam esta tese de doutorado: saúde (envelhecimento e ILPIs) e religião (pluralismo religioso). Se havia uma produção contínua direcionada para o campo do envelhecimento, abarcando a velhice e as instituições asilares, entendi que o mesmo deveria ocorrer com o campo da religião em relação à teoria do pluralismo religioso. No primeiro semestre de 2022, publiquei o artigo *Do Pluralismo Religioso ao Princípio Pluralista*⁸, no qual refleti sobre o pluralismo religioso defendido pelo sociólogo da religião Peter Berger, bem como as origens, bases conceituais e aplicações do Princípio Pluralista proposto por Cláudio de Oliveira Ribeiro, professor e teólogo.

No mesmo ano, após as visitas de campo, realizei uma Análise Documental dos Relatórios de Atividades e Planos de Ação de 10 ILPIs na cidade de Juiz de Fora que resultou no artigo *A pluralidade Religiosa nas ILPIs de Juiz de Fora-MG: resultados de uma Análise Documental*⁹. Ainda tocante ao tema do pluralismo religioso, no ano de 2023, a convite do

⁸ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/38330/24932>.

⁹ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/38463/168179-1>

professor Cláudio de Oliveira Ribeiro, disponibilizei para publicação o artigo *O princípio pluralista: um instrumento de análise para os estudos da religião*¹⁰. O texto é um dos capítulos do livro *O Princípio Pluralista em Resenha*, por ele organizado.

Como se pode observar, os desdobramentos desta investigação resultaram em outras produções científicas que, devido sua importância e originalidade, tiveram uma boa aceitação e aprovação em diversos espaços acadêmicos. Se o ingresso em um programa de pós-graduação é uma oportunidade única para problematização e difusão de nossas pesquisas, eu aproveitei, como diz a minha orientadora, incansavelmente cada momento e oportunidade, algo que me permitiu ter, cada vez mais, propriedade para falar sobre meu tema. Destarte, é preciso contextualizar as temáticas pesquisadas.

De antemão, não posso negar e é imprescindível considerar que as transformações oriundas da modernidade causaram uma intensa mudança em várias esferas da vida social, trazendo consigo a necessidade de entendimento de novas realidades. Entre essas mudanças destaco, primeiramente, a constatação de um fenômeno denominado de pluralismo religioso, uma situação social em que pessoas de diferentes etnias, cosmovisões, moralidades coexistem de forma amigável e pacífica numa mesma sociedade (Berger, 2017). Considero este um fenômeno social que se destaca não apenas por dar visibilidade a uma diversidade de antigas tradições e novas expressões religiosas, mas também por cintilar novas dinâmicas no universo religioso e social.

Tal situação, atrelada a fatores econômicos, sociais, culturais e tecnológicos, torna-se um desafio para as diferentes áreas de estudos da religião. O fenômeno toma conta do globo à medida que se sofisticam os meios de comunicação, não se tratando apenas de um pluralismo de diferentes religiões, mas de discursos seculares e religiosos. Sua expansão tem como base as transformações da modernidade, entre elas o secularismo e a laicização do estado, o individualismo, a liberdade religiosa, a diversidade religiosa e a emergência de novos grupos e, não menos importante, as pautas de gênero e sexualidade etc.

Em sua versão moderna, o pluralismo religioso é considerado um fenômeno jovem, todavia, ele expande-se, impactando todas as dimensões da vida humana, influenciando diretamente o indivíduo, o grupo, as instituições e o meio social. Para Gomes e Souza (2013, p.04), “o pluralismo religioso tornou-se um novo paradigma social que corrobora com os preceitos da liberdade humana e a necessidade espiritual do homem moderno”. Ele opera nas

¹⁰ NETO, Ernani F. S. **O princípio pluralista: um instrumento de análise para os estudos da religião**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/ER/article/view/1036317/8438>

esferas sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas, tendo destaque nos grandes centros urbanos e visibilidade em pequenas localidades. Seu reflexo atinge o ser social como um todo e, desta forma, influencia tanto crianças, jovens e adultos, quanto os idosos.

Em paralelo ao tema do pluralismo repousa a segunda temática, as ILPIs tendo como pano de fundo o campo do envelhecimento, o qual revela uma mudança no perfil demográfico brasileiro com destaque para o aumento da população idosa. Esse crescente e acelerado processo de envelhecimento populacional traz em si preocupações em múltiplos domínios. No Brasil, como destacado por alguns estudiosos, a exemplo, Ferreira, Correia, Banhato (2010), essa nova realidade tem evidenciado impactos diretos no contexto sociopolítico, econômico, e no *contexto religioso* (acréscimo meu).

A respeito das mudanças atreladas a esse campo, de acordo com Groisman (1999), ocorreu nos anos 1990 um “*boom gerontológico*” e a velhice foi convertida em matéria de interesse público, sendo cada vez mais abordada pela mídia que abriu espaço para um número crescente de especialidades e de serviços voltados para essa faixa etária. Ainda segundo o autor, “a terceira idade tornou-se uma espécie de moda com a constituição de um mercado de consumo específico” (Groisman, 1999, p. 68). Esse novo cenário é também resultante da intensa transição demográfica pela qual passa o país, com destaque para a população envelhecida que, por conseguinte, gerou interesses de vários setores pelo campo do envelhecimento com destaque para a saúde e a economia. Nesta conjuntura ganha visibilidade a velhice e conseqüentemente as ILPIs.

Na tentativa de se adequar a estas novas demandas e procurando padronizar a nomenclatura, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) sugeriu a adoção da denominação Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs. Tais instituições são definidas como “estabelecimentos para atendimento integral a idosos dependentes ou não, sem condições familiares ou domiciliares para sua permanência na comunidade de origem” (Araújo et al., 2010).

No passado, estas instituições tinham em si um caráter religioso bem delineado, mas com o avanço da ciência e da tecnologia e, conseqüentemente, da expectativa de vida, houve a necessidade de repensar os cuidados com a população idosa, principalmente no campo institucional asilar. O avanço do capitalismo e a emergência de novas formas de cuidado ao idoso deram a esta instituição secular uma nova roupagem. Uma variedade de técnicos, especialistas e serviços em saúde transformaram o antigo asilo em um novo lugar, comum a imagem mais condizente com a modernidade. As ILPIs, além de serem vistas como espaços de

assistência, tornaram-se também espaços de promoção à saúde. No entanto, o que antes parecia definido e claro, agora se tornou complexo e plural.

Frente ao aumento da população idosa, mediante a procura por instituições na modalidade asilar, as ILPIs abrem suas portas permitindo e/ou patrocinando, além dos serviços médicos e especialidades em saúde, a vivência do religioso em seu interior. Como estratégias, na tentativa de superar o antigo estigma, estas instituições disponibilizam de um variado leque de serviços e profissionais de saúde, a exemplo: médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, odontólogos, educadores físicos e outros e, ainda, serviços técnicos como arteterapia, musicoterapia e muito mais. Nessa nova roupagem institucional, a prática religiosa é também uma das atividades valorizadas pela instituição. Ao considerar o pluralismo como fator de influência, essa nova realidade pode dar visibilidade a presença de uma variedade de confissões e de credos, tal qual uma diversidade institucional religiosa.

Pensando o pluralismo religioso nessas instituições, recorro a Peter Berger (2017), o qual alerta que a experiência do pluralismo revela, de forma patente, uma delicada engenharia de trato com o outro sendo, portanto, um grande desafio para todas as tradições e comunidades sociais e religiosas na era pós-moderna. No contexto asilar, a dinâmica religiosa é pouco abordada, podendo abrir margem para diversas posições religiosas.

Não apenas isso, o pluralismo tem se refletido não só nas estruturas das organizações sociais, como também nas estruturas das relações institucionais e familiares, afirma Alves (2004). Em concordância com a autora, estas estruturas “consolidadas por valores oriundos de um único sistema ético-religioso, não podem recuar diante da imposição de uma realidade cada vez mais incisiva” (Alves, 2004, p.04), ou seja, a situação pluralista. Corroborando com tais ideias, paradoxalmente, a instituição assume o papel de regular a pluralidade quando se define como “corretamente religiosa”, bem como o de contribuir para a disseminação do pluralismo religioso quando joga com o fundamento da liberdade religiosa, favorecendo a formação de novos grupos religiosos ou novas formas de pensar o fenômeno religioso.

Esse novo panorama ocorre devido a vários fatores. Minha hipótese repousa na construção de um conceito denominado de a *mercantilização da velhice*. Esse conceito não é novo. Com base no levantamento bibliográfico busquei conhecer historicamente os usos e menções ao referido termo na literatura acadêmica. Constatei que o termo mercantilização já foi discutido em outros trabalhos, aparecendo associado a diferentes áreas e campos de estudo. Porém, até o momento, não há registros de trabalhos com esses termos voltados ao público idoso e a religião, apenas alguns trabalhos na grande área das ciências humanas, com destaque

para a educação. Em outros estudos, o termo *mercantilização da velhice* aparece como subtítulo ou referência ao capitalismo e o mercado de consumo destinado ao público idoso mais voltado ao campo da estética.

Minha proposta difere dos demais autores(as) por uma simples questão: a ênfase no estágio da velhice como nicho de mercado. Entendo que a expressão trata especificamente das relações estabelecidas entre o mercado de consumo e esse período da vida e não referente ao campo e o amplo processo de envelhecimento. A mercantilização da velhice será aqui analisada em um contexto que valoriza a religião/religiosidade, a qual se abre um espaço de mercantilização de bens, serviços e/ou produtos destinados a um público específico, o idoso, e, portanto, a velhice. Neste espaço, a relação do indivíduo com a religião representa não só uma relação com o sagrado, mas também uma dimensão das práticas de saúde. Trata-se de uma ideia inovadora que, para além de sua verificação, visa contribuir para os estudos no campo da Ciência da Religião acerca da temática pluralista.

Nesse sentido, a tese que defendo é a de que nesse novo contexto, que, a meu ver, se tornou híbrido visto a oferta de assistência e de serviços em saúde e diante da força avassaladora do mercado de ILPIs em curso, a religião é simplesmente ressignificada, valorizada e, acima de tudo, (sub)vendida em um poderoso e vasto menu de serviços e especialidades técnicas e médicas em saúde ofertadas pela própria instituição asilar.

A sua importância é tanta que um novo panorama se apresenta: além de uma necessidade última para competir de igual para igual com o mercado de ILPIs, sua ressignificação se tornou necessária, visto que ela é um dos elementos mais procurados e valorizados tanto pelos familiares dos idosos quanto pelos próprios residentes. Desse modo, as ILPIs podem ser vislumbradas como veículos de mercantilização da velhice que utilizam de estratégias para a manutenção e reformulação de suas ofertas, sendo o fator religioso o mais importante e o principal desses elementos.

Isso não significa algo negativo, definitivamente não! Os cuidados são necessários, as adaptações são exigências cada vez mais frequentes do poder público e obrigatórias no setor privado, sendo que este último prima pela qualidade e oferta de seus serviços visando o lucro. Se há um mercado de ILPIs, como descreveu Camarano (2010) e Rocha (2018), é possível haver competições. Além da oferta de atividades recreativas, de lazer e serviços de saúde, verifica-se também a oferta de atividades religiosas, para além do que se entendia ser a Assistência Religiosa, que, muitas vezes, se resumia no sacramento da extrema-unção.

Hoje temos missas, cultos, reuniões, palestras-espíritas, visitas de líderes e representantes religiosos (padres, pastores, missionários), grupos de oração, eucaristia,

confissão etc. O fator religioso é altamente valorizado tanto pelos idosos e suas famílias como também pela própria instituição asilar. Contudo, não há uma definição clara de como deve ser realizada essa atividade e/ou oferta, mesmo que tal direito seja garantido por lei.

Essa pesquisa não traz consigo uma única justificativa. Se antes as instituições asilares tinham um caráter confessional bem delineado acerca de uma determinada confissão religiosa, hoje presenciamos uma realidade antagônica. Existe uma presença significativa de expressões religiosas nos espaços institucionais asilares que antes eram bem definidos como seculares. A transição demográfica aliada ao aumento da população idosa alterou, de forma contundente, a maneira de pensar este recinto, um lugar que antes era destinado à assistência e que hoje também é visto como um local destinado aos cuidados e promoção de saúde, posto a oferta de profissionais e serviços de saúde que atuam numa perspectiva preventiva e de cuidados. Camarano (2010) e Rocha (2018) confirmam tais alegações, partilhando a ideia de um novo fenômeno: as ILPIs transformaram-se em um novo mercado direcionado à velhice.

Na sociedade pós-moderna, é propagada a velhice bem-sucedida e vários esforços são empreendidos para ampliar esse estágio do desenvolvimento humano com qualidade de vida. Entre as categorias que mais se destacam nesta eterna busca estão o corpo, a saúde e o fator religioso. Este último é um dos elementos considerados de maior importância para os idosos, não apenas no que se refere à idade, mas também no tocante à ociosidade, à infinidade do tempo, as perdas e, principalmente, a sua saúde. No espaço asilar, as posições religiosas parecem ser bem definidas: os idosos vivenciam um contato com a esfera religiosa de forma mais intensa que a população jovem, trazendo resquícios de uma época em que as práticas religiosas eram altamente valorizadas e preservadas.

A diversidade de crenças, parte do universo institucional asilar, necessita de compreensão e de entendimento. Apontei que vários estudos sinalizaram para a importância dos aspectos religiosos, como também que a religião, a religiosidade ou a espiritualidade podem dar suporte necessário para que se possa envelhecer com um pouco mais de qualidade. Para Neri (2001), (2006), (2011); Lucchetti et al. (2006); Pazini *et al.* (2007); Araújo *et al.* (2008); Oliveira Alves (2014), e Goldemberg (2011), a dimensão religiosa é um elemento de grande destaque na vida do indivíduo, inclusive quando se trata da população idosa. Pensar que existe uma relação direta entre religião e saúde para os idosos já não é mais novidade e as ILPIs enxergaram isso.

Certa feita, uma senhora de 92 anos me relatou uma mudança após restabelecer o contato com sua confissão religiosa, que ocorreu em uma ILPI. A instituição filantrópica, assumida por décadas com orientação espírita, passou a receber visitas de um sacerdote católico. A senhora

que até então não saía do abrigo sem a companhia do filho, passou a frequentar a igreja católica do referido padre que ficava próxima da sua atual morada. Suas visitas tinham por finalidade os pagamentos dos dízimos e das celebrações de missas que ela solicitava em intenção de um amor que tinha perdido recentemente em alguma das outras ILPIs que já havia morado¹¹. Ela argumentava que o pagamento tinha que ser feito na igreja e não na casa espírita, pois se tratava de coisas diferentes.

O ocorrido não se tratou de um caso isolado. Devido à presença do sacerdote católico, em poucos dias outros idosos também passaram a frequentar a igreja. A mudança gerou alguns conflitos entre a ILPI e alguns idosos que reivindicavam o direito de ter a presença de suas instituições religiosas, a exemplo, umbanda e budismo, assim como havia a presença católica e espírita na instituição. Não se sabe como ocorreu essa inserção, nem se a instituição asilar mantinha algum acordo/contrato com a instituição religiosa. Ao rememorar este fato cabe considerar, em primeiro lugar, outra presença religiosa neste espaço e o estabelecimento de uma relação com a dimensão religiosa permeada pela miríade de pequenos serviços de trocas e, portanto, de um tipo de mercado, seja ele material ou simbólico, bem como os desdobramentos da diversidade religiosa nesses espaços.

Como dito acima, não são apenas as reações de intolerância contra a liberdade religiosa no contexto institucional asilar que motivam a entender os efeitos dessa dinâmica; é, também, os gritos que ecoaram nos estudos, na própria vivência e observação em campo. Acredito que o espaço asilar se diferencia pelas suas características, pelo seu público, mas também conforme a mobilidade do sistema de mercado. O campo do envelhecimento, com atenção para o âmbito asilar, antes esquecido, é aqui valorizado, os dados sobre a dinâmica religiosa institucional asilar serão valiosos para futuros estudos acerca dos temas aqui trabalhados.

Diante do exposto, observa-se uma mudança no panorama religioso da instituição para idosos. Parto do pressuposto de que a presença religiosa nas ILPIs é um reflexo do fenômeno pluralista e que essa mudança se deve a vários fatores, entre eles, a aproximação de áreas como saúde e religião. Basta citar a inclusão da dimensão religiosa na conceituação de saúde, em 1983, pela Organização Mundial de Saúde, a OMS, uma vez que a saúde deixou de ser vista apenas como ausência de doença para significar um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, *espiritual* e social (grifos meus).

¹¹ O trânsito de idosos entre diferentes ILPIs passou a ser algo comum nos últimos anos. As mudanças são influenciadas por uma não adaptação, valor da mensalidade, comodidade, distância das instituições dos centros urbanos e, às vezes, maus-tratos.

Outra possível influência viria da pluralidade religiosa que se caracteriza como nova tendência contemporânea, trazendo consigo maior visibilidade e a valorização de antigas e novas tradições religiosas. Isto posto, cabem os seguintes questionamentos: quais os desdobramentos do pluralismo religioso na sua concepção moderna e globalizada em uma instituição com características predominantemente seculares? Como ocorrem essas aproximações entre as ILPIs e a(s) instituição(ões) religiosa(s)?

Para tais elucidações, a presente tese estabeleceu um objetivo geral e alguns objetivos específicos. Tendo como pano de fundo a relação entre religião (pluralismo religioso) e saúde (envelhecimento/velhice), e priorizando as instituições de acolhimento para idosos, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como ocorria a inserção da presença religiosa no espaço asilar e se havia pluralidade religiosa nas ILPIs.

A realização desse objetivo geral, por sua vez, viabilizou-se com a execução de alguns objetivos específicos, a saber:

- I. Compreender o fenômeno do pluralismo religioso e entender seus possíveis reflexos no âmbito institucional asilar;
- II. Analisar a relação das Instituições de Longa Permanência para Idosos com o mercado destinado a velhice e com a esfera religiosa e averiguar se há mercantilização da velhice;
- III. Verificar os desdobramentos da presença religiosa no espaço institucional asilar e constatar se há pluralidade religiosa nas ILPIs.
- IV. Verificar se a presença religiosa na instituição asilar é provocada por uma demanda dos idosos residentes ou é uma iniciativa da instituição diante das novas formas de pensar o cuidado ao idoso.

A tese conta com cinco capítulos, a saber:

O capítulo I, *O Fenômeno do Pluralismo Religioso: Religião e Mercado e os Reflexos no Cenário Religioso Brasileiro*, versa sobre a abordagem teórica que sustenta a argumentação deste estudo, a saber, o pluralismo religioso. Para tanto, apresento o estado da arte desse tema numa detalhada revisão bibliográfica. Inicialmente exponho a complexidade semântica acerca dos termos diferença, diversidade, multiculturalismo, trânsito religioso, pluralidade e pluralismo, quando se trabalha com temas ligados ao universo religioso. Em seguida, problematizo o fenômeno do pluralismo no mundo moderno, sua origem, compreensões e as concepções teóricas (sociológica e teológica). Dando sequência à temática pluralista na perspectiva teológica, apresento uma introdução sobre a proposta de um princípio pluralista com sua origem, suas bases conceituais e aplicação.

No capítulo II, *Metodologia: o método, o campo e os sujeitos da pesquisa*, descrevo o método, a coleta de dados, a análise de dados, as propostas metodológicas, a escolha das abordagens e, de forma detalhada, o processo de análise de dados que compreende a organização e a categorização. Apresento também os sujeitos da pesquisa, os dados sobre a amostra estudada, os critérios de inclusão e de exclusão uma descrição dos participantes da pesquisa.

No capítulo III, *A Mercantilização da Velhice e a Religião no Espaço Institucional Asilar*, realizo uma discussão acerca da mercantilização da velhice com um olhar atento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs. A análise se passa em um contexto que valoriza a religião/religiosidade/espiritualidade, no qual se abre um espaço de mercantilização de bens, produtos e serviços destinados a um público específico, o idoso. Para tanto, apresento um panorama atual acerca do envelhecimento no Brasil, destacando a realidade das ILPIs, sua relação com o mercado e com a dimensão religiosa. No decorrer do texto, teço algumas considerações acerca da relação desse estágio da vida, a velhice, e a categoria de envelhecimento com o capital. Em sequência, abordo a prestação da Assistência Religiosa no Brasil.

No capítulo IV, *A presença religiosa nas ILPIs: Resultados de uma Análise Documental e Discussão de Dados do Campo*, apresento os resultados advindos de duas análises. No primeiro momento, uma Análise Documental – que se pautou em verificar a existência de registros de oferta de atividades religiosas pelas ILPIs. O estudo foi realizado tendo como fonte de dados os documentos de natureza pública, os Relatórios de Atividades e Planos de Ação de 10 ILPIs. A seleção da amostra foi realizada tendo por base as instituições devidamente cadastradas e certificadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora - CMDPI/JF. No segundo momento, uma Análise de Conteúdo, onde descrevo os dados coletados a partir da imersão no campo, tendo por base o material transcrito dos instrumentos (entrevistas, questionários e observações) realizadas em 06 Instituições de Longa Permanência que visitei.

No capítulo V, *O Novo Panorama Asilar: Mídias, Ausências Afros e o Outro Lado da Institucionalização*, realizo uma discussão comparativa de ambas as coletas de dados e apresento os argumentos para defesa da tese. Apresento dados advindos das observações realizadas (no segundo momento do estudo) em diferentes instituições e lacunas advindas da pesquisa. Estas discussões estão inseridas nos tópicos: *A pluralidade religiosa midiática no interior das ILPIs; A ausência das religiões afro-brasileiras nas ILPIs*. A guisa de conclusão finalizo expondo *O outro lado da institucionalização para idosos*.

CAPÍTULO 1 - O FENÔMENO DO PLURALISMO RELIGIOSO: RELIGIÃO, MERCADO E OS REFLEXOS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO

Este capítulo versa sobre a abordagem teórica que sustenta a argumentação deste estudo, a saber, o pluralismo religioso. Para tanto, apresentamos o estado da arte desse tema numa detalhada revisão bibliográfica. Inicialmente expõe-se a complexidade semântica acerca dos termos diferença, diversidade, multiculturalismo, trânsito religioso, pluralidade e pluralismo, quando se trabalha com temas ligados ao universo religioso. Em seguida, problematiza-se o fenômeno do pluralismo no mundo moderno, sua origem, compreensões e as concepções teóricas (sociológica e teológica). Dando sequência à temática pluralista na perspectiva teológica, incluímos uma introdução sobre a proposta de um princípio pluralista com sua origem, suas bases conceituais e aplicação.

Partindo de uma perspectiva histórica, discorremos sobre esta situação no contexto brasileiro traçando um panorama atual acerca da diversidade religiosa presente em nosso território. O texto segue apresentando as novas configurações de um campo em constante transformação. Para buscar entendimentos sobre o objeto de estudo, ou seja, compreender *como ocorre a inserção da presença religiosa no contexto asilar e se há pluralidade religiosa*, foi imprescindível considerar o campo religioso brasileiro e suas transformações. A tarefa não foi nada fácil, já que os estudos e pesquisas acerca desse universo são um empreendimento um tanto quanto complexo e, porque não dizer, árduo, haja vista a singularidade de cada tradição religiosa, a pluralidade de cada expressão e a diversidade de vertentes que as compõem.

Inicialmente ficamos duvidosos sobre o termo que nomearia essa “presença religiosa” nas instituições para idosos. Todavia, consideramos, antecipadamente, a possibilidade de que essa presença fosse, de fato, uma inferência do fenômeno pluralista nas sociedades atuais, podendo ser observada tanto na teoria quanto, na prática. Diante de tal impasse, era viável compreender seus desdobramentos. Sendo assim, mergulhamos na temática pluralista, objetivando uma melhor compreensão e principalmente uma melhor descrição do que se tem produzido acerca desse fenômeno.

1.1 TERMINOLOGIAS POLISSÊMICAS

Não é possível discorrer sobre a questão da pluralidade religiosa sem falar dos termos utilizados na sua abordagem. A análise da literatura, envolvendo diretrizes e documentos, bem como produções científicas, para além do termo diversidade, evidenciou a utilização de outros

tais como diferença, multiculturalismo, trânsito religioso, pluralidade e pluralismo. Embora trabalhem com a mesma questão, no caso, o grande número de culturas, identidades e etnias, estes termos apresentam diferenças epistemológicas específicas e bem distintas. Por conta disso, faz-se necessário elucidar essa complexidade semântica, expondo os conceitos antes de tratar da questão do pluralismo religioso.

Dito isto, começamos pela palavra diferença que pode ter várias aplicações. Em seu sentido geral, é descrita por Ferreira (1986, p.588) como “[do lat. *differentia*] S.f. 1. Qualidade de diferente. 2. Falta de semelhante ou igualdade; dessemelhança; dissimilitude. 3. Alteração, modificação. 4. Diversidade, disparidade, variedade”. Neste estudo, uma vez que as religiões são pensadas em termos quantitativos e não qualitativos, o termo diferença também é pensado numa perspectiva social, o que amplia o seu conceito de uma tradução etimológica para caracterizar o termo diferença cultural.

Para Oliveira e Koch (2012, p.462), a diferença cultural diz respeito a “um processo de significação, pelo qual se produzem afirmações a respeito da própria cultura”. Estas afirmações, ao mesmo tempo, que constituem e engendram diferenças e discriminações pelo ser/estar diferente, estão na base da articulação de relações de poder e de práticas sociais concretas de institucionalização, de dominação e de resistência. Em se tratando do espaço educacional, *locus* de suas reflexões, a presença das diferenças constitui a diversidade e o diferente, podendo resultar em facilidades e/ou dificuldades de convivência pelo grau de aceitação, valorização e de relação com estas, gerindo processos de exclusão e inclusão, contrapondo-se radicalmente a uma proposta de convivência pautada pelos princípios de alteridade.

A palavra diversidade vem do latim *diversitat* e refere-se à “diferença, dessemelhança, dissimilitude, divergência, contradição e oposição” (Ferreira, 1986, p.602). Nas discussões sociológicas, este termo ganha outras conotações, a exemplo, diversidade cultural que, para Cecchetti e Oliveira (2015, p.184), “constitui-se em um dos mais valiosos bens da humanidade, na medida em que expressa a criatividade humana em construir elementos simbólicos que servem de referência para a constituição das identidades pessoais e coletivas”, sendo vista pelos autores como uma das fontes do desenvolvimento humano, de ampliação dos horizontes e sentidos, à medida que cada cultura é apenas parte de um mundo complexo que tem muito a aprender com as outras culturas existentes.

A expressão diversidade religiosa é vista como uma das dimensões da diversidade cultural. No que concerne especificamente a esta dimensão, ela é representada pela grande variedade de religiões presentes em todo o mundo, diversidade esta que, segundo Fleuri et al.

(2013)¹², expressa-se de maneira muito intensa em nosso país, especialmente no campo religioso no qual inúmeras crenças e tradições religiosas convivem, assim como pessoas sem religião, ateus e agnósticos.

Ao analisar a situação pluralista, Ribeiro e Franco (2020, p.309) também encontraram dificuldades acerca do termo, principalmente entre diversidade e pluralismo. Compreendendo a diversidade religiosa como “um conceito descritivo que possibilita captar o fenômeno observável da vasta quantidade de ofertas religiosas e de espiritualidades disponíveis e apresentadas em dado contexto social”, para eles a noção de diversidade é entendida como sinônimo de pluralidade, distinguindo-se do conceito ético-normativo e político de pluralismo religioso mais utilizado para se pensar as possibilidades de convivências justas, dialógicas, respeitadas e democráticas entre os diferentes grupos religiosos, incluindo a relação entre sujeitos religiosos e não religiosos.

A respeito do termo multiculturalismo, Santos e Nunes (2003, p.26) dizem se tratar da “coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio das sociedades modernas”. Conforme Silva (2000), o termo está apoiado em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Segundo este autor é particularmente problemático, nessas perspectivas, a ideia de diversidade e da diferença.

A expressão multiculturalismo ganhou maior visibilidade com Hall (2003) que, em seu ensaio sobre o conceito, destacou seu uso mundial. Todavia, sua proliferação não contribuiu para estabilizar ou elucidar seu significado. O próprio autor realizou uma distinção entre os termos multicultural e multiculturalismo: enquanto multicultural é um termo qualificativo que descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade onde diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, retendo, em simultâneo, algo de sua identidade original, multiculturalismo é percebido como um substantivo e refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais.

Ainda segundo Hall (2003), multiculturalismo é usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. Já multicultural é, por definição, plural. O autor discorre que, da mesma forma que há distintas sociedades multiculturais, também há multiculturalismos. Dos exemplos dados por ele, destacam-se dois: *o multiculturalismo pluralista*, que avaliza as diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades numa ordem política

¹² MEC - Cartilha Diversidade e Direitos Humanos.

comunitária ou mais comunal e o *multiculturalismo comercial*, pressupondo que se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos.

Outra expressão utilizada para se pensar pluralidade religiosa é trânsito religioso, tema abordado por muitos estudiosos no Brasil e que, para Rumstain e Almeida (2009, p.31), pode ser entendido como “um processo demograficamente significativo de *mudança de filiação* (grifos nossos) cada vez mais acentuada no país, cujo resultado tem sido um contexto crescente de pluralização religiosa”. Segundo os autores, não se trata de uma mudança de uma religião para outra, mas de um dinamismo generalizado que se efetiva em três planos analiticamente distintos e também correlacionados, a saber: 1) a circulação de pessoas pelas alternativas religiosas, o que pode significar trocas e práticas simultâneas; 2) a circulação de crenças e ritos entre as instituições religiosas, não só de pessoas, mas também de práticas e conteúdos simbólicos; e 3) a maneira de apreensão desloca-se do ponto de vista da instituição e centra-se no indivíduo (Rumstain; Almeida, 2009).

Inseridos nas discussões sobre essa temática, para Gomes e Sousa (2013, p.05) “o trânsito religioso é uma das vertentes do pluralismo que desencadeou um posicionamento focado numa mentalidade secular, revelando uma transição na busca do sagrado e a satisfação pessoal”. Os autores explicam que, devido à ausência de uma solidez na composição religiosa o indivíduo migra para outra religião, mudando, como consequência, seus rituais e a maneira de conceber o sagrado.

Ribeiro de Sá (2017) também se preocupou com a distinção entre pluralidade e pluralismo, constatando em seus estudos que a palavra pluralidade se originou do latim tardio “*pluraritas-atris*” que significa multiplicidade, diversidade. Da mesma raiz teria se formado o vocábulo pluralismo, isto é, do adjetivo “*pluralis*”, tendo o sentido de plural com o acréscimo do comparativo “*plus*”, significando mais. Com atenção voltada à etimologia da palavra, o autor verificou que o conteúdo de ambos os termos é sinônimo; em contrapartida, os dois têm funções diferentes.

Se a pluralidade é um substantivo, o pluralismo é um adjetivo acrescido do comparativo “*plus*”. Isto conduziu as fontes consultadas a dizerem que a expressão pluralismo indica mais do que uma simples pluralidade ou mais do que uma unidade. Para Ribeiro e Catenaci (2017, p.15), “o termo pluralismo possui um enfoque descritivo”, argumentando que, da mesma forma em que se analisa a variedade de sistemas políticos e econômicos, é possível analisar o pluralismo religioso. No tocante ao termo pluralidade, descrevem que este teria um caráter

valorativo, explicando também que se trata do quanto os sistemas religiosos existentes no mundo ou os de uma religião específica são, de fato, distintos.

A tentativa acima foi a de explicitar um pouco da complexidade semântica em torno dos termos para frisar o referencial teórico adotado. A inserção da pluralidade religiosa em espaços públicos e privados pode levar a equívocos sobre o fenômeno. O objetivo aqui não é tratar da diferença religiosa, multiculturalismo ou trânsito religioso, e sim de um fenômeno chamado de pluralismo religioso, ou seja, um acontecimento moderno no qual é possível verificar uma variedade significativa de expressões religiosas no cenário social.

Para esta investigação, os termos diversidade e pluralidade também serão entendidos como sinônimos e utilizados para representar a variedade de religiões presentes em uma dada cultura. Já o pluralismo religioso, pensado em uma perspectiva sociológica é, pois, percebido como um processo e como um paradigma, um fenômeno que explica o contexto religioso das sociedades atuais.

1.2 TEORIAS EM DISCUSSÃO, O PLURALISMO

A origem etimológica do conceito de pluralismo é descrita por Ferreira (1986) como:

[do plural +-ismo] S.m 1. Doutrina que atribui aos fenômenos cosmológicos e aos históricos uma pluralidade de causas 2. polit. Voto de qualidade 3. Polit. Doutrina que admite a coexistência de uma pluralidade de partidos políticos, com iguais direitos ao exercício do poder público, segundo procedimentos de eleição juridicamente estabelecidos (Ferreira, 1986, p.1348).

Apesar da compreensão etimológica do termo pluralismo ser próxima da ideia central da expressão pluralismo religioso, não diz respeito à mesma questão, pois se trata de um fenômeno, de uma situação que é, na atualidade, uma das temáticas mais abordadas quando se problematiza assuntos ligados à religião, além de ser percebido como o grande desafio do tempo presente.

Com o passar do tempo, tal expressão ganhou diferentes compreensões, ora visto como um paradigma, ora como uma condição moderna. No campo científico, existem algumas compreensões acerca desse fenômeno, estando entre as que recebem mais destaque as perspectivas sociológica e teológica. Todavia, os estudos sobre o tema sinalizam certa dificuldade em definir o seu surgimento. Apesar disso, é viável buscar a origem de sua genealogia. Para tanto, recorreremos aos mitos, referências nos estudos e análises atuais e uma constante em estudos científicos. Talvez por seu caráter simbólico e imagético, os mitos nos

ajudam a compreender a origem dos acontecimentos vividos no tempo presente, lembrando que sua função repousa mais na condição de dar explicações do que em responder a simples questões.

Os mitos narram não apenas a origem do mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas de todos os acontecimentos primordiais, assegura Eliade (1972), afirmando ainda que, evocar a presença dos personagens dos mitos, o indivíduo torna-se contemporâneo deles, pois “deixa de viver no Tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez” (Eliade, 1972, p.18). Importa ressaltar que não abordaremos a fundo as funções dos mitos; neste estudo, eles servem apenas como uma possível ilustração de uma situação próxima. À vista disso, nos aproximamos das ideias deste autor que compreende o mito como uma história sagrada ocorrida em um tempo primordial.

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio". Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma criação (Eliade, 1972, p.09).

Diante disso, serão trabalhados dois mitos importantes para o entendimento acerca da pluralidade religiosa, a saber: o Mito da Torre de Babel e o discurso de Paulo em Atenas.

A primeira referência mítica acerca da pluralidade encontra-se no mito da Torre de Babel, descrito no Antigo Testamento no livro de Gênesis, capítulo 11, versículos de 1 a 32, provavelmente o mais antigo registro bíblico-histórico e um dos mais recorrentes para reflexões contemporâneas quando se discute o tema da pluralidade, principalmente no tocante à linguagem, mas também em seus mais diversos âmbitos. Não estamos distantes de tais práticas, entretanto, nesta discussão propõe-se uma analogia com o tema da pluralidade com ênfase no fenômeno religioso, considerando que dentre as várias versões da narrativa predomina a do castigo divino e a confusão de línguas.

O mito narra que, no início das eras, toda a Terra possuía uma mesma língua, um único idioma, ou seja, um mesmo modo de falar. O uso da língua era individual e personalizado e todos usavam a mesma forma de linguagem, sem dialetos, significados diversos ou elementos de costumes regionais. Os homens não tinham dificuldade em se comunicarem¹³. A história

¹³ O psicanalista Samuel Golveia (2017) esclarece as diferenças entre estes termos e nos assegura que existe certa confusão em distinguir a língua, a linguagem e a fala. A importância de tal distinção para melhor compreender seus usos e, conseqüentemente, o sentido do contexto em que determinado termo é usado. O idioma é entendido como a língua que segue uma série específica de regras e

descreve a intenção de um povo, os descendentes de Noé (genealogia de Sem), em tornar seus nomes célebres antes que se espalhassem pela Terra. Para tanto, tentaram construir uma torre tão alta que seu cume chegasse aos céus. Tal atitude, vista como orgulho e soberba, provocou a ira divina que para castigá-los confundiu-lhes as línguas para que não pudessem entender uns aos outros, atrapalhando a construção da torre. Em seguida, Deus os dispersou por todas as regiões da Terra. Relembremos o mito:

Ora, na terra não havia senão uma linguagem e um mesmo modo de falar e os homens, tendo partindo eles do oriente, acharam um campo na terra de Sennar; e habitaram nele. E disseram uns para os outros: Vinde, façamos tijolos, e cozamo-los no fogo. Eis, pois, se serviram de tijolo por pedra, e de betume por cal traçada. E disseram entre si: Vinde, façamos para nós uma cidade, e uma torre, cujo cume chegue até ao céu, e façamos celebre nosso nome, antes que nos espalhemos por toda a terra. O Senhor, porém, desceu para ver a cidade, e a torre que os filhos de Adão edificaram e disse: Eis aqui um só povo, e uma só linguagem de todos, e, pois, que eles começaram esta obra, não desistiram do seu intento, menos que o não tenham de todo executado. Vinde, pois desçamos, e confundamos de tal sorte a sua linguagem, que não ouça cada um a voz do que lhe está próximo. E desta maneira é que o Senhor os espalhou daquele lugar para todos os países da Terra, e eles cessaram de edificar a cidade. E por isso lhe foi posto o nome de Babel, porque nela sucedeu a confusão da linguagem por toda a Terra. E dali os espalhou o Senhor por todas as regiões da Terra (Gênesis 11:1-9).

A confusão de linguagens resultante da punição divina tenta explicar mitologicamente a origem da pluralidade de idiomas presentes no mundo. Tal Quimera também pode ser pensada como algo pluralista no que tange à origem da pluralidade religiosa, afinal, de alguma forma, homens e deuses se comunicam. Imaginemos que quando a divindade passou ao ato e espalhou os homens pelos recantos do globo, nasceu também, a partir desse castigo, a pluralidade de compreensões acerca do que antes era uno; conseqüentemente, a manifestação de uma pluralidade de práticas, de crenças e credos, de divindades e, então, de religiões.

No entanto, essa história pode ter outra versão. Partindo do pressuposto que somos seres de fala e, portanto, de linguagem, a comunicação passou a ser vista como uma questão de sobrevivência, de algo inerente à natureza humana, uma vez que, no aglomerado humano, a interação entre os homens é condição *sine qua non*, é preciso comunicar-se para sobreviver.

palavras diversificadas, é de dimensão social. Toda a língua obedece a leis, no português temos tempos verbais, regras de acentuação, gramática etc. Cada língua tem suas próprias regras. No tocante à fala, esta é percebida como individual, subjetiva, sendo que o uso que cada sujeito faz da língua com todas as suas particularidades. Nesta perspectiva, a língua teria um sentido individualizado, cada sujeito teria seu repertório e uso personalizado. A linguagem, por sua vez, é a capacidade que o ser humano tem de se comunicar e pode ser dividida em verbal e não verbal.

Todavia, a determinação estava posta e o corretivo divino parece vigorar até os dias atuais, ganhando dimensões impensáveis.

Distante do mito, no presente, o homem dribla a correção divina e a pluralidade, mesmo que dispersa por todo o globo e se comunica de forma rápida e constante. E essa conversação é uma das bases para pensar o fenômeno pluralista. No caso das religiões, estas surgem em novas configurações: se disseminam, se ressignificam, se transformam, se expandem e se comunicam por meio de conversações e de novos veículos de comunicação midiáticos e tecnológicos, dando conta de uma condição observada em diferentes sociedades contemporâneas.

Outro registro mitológico possível de se relacionar com a temática pluralista está no Novo Testamento, precisamente, no discurso de Paulo em Atenas. Este é um dos primeiros textos que trata da relação entre judeus e cristãos e explicita, de forma literal, a variedade religiosa presente na época. O recorte bíblico mostra que tendo Paulo entrado na cidade percebeu uma pluralidade de credos e crenças materializados em uma infinita quantidade de altares dispostos em toda Atenas. Considerada o berço do pensamento ocidental, Atenas era a cidade das artes helênicas e, mais do que qualquer outra, estava inundada de monumentos religiosos que afligiram o coração do apóstolo que afirmou ser mais fácil encontrar um altar em Atenas do que um adorador.

O texto conta que enquanto Paulo esperava por Silas e Timóteo o seu espírito se sentia comovido vendo a cidade toda entregue à idolatria. Ele então denuncia a proliferação religiosa presente: coloca-se de pé no meio do areópago (tribunal ateniense, assembleia de magistrados, sábios, literatos etc.) dizendo: “Varões atenienses, em tudo e por tudo vos vejo um pouco excessivos no culto de vossas religiões” (At: 17, 12). Paulo então anuncia o “altar ao Deus desconhecido”: “Pois, indo passando e vendo os vossos simulacros, achei também um altar em que se achava esta letra: Ao Deus desconhecido. Pois aquele Deus, que vós adorais sem o conhecer, esse é de fato o que eu vos anuncio” (At: 17, 23).

Um novo Deus, um Deus de todos. Uma nova visão de mundo entre tantas outras já presentes. Trata-se de uma nova compreensão, de uma nova crença. É isso que Paulo anuncia: uma nova religião. Segue Paulo: “Deus que fez o mundo e tudo que nele há, sendo ele o senhor do céu e da Terra não habita em templos feito pelos homens” (At, 17:24). Certamente que isso nos leva a considerar posições fundamentalistas e relativistas e, principalmente, as posições de verdade, mas não nos alongaremos agora nessa temática que será tratada mais adiante.

Analisando a passagem bíblica, Silva (2013) relata que Paulo enfrentou em sua missão apostólica o grande desafio de ser “o apóstolo dos gentios”, algo que, de início, foi visto com desconfiança pelos judeus ortodoxos de sua época. No seu discurso emblemático, de teor

inicialmente conciliador, ele procurou encontrar um elemento comum entre os pagãos e os cristãos – o da adoração à divindade –, muito embora este discurso tenha se tornado fonte de idolatria e superstição. Assim, o apóstolo manifesta o ideal de celebrar todos os deuses.

Perguntamo-nos se seria possível a coexistência de uma pluralidade de grupos religiosos em que todos são iguais, que leva a um mesmo fim e propósito e objetiva alcançar o mesmo resultado com uma condição chave, se essa convivência seria pacífica e amigável, como bem destacou Berger (2017) ao falar do pluralismo religioso. No entanto, apenas uma certeza paira sobre os mitos que referenciam a pluralidade: o obscurantismo. O pluralismo de que estamos falando é visto como algo atual, tratando-se de uma tendência mundial que veio reforçada pela globalização em que operam numa mesma cultura várias práticas religiosas. Além de relacionar o pluralismo religioso aos mitos, têm-se em evidência as recentes investigações sobre o tema no campo científico, vejamos.

1.2.1 O Pluralismo Religioso na Perspectiva Sociológica

No âmbito das Ciências Humanas, o pluralismo religioso recebe destaque no campo de estudo da Ciência da Religião. Para Vilaça (2003), o estudo do pluralismo tem a ver, inevitavelmente, com a distribuição do poder na sociedade. A autora alega que este motivo nos obriga a considerar os contributos dos sociólogos de tradição marxista – mesmo que estes não tenham atribuído uma atenção especial à problemática do pluralismo religioso, nem à religião em geral –, e, de modo especial, a reflexão de Max Weber sobre o poder e a sua releitura por Pierre Bourdieu. Ainda detecta que as perspectivas sobre o pluralismo desenvolvidas pelos sociólogos da religião assentam em diferentes fundamentos teóricos de referência, diante do inegável peso excessivo do funcionalismo e da sociologia do conhecimento.

Na perspectiva sociológica sobre o pluralismo, Vilaça (2003) lista James Beckford (1989) que denuncia o fato como uma das causas para certa marginalização da sociologia da religião dentro da sociologia em geral. Ela descreve que o principal representante da abordagem funcionalista é Talcott Parsons (1973) para quem o pluralismo religioso é um tipo de diferenciação que permite definir, de forma mais clara, o lugar da religião nos sistemas social e cultural, assim como Bellah (1968) que sugere que a privatização e a diversidade religiosa conduzem à “religião civil”. Já Peter Berger (1967) é situado na perspectiva da sociologia do conhecimento, cuja abordagem defende que a secularização produz o fim do monopólio das religiões tradicionais e que, no mercado religioso, as empresas religiosas se confrontam com o

imperativo de competirem permanentemente entre si e com visões do mundo não religiosas (científicas, filosóficas, político-ideológicas).

Em sua tese de doutoramento, Vilaça (2003) buscou estratégias sociológicas para o estudo do pluralismo na sociedade portuguesa. Nesta obra, discorreu sobre os vários usos e compreensões acerca do termo, apontando que o conceito de pluralismo tem sido utilizado com diferentes conotações nos mais variados contextos discursivos, sendo ocasionalmente interpretado como nada mais do que diversidade. Ainda assim, o uso comum da palavra, tal como aparece em enciclopédias generalistas, parece ir ao sentido de uma autonomia gozada por vários grupos numa mesma sociedade. Este conceito é geralmente aplicado à vertente religiosa, econômica, laboral e ética. Segundo ela, o pluralismo constitui uma noção política e ideológica fundamental que figura discursos da esfera pública e, em particular, da linguagem do “politicamente correto” nas sociedades democráticas.

Apesar de poder ser abordado por via de múltiplos registos - não raro, com lógicas argumentativas cruzadas - é, como se disse, no plano da abordagem política que o pluralismo se encontra mais desenvolvido e sistematizado, o que substancialmente se explica pelo facto desta noção - que é também cultural, religiosa, étnica, moral - se encontrar ancorada nos princípios intrínsecos à democracia. [...] Em consequência disso, foi no campo da ciência política que se efectuaram as primeiras aproximações científicas. No registo científico encontra-se ainda o termo pluralismo, no âmbito da discussão epistemológica dos anos setenta. Por essa data, passa a usar-se a expressão "pluralismo metodológico" para dar conta da situação competitiva entre teorias epistemológicas e paradigmas que competem pela primazia numa determinada ciência, neste caso a sociologia. (Vilaça, 2003, p.22-23).

No tocante ao campo religioso, Vilaça (2003, p.26) pontua que “o pluralismo remete, entre outros aspectos, para a diversidade dos universos religiosos, outrora únicos, ou seja, para ‘universos parciais de conhecimento’ que para Berger e Luckmann (1985) coexistem como um ‘conjunto geral de conhecimentos partilhados’”.

Amparando-se no fenómeno pluralista, Peter Berger (2017), um dos pioneiros na abordagem dessa temática, tece análises sociológicas, buscando explicações para as transformações modernas no tocante à religião. Para explicitar sua construção teórica, descreve que o termo pluralismo tem uma longa história: na Filosofia, por exemplo, significa basicamente que haveria várias formas de ver a realidade. Entretanto, o autor se refere a um pluralismo não apenas como um fenómeno na mente de um pensador filosófico, mas como um fato empírico na sociedade experimentado por pessoas comuns.

O fenômeno pluralista ocorre em escala global, todavia, não é algo recente. Berger (2012; 2017) descreve que tal fenômeno existiu em vários momentos da história, como, por exemplo, o pluralismo que se constituiu de uma longa tradição na Ásia Ocidental, especialmente na China e no Japão, no período helênico, na Índia pré-islâmica durante vários séculos, nos países ao longo da Rota da Seda, na Europa, em plena Idade Média Cristã, dentre outros.

De acordo com Steil (2001, p.116), “o pluralismo trata-se de um fenômeno moderno e tem sua origem na ruptura do monopólio de uma religião com a igreja oficial de uma determinada sociedade”. Para este autor, o monopólio é quebrado tanto pelo avanço da razão secular, que se impõe por meio das ciências positivas, quanto pela diversificação do campo.

Esta ideia também é sustentada por Gomes e Souza (2013) que defendem que a origem do pluralismo remonta à era da razão. Na concepção destes autores, o surgimento das pesquisas por meio de métodos científicos ganhou força com a Modernidade. Fora do crivo da Igreja e com os avanços do Movimento Humanista, o pluralismo firmou-se como diversidade de conhecimento. Para eles, nessa versão moderna, a expansão do pluralismo religioso origina-se em decorrência do secularismo e da laicização do Estado. Conforme Gomes e Souza (2013, p.4), “Se o Estado é laico, o pluralismo religioso será aceito na sociedade sem restrição, nessa sociedade haverá abertura para escolha sem interferências externas, pois o secularismo visa um estado democrático e livre”. Os estudiosos asseguram que neste aspecto não haveria apenas mais um monopólio religioso, e sim mais uma abertura a um novo paradigma que valoriza a pluralidade religiosa e a liberdade do indivíduo.

Analisando o pluralismo religioso em uma perspectiva global, Ribeiro e Franco (2020) apresentam um quadro do movimento das religiões no mundo:

A América se mantém como um continente majoritariamente cristão, com notado crescimento das expressões religiosas evangélicas (em especial as pentecostais e neopentecostais) e um decréscimo gradual de seguidores e seguidoras do Catolicismo tradicional. Os Estados Unidos é um país majoritariamente cristão, sendo local de forte presença e sede de religiões como Mórmons, Testemunhas de Jeová, Adventistas do Sétimo Dia, entre outras, mas este país também viu ampliar o número dos sem religião em seu território nas últimas décadas. Já o Canadá e alguns países da América do Sul como Brasil, Peru, Bolívia, entre outros, contam, além do Cristianismo, com religiões étnicas e indígenas, além de outros grupos religiosos minoritários, como Espiritismo Kardecista, religiões de matrizes afro (Umbanda, Candomblé, Tambor de Mina...), religiões sincréticas como Santo Daime, entre outras. Também podemos citar grupos religiosos como a Santeria em Cuba e o culto à Santa Muerte no México, que se tornou uma especificidade cristã em sincretismo com crenças e práticas mesoamericanas (Ribeiro; Franco, 2020, p.311).

No continente africano, o cenário atual se mostra fortemente dividido. Os autores descrevem que “ao norte da África, o Islamismo se propaga, formando um grande bloco muçulmano, com presença do Sufismo. Na região Sul do continente africano, o Cristianismo marca presença” (Ribeiro; Franco, 2020, p.311). No que concerne ao continente asiático, eles salientam que:

A Indonésia é o país com maior população islâmica, no qual também se propagaram influências sufistas. A Índia se destaca como uma região na qual o Hinduísmo está fortemente instalado com manifestações variadas como os Hare Krishna, apesar desse país também ter população islâmica, entre outros grupos religiosos. O Hinduísmo é o quarto grupo religioso mais numérico do mundo, atrás do Cristianismo, Islamismo e sem religião. Já o Budismo, o quinto da lista, é reconhecido no sudeste asiático (Tailândia, Vietnã, Camboja, Myanmar...) e também no Japão, que, além da população budista, conta com Xintoísmo, grupos religiosos variados e sem religião (Ribeiro; Franco, 2020, p.312).

Ao descrever o continente europeu, os autores destacam que este mantém o Cristianismo como religião principal, contudo, verifica-se o crescente número de pessoas ateístas e sem religião na maior parte dos países, assim como a propagação do islamismo, mormente, na França, Alemanha, Grã-Bretanha e alguns países do sudeste europeu como Sérvia, Bósnia e Albânia (Ribeiro; Franco, 2020). Para os autores, a Oceania é um continente que guarda características similares com países europeus, visto que mantém “uma alta população cristã, seguida pelo grupo dos sem religião, tanto nos maiores países, como Austrália e Nova Zelândia, quanto nas ilhas ao norte, em fronteira com o continente asiático” (Ribeiro; Franco, 2020, p.313).

Os autores também analisaram o contexto brasileiro, acordando que ele não está fora do alcance das tendências mundiais e de sua interação com elas, mas que tem especificidades e, mais, tem sido foco nas análises científicas dos estudos de religião. Eles destacam como nova tendência um deslocamento do religioso que transborda os ambientes vistos como tradicionalmente religiosos, alcançando outras esferas sociais, tais quais as mídias, o esporte, o cinema, a literatura etc. (Ribeiro; Franco, 2020).

De forma ampla, problematizamos o fenômeno pluralista na sociedade moderna com um recorte específico, a saber, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Contudo, ao falar de pluralismo em sua versão moderna, é contundente descrever o cenário em que se desenhou esse paradigma, assim como a apresentação de um pano de fundo que o

antecede. Nesta investigação, trabalhamos com as concepções teóricas de Peter Berger sobre esse fenômeno.

1.2.2 O Pluralismo Religioso em Peter Berger

Uma das principais características da vida social contemporânea é a sua diversidade cultural e religiosa. Corroborando essa afirmação, estudos recentes, a exemplo os de Peter Berger (2017), apontam para as transformações nos contextos sociais e religiosos, evidenciando um fenômeno que ocorre não só no Brasil, mas em grande parte do mundo: o pluralismo religioso. Mas que fenômeno é esse?

Na perspectiva de Berger (2017, p.20), trata-se de “uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas, pacificamente e interagem amigavelmente”. É, portanto, um fenômeno que (re)surge na Modernidade e que traduz a diversidade religiosa presente no espaço social. É, também, uma condição observada nas sociedades em que não ocorre a hegemonia de uma única expressão religiosa e que dá visibilidade tanto ao surgimento de novas religiões quanto à renovação e expansão de antigas tradições.

No livro *The Social Construction of Reality* [A Construção Social da Realidade], tratado sistemático de sociologia do conhecimento escrito em coautoria com Thomas Luckmann, Berger apresenta a proposta de uma Sociologia do Conhecimento baseada na ideia de que a realidade é um fenômeno cognitivo, porém, construído socialmente. A tese fundamental dos autores consiste em analisar a realidade partindo dessa premissa. Em suas argumentações, a realidade é definida como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa volição” (Berger, 2014, p. 11).

O tema da religião o acompanhou desde seus primeiros ensaios, sendo um dos autores clássicos que se ocupou do tema da secularização no mundo moderno, ou seja, da retração do sobrenatural para a esfera da consciência e o progressivo declínio da religião na esfera pública. Em *The Sacred canopy* [O Dossel Sagrado], Berger postula a teoria da secularização, cujos pressupostos básicos estavam simplesmente baseados na ideia de que a modernidade acarreta necessariamente o declínio da religião.

Entendendo a secularização como “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (Berger, 1985, p.144), Berger problematizou os limites das teorias sociológicas existentes para dar conta de explicar o fenômeno religioso em uma situação na qual se desfaz o monopólio religioso e se

instaura uma situação de pluralismo. Essa concepção teórica da secularização serviu por algum tempo como paradigma para os estudos da religião. Todavia, o autor confessou que não estava sozinho ao sustentá-lo, já que esta teoria foi admitida por quase todos que estudam religião no mundo moderno (Berger, 2017).

Berger não foi o único a dar atenção a este tema. As primeiras teorias da secularização surgiram nas décadas de 1950 e 1960, influenciadas pelas teorias da modernização da época. Segundo Desautels (2016), teólogos como Harvey Cox (1965), Brian Wilson (1966), Sabino Acquaviva (1967) e David Martin (1979; 1995; 2005) desenvolveram suas próprias teorias da secularização, o que, por conseguinte, tornou o conceito polissêmico. Particularmente, Berger foi inspirado por teorias sociológicas clássicas, em especial, a do sociólogo alemão Max Weber. Desautels (2016, p.63) ainda reitera que “na abordagem weberiana examinam-se as consequências da modernização e a crescente racionalização das sociedades contemporâneas sobre as religiões institucionalizadas”. Esta perspectiva weberiana levou Berger a se interessar pelas crenças dos indivíduos sobre a racionalização.

No dicionário de sociologia, a secularização é traduzida como “um processo de mudança social através do qual a influência da religião e do pensamento religioso sobre as pessoas declina, à medida que é substituída por outras maneiras de explicar a realidade e regular a vida social” (Johnson, 1997, p.202). Apesar de o conceito de secularização ser polissêmico, para Gonçalves (2017) ele ainda se constitui como um termo para explicar as consequências da modernidade para a religião. Nesse sentido, com o avanço da modernidade a religião deixaria de ser protagonista e passaria a ser coadjuvante na esfera social. Esse processo, na visão de Berger, é denominado de crise de sentido.

Seguindo as trilhas de Berger, o teólogo francês Claude Geffré também problematizou a temática da secularização. Partindo de uma perspectiva teológica, ele a concebeu como uma construção moderna que, para ser compreendida, precisa ser analisada em etapas progressivas, a saber: a primeira é a laicização, processo de emancipação da sociedade moderna; a segunda é a dessacralização, quando o mundo e o humano perdem o seu valor sacral e readquirem valor mundano e natural e a terceira é a do ateísmo, processo de emancipação do homem e da mulher modernos em relação a Deus (Panasiewicz, 2007).

Segundo Panasiewicz (2007), a secularização carrega consigo uma função ideológica que Geffré apresenta recuperando a teoria de Berger, propondo dois sentidos, um objetivo e outro subjetivo. No sentido objetivo, a secularização tanto representa a libertação da sociedade civil em relação ao domínio da autoridade eclesiástica quanto representa um retraimento das manifestações religiosas em espaços culturais. Nessa conjuntura, os saberes começam a se

tornar independentes do poder religioso. No sentido subjetivo, ocorrerá uma secularização da consciência em que se processa uma mudança não só no espaço cultural, mas também na estrutura interna da credibilidade dos sujeitos religiosos.

Passados vinte e cinco anos, Berger concluiu que a teoria da secularização tinha se tornado empiricamente insustentável e anunciou sua mudança de pensamento, muito ruidosamente, na introdução do livro por ele editado, em 1999, *The Desecularization of the World* [A dessecularização do mundo]. O teórico explicou que os motivos que o levaram a tomar tal posição se deram por verificar que, cada vez mais, ficava evidente que os dados empíricos contradiziam sua teoria. Fora algumas exceções, concluiu que “o nosso mundo não é nada secular; ele é tão religioso como outrora e em alguns lugares mais ainda” (Berger, 2017, p.11).

Em 2017, no livro *The many altars of modernity* [Os múltiplos Altares da Modernidade], o sociólogo propôs um novo paradigma da religião em uma época pluralista – o pluralismo religioso. Esta é, portanto, a coexistência de diferentes cosmovisões e sistemas de valores na mesma sociedade e tem como elemento principal a contaminação cognitiva, ou seja, uma conversação constante. Conforme Berger (2017), para o pluralismo desencadear sua plena dinâmica é preciso que haja conversação constante, não necessariamente entre iguais, mas prolongada no tempo e cobrindo uma ampla variedade de temas.

Esse processo é chamado de contaminação cognitiva, referindo-se ao fato de que se as pessoas continuam a falar umas com as outras, elas influenciam umas às outras. Também apresenta um quadro sobre o pluralismo e suas consequências. Segundo o sociólogo, o pluralismo “é o grande desafio a todas as comunidades religiosas na era moderna, essa coexistência de comunidades étnicas, morais e religiosas numa única sociedade levanta um problema político extremamente importante” (Berger, 2017, p.44): o problema de ter que escolher.

De forma sucinta, no pensamento do sociólogo, a modernidade é concebida como um produto das mudanças provocadas pela ciência e pela tecnologia criadas no último século. Essa modernização levaria a uma enorme transformação na condição humana, passando do destino para a escolha.

Com o crescimento da pluralização, intensifica-se simultaneamente a “agonia de ter que escolher” [...] É correto dizer que a situação moderna leva a “sistemas abertos de conhecimento” ampliando o campo do olhar, mas provoca também os acirramentos identitários. A atmosfera plural engendra

não apenas a era do ecumenismo, mas também, em aparente contradição com esta, a era das redescobertas das heranças confessionais (Teixeira, 2017, p.12).

As escolhas são uma temática chave na teoria do estudioso. Ele acreditava que, consolidadas pelas estruturas dos sistemas capitalistas, áreas diversas da vida tidas como verdadeiras agora estavam fadadas a se tornarem uma arena de escolhas quase que infinitas. Como efeito, sustentou que o pluralismo relativiza e, com isso, enfraquece muitas das certezas com as quais os seres humanos costumavam viver. Posto de maneira diferente, a certeza se torna uma mercadoria escassa (Berger, 2017).

Pensando o pluralismo religioso, Oliveira (2012, p.15) descreve que “o momento era de um contexto social totalmente novo em que, o processo de secularização, ao romper o monopólio religioso, inaugurou uma situação de pluralismo”. Ancorado em Berger, o autor explica que a situação de pluralismo foi desencadeada após a guerra das religiões na Europa, quando católicos e protestantes disputavam o monopólio. Uma vez quebrada a unidade do catolicismo, abriu-se caminho para a fragmentação, isto é, para a instauração do pluralismo. Essa foi, sem dúvida, uma condição necessária, porém, não suficiente. Isto porque não foi na Europa, foi nos Estados Unidos que se configurou inicialmente uma situação propriamente pluralista na qual havia, sim, a competição. Contudo, não era mais uma competição pelo monopólio: tratava-se, a partir de então, de uma competição pelo maior número de fiéis, o que pressupõe uma postura dissimuladamente tolerante (economicamente tolerante) com as demais religiões.

Em *Modernität Pluralismus und Sinnkrise* (Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido), Berger e Luckmann (2012, p.40-41) problematizam a crise de sentido no mundo atual como consequência dos processos de modernização, secularização e pluralização da sociedade, destacando que “essa forma moderna de pluralismo é também razão básica principal da difusão de crises subjetivas e intersubjetivas de sentido”. Os autores acreditavam que a solução estavam as instituições intermediárias que fazem a ponte entre o indivíduo e o macrossistema social.

Como já foi dito, além de Berger, outros estudiosos voltaram a atenção para o fenômeno pluralista que se tornou uma das principais preocupações dos cientistas da religião. Nosso interesse vai ao encontro desses estudiosos que também se questionavam sobre como entender e avaliar tal fenômeno.

1.2.3 O Pluralismo Religioso na Perspectiva Teológica

Um campo que não se absteve das discussões sobre a temática do pluralismo foi o da Teologia. Teixeira (2005) sinaliza que houve um crescimento no número de teólogos no Brasil e na América Latina que defendem as noções de pluralismo religioso proposto por Claude Geffré. O autor explica que essa posição teológica se manifesta contra uma tendência, até então dominante, de considerar o pluralismo religioso como um dado conjuntural passageiro que estava fadado ao acabamento e realização numa única tradição religiosa tida como verdadeira, o cristianismo. No Brasil, destacam-se nesse campo de discussão Faustino Teixeira, Cláudio Ribeiro, Gilbraz Aragão, Roberlei Panasiewicz, entre outros.

Teixeira (2012) argumenta que na atualidade a teologia das religiões ou do pluralismo religioso constitui um novo campo de estudos cujo estatuto epistemológico vem sendo definido progressivamente. Trata-se de um fenômeno típico da modernidade plural que provoca a crise das estruturas fechadas e convoca a sistemas abertos de conhecimento. Dentre os vários fatores que contribuíram para a sua emergência, o autor destaca: a comunicação e interdependência crescente entre vários povos e culturas; a consciência mais viva da pluralidade de religiões; a relação de proximidade inédita do cristianismo com outras religiões, favorecida pelo avanço das comunicações nos últimos tempos; o crescente dinamismo de certas tradições religiosas e seu poder de atração e inspiração no ocidente; a nova consciência e sensibilidade em face dos valores espirituais e humanos das outras tradições religiosas e a abertura de novos canais de conhecimento sobre elas; e, por fim, uma nova compreensão da atividade missionária.

Ainda segundo Teixeira (2012), a perspectiva teológica adotou três diferentes abordagens para tratar a questão do pluralismo:

1. Paradigma Exclusivista: posição teológica apoiada no axioma tradicional “*extra ecclesiam nulla salus*” (fora da Igreja não há salvação). É uma posição que vincula a possibilidade de salvação ao conhecimento explícito por Jesus Cristo pertencente à Igreja, restringindo-se a grupos católicos mais conservadores e núcleos de fundamentalistas protestantes.
2. Paradigma Inclusivista: tem como traço de sua singularidade a atribuição de um valor positivo para as outras religiões e o seu reconhecimento como mediações salvíficas para seus membros. Nesta posição, as religiões do mundo são vistas como caminhos de salvação, mas só enquanto implicam a salvação de Jesus Cristo. Esta perspectiva aceita que a salvação possa acontecer nas religiões, porém lhe nega a autonomia salvífica, devido à unicidade e universalidade da salvação de Jesus Cristo. Essa é a posição mais aceita entre os teólogos católicos.

3. Paradigma Pluralista: surge como uma reação contra a reivindicação do cristianismo como religião de superioridade última. Teixeira (2012) pontua que, na tentativa de compensar essa visão, os teólogos pluralistas propõem uma mudança de paradigma para além do exclusivismo e do inclusivismo. Esta posição coloca em questão o cristocentrismo tradicional, visto que no teocentrismo, Deus, e não a figura de Jesus Cristo se torna o centro do desígnio salvífico da humanidade.

Essa nova realidade religiosa pluralista fez emergir duas novas reflexões pontuais para esta área: o pluralismo religioso de fato e o pluralismo religioso de princípio ou de direito, definidos por Panasiewicz (2019) como:

O pluralismo religioso de fato diz respeito à própria pluralidade ou diversidade de tradições religiosas existentes e, mesmo, aos movimentos religiosos que estão emergindo no final do século passado e princípio deste. O pluralismo religioso como pluralismo de princípio é uma opção teológica no sentido de valorizar todas as tradições religiosas como estando no desígnio misterioso de Deus, destino histórico permitido por Deus cuja significação última nos escapa (Panasiewicz, 2019, p.02).

Esses termos foram propostos por Geffré, que, segundo Teixeira (1998), contribuiu valorosamente para a construção de um novo paradigma teológico e se destaca como um dos mais instigantes e originais pensadores atuais que fez uma reflexão teológica do pluralismo religioso. Segundo o autor, “o novo paradigma teológico toma simultaneamente a sério tanto a historicidade de toda a verdade, mesmo que seja revelada, como a historicidade do intérprete humano, enquanto sujeito interpretante” (Teixeira, 1998, p.47-48).

Para Panasiewicz (2019), as reflexões de Geffré propiciaram uma ampliação no modo de compreender a teologia das religiões ao conceber, de nova forma, os temas da secularização e do pluralismo religioso. Na perspectiva teológica, os entendimentos sobre as religiões ganharam outra compreensão.

Na linha da nova reflexão teológica sobre o pluralismo religioso, as religiões são compreendidas não apenas como genuinamente diferentes, mas também autenticamente preciosas. Há que honrar esta alteridade em sua especificidade particular. E honrar a alteridade é ser capaz de reconhecer algo de irredutível e irrevogável nestas diversas tradições; de captar o valor e a plausibilidade de um pluralismo religioso de direito. A diversidade religiosa deve ser reconhecida não como expressão da limitação humana ou fruto de uma realidade conjuntural passageira, mas como traço de riqueza e valor (Teixeira, 2005, p.30).

Assim, o pluralismo religioso passou a ser usado não apenas como um conceito que traduz a realidade plural e religiosa contemporânea, mas também como um paradigma, uma forma de leitura para a situação religiosa do mundo moderno e globalizado. Tal paradigma é uma forma de traduzir a realidade social, ilustrando a dinâmica religiosa; todavia, é preciso considerar que, para além dessa realidade e das iniciativas de diálogo inter-religioso e ecumenismo, como se verá adiante, era necessário a formulação de um método de compreensão, um instrumento de análise dessa mesma realidade. Apesar dos esforços empreendidos em ambas as áreas, o destaque se dá no campo da Teologia.

Na Teologia e na(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), em análises direcionadas para a temática pluralista, o teólogo, pastor e professor Cláudio Ribeiro (2020a) defende a ideia de um princípio pluralista para os estudos da religião. Este princípio é visto como um instrumento de análise da realidade que ajudaria a compreender a complexidade social, mormente a religiosa, em uma dada sociedade.

Na formulação do princípio pluralista, Ribeiro fundamenta-se nas ideias de vários autores. No campo das Ciências Humanas, dialoga com Homi Bhabha e a concepção de entre-lugar e de fronteiras, com Boaventura de Souza Santos, a partir das sociologias das ausências e das emergências e com Walter Mignolo por meio das críticas às formas de colonialidade de poder, de saber e de ser, próprias dos estudos culturais decoloniais. Já no teológico, o autor interage com Kwok Pui-Lan e a noção de polidoxia, com Ivone Gebara e sua visão crítica da teologia feminista, com Marcella Althaus-Reid e sua crítica à teologia da libertação, entre outros teólogos pluralistas.

Ribeiro (2020a, p.220) explica que a lógica pluralista está presente em vários autores, mas a expressão, ou melhor, seu método, tem caráter inédito. Ele comenta que a expressão pode remeter ao pluralismo de princípio, como indicou Geffré (2004) e Jacques Dupuis (1999), que pensam o pluralismo de princípio como uma plataforma teológica que reconhece e valoriza a realidade do pluralismo religioso como vontades e automanifestações divinas. Para ele, o princípio pluralista contempla essa perspectiva ecumênica, valorativa do diálogo e das aproximações inter-religiosas, sendo mais amplo, considerando-se que este também se constitui como um instrumento de avaliação da realidade social e cultural. Segundo o autor, este princípio contribuiria com algo novo para além da descrição dos fatos. Ribeiro (2020) destaca:

O princípio pluralista se constitui em um referencial de análise facilitador de melhor compreensão do complexo e variado quadro religioso, que pode também ser utilizado como noção condutora de reflexões sobre o pluralismo metodológico e antropológico, tanto em termos do caráter descritivo e

sociológico das ciências da religião, quanto em termos da dimensão hermenêutica da teologia (Ribeiro, 2020, p. 08).

De acordo com o autor trata-se de:

[...] um instrumento hermenêutico de mediação teológica e analítica da realidade sociocultural e religiosa que procura dar visibilidade a experiências, grupos e posicionamentos que são gerados nos “entrelugares”, bordas e fronteiras das culturas e das esferas de institucionalidades (Ribeiro, 2020, p.09).

Observa-se que o princípio pluralista ainda está em construção¹⁴. Isso pode ser verificado no desenvolvimento de sua obra. Desde sua primeira menção até os dias atuais, há uma constante produção, haja vista a significativa bibliografia que lhe constitui (artigos, relatórios, dossiês, livros e produções diversas) e sustenta tais ideias.

1.3 A SITUAÇÃO PLURALISTA: EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS

Imersos numa situação pluralista, estamos suscetíveis à convivência com o outro, convivência essa atravessada pela comunicação que pode ser permeada por diversos tipos de interações e comportamentos. Enquanto se desenvolve a pluralidade, convive-se com o diferente e com as transformações, mudanças e rupturas, e isso acaba gerando insegurança entre os indivíduos. Como conviver em um tempo e espaço onde a certeza ficou escassa e a relatividade é extremamente necessária? Como entender que seu Deus é um entre tantos outros deuses? Talvez por isso, o fenômeno pluralista gere tanta preocupação entre os estudiosos da religião.

Segundo Berger (2017), tal situação tem seus efeitos no cenário social e, como consequência, o pluralismo religioso provoca a relativização da compreensão de que a realidade pode ser percebida e vivida de uma maneira diferente daquela que alguém pensava ser a única possível. Essa relativização ocorre quando alguém se comporta visivelmente de maneira diferente daquilo que era aceito pelo outro e tem isso como sendo um comportamento normal. Outra consequência do fenômeno pluralista é o fundamentalismo, visto como um esforço para restaurar a certeza ameaçada. Este termo é geralmente aplicado a movimentos religiosos,

¹⁴ Para mais informações, acessar: Francisco dos Santos Neto, Ernani. Do Pluralismo Religioso ao Princípio Pluralista. *Sacrilegens*, f.S. l./, v. 19, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/38330>. Acesso em: 5 out. 2023.

entretanto, o autor alerta que há muitas formas de fundamentalismos seculares, entre eles os políticos, os filosóficos, os estéticos e até mesmo os culinários.

O estudioso acreditava que, se por um lado, tanto o fundamentalismo como o relativismo tornariam o problema intratável, pelo outro o fundamentalismo também balcaniza a sociedade, levando a um conflito permanente ou uma coerção totalitária, assim como o relativismo enfraqueceria o consenso moral sem o qual nenhuma sociedade poderia sobreviver. O problema só poderia ser resolvido com a manutenção e a legitimação de um meio-termo entre os extremos. Berger (2017, p.45) destaca que “para a maioria da humanidade a religião ainda determina a forma de como vislumbramos o mundo e como se deveria viver”, o que significa, em outras palavras, como pensamos e nos comportamos. E a partir dessa constatação frisa a necessidade de darmos atenção à relação entre religião e pluralismo, reforçando a ideia de que essa problemática deveria ser do interesse de todos.

Para compreender melhor os efeitos do pluralismo sobre a religião, Berger (2017) nos aconselha a diferenciar o pluralismo individual e o pluralismo coletivo. Mesmo sendo tratado como um fenômeno social – o que, de fato, é –, existe também um pluralismo na mente dos indivíduos. Para ele, este fenômeno é duplo e age em dois níveis distintos: o primeiro é de natureza individual, cada um de nós encontra-se na necessidade de operar uma negociação permanente entre crenças e informações, mesmo quando conflitantes. O sociólogo expõe que, como consequência do pluralismo, individualmente, “a religião tende a subir na consciência dos indivíduos desde o nível da certeza até o da opinião” (Berger, 2017, p. 69). O segundo nível diz respeito à dimensão pública, institucional, às relações entre o Estado e as várias condições cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, irrenunciáveis.

Para minimizar os efeitos e consequências do pluralismo, os estudiosos apostam em algumas iniciativas, entre elas o diálogo inter-religioso e o ecumenismo. Segundo Teixeira (2010, p.158), o diálogo inter-religioso é um “conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento”. O autor assegura, ainda, que o Diálogo Inter-religioso instaura uma comunicação e relacionamento entre fiéis de tradições religiosas diferentes, envolvendo partilha de vida, experiência e conhecimento. Já o encontro e o diálogo entre fiéis de diferentes confissões cristãs são definidos por Berkenbrock (2007) como ecumenismo, que se reveste de um discurso essencialmente cristão.

1.4 O PLURALISMO RELIGIOSO À BRASILEIRA: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CAMPO RELIGIOSO

A pluralidade religiosa no mundo atual é algo realmente espantoso e, especificamente, no contexto brasileiro, é ainda mais acentuada. Todavia, essa variedade religiosa não é algo novo: ela nasce e se desenvolve ao longo dos séculos, no decorrer de toda nossa história. Essa mesma diversidade que nos iguala e diferencia pode ser observada em vários outros aspectos: no clima, na natureza, na cultura, na geografia, na pluralidade étnica, na música e, também, na religião. Nesse último quesito somos bem afortunados, já que somos vistos como um país extremamente religioso e, conseqüentemente, plural.

Somos diversos historicamente, etnicamente, linguisticamente e, da mesma forma, somos diversos religiosamente. A diversidade religiosa é profunda. Ela existe entre ateus e religiosos, entre formas distintas de religião (cristãos e budistas, por exemplo), entre ramos religiosos com pontos em comum (como judeus e muçulmanos), entre expressões internas de uma mesma religião (católicos carismáticos e adeptos da Teologia da Libertação) e mesmo entre expressões geográfico-históricas da mesma fé (católicos espanhóis e católicos norte-americanos) (Silva, 2004, p.02).

Essa diversidade religiosa, que a cada dia se acentua no mundo globalizado, não se trata de um evento momentâneo; no caso do Brasil, ela também foi observada em períodos anteriores à colonização portuguesa.

Segundo Santos (2015), a primeira manifestação religiosa presente em nosso continente é a religiosidade dos povos ameríndios, considerada por muitos a matriz religiosa originalmente brasileira, a nativa. Consoante ao autor, os indígenas sempre foram vistos como semelhantes, mas, na verdade, existiam muitas diferenças entre os povos, tais como a língua, a forma de organização social e política, os rituais, os mitos, as formas de expressão artística, as habitações e a maneira de se relacionar com o meio ambiente.

Docas de Paula (2015) realçou a dificuldade em construir uma síntese a respeito do fenômeno religioso dos povos indígenas¹⁵. Para ela, isto ocorreu devido a uma pluralidade de manifestações religiosas, pela diversidade social e cultural dos povos e pela existência de inúmeros mitos e rituais de caráter puramente religioso, subjetivo ou transcendental. E o que isso significa? Ora, desde tempos passados, com os povos ameríndios, já somos convidados a nos atentar para os enredamentos da diversidade religiosa presente em nosso território. O

¹⁵ Consideramos que o entendimento sobre religião adotado pelo ocidente, na significação de religião com o transcendente, não se aplica às espiritualidades indígenas.

sistema de crenças indígenas é, por si só, plural e diverso, dificultando a aceitação de uma tradição hegemônica.

No período colonial também não foi diferente. Jacob (2004) revela que o processo de colonização do Brasil apoiado na convivência de brancos, índios e negros fez com que houvesse, desde este período, certa diversidade de religiões praticadas no país. Na compreensão desse autor:

As religiões dos índios e dos negros e, mais tarde, o protestantismo dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, bem como as religiões orientais dos imigrantes japoneses em São Paulo, representavam pouco em termos de população, num país que se dizia o maior país católico do mundo (Jacob, 2004, p. 09).

Conforme Negrão (2008, p.262), “o catolicismo foi imposto no Brasil, desde os primórdios da colonização, era a religião oficial do Império e a única com permissão para realização de cultos públicos ou domésticos”. O controle que era exercido pela Coroa sobre a Igreja mediante recolhimento de dízimos a tornou independente do poder real de Roma. A autora alega que essa configuração do empreendimento, ao mesmo tempo, colonial e catequético, teve como consequência, conforme a presença ou a ausência do clero e segundo o local de sua manifestação, a formação de diferentes tipos de catolicismos, a saber: um ritualístico e formal; outro patriarcal; e, por fim, um catolicismo identificado como popular.

Isto já denota, apenas nesta tradição, uma variedade na sua unicidade. Por certo, durante séculos, estivemos sobre a hegemonia da Igreja Católica e hoje não é tão diferente: a instituição católica ainda detém a maioria em número de adeptos, mas isso não significa o apagamento das inúmeras outras manifestações de crenças aqui existentes, sendo que explicar o porquê exige apresentar a variedade religiosa presente nos últimos censos e evidenciada em estudos que se debruçam sobre a nossa diversidade religiosa. Isso não significa que essa totalidade esteja acabada, não. Ela é tão representativa quanto o nosso propósito. Antes, uma constatação: é pertinente destacar que grande parte dos estudos acerca desse vasto universo religioso afirma a presença de transformações significativas. Com base nos escritos de Sanchis (2001), Teixeira e Menezes (2011), Negrão (2008), Camurça (2011), Ribeiro e Franco (2020) e tantos outros autores(as), é possível dizer que o campo religioso brasileiro está em plena mutação.

De fato, nosso campo religioso é feito de muitas religiões e para compreender a dimensão dessa variedade na atualidade entre as inúmeras denominações presentes, basta citar inicialmente as religiões tradicionais instituídas, oriundas do cristianismo, com destaque para o catolicismo com sua constelação de formas de ser e viver a religião. Em texto, Mariz (2011)

aponta para uma crescente diversidade de práticas e discursos entre os católicos, todavia, a autora lembra que, embora essas ocorrências chamem a atenção dos estudiosos, esta diversidade católica não é nova, visto que a pluralidade tem sido uma constante histórica.

Serra (2020), em *A Pluralidade Católica Romana*, tenta descrever esta tradição. De início, ela frisa que “para entender a pluralidade católica é preciso considerar que a própria experiência individual e coletiva do catolicismo se modifica e diversifica à medida que ele se insere e se enraíza em distintos contextos culturais e meios sociais” (Serra, 2020, p.167). No estudo, a autora evidencia a polifonia do catolicismo, a pluralidade de modos de ser católico e de ser igreja, assim como os modos de ser igreja no mundo. Após descrever a diversidade católica, ela expõe dois lados em que ocorre uma absorção, flexibilidade e trânsito entre ambos: uma forma de catolicismo ortodoxo e erudito da elite dominante da Igreja e um catolicismo tradicional, popular e periférico, de tradução oral. Como exemplo dessa última, cita:

A visão do mundo mágico, as rezadeiras, as pajelanças, os santos e encantados, as romarias, as procissões, os votos e o pagamento de promessas, as festas e celebrações populares, as velas acesas em casa e as fitas coloridas amarradas no pulso, os altares domésticos, novenas e terços as aparições marianas e outras devoções (Serra, 2020, p.169).

Tudo isso diz respeito aos variados modos de ser católico. Serra (2020, p.169) acredita que “a variação e a pluralização do catolicismo romano resultam de uma dinâmica complexa de disputas, resistências e negociações permanentes, em que descontinuidades e continuidades, rupturas e reapropriações se articulam”.

Podemos falar ainda dos protestantes, primeiro lugar entre as maiores denominações históricas do Brasil em número de adeptos: batistas, presbiterianos, luteranos, metodistas e adventistas, respectivamente. Há também um variado leque de denominações pentecostais e neopentecostais que tem como um dos maiores e mais representativos grupos desta corrente, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Igreja Renascer em Cristo, a Igreja Apostólica Fonte da Vida e a Comunidade Cristã Paz e Vida. Aqui, por si só, já temos uma diversidade religiosa bastante complexa.

Em *Pluralidade Evangélica no Brasil*, Prado (2020) discorre sobre o termo evangélico, protestantismo de missão, os primeiros grupos pentecostais, os novos grupos pentecostais e os evangélicos no espaço público para ilustrar a diversidade desse segmento religioso. Ela destaca que a participação evangélica no espaço público tem aumentado de forma significativa e efetiva. Como exemplo, expõe a ocupação evangélica na política, nas mídias e nos esportes, chamando

a atenção para a diversidade evangélica, intensa em todo o país, e que sua compreensão e análise têm desafiado os estudos da religião.

No campo religioso também estão os espíritas/kardecistas que não trazem variações institucionais, mas uma forma própria de vivência e prática religiosa que resulta em uma ampla diversidade. Mesmo não havendo um corpo eclesástico definido no Espiritismo, Arribas (2014) detectou em seus estudos um quadro diverso e plural de práticas e concepções, todas legitimadas de espíritas.

No campo, as religiões se fundem. Prova disto são as religiões de matriz africana, as religiões afro-brasileiras, melhor, afro-indo-brasileiras¹⁶ presentes nas suas mais variadas formas: Umbanda, Candomblé, Xangô, Tambor de mina, Batuque gaúcho, Batuque paraense, Catimbó, Encantaria, Jurema e outras modalidades religiosas brasileiras de origem africana e indígena.

Ainda temos as religiões orientais. Ao falar deste segmento, Tomita (2020), em *Religiões Orientais no Brasil*, destaca o Islamismo, Hinduísmo e o Budismo e outros cultos de origem oriental, tais como o grupo das Novas Religiões Japonesas (NRJs), da Seicho-no-ie (SNI), da Perfect Liberty (PL), Igreja Messiânica, Tenrikyo, Mahikari, Shinto, Bahai, Oomoto, Tao, Taoismo, Confucionismo e os sistemas filosóficos chineses. Não obstante, temos os esotéricos, os hinduístas, os de religião judaica e os muçulmanos.

Há também outras tradições, como o Santo Daime, a União do Vegetal e a Barquinha, religiões de origem brasileira e classificadas pelo IBGE como Tradições Religiosas Indígenas. Também estão inseridos no campo os pequenos grupos e/ou comunidades religiosas, os quais chamamos de “grupos religiosos invisíveis¹⁷”, grupos autônomos que não dependem de vínculos institucionais, pois sua principal característica é a subjetivação de crenças e práticas, culminando em apropriações, empréstimos e sincretização, uma verdadeira reinvenção. Como exemplo, cito os grupos (neo) xamânicos e adeptos da bruxaria, feitiçaria e da magia em geral.

Cabe destacar a presença dos indivíduos que se identificam como agnósticos e ateus e principalmente os sem religião, compondo uma parcela significativa no campo religioso. Os

¹⁶Esse termo passou a ser adotado por alguns autores, a exemplo de Zuleica Campos, Roberta Bivar Campos e Roberto Motta (UFPE), por entenderem que nesse conceito deve ser levada em conta a influência indígena no universo religioso afro-brasileiro. Um exemplo disso é a Umbanda de Jurema praticada nos estados do nordeste oriental brasileiro.

¹⁷ Apesar de estarem presentes no campo religioso brasileiro, possuem pouca visibilidade. Trata-se de grupos e/ou comunidades restritas apenas a seus adeptos que adotam uma leitura do homem de maneira holística – corpo, mente e espírito. Nesse sentido, uma verdadeira mistura de práticas e rituais religiosos ocorre, sendo possível encontrar elementos de várias tradições religiosas em um único grupo, com destaque para as religiosidades ameríndias.

assim denominados passaram a ser uma categoria cuja importância se justifica pelos dados apresentados nos últimos censos: é o terceiro segmento que mais cresce. Ao falar sobre eles, Camurça (2017, p.60) declarou que “numa série histórica dos indicadores estatísticos relativos às declarações de ‘sem religião’, pode-se constatar o avanço e a crescente visibilidade que adquiriu o conjunto dos indivíduos que se declaram enquanto tal”.

Sobre a década recenseada (de 2000 a 2010), Camurça (2017) pontua que o crescimento dos “sem religião” se deu em um ritmo menor, de 7,4% para 8%, e em números absolutos da população, de 12,3 milhões para 15,3 milhões. Contudo, assegura que isso não se trata de um teto limite para esse crescimento, já que entende os “sem religião” como “religiosos sem instituição”. Para o autor, “isso não discreparia da ‘tradição religiosa’ do país, eles apenas expressariam, no Brasil, o processo de ‘desfiliação religiosa’ relacionado a uma (pós) modernidade religiosa” (Camurça, 2017, p.60).

Segundo Teixeira e Menezes (2011), as análises produzidas nos últimos anos sobre as religiões no Brasil assinalam a dinâmica que perpassa o campo religioso brasileiro, assegurando que “identifica-se hoje no campo a ocorrência de vários processos de reconfiguração, de transformações, de surgimento de novidades que marcam uma ruptura com o que até então havia sido considerado habitual” (Teixeira; Menezes, 2011, p.07). Entre estes e outros processos, destaca-se o de pluralização religiosa, isto é, a multiplicação das opções religiosas existentes e a liberdade do indivíduo de escolher aquela que considerar mais adequada.

Uma das correntes religiosas que vem ganhando destaque entre os estudiosos e que pode ser vista como caracteristicamente contemporânea é a Nova Era, segmento de proporções ainda desconhecidas. Para Gomes e Souza (2013, p.08), trata-se de “um movimento religioso filosófico, produto da modernidade e pluralidade religiosa” que “reúne vários símbolos e ensinamentos das mais diversas religiões”. Ainda segundo os autores, o objetivo desse movimento é tentar preencher o vazio existencial do homem moderno que procura respostas para suas necessidades espirituais.

Vários autores buscaram dar atenção em seus estudos às questões relacionadas ao campo religioso brasileiro, dentre eles Isaías (2009, p.95) que, ao enfatizar alguns aspectos significativos das transformações apresentadas nos últimos anos, sustentou que “essa complexidade de crenças não é atual, ela é histórica, visto que a experiência dos colonizadores já acenava para uma complexidade étnica, cultural, linguística e religiosa notáveis”. Já Andrade (2009) retrata em seus estudos que o marco fundamental da história religiosa foi o fim do monopólio católico e a crescente abertura para o pluralismo religioso explícito, de modo que foram introduzidos no Brasil diferentes sistemas religiosos, com destaque para o protestantismo

e espiritismo kardecista. A autora conta que na virada do século XIX para o XX instalou-se um verdadeiro pluralismo religioso, com a penetração de uma multiplicidade de crenças e ritos pertencentes às mais distintas tendências religiosas e seitas. Neste contexto, o pluralismo passou por tensões, contudo favoreceu novos ciclos de formas de assimilação, de novas crenças e de ritos, ampliando o processo de sincretização.

Ao revisar a noção de sincretismo no campo religioso brasileiro, Sanchis (2001) detectou que hoje ele parece suscitar problemas. Assim como outros analistas do campo religioso pós-moderno, observou “a existência de uma fluidez e encontros impensáveis capazes de generalizar um novo tipo de porosidade, de identidades múltiplas e/ou compósitas” (Sanchis, 2001, p.09). Na sua concepção, essa diversidade não se dá de forma una, pois “a mesma grade de diversificação se impõe como instrumento de compreensão do campo religioso quando a análise se desloca para a subjetividade do indivíduo” (Sanchis, 2001, p.12). Essas transformações ocorrem em vários níveis, do macro ao micro e vice-versa e, por consequência, transformam o campo, a religião e o indivíduo, ocorrendo uma diversificação e pluralismo interno no reconhecimento e construção de identidades, nas rupturas, nos deslizamentos e nas trajetórias.

Sucintamente, Negrão (2008) apresenta uma visão panorâmica do campo religioso brasileiro e como principal característica destaca as constantes transformações. Para ela, “essas transformações acompanham o estabelecimento de um campo religioso pluralista em que o catolicismo vai, gradualmente, perdendo adeptos para outros grupos religiosos, especialmente os protestantes e pentecostais, sem, contudo, perder a hegemonia” (Negrão, 2008, p.162). A autora complementa que “chega à atualidade, em que essas tendências persistem, além disso, altera-se substancialmente a dinâmica do campo religioso com a perda da influência das instituições religiosas em consequência da subjetivação das crenças e práticas” (Negrão, 2008, p.162). Sanchis (2001, p.32) problematiza a possibilidade de que essa espantosa diversidade religiosa articuladamente subjetiva e institucional não seja algo tão novo assim no Brasil. Ele acredita que “a riqueza e o grau de intensidade atuais provavelmente inauditos, tanto quanto suas modalidades, representam inflexões novas e criadoras”.

Assim como os demais autores, Silva e Ulrich (2017) também destacam que o Brasil contemporâneo é marcado pela pluralidade religiosa, percebendo mudanças na mobilidade religiosa, especialmente a partir dos últimos censos realizados no Brasil. O censo de 2000, em especial, foi um dos mais analisados e discutidos pelos estudiosos da religião (Almeida; Monteiro, 2001; Teixeira; Menezes, 2011; Pierucci, 2011; Camurça, 2011; Cecchetti; Oliveira,

2015), justamente porque refletiu as intensas transformações das últimas décadas operadas no contexto religioso brasileiro.

Camurça (2011) em *As Religiões no Brasil* buscou analisar os dados do censo de 2000, descrevendo a tendência para uma crescente situação de pluralismo e diversidade religiosa no país. Na tentativa de entender como o Brasil pode ser plural religiosamente, analisou as respostas à pergunta aberta realizada pelo censo “Qual a sua religião?”. A grande variedade numérica de respostas acerca da confissão religiosa foi alarmante chegando, naquele censo, a trinta e cinco mil respostas para diferentes posicionamentos. Após acurada análise, chegou-se a uma redundância tipológica e foi apresentada uma classificação de 144 diferentes religiões no Brasil. Para Teixeira e Menezes (2011), isso expressa a forma variada pela qual o brasileiro é capaz de definir sua adesão religiosa. Em uma primeira interpretação para a diversidade que emergia dos números do censo, Camurça (2011) apontou um quadro de multiplicidade de ofertas religiosas e de liberdade de escolhas, resultante do processo de modernização, liberação e democratização operado no país.

Contrário a essas concepções, Pierucci (2011) acredita que o censo de 2000 mostra que a badalada diversidade religiosa brasileira hoje é quase nada. Para ele, “a variedade de religiões neste Brasil, no fundo, no fundo, é muito rala, apertada, bem mais rarefeita e bem menos resistente aos grandes empreendimentos religiosos pós-estatais” (Pierucci, 2011, p.50). O autor argumenta que, mesmo diante dos dados, essa variedade se acha distribuída entre menos de seis milhões de brasileiros, sendo uma exígua parcela de uma população total de cento e setenta milhões. Descreve ainda que os católicos são mais de cento e vinte e quatro milhões e os evangélicos, mais de vinte e seis milhões, o que significa que duas grandes religiões englobam mais de cento e cinquenta milhões de brasileiros.

A antropologia também contribui para nossa discussão. Em *O que faz o Brasil, Brasil?*, DaMatta (2001, p.114) revelou que “a variedade de experiências religiosas brasileiras é, assim, ao mesmo tempo, ampla e limitada”. Ampla, já que ao catolicismo romano e às várias denominações protestantes somam-se a outras variedades de religiões ocidentais e orientais, além das variedades brasileiras de cultos de possessão, cuja tradição é uma constelação variada de valores e concepções.

Se de um lado existe, incontestavelmente, a África dos escravos com seus terreiros, tambores, idiomas secretos, orixás e ritos de sacrifício, lugar em que as coisas pertencem ao mundo da sensível, do outro, há o espiritismo kardecista, em que o culto dos mortos é uma forma dominante e o ritual se faz sem cantos nem tambores. Embora se verifique estas diferenças, o autor assegura que essa variedade é limitada, uma vez que essas formas mais

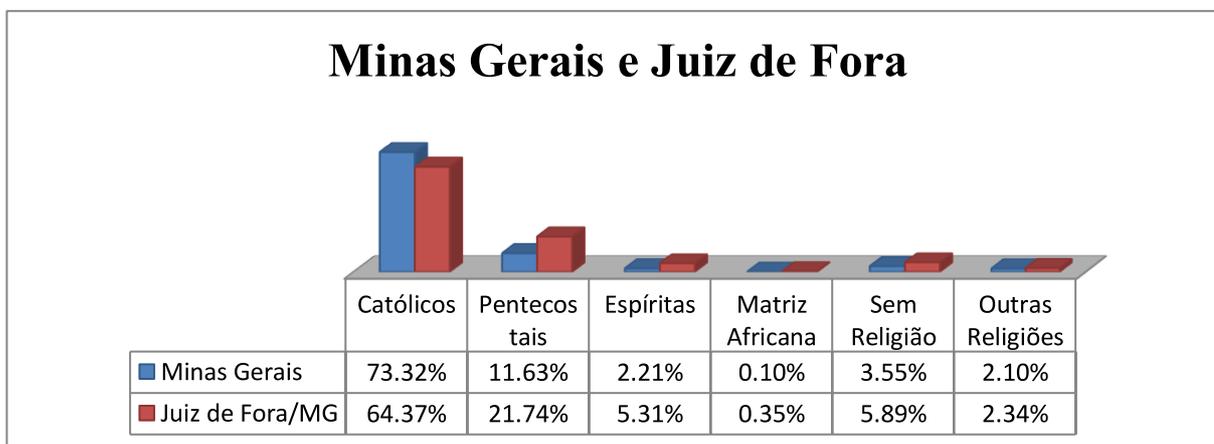
diversas coexistem tendo como ponto focal a ideia de relação e a possibilidade de comunicação entre homens e deuses, homens e espíritos, homens e ancestrais (DaMatta, 1986).

Ainda em relação ao censo, na visão de Cecchetti e Oliveira (2015, p.157), “esses dados indicam algumas características próprias da contemporaneidade, como a tendência ao pluralismo religioso, ao constante trânsito religioso e à privatização da religião das sociedades modernas ocidentais”. Os autores também afirmam que nestes contextos o pluralismo é reflexo de dois fatores: 1) da existência da diversidade religiosa e 2) da reivindicação de liberdade religiosa.

Como observado, o campo religioso brasileiro desde seus primórdios caracteriza-se pela sua diversidade religiosa, e isso pouco mudou; ao contrário, na atualidade, confirma-se ainda mais a sua pluralidade religiosa. O censo demográfico de 2010 mostrou, em âmbito nacional, um crescimento da diversidade de grupos religiosos no Brasil. Segundo o IBGE, a proporção de católicos com 64% seguiu a tendência de redução observada nas duas últimas décadas, embora tenha permanecido majoritária. Equidistante, consolidou-se o crescimento da população de evangélicos com 22,2%. A pesquisa também indicou uma breve elevação no número de espíritas (8%) e dos que se declaram sem religião (8%), enquanto os adeptos das religiões de matriz africana, em especial, a umbanda e o candomblé, mantiveram-se instáveis em 2010, cerca de 3%. (IBGE, 2010). Essa diversidade também opera em várias dimensões.

Citando apenas como exemplo o Estado de Minas Gerais, esses dados mostram algumas diferenças. Neri e Mello (2011), em *O novo mapa das religiões*, partindo dos micros dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) (2009/IBGE), revelaram os dados a seguir, conforme a imagem 01.

Gráfico 01- Mapa das Religiões no Estado de Minas Gerais e na cidade de Juiz de Fora/MG –2010



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um pouco mais adiante no tempo, Gomes e Souza (2013, p.04) nos diz que “o Brasil vive no momento atual um apogeu de liberdade religiosa, ou seja, as religiões nunca foram tão livres como agora. [...] tal liberdade conduz o processo de pluralização religiosa a ser independente de qualquer monopólio religioso”. Conforme os autores é nesse cenário de uma sociedade plural que os indivíduos se percebem como livres para manifestar suas crenças sem precisar esconder sua identidade religiosa.

Apresentando Daniele Hervieu-Léger, em *O peregrino e o convertido*, Teixeira (2015, p.09) pontua que “o que caracteriza o tempo atual não é a mera diferença com respeito à crença, mas a perda da sua ‘regulamentação’ por parte das instituições tradicionais produtoras de sentido”. Para ele, o que ocorre, na verdade, é uma “bricolagem de crenças”, ou seja, uma individualização e liberdade na dinâmica de construção de sistemas de fé. Na visão do autor, o que marca o cenário contemporâneo é a proliferação de crenças e isso reflete largamente na necessidade dos indivíduos de recompor o universo de sentido que eles mesmos sentem esgueirar-se de suas mãos numa modernidade transparente (Hervieu-Léger 2015).

Essa liberdade é real ou imaginária? Não que seja imprudente tal indagação, mas para falar em diversidade e pluralidade, espera-se que a variedade seja significativa. No tocante às ILPIs, diante de um novo mercado em desenvolvimento, várias são as disparidades. Mesmo regidas por um código de funcionamento local, estadual e nacional, as instituições operam, cada uma, de forma singular. Em uma ILPIs podemos observar a presença de denominações religiosas, podendo ter uma, duas ou quicá várias. Geralmente, quem liderava esse monopólio era a instituição católica; entretanto, os efeitos da transição populacional já se fazem presentes também no contexto asilar, como mostram as listas de espera, causa inevitável do aumento da procura de Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil.

Este novo cenário também refletiu a variedade de confissões religiosas dos idosos, a inserção de instituições religiosas e/ou seus representantes, não menos importantes, o fortalecimento do segmento pentecostal através dos novos residentes. Esperava-se que, mesmo situados na hegemonia do poderio católico e, levando em conta a faixa etária dos idosos, ainda estivéssemos com maior número de adeptos católicos, mas não. A presença religiosa pentecostal na instituição asilar é algo inegável.

1.5 NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PRESENÇA RELIGIOSA NO ESPAÇO SOCIAL

Os estudiosos concordam que o fenômeno do pluralismo religioso traz consigo o aumento e expansão das religiões. Estas ganham notoriedade nas sociedades modernas: nas

mídias e novas tecnologias destacam-se os conflitos religiosos, os atos de preconceito e intolerância religiosa; na política, manifesta-se de forma organizada, sendo alimentada pelas relações de poder; e, na economia, realça-se a sua vinculação e a valorização do capital.

Discutindo sobre a presença religiosa no Brasil frente a sua condição de país laico e secularizado, tendo como pano de fundo o pluralismo religioso, Oliveira (2012) revelou que a presença religiosa ganhou novos contornos não se restringindo apenas a espaços institucionais religiosos, mas adentrando em campos como a mídia e a política; cenários que se tornaram não só ambientes de manifestações como de conflitos: conflitos por espaço, por identidade e para promoção das próprias religiões. Um dado destacado pela autora é a implementação de capelas em *shoppings centers* com o argumento da evangelização. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo vêm recebendo a presença de igrejas em seus ambientes de lazer. Destaca ainda que o Brasil possui uma forma particular e singular de se relacionar com as instituições religiosas.

Em concordância com Oliveira (2012), a religião não se instala apenas no âmbito do privado ou do templo; sua vivência se dá de maneira coletiva e social, expandindo-se para os mais diversos espaços, a exemplo, as mídias, a política, a esfera pública. Ela acredita que na atualidade a religião assume modos de ser tida como moderna, mas isso não significa que ela tenha abandonado a tradição. Afirma ainda que a religião, seja ela qual for, se faz presente nos diversos ambientes que compõem a cidade. Quanto aos espaços asilares, pensamos não ser diferente: a religião também se faz presente, mas é preciso verificar, o que será feito nesta tese.

Ainda são tímidas as discussões sobre a presença religiosa em instituições e, mais especificamente, nas ILPIs. As pesquisas realizadas, priorizando o universo asilar, geralmente centralizam-se em temas como religião, religiosidade e espiritualidade, focalizando o indivíduo e a relação com o fenômeno religioso. Durante a revisão de literatura, não encontramos registros de produções que priorizassem a compreensão dessa inserção institucional religiosa. Ainda assim, alguns pesquisadores direcionaram seus estudos para uma compreensão dessa presença e/ou manifestação plural religiosa em outros espaços institucionais.

É o caso de Silva Junior (2017), na área da Ciência da Religião que, buscando entender como as religiões operam e se estabelecem nos ambientes de encarceramento, destacou que naquele espaço a religião serve como um arcabouço para a presença-ausência, pois, apesar da presença física há uma ausência efetivo-espiritual. Neste mesmo campo de pesquisa, em um dossiê sobre *Religiões e Prisões*, Novaes (2012) confirma a presença plural religiosa e institucional nos cárceres, manifestando, também, sua preocupação com os desafios e as repercussões sociais da crescente presença das religiões, focando o universo penitenciário, destacando que a ressocialização, as condições precárias de encarceramento, a assistência

religiosa e a resolução de conflitos foram elencadas como motivos da entrada da religião no cárcere.

Nesta mesma vereda, Quiroga (2012) alega que essa pluralidade religiosa em instituições totais¹⁸ se trata de uma realidade nova, corroborando com Novaes (2012, p.13), para quem “essas formas de atuação das esferas religiosas nos contextos prisionais parecem ser novas e, a rigor, diferem do que caracterizou a tradição dos estudos acerca da realidade prisional brasileira, onde as religiões sequer eram consideradas”. Segundo Novaes (2012), essa nova realidade traz consigo o aumento do interesse dos grupos religiosos pela realidade dos presos, vistos como um campo fértil à suas tarefas de conversão e evangelização. No espaço carcerário, cresce o número de grupos e instituições religiosas que solicitam credenciamento para o exercício de atividades de assistência espiritual nos presídios. Dentre as mudanças que caracterizam esse campo, três são elencadas: 1) a diminuição percentual de católicos; 2) o crescimento vertiginoso dos evangélicos; e 3) o aumento dos sem religião.

Os espaços institucionais apresentam alterações quanto ao fenômeno pluralista, seja em orfanatos, instituições educacionais, clínicas, quartéis, prisões, e assim por diante. No espaço institucional asilar não seria diferente, influenciados pelo aumento da população idosa que cresce de forma acelerada, bem como pela sutil inserção de vertentes religiosas institucionais que adentram o espaço asilar. Estamos, de fato, experienciando uma transição demográfica e no panorama religioso global e, ainda assim, não sabemos os desdobramentos que esses fenômenos causarão nos próximos anos.

Dentre as várias características apontadas por Berger (2017) acerca do fenômeno pluralista é preciso considerar aquelas que sustentam tal paradigma. Aparentemente, observa-se a presença de religiões tradicionais nas ILPIs. Um exemplo disso é a predominância da instituição católica, o que confirma sua posição nos últimos censos, contudo, ainda há considerações que devem ser levantadas. Partindo do pressuposto que esse novo panorama seja um reflexo do fenômeno pluralista, acredito que a dimensão religiosa passou a ser considerada também como uma dimensão de saúde e, portanto, pode ser utilizada como mais um dos serviços oferecidos pela instituição asilar. Dessa forma, é significativo compreender que relações estabelecem.

¹⁸ Esse construto, “Instituição total”, foi concebido por Goffman (1961, p. 11) o qual define como “um espaço de residência e/ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um determinado período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

Minha atenção se volta para as instituições asilares e sua relação com o fenômeno religioso pluralista. Acerca das instituições, Berger (2017, p.28) diz que “para compensar a pobreza dos instintos humanos, desenvolveram-se as instituições”. Para ele, as instituições religiosas forneceriam os programas de ação que os instintos não podem fornecer. Em outras palavras, elas erguem uma área de estabilidade em que o indivíduo pode agir quase automaticamente e sem muita reflexão e, ao mesmo tempo, possibilita outra área na qual o indivíduo está livre para fazer escolhas. Todavia, o pluralismo não apenas muda o caráter das instituições religiosas, muda também as relações destas com outras instituições na sociedade. E é justamente aqui que se centralizam minhas discussões.

CAPÍTULO 2- METODOLOGIA: O MÉTODO, O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Neste capítulo, descrevemos o método, a coleta de dados, a análise de dados, as propostas metodológicas, a escolha das abordagens e, de forma detalhada, o processo de análise de dados que compreende a organização e a categorização. Apresentamos também os sujeitos da pesquisa, os dados sobre a amostra estudada, os critérios de inclusão e de exclusão e, por fim, uma descrição dos participantes da pesquisa.

2.1 O MÉTODO

Em termos metodológicos, este estudo se situa na área da pesquisa qualitativa e propõe uma pesquisa de campo cuja abordagem de coleta é a observação participante com aplicação de entrevistas e questionários. Ao definir uma pesquisa como qualitativa ou quantitativa, fazemos referência à forma como serão analisados os dados obtidos (Costa et al., 2018). Por outro lado, a opção de análise é um definidor do(s) instrumento(s) de coleta de dados empregados. Acerca da pesquisa qualitativa, Chizzotti (2011, p.28) reforça que:

A pesquisa qualitativa recobre hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica, do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

Segundo Almeida (2017, p.18), a pesquisa qualitativa “se caracteriza pela possibilidade de aprofundamento de um dado tema, após identificado, deixando que os participantes mesmos possam trazer os significados das situações que vivenciam”. Esta abordagem condiz com o tema deste estudo por permitir que os entrevistados se sintam livres para expressar suas percepções e vivências acerca da sua própria realidade. De acordo com Bardin (1977), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, estando preocupada com o nível de realidade que não pode ser quantificado.

A escolha metodológica também se justifica a partir das concepções de Minayo (2002, p.21-22), para quem “essa abordagem trabalha com o universo de significados, motivos,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Na pesquisa qualitativa, os dados são coletados através da comunicação com a população estudada e tratados através da interpretação deles, sendo essa interpretação uma forma de ponderar os sentidos e significados expressos nos discursos.

2.1.1 A Coleta de Dados

A coleta de dados é o ato de pesquisar, juntar documentos e provas, procurar informações sobre um determinado tema ou conjunto de temas correlacionados e agrupar dados para facilitar uma posterior análise. A coleta de dados ajuda a analisar, ponto a ponto, os fatos ou os fenômenos que estão ocorrendo em uma organização, sendo o ponto de partida para a elaboração e execução de um trabalho. Para Thiollent (1986, p. 64), “a coleta de dados é efetuada por grupos de observação e pesquisadores sob controle do seminário central”. Para este autor, as principais técnicas realizadas são a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual aplicada de modo aprofundado.

Entre as diversas formas de abordagem técnica do trabalho de campo, para coleta de dados, Minayo (2002) destaca a observação participante e a entrevista justamente por se tratar de importantes componentes da realização da pesquisa qualitativa. A primeira, a técnica da observação participante, “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (Minayo, 2002, p.59-60). A autora sublinha que sua importância reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, já que, quando observados na sua própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

A segunda técnica de abordagem no trabalho de campo, destacada por Minayo (2002) é a entrevista. Nas Ciências Sociais empíricas, a entrevista é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. Ela é uma técnica ou método para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos além daqueles da pessoa que inicia a entrevista. Trata-se de um procedimento dos mais usuais no trabalho de campo e é através dela que o pesquisador obtém informes contidos na fala de atores sociais. Não se trata de uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de dados. É através deste instrumento que poderemos obter dados objetivos e subjetivos (Minayo, 2002; Bauer; Gaskell, 2012).

2.1.2 Análise de Dados: o impacto da pandemia

No início desta pesquisa, em se tratando da análise de dados, a proposta metodológica se pautava em trabalhar com visitas de campo e com os instrumentos de coleta, entrevistas, questionários, mas devido à pandemia da COVID-19, tudo mudou. Diante de um cenário de pandemia e na perspectiva de construir um estudo que estivesse próximo da realidade a ser estudada, era necessário reestruturar o método. Receando pelo andamento da pesquisa, nos antecipamos em aprimorar os instrumentos diante da impossibilidade de interação presencial nas ILPIs. Na proposta apresentada em 2021 à banca de qualificação, mantivemos o levantamento bibliográfico acerca do pluralismo religioso, dos asilos ou ILPIs e da mercantilização da velhice, seguido de uma análise dos textos para se chegar aos melhores entendimentos do problema levantado e objetivos pretendidos.

No tocante à coleta de dados, amparado numa perspectiva qualitativa, o estudo se dividiu em dois momentos: no primeiro, realizamos uma Análise Documental dos Relatórios de Atividades e Planos de Ação de 10 ILPIs disponibilizados pelo Conselho do Idoso e no segundo momento, uma Análise de Conteúdo tendo como fonte a coleta de dados (entrevistas e questionários) realizada em 06 ILPIs. Salientamos que o surto pandêmico iniciado no final do ano de 2019 mudou significativamente a forma de pensar desses espaços e o campo sofreu uma intensa metamorfose. Rememoremos...

O novo vírus se manifestou primeiramente no início de dezembro de 2019, na província de Wuhan, na China. Em seguida, espalhou-se entre as pessoas, por ser um vírus respiratório de fácil transmissão. Em 31 de dezembro de 2019, a China relatou um conjunto de casos de pneumonia de causa desconhecida que mais tarde seriam identificados como coronavírus dois da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2). Os pacientes com a doença, chamada de doença de coronavírus 2019, frequentemente apresentavam febre, tosse e falta de ar dentro de 2 a 14 dias após a exposição. O novo vírus temporariamente chamado de 2019-nCoV no começo da epidemia foi batizado de SARS-CoV-2. O nome da doença respiratória por ele causada é COVID-19, termo pelo qual ficou popularmente conhecido.

Não demorou muito para o novo vírus se espalhar pelo mundo. No dia 11 de março de 2020, em reconhecimento à transmissão global generalizada, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estarmos vivendo uma pandemia do novo coronavírus. Em poucas semanas, o número de casos de COVID-19 fora da China aumentou treze vezes e a quantidade de países afetados triplicou. Na segunda semana de março do mesmo ano, já eram mais de 118 mil infectados em 114 nações, sendo que 4.291 pessoas morreram. Em 23 de março de 2020, havia

332.930 casos confirmados de COVID-19 registrados globalmente e 14.510 mortes foram registradas.

No caso do Brasil, o primeiro registro de óbito ocorreu aos 26 do mês de fevereiro: era um homem de 62 anos com diabetes e hipertensão. No entanto, no dia 02/03/2020, o Ministério da Saúde informou que o primeiro caso do novo coronavírus no Brasil foi detectado em 23 de janeiro do mesmo ano. Antes, a pasta considerava um diagnóstico, divulgado anteriormente, como sendo a chegada da doença no país. A partir desta data, algumas providências foram tomadas na tentativa de conter e amenizar os prejuízos causados pelo vírus, das quais se destaca a prevenção através da higiene pessoal, como lavar bem as mãos com água e sabão. Em seguida, o uso de álcool gel e máscaras respiratórias se tornou obrigatório. Por fim, nos isolamos. Estados de quarentena, isolamentos sociais e lockdown transformaram nossas vidas.

Neste contexto de pandemia, em diversas partes do globo, as ILPIs ganharam visibilidade no cenário social e midiático. Inicialmente, a população idosa, justificada pela senescência, tornou-se o maior grupo de vulnerabilidade e as ILPIs, conseqüentemente, o ponto mais frágil. Já na primeira semana do mês de março de 2020, várias instituições optaram pelo isolamento social, proibindo a entrada de parentes e amigos e restringindo alguns profissionais. Imediatamente, todos os serviços que eram prestados pelas instituições asilares foram suspensos, permanecendo apenas os cuidados básicos.

Passados dez meses, após muitas resistências e descaso do ex-presidente do Brasil, a vacinação chegou. Após um longo período, surgiu finalmente a possibilidade de aplacar os efeitos devastadores do vírus. A esta altura, meados de fevereiro de 2021, já contabilizávamos no contexto global um total de mais de 110 milhões de casos e mais 2.400.074,00 mortes. Em escala nacional, o número de casos chegava a mais de 10 milhões e mais de 240 mil mortos. Nesta conjuntura, ao menos tivemos um alívio: os idosos eram prioridades na pauta de saúde brasileira no quesito vacinação. Os primeiros cidadãos que tiveram direito à vacina foram os idosos institucionalizados, seguidos dos indígenas aldeados, profissionais de saúde que trabalhavam na linha de frente contra o coronavírus e demais idosos.

À medida que o tempo passava, o caos se instalava. Quando pensamos que a pandemia havia passado, ela ressurgiu com novas variantes (cepas). Em meados de abril de 2021, o Brasil registrou, em um único dia, mais de 4.000 mortes, sendo que no mês de junho atingimos o patamar de mais de meio milhão de mortes. Estávamos diante de um verdadeiro pandemônio e claro que a dinâmica de funcionamento anterior das ILPIs sofreu intensas modificações. Estávamos diante da incerteza, de um novo cenário, uma realidade na qual era necessário

repensar os cuidados que seriam direcionados à população idosa e o andamento da investigação, afinal o campo de pesquisa sofrera uma profunda e radical transformação.

Até esse momento, era tema de nossas análises as transformações pelas quais passavam as ILPIs, mormente a presença religiosa. Ansiava por compreender a inserção da religião e os efeitos do pluralismo religioso no espaço asilar. Se antes a oferta de serviços era sua propaganda, agora se instalava a suspensão e/ou término de todas as atividades e estávamos diante da impossibilidade de entrar em campo. Era preciso repensar a investigação, a amostra e, principalmente, a metodologia.

Pensar o contexto institucional asilar por si só já não é uma tarefa fácil, principalmente ao se experienciar mudanças tão profundas nas formas desse cuidado institucional. Nesse sentido, situaremos o campo e as novas possibilidades metodológicas.

2.1.3 Análise de Dados: a inserção nas ILPIs

A pesquisa realizou-se na cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata mineira, a sudeste da capital do Estado, Belo Horizonte, distando desta em 283 km. O município ocupa uma área de 1.429.875 km², sendo que apenas 317.740 km² estão em perímetro urbano. A cidade faz parte do eixo industrial das cidades próximas à BR 040 e das próximas à BR 116. Sua população foi estimada, no ano de 2021, em 577.532 habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo então o quarto município mais populoso do Estado de Minas Gerais e o 36º do Brasil. De acordo com o IBGE (2010), entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, Juiz de Fora, com 13,6%, é a terceira cidade com maior concentração de idosos em sua população.

No ano de 2015, o *Jornal Tribuna de Minas* publicou em reportagem, com base em dados fornecidos pelo IBGE (o ranking dos municípios), que a cidade só fica atrás de duas capitais, Porto Alegre (15%) e Rio de Janeiro (14,9%) e que também ultrapassa o índice nacional de 10,8%. A reportagem ainda revelou que os dados do último levantamento demográfico dão conta de que existem 70.288 pessoas na terceira idade em Juiz de Fora, mas conforme estimativas do IBGE divulgadas anteriormente a tendência é que este número também tenha aumentado.

As ILPIs que ofertam serviços ao público idoso no município são certificadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora (CMDPI/JF). Conforme a Resolução N° 06/2020 do CMDPI/JF, o objetivo deste órgão é construir uma rede de atendimento qualificado e garantir o diálogo entre essas instituições e os demais setores que

zelam pela política pública da terceira idade no município. Sobre a definição e o caráter das ILPIs, o documento dispõe:

Art. 15. Para fins de inscrição o CMDPI/JF considera: I - Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI - filantrópica: Entidade de atendimento pública ou privada, sem fins lucrativos, celebrante de contrato com o atendido, de caráter residencial destinado ao domicílio coletivo de pessoas acima dos 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania, devidamente inscrita e regular no Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora; II - Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI - Privada: serviço de abrigamento prestado por entidade privada, na forma empresarial, com finalidade lucrativa, com contrato de prestação de serviços (Juiz de Fora, Resolução nº 06/2020).

No ano de 2017, o portal de notícias¹⁹ da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) anunciou a certificação das ILPIs que prestam serviços na cidade. Neste ano foram cadastradas 14 instituições, um ano após, o número quase que duplicou. No levantamento realizado no início de 2018, a cidade possuía um total de 23 instituições, sendo que 18 eram credenciadas e 05 ainda estavam em processo de regularização. No tocante aos institucionalizados, um total de aproximadamente 600 idosos estavam na condição de asilamento. Nessa época, o município apresentava, em ato, políticas públicas voltadas ao idoso, a exemplo, a criação de uma comissão para tratar dessas questões.

A comissão foi criada e estabeleceu metas, entre elas a criação do Fórum de ILPIs cuja proposta era “além de fiscalizar, montar uma rede de apoio com as ILPIs cadastradas e outros órgãos, culminando em um Fórum formado por estas instituições; Conselhos, Coordenadoria do Idoso, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Núcleo de Atendimento ao Idoso, entre outros” (Portal de Notícias/PJF, 2017). A reportagem destacava que das 24 entidades existentes na cidade, mais de 50% foram creditadas. As metas foram alcançadas e o Fórum das ILPIs de Juiz de Fora foi instituído.

Segundo o Fórum, o número de ILPIs oscila a cada mês devido a novos moradores (tanto de entradas como de saídas) e registros de falecimento. Por este motivo, é possível afirmar que o quantitativo variava entre 500 e 700 pessoas idosas vivendo em ILPIs no município. Essas instituições podem ser 100% gratuitas, financiadas pelo poder público, de caráter filantrópico, que é quando assumem características de organização sem fins lucrativos (ONG) e podem cobrar, no máximo, 70% do valor do salário-mínimo, ou particular.

¹⁹ Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=57000>. Acesso em 04/08/ 2020 às 10h22.

No ano de 2021 estabelecemos contato com o CMDPI/JF. Em conversa, solicitamos a listagem das ILPIs da cidade. A relação das ILPIs foi atualizada e, naquele ano, 23 instituições estavam cadastradas e devidamente certificadas. A certificação é amparada na resolução N.º 06/2020 - CMDPI/JF, que dispõe sobre o cadastro de serviços, programas e projetos de atendimento à pessoa idosa e de ILPIs no Conselho.

A Resolução N.º 06/2020, no Art. 4º, estabelece que, para a concessão da respectiva inscrição/renovação, as organizações de atendimento ao idoso devem observar os seguintes requisitos, conforme disposto no artigo 48 do Estatuto do Idoso: I - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; II - apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei do Estatuto da Pessoa Idosa; III - estar regularmente constituída (Juiz de Fora, 2020; Brasil, Lei 10.741-01/10/2003).

Sobre a oferta de atividades, a Resolução declara no Art. 5º que as organizações que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios, conforme disposto no artigo 49 do Estatuto do Idoso: I - preservação dos vínculos familiares; II - atendimento personalizado e em pequenos grupos; III - manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV - participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V - observância dos direitos e garantias dos idosos; VI - preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade. (Juiz de Fora, 2020; Brasil, Lei 10.741/2003).

Segundo informações do CMDPI/JF, a certificação busca garantir a qualidade das entidades conforme as normas estabelecidas por lei. Dessa forma, todas as ILPIs interessadas passam por um processo seletivo de inscrição, enviando vários documentos, entre eles os Relatórios de Atividades Anuais e Planos de Ação, solicitados mediante Atos do Governo. De posse desses documentos, a comissão analisa e seleciona as instituições.

Como dito acima, tivemos que repensar a metodologia diante da pandemia. Sem a possibilidade de adentrar o campo, foi preciso recorrer a outra fonte de dados. Retomamos o contato com o Conselho do Idoso e solicitamos, para fins de Análise Documental, os Relatórios de Atividades Anuais das ILPIs para que pudéssemos verificar os serviços/atividades que eram oferecidos pelas instituições ao seu público-alvo. Infelizmente, a aquisição desses dados não foi possível de imediato. Em resposta, o CMDPI/JF nos parabenizou pela iniciativa do estudo e explicou que, apesar da afirmação do caráter científico da pesquisa e do sigilo das informações que seriam recebidas, ele não possuía a legitimidade ou discricionariedade de deliberação a respeito do fornecimento de qualquer dado que eventualmente possui em razão dos ditames

inseridos na Lei nº 13.853/19, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Amparado na Lei de Acesso à Informação²⁰, entramos em contato novamente em busca de esclarecimentos sobre a resposta, já que se tratava de um órgão público. Nesta conversa, fomos informados sobre um possível equívoco e que seria enviado um termo para assegurar a responsabilidade das informações contidas nos relatórios que seriam, seguramente, enviados. Ressaltamos que esses relatórios foram de fundamental importância para o andamento da pesquisa por conter a descrição de todas as atividades ofertadas pelas instituições. Em se tratando de dados numéricos, uma análise desses documentos seria de grande contribuição, pois nos possibilitaria visualizar e, conseqüentemente, informar por meio de uma verificação apurada a quantidade de ILPIs, de tipos, de serviços e ofertas, além de uma descrição geral e detalhada das instituições nos últimos anos.

O envio não foi possível de imediato, visto que os relatórios estavam arquivados em pastas. Contudo, estendemos o contato com o Conselho e o acesso aos documentos foi liberado. Durante algumas semanas, estivemos no CMDPI/JF coletando dados, entre eles os Relatórios de Atividades e Planos de Ação referentes aos anos de 2018 e 2019 de todas as ILPIs cadastradas. Os dados colhidos diferem do número divulgado anteriormente. No nosso levantamento, detectamos um total de 28 instituições. Esse número oscila devido à entrada e à saída de instituições no referido Conselho devido às pendências na documentação e/ou não renovação da entidade. Outro dado relevante é a solicitação de certificação para instituições filiais independentes de sua matriz.

O contato foi constante com o CDMPI/JF, tanto que, no ano de 2021, passamos a fazer parte do Conselho do Idoso como Representante Titular do Conselho Regional de Psicologia (CRP)²¹. Entre as funções junto ao Conselho destaca-se a coordenação da *Comissão de Inscrição e Certificação*, principal veículo de cadastramento das ILPIs. Essa representação, além de um ato político, nos permitiu um maior contato com este órgão e, conseqüentemente, um maior entendimento sobre as ILPIs.

2.1.4 Propostas Metodológicas

²⁰ A Lei n.º 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

²¹ Subseleção Sudeste – 4ª Região. O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais é uma autarquia de direito público que tem a finalidade de orientar, disciplinar, fiscalizar e regulamentar o exercício da profissão de psicóloga (o). É também atribuição do Conselho zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Disponível em: <https://crp04.org.br/o-conselho/conheca-o-crpmg/>.

A Análise Documental é descrita por Bardin (1977, p.45) como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”, visando dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação. Ou seja, a representação condensada da informação para consulta e armazenagem. O propósito a atingir é a guarda sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de modo que este obtenha o maior número de informações (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). É, em suma, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

De acordo com Silva e Silveira (2014, p.157), a pesquisa documental é aquela realizada, sobretudo, por historiadores. É aquela que se inclina sobre fontes de informação que não “receberam organização, tratamento analítico ou publicação”. Entre estas fontes, os autores listam cartas, relatórios, documentos arquivados em órgão público, associações e sindicatos, diários, fotos e outros. Antes de definirmos o que é uma análise de documento ou análise documental, é preciso explicar o que se entende por um documento.

Para Cellard (2008), o documento consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso registrado em papel. O autor explica que os documentos podem ser repartidos em dois grandes grupos, os arquivados e os que não são arquivados, podendo ser de natureza pessoal, privada ou pública. Nesta pesquisa, a proposta é debruçar-se sobre os documentos de natureza pública que, segundo Cellard (2008, p.257), trata-se de:

Uma documentação geralmente volumosa, e por vezes, organizada segundo plano de classificação, complexos e variáveis no tempo ainda que seja dita pública nem sempre é acessível esse tipo de arquivo compreende comumente os arquivos governamentais (federais, regionais, escolares e municipais) os arquivos de estado cível assim como alguns arquivos de natureza notarial e jurídica.

Ao realizar uma Análise Documental, é preciso excluir a ideia de que documentos são considerados somente aqueles de origem impressa, como também a concepção de que a Análise Documental é um método sinônimo de análise bibliográfica. Mesmo que ambos tenham o documento como uma unidade basilar na pesquisa, a Análise Documental pode utilizar vários outros objetos de análises, tais como gravações, filmes, pôsteres e, como ocorrem neste trabalho, documentos de natureza pública.

2.1.5 A Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) é vista como um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Bardin (1977, p.38) define a Análise de Conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Esse instrumento metodológico visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica e outras, por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares. Esta metodologia procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Ela é, portanto, uma busca de outras realidades através das mensagens.

2.1.5.1 Organização da Análise

Nas concepções de Bauer (2002), a AC trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, mas procedimentos semelhantes podem ser aplicados a imagens ou sons. Há dois tipos de texto: textos construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevistas e protocolos de observação, e textos que já foram produzidos para outras finalidades quaisquer, como jornais ou memorando de corporações. Bauer (2002) destaca que o material clássico da AC são textos escritos que já foram usados para algum outro propósito. Todos esses textos, contudo, podem ser manipulados para fornecer respostas às perguntas do pesquisador.

Segundo Bardin (1977), a AC pode ser composta de diferentes fases ou polos cronológicos. De forma sequencial, temos a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, e por fim, a inferência e a interpretação. Vejamos:

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita que “corresponde ao período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 1977, p.95). Esta fase possui três missões: 1) a escolha do material a ser submetido à análise, 2) a formulação de hipóteses e dos objetivos e 3) a elaboração dos indicadores que fundamentaram a interpretação final.

A primeira atividade a ser realizada é o contato com o material, período de percepções que tem por objetivo a seleção do conteúdo. Este momento é chamado de leitura flutuante. Essa atividade “consiste em estabelecer um contato com os documentos a analisar e em reconhecer

o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1977, p.96). Nesta fase, durante o levantamento de dados, alguns critérios devem ser seguidos:

- I. **Regra da exaustividade:** examinar todas as partes do material detalhadamente para que não haja nenhum tipo de omissão;
- II. **Regra da representatividade:** estar atento às unidades do conjunto que está sendo analisado;
- III. **Regra da homogeneidade:** todos os dados devem ser direcionados a um mesmo tema;
- IV. **Regra de pertinência:** os dados selecionados devem estar afinados aos objetivos da pesquisa.

Concluída a fase de pré-análise, vem a análise propriamente dita, especificamente, a exploração do material. Fase da administração sistemática das decisões tomadas, para Bardin (1977) é uma fase longa e fastidiosa consistindo essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração em função de regras propriamente formuladas. Nesta segunda fase é realizada uma seleção em relação à contagem de palavras em que se analisa a presença de elementos ou unidades de registro que podem ser termos que apareçam com frequência – uma temática a ser trabalhada ou até mesmo elementos ausentes, mas que traduzem alguma intenção por meio deles. Há, portanto, outros aspectos que podem ser analisados como a intensidade de determinados verbos, advérbios, adjetivos que aparecem no conteúdo analisado, assim como a ordem em que esses registros se apresentam. Por fim, verifica-se a presença paralela de duas ou mais unidades de registro em um mesmo contexto no qual a pesquisa possa encontrar semelhanças possíveis entre eles.

2.1.5.2 Unidades de Registro e Unidades de Contexto

Essas unidades referem-se a um recorte completo de elementos do texto. Essa escolha das unidades de registro e de contexto deve responder de maneira pertinente em relação às características do material em face aos objetivos da análise. Assim, são resumidas as unidades de registro e de contexto por Bardin (1977, p.107):

A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao seguimento do conteúdo a considerar as unidades de base, visando à categorização e contagem frequencial. Enquanto a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às unidades de

registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata para a palavra, o parágrafo e o tema.

A codificação pode ser realizada de forma manual ou por meio do uso de algum *software*. Bauer (2002) lembra que o advento da computação estimulou o entusiasmo para a AC e hoje existem diversos tipos de análises com o auxílio de um computador para materiais textuais. Todavia, esta pesquisa se configura como sendo de abordagem qualitativa e, devido ao número de entrevistas, optamos pelo uso manual.

No tratamento dos resultados será realizada a interpretação dos dados. Neste percurso, utilizamos a chamada categorização de dados e inferência. Como dito acima, a AC aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Sua intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não.

A Interpretação e a Inferência podem ser consideradas o momento mais fértil de todo o processo, concentrando-se em âmbitos explícitos da mensagem investigada. Isto posto, procura-se expor o sentido que há por trás das unidades de registro verificadas, sendo possível desvendar as relações existentes, bem como suas intencionalidades (Fonseca Junior, 2010). Para que a categorização possa ser interpretada de forma categórica, faz-se uso da inferência que corresponde aos polos de análise de dados, ou seja, utilizando de elementos constitutivos do mecanismo clássico de comunicação: 1) o emissor, 2) o receptor, 3) a mensagem, 4) o código e 5) a significação (Bardin, 1977).

Vejamos cada um deles:

1. **Emissor ou produtor da mensagem:** pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos emissores. Neste caso, insiste-se na função expressiva ou representativa da comunicação.
2. **Receptor:** pode ser um indivíduo ou um grupo (restrito ou alargado) de indivíduos ou uma massa de indivíduos. Nesta ótica, insiste-se no fato de a mensagem se dirigir a este indivíduo para agir ou de adaptar-se a ele.
3. **Mensagem:** qualquer análise de conteúdo passa pela análise da própria mensagem. Este material se constitui, portanto, como o ponto de partida e o indicador sem o qual a análise não seria possível. Bardin (1977, p.134) reforça que na mensagem existem duas possibilidades correspondentes a dois níveis de análise: “o conteúdo e o continente; ou

ainda os significantes e os significados; ou ainda o código e a significação... Com uma possível passagem de informações entre os dois planos”.

4. **Código:** que serve como um indicador capaz de revelar realidades subjacentes.
5. **Significação:** que é a passagem sistematizada pelo estudo formal do código, não é sempre indispensável. A Análise de Conteúdo pode realizar-se a partir das significações que a mensagem fornece.

Situando esta pesquisa nesse quadro de elementos, verifica-se que o emissor está na posição de entrevistado e o pesquisador na posição de receptor que tratará da codificação da mensagem. É por meio do emissor que será analisado o conteúdo e/ou produto da mensagem, logo, este ocupa uma função de suma representatividade e expressividade. A mensagem é o meio pelo qual se constitui a análise do material, indicador sem o qual tal procedimento não seria possível.

Assim, o produto da mensagem é fruto de conteúdos presentes na entrevista e no instrumento do questionário. Em consonância com Bardin (1977), nesta fase, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (porcentagens) ou mais complexas (análise fatorial) permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. No capítulo IV será demonstrado de forma detalhada como chegamos às categorias de análise.

2.1.5.3 Categorização

Na construção de um referencial ou sistema de categorias diversas considerações entram em jogo, entre elas “a natureza das categorias, os tipos de variáveis de código, os princípios organizadores do referencial de codificação, o processo de codificação é um treinamento para a codificação” (Bauer, 2002, p.200). Bardin (1977) reforça que o processo classificatório possui uma importância considerável em toda e qualquer atividade científica. Assim, após o momento em que a Análise de Conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos. O critério de categorização pode ser semântico (categorias

temáticas: por exemplo, todos os temas que significam ansiedade ficam agrupados na categoria ansiedade, enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceitual de descontração), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivos (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem) (Bardin, 1977, p.117).

Em resumo, a categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos.

Neste estudo, após a realização da etapa da classificação, definimos três categorias de análise, a saber: DEMANDA, OFERTA e PROCURA. Outro critério adotado foi que as categorias seriam selecionadas conforme a aparição em um dado fragmento do material. Por se tratar de um estudo de abordagem qualitativa, foram consideradas as unidades de registro que apareciam em todo material selecionado. As unidades podem ser entendidas como termos semelhantes, idênticos ou similares aparecidas no conteúdo analisado, servindo de suporte para uma compreensão contextual onde esses registros estavam inseridos.

A unidade de registro *Demanda* apareceu 10 vezes em todo o recorte do material analisado. Esta categoria lidera a frequência de aparições sobre as demais, sendo sua frequência de aparição mais forte no instrumento da entrevista tanto no bloco A quanto no bloco B. Esse registro está diretamente relacionado à inserção da religião no espaço asilar. Com três aparições cada, temos a segunda categoria *Oferta* e a terceira categoria *Procura*. As categorias estão descritas detalhadamente no capítulo III.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA

O universo estatístico compreendeu as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs certificadas e credenciadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – MG - CMDPI/JF.

2.2.1 Tamanho da Amostra

No primeiro momento, a Análise Documental. Realizada tendo como fonte de dados os documentos de natureza pública: os Relatórios de Atividades e Planos de Ação das instituições para idosos referentes aos anos de 2018 e 2019. O universo amostral foi constituído de 21 instituições e o critério adotado para a inclusão das instituições no estudo foi quantitativo. Dessa

forma, foram selecionadas as instituições com maior número de vagas disponíveis. Dos 21²² documentos disponibilizados pelo CMDPI/JF, 10 instituições com o maior número de residentes foram selecionadas. Para uma melhor compreensão dos dados e buscando preservar o anonimato de cada uma das instituições, optamos pelo uso de um número cardinal correspondente à classificação de cada instituição em relação ao número de idosos atendidos (ILPIs 01; ILPIs 02; ILPIs 03 e assim sucessivamente).

No segundo momento, a pesquisa empírica, com a imersão em campo. Após aplicação dos instrumentos e coleta de dados realizou-se a Análise de Conteúdo. A amostra estudada foi composta por 06 instituições e um total de 12 participantes, sendo 06 representantes e/ou responsáveis e 06 idosos residentes. Os instrumentos de coleta de dados (entrevistas e questionários) foram direcionados a um responsável e a um idoso de cada instituição.

Quanto ao recrutamento dos participantes e seleção das instituições, das 10 ILPIs trabalhadas na Análise Documental, foram selecionadas 06 instituições. Adotou-se como critério que seriam incluídas no estudo as seis primeiras ILPIs que enviassem a declaração de aceite assinada e carimbada ao pesquisador. Foram enviadas declarações de concordância para todas as instituições.

O recrutamento dos participantes realizou-se da seguinte forma: o representante e/ou responsável pela instituição seria aquele indicado pela direção e/ou coordenação da ILPIs que atendesse aos critérios de inclusão dos participantes representantes. O participante idoso seria aquele indicado pelo representante ou pela instituição e que atendesse aos critérios de inclusão quanto ao participante idoso. Informamos que todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para uma posterior análise de dados.

2.2.2 Critério de Inclusão

Para serem incluídas no estudo, as instituições deveriam atender os seguintes critérios: ser instituição pública, filantrópica ou privada. Apenas fariam parte do estudo as instituições caracterizadas como instituições de longa permanência que prestam serviços aos idosos e estivessem localizadas no município de Juiz de Fora-MG. Para serem incluídas, as instituições deveriam estar cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI/JF.

No tocante aos participantes, representantes e/ou responsáveis seriam incluídos no estudo pessoas maiores de 18 anos, de ambos os sexos, com cargos de chefia, sócios, gerentes

²² Uma das instituições foi excluída por não atender aos critérios estabelecidos na pesquisa.

e/ou coordenadores de ILPIS, com 06 meses ou mais de atuação junto à instituição asilar e que aceitassem participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE²³. Quanto aos participantes idosos, seriam incluídos na pesquisa os indivíduos com 60 anos ou mais de idade, de ambos os sexos e que se encontrassem na condição de internato/asilamento por um período mínimo de 06 meses e que concordassem em participar do estudo mediante assinatura do TCLE. Para participar, estes deveriam apresentar condições cognitivas mínimas para responder aos instrumentos de pesquisa.

2.2.3 Critério de Exclusão

Neste estudo, foram excluídas as Instituições de Longa Permanência para Idosos que, por algum motivo, estivessem sob impedimento legal ou decisão judicial de interdição pelos órgãos locais fiscalizadores. Foram excluídas toda e qualquer instituição que não estivesse conforme as normas preventivas de saúde diante do então contexto pandêmico e as que, por razão maior, desistissem de participar da pesquisa.

No tocante aos participantes responsáveis, foi excluído quem estava afastado de suas atividades ou de licença trabalhista, bem como o que viesse a ter impossibilidade de responder à pesquisa em consequência de alguma doença temporária e que por motivo de recusa ou desistência não finalize o processo de entrevistas. Quanto aos participantes idosos, foi excluída a participação do indivíduo que, por motivo de saúde-doença, apresentou durante a entrevista desistência ou recusa em continuar o processo.

Preservando o anonimato das instituições e dos participantes da pesquisa, adotou-se como representação a numeração cardinal: ILPI 01; ILPI 02; ILPI 03; ILPI 04; ILPI 05; ILPI 06. O mesmo critério foi adotado para participantes: Responsável 01; Responsável 02; Responsável 03 etc., e para os participantes idosos: Idoso 01; Idoso 02; idoso 03 e assim sucessivamente.

Informamos que todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. A Análise de Dados foi realizada de forma manual. O projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora em 25/02/2022 às 10:33 e aprovado em 08/04/2022 às 16:23:01. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa constando a aprovação órgão estão em anexo. O instrumento do questionário, foi verificado anteriormente para fins de

²³ TCLE - Disponível em anexos

adequação, sendo visto em conformação com o estudo. O modelo de questionário e o roteiro de entrevistas utilizados no estudo encontram-se em anexo.

2.2.4 Participantes

ILPI 01: Uma das mais antigas instituições asilares do município, trata-se de uma instituição filantrópica com mais de 100 anos de serviços prestados ao público idoso, atendendo pessoas com mais de 60 anos até o grau de dependência II. A ILPI dispõe de uma infraestrutura ampla com uma unidade de cuidados em saúde, contando com 45 quartos e um total de 90 funcionários, atuando com modelo de atendimento em acolhimento. Com suporte para 145 vagas, atualmente abriga um total de 130 idosos em situação de vulnerabilidade social. A questão religiosa é central tanto dentro como fora da instituição e, assim como todas as ILPIs filantrópicas pesquisadas, esta instituição nasce do nome de uma santa católica.

Responsável 01: Homem, 80 anos, católico, militante das políticas públicas a favor da pessoa idosa e atuante no campo do envelhecimento. Ele está à frente da administração da ILPI há 02 anos.

Idoso 01: Mulher, 77 anos, católica, natural de Piau-MG. Ela está na instituição há cerca de cinco anos.

ILPI 02: ILPI privada que prima pelo seu atendimento, o de prestar assistência e trazer felicidade ao idoso, que, com mais de 15 anos de funcionamento, propaga que o seu diferencial é a forma de cuidado. Com uma infraestrutura ampla e totalmente adaptada ao idoso, conta com 34 dormitórios e 40 funcionários. Atualmente, atende 72 idosos, precisamente 43 mulheres e 29 homens. O seu perfil é de pessoas com mais de 60 anos com graus de Dependência I, II e III. A ILPIs adota o modelo de atendimento em acolhimento e dispõe de vários profissionais, entre eles: médico, enfermeiros, nutricionista, fonoaudiólogo e fisioterapeuta. A instituição fica localizada na área central da cidade, em cima de um morro de difícil acesso. A primeira impressão que tivemos acerca da ILPI se voltou para o espaço de saúde por se assemelhar a uma clínica médica com longos corredores e diversos quartos, enfermeiros e cuidadores de idosos transitando entre os quartos. O branco era a cor que predominava e, já na entrada, uma sala de convivência e vários idosos assistindo TV.

Responsável 02: Mulher, 37 anos, católica, natural de Leopoldina-MG. Ela é responsável técnica há 15 anos na instituição.

Idoso 02: Homem, 92 anos, católico. É natural de Além Paraíba-MG, está na instituição há um ano e quatro meses.

ILPI 03: ILPI filantrópica, seu objetivo é prestar acolhimento a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. A instituição tem uma estrutura ampla com 20 casas, cada uma com 02 quartos e mais 15 apartamentos individuais, e um total de 38 funcionários. Atualmente, são atendidos 61 idosos, sendo 53 mulheres e 08 homens. Seu perfil caracteriza-se por idosos dependentes. A ILPI dispõe de vários serviços: medicina, enfermagem, geriatria, nutrição, fisioterapia, psicologia, assistência social e educação social. A instituição fica localizada em um bairro próximo ao centro da cidade, o espaço é aberto para livre visitação. Já na entrada encontra-se um salão de reunião com símbolos espíritas. A instituição também carrega o nome de uma personalidade religiosa espírita.

Responsável 03: Mulher, 39 anos, católica-espírita, natural de São João Del Rei-MG. Está na administração da instituição há 06 meses.

Idoso 03: Mulher, 78 anos, espiritualista, natural do Rio de Janeiro-RJ. Está na instituição há 02 anos.

ILPI 04: De natureza jurídica privada, é administrada por uma responsável técnica. A ILPI está em funcionamento há cerca de oito anos e dispõe de 2 espaços amplos e 42 funcionários. Atualmente atende a 42 idosos, onde 85% são do sexo feminino. O perfil dos atendidos varia entre 75 e 85 anos, com graus de dependência I e II. Seu modelo de atendimento é a oferta de serviços nos quais destacamos medicina, enfermagem, nutrição, fonoaudiologia e fisioterapia. Localizada na região sul da cidade, diferente das demais, esta ILPI se assemelha a um hotel de luxo totalmente adaptado ao idoso. O que chama atenção é sua arquitetura com pequenas casas no modelo alemão. O espaço dispõe de áreas externas verdes e uma minicapela (gruta).

Responsável 04: Mulher, 50 anos, evangélica, natural do Rio de Janeiro-RJ. Está há 13 anos à frente da administração da ILPI.

Idoso 04: Mulher, 85 anos, católica, natural de Juiz de Fora-MG. Está na instituição há 04 anos.

ILPI 05: Instituição de natureza privada, está em funcionamento há 08 anos, dispendo de dois espaços amplos e 15 funcionários. Seu principal objetivo é prestar cuidados aos idosos. A ILPI atende 39 idosos, mais de 60% do sexo feminino. O perfil dos atendidos compreende pessoas com mais de 60 anos, com média de idade variando entre 75 e 85 anos e graus de dependência I e II. Seu modelo de atendimento é caracterizado como oferta de serviço. A ILPI oferece os

serviços de enfermagem, geriatria, nutrição, psicologia e educação física. Este espaço prega a proposta de residencial, trata-se de uma casa totalmente adaptada ao seu público. Conta com áreas verdes, jardins, horta, piscina, lago e um espaço religioso (altar) em um dos dormitórios.

Responsável 05: Homem, 36 anos, católico, natural de São Paulo-SP, proprietário (sócio) à frente da ILPI há 07 anos.

Idoso 05: Mulher, 87 anos, católica, natural do Rio Grande do Sul-RS. Está na instituição há 07 anos.

ILPI 06: É uma instituição de natureza jurídica filantrópica, tem mandato de 05 anos e objetiva prestar bem-estar aos idosos. É uma das mais antigas instituições da cidade, com 52 anos de atuação voltados a idosos carentes. A ILPI dispõe de um espaço amplo, com 30 casas, salão de orações, uma unidade de cuidados e um total de 13 funcionários. Atualmente, a instituição atende 26 idosos, sendo 21 mulheres e 05 homens. O perfil dos atendidos caracteriza-se de pessoas acima de 60 anos, com média de idade de 80 anos e grau de dependência I. Seu modelo de atendimento é o acolhimento. A ILPI oferece os seguintes serviços: medicina, enfermagem, nutrição, educação física e assistência social. A instituição fica localizada na zona sudeste do município, dispõe de 03 andares distribuídos com pequenas casas, salão de reuniões, posto improvisado de atendimento médico e uma capela no andar térreo. É uma das mais deterioradas das ILPIs, estando com vários espaços em reformas. Um dado novo é que nessa ILPI grande parte das idosas colabora com o funcionamento da casa, trabalhando diariamente. A instituição é mantida por doações da comunidade e pelo cuidado dos próprios residentes.

Responsável 06: Homem, 58 anos, católico, natural de Cataguases-MG. Está há 01 ano na administração da instituição.

Idoso 06: Mulher, 97 anos, católica, natural do Rio de Janeiro-RJ. Está na instituição há mais de 30 anos.

CAPÍTULO 3 -A MERCANTILIZAÇÃO DA VELHICE E A RELIGIÃO NO ESPAÇO INSTITUCIONAL ASILAR

Neste capítulo, realizamos uma discussão acerca da mercantilização da velhice com um olhar atento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs. A análise se passa em um contexto que valoriza a religião/religiosidade/espiritualidade, no qual se abre um espaço de mercantilização de bens, produtos e serviços destinados a um público específico, o idoso. Para tanto, apresentamos um panorama atual acerca do envelhecimento no Brasil, destacando a realidade das ILPIs, sua relação com o mercado e com a dimensão religiosa. No decorrer do texto, tecemos algumas considerações acerca da relação desse estágio da vida, a velhice, e a categoria de envelhecimento com o capital. Em sequência, abordamos a prestação da Assistência Religiosa no Brasil. Essa discussão reclamou por uma revisão bibliográfica atualizada acerca da temática mercantilização e velhice em diferentes áreas do conhecimento.

Inicialmente nos posicionamos a favor do argumento de que o aumento da população idosa é um fenômeno presente em todo o mundo, visto que em quase todas as regiões é possível observar alterações na pirâmide etária. Mormente, nos países em desenvolvimento, os quais apresentam um significativo crescimento econômico e social, uma industrialização crescente, ademais, do aumento expressivo no valor monetário do Produto Interno Bruto (PIB), a exemplo do Brasil, esse processo parece ocorrer rapidamente e de forma mais acentuada.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) publicou, no ano de 2012, um relatório intitulado *Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio*, no qual analisou a situação das pessoas idosas e o progresso nas políticas e ações adotadas por governos e partes interessadas na implementação do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento. Nesse relatório, é possível verificar as transformações referentes ao envelhecimento populacional em uma escala global.

O estudo expõe que, no ano de 1950, havia 205 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo. No ano de 2012, esse número aumentou para quase 810 milhões. Espera-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de 10 anos e que duplique até 2050, alcançando 2 bilhões. O estudo mostra diferenças bem delineadas entre as diferentes regiões: no ano de 2012, cerca de 6% da população africana tinha 60 anos ou mais, comparada com 10% na América Latina e Caribe, 11% na Ásia, 15% na Oceania, 19% na América do Norte e 22% na Europa. As pesquisas estimam que, no ano de 2050, cerca de 10% da população africana terá 60 anos ou mais comparada com 24% na Ásia, 24% na Oceania, 25% na América Latina e Caribe, 27% na América do Norte e 34% na Europa.

Não estamos distantes das tendências mundiais, ao contrário, a imagem de um Brasil, país jovem e de jovens cede lugar a um retrato de um país com sua população envelhecida, ou seja, Brasil, um país de velhos.

3.1 BRASIL, UM PAÍS DE VELHOS? NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

É fato que o envelhecimento populacional brasileiro, assim como em outros países, já é uma realidade, uma vez que o número de idosos aumenta e o perfil demográfico passa por transição. No contexto brasileiro, essa transição demográfica surge em decorrência de vários fatores tais como a queda das taxas de natalidade e de mortalidade; o aumento da expectativa de vida relacionado às melhorias na área social e aos avanços da tecnologia no campo da saúde; as mudanças na nupcialidade; e, principalmente, a crescente participação da mulher, tradicional cuidadora, no mercado de trabalho (Camarano; Kanso, 2010; Freitas, 2004; Neri, 2001; IBGE, 2013; Santos Neto, 2018).

Conforme Ferreira, Corrêa, Banhato (2010, p. 16), “essa transição demográfica apresenta-se também como um desafio a ser enfrentado nas sociedades modernas, demandando políticas e ações específicas voltadas para essa parcela da população”. Os desafios acerca do envelhecimento no século XXI, como pontuaram estas autoras, principalmente no que tange à previdência social, já podem ser vistos em diferentes partes do globo.

Segundo reportagem da BBC News Brasil (2018)²⁴ a crise da previdência virou uma verdadeira bomba-relógio. Um estudo do Fórum Econômico Mundial – WEF revelou que a cada 24 horas o déficit do sistema de pensões em oito das maiores economias do mundo aumenta em US\$ 28 bilhões (R\$ 115 bilhões). O estudo, que incluía os Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Canadá, Austrália, China, Índia e Holanda, frisava que não era preciso esperar três décadas para ver como o financiamento das pensões poderá desmoronar.

Um exemplo desses desafios é a crise que tomou conta da 6ª maior economia do mundo. Em meados de março de 2023, a França foi palco de inúmeros mega protestos que tiveram início em janeiro do corrente ano, a maioria deles pacíficos, com alguns casos de confrontos violentos entre os manifestantes e as forças de segurança nacional. Segundo os apoiadores, as manifestações levaram mais de 3,5 milhões de pessoas às ruas, o caos tomou conta da cidade

²⁴ BBC News Brasil, Como a Previdência virou uma bomba-relógio que ameaça as 8 maiores economias do planeta. 26 de agosto de 2018. Acesso em: 14 abril 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45269015>.

luz que se transformou na cidade lixo, visto a greve geral e paralisação de diversas categorias, a exemplo, os coletores de lixo que já na primeira ação, que durou três semanas, deixou mais de 10 mil toneladas de lixo acumulado nas ruas de Paris. As manifestações foram convocadas contra a legislação que eleva a idade mínima para aposentadoria em dois anos.

Em uma reportagem sobre essas manifestações, Julia Braun (2023) explicou o que está por trás desse caos. A raiz do problema, segundo ela, está na reforma no sistema previdenciário assinada pelo então presidente Emmanuel Macron aumentando a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos para a maioria das categorias. Para o governo francês, a reforma é extremamente necessária para que se possa sustentar o sistema de aposentadorias, algo cada vez mais difícil diante da queda na proporção de trabalhadores ativos e aposentados. A reportagem ainda evidenciou que a sociedade francesa tem um forte apego à ideia de uma longa aposentadoria financiada pelo Estado, especialmente em carreiras que são mais desgastantes fisicamente. Essa resistência popular já foi enfrentada nos anos de 2019 e 2020 diante de um projeto que visava unificar todos os 45 regimes de pensão do país (Braun, 2023).

Segundo um relatório de especialistas realizado a pedido do governo francês, essas despesas podem elevar o déficit em 10 bilhões de euros entre os anos de 2022 e 2032. Vale salientar que, mesmo diante dessa mudança, a idade mínima francesa é menor do que a dos seus países vizinhos europeus (Alemanha, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Espanha e Itália), que varia entre 65 e 67 anos. Essa situação não é nova na França, já que nos últimos 30 anos todas as tentativas de reformas desse tipo foram recebidas com manifestações, greves e protestos de diversos sindicatos. Lembramos que a França tem um histórico de resistências a mudanças no que tange o sistema previdenciário, além de uma longa tradição de movimentos sindicalistas e populares.

Diferentemente da França, no caso do Brasil a idade mínima para aposentadoria é de 62 anos para as mulheres e de 65 para os homens, com tempo mínimo para contribuição na previdência social de 15 anos. No contexto brasileiro, tentativas também foram feitas no sentido de implementação de reformas, mas não tiveram a aprovação necessária no Congresso Nacional.

Esse aumento da população idosa gera grandes alterações no contexto social, econômico e cultural. O crescimento desse segmento populacional é acompanhado também pela incerteza das condições de cuidado que os idosos experimentaram, visto que a velhice impõe a consideração de aspectos culturais importantes (Neri, 2011) do qual salientamos o *aspecto religioso*.

Os dados nacionais corroboram com os estudos acima citados. Para se ter ideia desse aumento da população idosa, vale notar que no Brasil, no início do século XX, a expectativa de vida era de 33,7 anos, sendo que o índice mudou para 43,2 anos no início da década de 1950 e atingiu 68,5 anos, em 2000. Já em 2013, houve um aumento expressivo na expectativa de vida, chegando em 74,9 anos à média de anos vividos pela população brasileira. Segundo as projeções do IBGE (revisão 2013), o Brasil se tornaria um país idoso em 2029, quando haveria 39,7 milhões de jovens (0-14 anos) e 40,3 milhões de idosos (60 anos ou mais). Mas com as novas projeções do IBGE (revisão 2018), a inversão da pirâmide etária, no que concerne ao envelhecimento, vai ocorrer no ano de 2031, não menos tardia.

No ano 2010, havia 48,1 milhões de jovens de 0 a 14 anos e 20,9 milhões de idosos com 60 anos ou mais. O Índice de Envelhecimento (IE) era de 43,4 idosos para cada 100 jovens, mas em 2018, o número de jovens caiu para 44,5 milhões e o de idosos subiu para 28 milhões, ficando o IE em 63 idosos para cada 100 jovens. Ainda segundo o IBGE (2013), as projeções traçadas para o ano de 2025 estimam que o Brasil será o sexto país com mais idosos no mundo.

Segundo o Portal do Envelhecimento, os idosos são o grupo etário com maior percentual de crescimento nos últimos 72 anos. Em 2022, as projeções se confirmaram e a população mundial alcançou o patamar de 8 bilhões de habitantes. Os idosos são uma parte significativa desse número com um total de mais de 1,1 bilhão²⁵, ou seja, 13% da população idosa global. No Brasil os dados também se confirmam: segundo a divisão de População da ONU chegamos a 215,3 milhões de habitantes. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada em 2022, a respeito da população idosa, mostra que nos últimos nove anos houve um aumento de 39,8%.

O Censo confirmou o que nós, pesquisadores e estudiosos do envelhecimento, já esperávamos e havíamos alertado: o Brasil não era um país tão jovem. Confirmou-se que o Brasil é também um país de velhos. Segundo o Censo, em 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais de idade no país, que é 22.169.101, atingiu 10,9% da população, com alta de 57,4%. Isso significa que a população idosa, pessoas de 60 anos ou mais, chegou a um total de 32.113.490, ou seja, 15,6% da população. Isso representa o maior percentual encontrado nos Censos Demográficos.

Quando falamos em envelhecimento populacional, nos referimos à redução da proporção da população mais jovem em detrimento do aumento da população mais velha. Isso

²⁵ Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/8-bilhoes-de-habitantes-e-11-bilhao-de-idosos-no-mundo/>

influencia diretamente em todos os setores da sociedade, inclusive no setor econômico, pois quando registramos um menor crescimento da população espera-se que haja impactos na oferta de mão de obra futura do mercado de trabalho, o que pode afetar diretamente o crescimento do país.

Estes dados têm por base o índice de envelhecimento, calculado pela razão entre o grupo de pessoas de 65 anos ou mais em relação à população de 0 a 14 anos. Sendo assim, quanto maior o valor do indicador, mais envelhecida é a população. No contexto brasileiro, esse índice chegou a 55,2 em 2022, indicando que existem 55,2 pessoas com 65 anos ou mais de idade para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Em 2010, o índice de envelhecimento era menor, correspondendo a 30,7.

Outra informação que se confirmou com a publicação dos dados do Censo 2022 foi o aumento de um dado segmento populacional, as mulheres. Do total da população residente no país, que é de 104.548.325, ou seja, 51,5% eram mulheres e 98.532.431, isto é, 48,5% eram homens. Em outras palavras, havia cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens em 2022. Essa nova conjuntura requer uma atenção maior acerca do tratamento para com a pessoa idosa, que muda completamente a dinâmica social e, como resultado, alguns setores da sociedade passam a ter maior visibilidade. É o caso das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

3.2 AS INSTITUIÇÕES ASILARES, AS RELAÇÕES DE TROCAS E O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE ILPIS

No campo do envelhecimento, nos reportamos às instituições gerontológicas de assistência e acolhimento ao idoso, popularmente conhecidas como asilos. A discussão acerca do surgimento dos asilos no Brasil é pouco abordada, contudo, os escassos estudos que versam sobre essa temática são considerados de fundamental importância.

O nascimento dos asilos está diretamente vinculado com ações e inspirações de instituições religiosas. Ao abordar a trajetória dessas instituições no Brasil, Araújo et al. (2010) mostraram que o surgimento das instituições para idosos não é algo recente e o cristianismo foi o pioneiro no amparo aos velhos, destacando, ainda, que o primeiro asilo foi fundado pelo Papa Pelágio II (520-590) que transformou sua casa em um hospital de velhos. Na maioria das vezes, essas instituições eram mantidas por associações religiosas, imigrantes ou por outras organizações de benemerência (Costa; Mercadante, 2013).

A história dos asilos em seu início se assemelha em muito com a história dos hospitais, visto que ambas as instituições abrigavam idosos em situação de pobreza. De acordo com Affeldet (2013), ainda hoje há muitos asilos e casas de abrigo liderados por congregações religiosas sem causar nenhum preconceito e espanto. Atualmente, as casas-lares para idosos são encontradas em todo o Brasil, cobrando-se total ou parcialmente do idoso, ou de seus familiares, os cuidados do atendimento.

Na cultura brasileira, “os asilos costumam ser percebidos como um tabu, um lugar de exclusão, de isolamento, depósito de idosos abandonados, um local temido e para onde ninguém gostaria de ir” (Khoury et al., 2011, p.104). Para Silva e Finnochio (2011), os asilos, que ainda representam a mais incisiva marca segregatória ao idoso, acolhem aqueles que são aposentados ou não e/ou que são incapazes de se manterem sozinhos, podendo ser portadores ou não de doenças que causam comprometimento.

Partindo de uma análise institucional, Rozendo e Justo (2012) classificaram o asilo de velhos como uma instituição total. Esse construto, “Instituição total”, foi concebido por Goffman (1961, p. 11) o qual define como “um espaço de residência e/ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um determinado período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

Segundo Rozendo e Justo (2012, p.30):

As instituições totais, tais como os asilos de velhos, impõem uma barreira de fechamento, de modo que impedem a relação do interno com o mundo externo. Esta restrição pode ser feita por proibições à saída ou pelo esquema estrutural: portas fechadas, grades, muros altos, construção em áreas afastadas, zona rural e assim por diante. Nas instituições totais, a vida se torna restrita a um único espaço fechado, subordinada a uma mesma autoridade e cada atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas; todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários e organizadas.

Costa e Mercadantes (2013) sugerem que a palavra asilo carrega em si uma carga negativa, geralmente empregada quando se busca referir à instituição de idosos carentes, possível marca de uma época em que os asilos pouco diferiam dos manicômios e que permanece na memória social. Para Araújo et al. (2010, p.252):

O asilo (do grego ásylos, pelo latim asylo) é uma casa de assistência social onde são recolhidas, para sustento ou também para educação, pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos. Considera-se ainda asilo o lugar onde ficam isentos da execução das leis, os

que a ele se recolhem. Relaciona-se assim, a ideia de guarita, abrigo, proteção ao local denominado de asilo, independentemente do seu caráter social, político ou de cuidados com dependências físicas e/ou mentais. Devido ao caráter genérico dessa definição outros termos surgiram para denominar locais de assistência a idosos como, por exemplo, abrigo, lar, casa de repouso, clínica geriátrica e ancionato.

Os primeiros registros acerca dos asilos no Brasil datam do período colonial. Ainda no Brasil colônia, o conde de Resende defendeu que soldados velhos mereciam uma velhice digna e descansada. Foi então que, em 1794, começou a funcionar, no Rio de Janeiro, a casa dos inválidos não como ação de caridade, mas como reconhecimento aos homens que prestaram serviços à pátria, dando-lhes o direito a uma velhice tranquila (Costa; Mercadante, 2013).

Beauvoir (1970, p. 282) declarou que “para proteger os velhos, material e moralmente, contra o desconforto e a solidão, tentou-se construir para eles residências agrupadas”. Essas primeiras residências, não só no contexto brasileiro, mas em todo o mundo, eram destinadas aos soldados militares, pensionistas e exilados de guerra e não à velhice em geral. Mais tarde, não só o seu surgimento, mas toda a história e desenvolvimento dessas instituições estariam vinculados às instituições religiosas.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, a casa destinada aos idosos militares foi cedida a um médico particular do rei e os antigos internos foram transferidos para a Santa Casa de Misericórdia dedicada aos serviços de hospitalização da época colonial. Segundo Costa e Mercadante (2013, p.212), “essas casas eram fundadas e administradas por irmandades de leigos e eclesiásticos (origem privada), exerciam uma atividade assistencial destinada aos doentes pobres”. Apenas no ano de 1890 foi criada a primeira instituição para idosos no Rio de Janeiro, o asilo São Luís. Na ausência de instituições específicas, os idosos eram abrigados em asilos de mendicidade junto aos pobres, doentes mentais, crianças abandonadas e desempregados. Só no final do século XIX que a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo passou a dar assistência aos mendigos e conforme o aumento das internações passou a definir-se, em 1964, como instituição gerontológica (Araújo et al., 2010).

Em consonância com Araújo et al. (2010), o modelo asilar brasileiro ainda tem muitas semelhanças com as chamadas instituições totais, ultrapassados em relação à administração de serviços de saúde e/ou habitação para idosos. Para Camarano e Kanso (2010), o envelhecimento populacional e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental demandam que os asilos deixem de fazer parte apenas da rede de assistência social e interajam com a rede de assistência à saúde, ou seja, ofereçam mais que abrigo ou serviço de assistência.

Na tentativa de se adequar a essas novas demandas e procurando padronizar a nomenclatura, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) sugeriu a adoção da denominação Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs. Tais instituições são definidas como estabelecimentos para atendimento integral a idosos dependentes ou não, sem condições familiares ou domiciliares para sua permanência na comunidade de origem (Araújo et al., 2010, p.252).

O termo ILPIs traz consigo um novo paradigma de residência para pessoas acima de 60 anos que extrapola o caráter meramente assistencial. Trata-se, segundo Peixoto (2011), de sugerir uma nova vida de asilamento que não se desligue daquela da morada de origem. Por isso, muitas clínicas e casas de repouso adotam a palavra “lar”. Existem termos semelhantes a noção de lar, como as noções de família, hotel, pensionato, instância, bosque e outras mais. Apesar disso, ou seja, da adoção da palavra lar, é possível encontrar na literatura e na legislação outras referências às ILPIs, a exemplo, casas de repouso, pousadas geriátricas, casa, lar, residencial geriátrico, clínicas geriátricas, abrigos e asilos. Na verdade, as instituições não se autodenominam ILPIs (Araújo et al., 2010; Camarano; Kanso, 2010; Peixoto, 2011).

Os dados levantados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre as características das ILPIs em nível nacional acerca da realidade brasileira apresentam um número de 3.549 instituições, dos quais 65,2% são filantrópicas e apenas 6,6% são públicas (Peixoto, 2011). Um dado de suma relevância é que as instituições criadas entre os anos de 2000 e 2009, em sua maioria, são privadas com fins lucrativos (57,3%), apontando para uma mudança no perfil das instituições. Outras informações destacadas são a redução do tamanho das novas ILPIs privadas e a diferença entre os sexos: 57% das pessoas institucionalizadas são do sexo feminino. Para Pereira (2009) estas instituições, segundo o decreto 1948/1999, são entendidas como uma modalidade de assistência social que visa atender o idoso em regime de internato, sem vínculo familiar ou sem condições de prover sua própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

No passado, estas instituições tinham em si um caráter religioso bem delineado. Com o avanço da ciência e da tecnologia e, conseqüentemente, da expectativa de vida, houve a necessidade de repensar os cuidados com a população idosa, principalmente no campo institucional asilar. O avanço do capitalismo e a emergência de novas formas de cuidado ao idoso deram a esta instituição secular uma nova roupagem. Uma variedade de técnicos, especialistas e serviços em saúde transformou o antigo asilo em um novo lugar, comum à imagem mais condizente com a modernidade. As ILPIs, além de serem vistas como espaços de assistência, tornaram-se também espaços de promoção à saúde. No entanto, o que antes parecia

definido e claro agora se tornou complexo e plural. Frente ao aumento da população idosa, mediada pela quantidade de idosos à procura de instituições na modalidade asilar, as ILPIs abriram suas portas, permitindo e/ou patrocinando também a vivência do religioso em seu interior.

As ILPIs, nas suas novas formas de cuidados asilares, buscam superar o então e ainda predominante estigma asilar e como estratégia disponibilizam um variado leque de serviços e profissionais de saúde, a exemplo, médicos, enfermeiros, psicólogos, geriatras, gerontólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, odontólogos, educadores físicos e outros. E ainda serviços técnicos: arteterapeuta, musicoterapeuta, cabeleireiro e mais. A prática religiosa é também uma dessas atividades valorizadas pela instituição e como resultado espera-se que haja a presença de vertentes religiosas no espaço asilar.

Acreditamos que essa mudança também pode ser considerada uma influência direta da pluralidade religiosa que se caracteriza como nova tendência contemporânea diante das novas dinâmicas em relação à vivência do religioso, atravessada pela maior visibilidade de religiões, bem como pela propagação e valorização de práticas como ecumenismo e do diálogo inter-religioso. Nesse contexto, a vivência e a liberdade religiosa são postas como um direito do indivíduo e sua negação podem ser caracterizados como uma privação de direitos.

Outra possível influência viria de uma mudança relacionada às práticas de saúde. Vale lembrar que, em 1946, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o conceito de saúde como uma situação de perfeito bem-estar físico, mental e social e não apenas como a ausência de doenças ou enfermidades. Já em 1988, o conceito se ampliou e a OMS incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, remetendo a questões como significado e sentido da vida e não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa. Para esta agência especializada, o conceito de espiritualidade é visto como o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido (Segre; Ferraz, 1997; Oliveira; Jugues, 2012).

Como exposto acima, essas instituições de caráter religioso assistencial mantinham uma posição confessional religiosa bastante definida. Com a sua releitura na forma de ILPIs, prevaleceram os cuidados com a assistência e agora os cuidados com a saúde, as caracterizando não só como um espaço assistencial, mas também de cuidados. A atual configuração asilar abre espaço para novas formas de vivência do religioso, do mesmo modo, o estabelecimento de negociações tanto em nível individual quanto institucional. Comungamos da ideia de que a

relação do sujeito e das instituições com a religião é permeada por trocas, conseqüentemente, temos a ocorrência e/ou a manutenção de um verdadeiro mercado.

3.2.1 A História das Relações de Trocas e o Campo Religioso

A história da humanidade nos mostra que devido ao surgimento da cultura e ao desenvolvimento das civilizações foi possível verificar o estabelecimento de trocas entre os homens, sejam elas materiais ou simbólicas. Em *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss (1950) concebe a troca como um fenômeno universal, inerente à natureza humana e presente em todas as sociedades arcaicas ou contemporâneas. No início das civilizações, a ausência de moeda levou os homens a utilizarem outras estratégias de sobrevivência, como, por exemplo, as trocas. Neste contexto arcaico, a produção era direcionada para o próprio sustento da família e o excedente era trocado com os outros membros da comunidade. Essa forma de comércio foi denominada de *escambo*, termo que se traduz como “trocas diretas de mercadorias sem equivalência” (Ferreira, 1986, p.683).

Quando se aborda o comportamento humano em seus mais diversos níveis, observa-se o estabelecimento das relações de troca e a busca de alguma aquisição.

No campo biológico, o naturalista britânico Charles Darwin, em sua obra científica seminal *A origem das espécies*, mostra como o homem tende à sobrevivência e à manutenção da espécie. A sua teoria da evolução defende que organismos vivos evoluem por um processo que chamou de “seleção natural”. Nela, organismos com variações genéticas que se adaptam ao seu meio ambiente tendem a propagar mais descendentes que organismos da mesma espécie, aos quais faltam as variações, influenciando, por consequência, a estrutura genética, em geral, das espécies (Darwin, 2003). A troca se dá pela aquisição, sobrevivência, evolução.

Na esfera psicológica, pensando o comportamento humano, o pai da psicanálise, Sigmund Freud, concebe de forma especulativa o conceito da Pulsação de Morte, cuja hipótese era a de que todas as pulsões querem reproduzir algo anterior, o que vincula estreitamente a pulsão de morte ao princípio de Nirvana definido como “a tendência dominante da vida anímica, e talvez da vida nervosa em geral, de baixar, manter constante, suprimir a tensão interna de estímulo” (Gutierrez-Terrazas, 2002, p.93). Em paralelo, Freud (1996) nos apresenta o conceito de Pulsão de Vida que trata, basicamente, da manutenção da vida, a persistência na existência de um organismo (Gutierrez-Terrazas, 2002; Freud, 1996). Em ambos os casos, temos a busca pelo prazer, o que requer algum tipo de ganho que se dá via trabalho, oferta, doação – logo, um verdadeiro estabelecimento de trocas.

No passado, imperava uma lógica de trocas materiais. Para, além disso, temos as trocas simbólicas, pois a troca também configura um desejo de se ter o que o outro pode oferecer de diferente. Por fim, na esfera social, temos Durkheim problematizando questões acerca do capitalismo, destacando de forma contundente a ganância humana e a constante tentativa de ganho e de lucro presente em todas as sociedades (Durkheim, 1978).

A história revela que no Brasil já se trocou penico por ouro, espelhos por pedras preciosas, tesouros por roupas e panelas. Tocante à religião, hoje se troca dinheiro por promessas. Mas as trocas nunca cessam, sendo extremamente necessárias já que precisamos do outro para tais empreendimentos e esse outro também está na relação do indivíduo com a dimensão religiosa. Nas várias esferas de compreensão da vida humana – biológica, sociológica e psicológica –, observa-se que, por sua natureza, o homem tende a buscar ganhos e recompensas mediante interações e trocas, até mesmo na relação do indivíduo com o sagrado se processa o mesmo “toma lá dá cá”. Recorremos ao saudoso Guimarães Rosa para ilustrar essa questão:

Olhe: tem uma preta, Maria Leôncio, longe daqui não mora, as rezas dela afamam muita virtude de poder. Pois a ela pago, todo mês – encomenda de rezar por mim um terço todo santo dia, e, nos domingos, um rosário. Vale, se vale. Minha mulher não vê mal nisso. E estou, já mandei recado para uma outra, do Vau-Vau, uma Izina Calanga, para vir aqui, ouvi de que reza também com grandes meremerências, vou efetuar com ela trato igual (Rosa, 1984, p.15).

Entendemos que a relação do indivíduo com a religião é também uma relação de trocas e que no contexto brasileiro essa relação é constante e dinâmica. Por meio de terços e patuás, o fiel busca tanto a proteção como a aquisição de bens simbólicos. Entre o recebimento de graças e sacrifícios, simbolizados em pagamentos, ofertas e oferendas, opera uma verdadeira lógica de mercado em que o fiel busca realizar a quitação de sua dívida simbólica²⁶. “Quem se encontra em dívida com a divindade pode saudá-la por meio do sacrifício, aqui pensado como sinônimo de dízimo. O dinheiro sob a forma de dízimo torna-se o produto ou animal a ser ofertado. Feito o sacrifício, o mundo deixa de ser um caos, volta à ordem” (Bobsin, 2013, p.195).

²⁶ Françoise Hurstel explica que a “dívida simbólica” por J. Lacan (1995), e “dívida de vida” por M. Bydlovski (1997) e P. Kammerer (2000) implica que dando a uma criança a vida biológica, os que a deram se engajaram a lhe oferecer solicitude e limitações e proibições suficientes para que ela se humanize. A dívida de vida se abre ao que os psicanalistas chamam de “segundo nascimento”. Primeiro nascimento: biológico, a criança é uma massa de carne e pulsões desorganizadas. E o segundo nascimento: a criança é inscrita como sujeito no mundo simbólico humano da linguagem e da cultura. De um nascimento a outro: a imposição de uma lei, o interdito do incesto.

Nessa linha de pensamento, Araújo (2006) concebe o fenômeno da troca como a instituição que funda o nascimento da cultura e das relações sociais, apoiando-se em Mauss (1908/1974), citado acima, e em Meillassoux (1985) que descreve a repartição do produto do trabalho nas sociedades primitivas e a intensificação das relações de troca como uma consequência do capitalismo. O autor defende que:

As relações de troca permeiam todas as atividades humanas ditas civilizadas, seja no âmbito maior das relações entre nações, coletividades e instituições, seja nos microespaços das relações entre indivíduos e pequenos grupos. Nesse último caso, podemos nos referir às microeconomias que regem, por exemplo, as trocas de favores, de presentes, de saberes, de informações, de afetos. Ainda num sentido amplo, pode-se dizer que é a instituição das trocas que marca a passagem da barbárie à civilização, ou seja, são elas que presidem ao nascimento da cultura humana e sustentam a dinâmica das relações sociais (Araújo, 2006, p.157).

Araújo (2006, p.157) considera ainda que “as relações cotidianas são permeadas por miríades de pequenos serviços e bens transferidos a outrem, com retribuições que escapam à racionalidade das transações jurídicas e comerciais”, entendendo que temos de recorrer a outros parâmetros interativos ou relacionais quando nos referimos, por exemplo, à economia pulsional ou às trocas afetivas no campo “psi”, ou quando falamos da economia do sacrifício em troca das graças divinas no terreno religioso. Ele alega que nesses “regimes econômicos”, a troca é o elemento central, tendo a sua “moeda” diversas caras, conforme seu uso – comercial, científico, político, amoroso ou religioso. Conclui dizendo que “se a instituição da troca supõe uma prestação e uma contraprestação, isso implica, para cada uma das partes, algum tipo de interesse e de ganhos, materiais ou imateriais, visíveis ou invisíveis, imediatos ou presumíveis” (Araújo, 2006).

3.2.2O Desenvolvimento do Mercado das ILPIS

No Brasil, a atenção do mercado econômico se volta para o envelhecimento, portanto, para a velhice. Conseqüentemente, se observa o estabelecimento de um mercado de ILPIs que reconhecendo a necessidade de ampliação e aprimoramento frente às demandas do aumento populacional focaliza suas ações nos espaços asilares, propagando a ideia de velhice como qualidade de vida²⁷ e de vida saudável. Estas instituições, ao ofertar serviços especializados

²⁷ A expressão é comumente usada na atualidade e frequentemente relacionada à busca de uma velhice saudável. Segundo Neri (1993, p.28), trata-se de “um construto sociopsicológico e processual, que

e/ou terceirizados voltados à saúde do idoso, para além da assistência, se transformaram em espaços preventivos e de cuidados, logo, de saúde. Essa nova realidade altera significativamente o que se pensava acerca das ILPIs.

Em um estudo sobre as ILPIs em Florianópolis, Rocha (2018) apresentou dados significativos sobre esse mercado. Ele destacou que com a deficiência no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o aumento das doenças oriundas do envelhecimento, ergueu-se um novo desafio para o ramo da saúde: o atendimento com qualidade de idosos que possuem doenças que atingem pessoas com idade avançada. Como exemplo cita Alzheimer, Parkinson, hipertensão arterial, catarata, osteoporose, osteoartrite, AVC (Acidente Vascular Cerebral), diabetes, entre outras que são provenientes do envelhecimento.

Não bastando, muitos desses idosos, em alguns casos, necessitam de tratamento medicamentoso por meio de remédios de uso contínuo e, em outros, de cuidados paliativos, como as demências degenerativas a exemplo do Alzheimer e Parkinson que ainda não possuem cura. Isso torna a questão bem mais complicada para as famílias realizarem esses cuidados em suas residências. Rocha (2018) advoga que as ILPIs surgem neste mercado para atender clientes/pacientes fragilizados que, em determinado momento da vida, necessitam de cuidados específicos nas suas atividades básicas da vida diária, como alimentação, locomoção e higiene pessoal.

O estigma asilar que as ILPIs estavam inseridas dá lugar a novas concepções. Em concordância com Rocha (2018, p. 04), “a grande realidade do mercado das ILPIs hoje no Brasil é que elas são confundidas com instituições de saúde, e esse estigma anotado a elas traz alguns pontos interessantes para serem confrontados”. Ele percebe as ILPIs como residências assistidas de baixa complexidade ou instituições de atendimento clínico de média complexidade.

Essa mudança no panorama das ILPIs é notável para os profissionais da área. Ainda assim, alguns estudos reforçam essa discussão, já que o aumento da oferta de serviços e especialidades médicas no contexto asilar é uma realidade nas ILPIs. Retificando tais ideias, Camarano (2010) destaca que os serviços mais frequentes nas ILPIs, no Brasil, são serviços médicos (66%), seguidos pelas especialidades, como a fisioterapia (56%).

Uma pesquisa acerca das ILPIs realizada pelo IPEA no ano de 2008 revelou que na região Sul, entre os anos de 2007 e 2008, os serviços mais comuns nas ILPIs de Santa Catarina

reflete formas socialmente valorizadas e continuamente emergentes de adaptação a condições de vida culturalmente reconhecidas que a sociedade oferece aos seus idosos”.

eram os médicos (81%) e os de fisioterapia (54,8%). O estudo também apontou que 27,4% das ILPIs ofereciam o serviço de terapia ocupacional. Segundo Rocha (2018), esses dados são um reforço para o perfil das ILPIs perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, ao expor que as ILPIs vão se estabelecendo no mercado brasileiro como um local destinado a idosos que, devido a sua condição de saúde, não tem mais capacidade de autocuidado nas suas atividades diárias e, por isso, necessitam de cuidados especializados. E é justamente aqui que se situa uma grande problemática: as ILPIs são instituições de saúde?

Para se ter ideia da mudança no panorama das ILPIs e confirmando as argumentações acima, no ano de 2019 veio a público o *Manifesto por financiamento híbrido (SUS e SUAS) para os serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas*²⁸. O texto, elaborado pelos trabalhadores de ILPIs da cidade de Franca-SP, rogava pelo reconhecimento da natureza híbrida dos serviços de acolhimentos institucionais para a pessoa idosa, garantindo a definição de recursos orçamentários da Política de Saúde pelo Estado e União com destinação específica.

O manifesto expõe que o processo de envelhecimento da população faz parte da realidade brasileira, produzindo novas demandas para as políticas sociais do Estado e da sociedade. Esclarece ainda que, no âmbito da assistência social, apesar da regulamentação de alguns serviços, em especial de programas, projetos e benefícios cujo objetivo é ofertar proteção, garantindo a convivência familiar e comunitária como forma prioritária de atenção, às demandas de acolhimento para idosos, ainda assim, são imprescindíveis, sobretudo nos casos de desproteções mais agravadas, isto é, quando a proteção integral deve ser garantida institucionalmente. O documento ainda informa que o público deste serviço apresenta, na sua maioria, comprometimento das capacidades físicas e mentais associadas à velhice em condições de grandes vulnerabilidades sociais como estar acamado, fazer uso de fraldas, medicações, dietas, realização de exames diversos, órteses e próteses, além da necessidade de tratamentos de saúde.

Acreditamos que não são apenas as especialidades e serviços em saúde que estão presentes nas ILPIs. Nas novas configurações, a dimensão religiosa também se faz presente. Na pesquisa de mestrado sobre religiosidade em idosas institucionalizadas na cidade de Juiz de Fora-MG detectamos, ainda que timidamente, atividades religiosas plurais no interior de uma ILPI. Durante todo o período em que se desenvolveu o estudo, constatamos apenas a presença de uma instituição religiosa nesse espaço, no caso, a instituição católica. As expressões

²⁸ MANIFESTO, Manifesto por financiamento híbrido (SUS e SUAS) para os serviços de acolhimento institucional para pessoa idosa. Repúdio à Portaria n. 2.362 de 20 de dezembro de 2019.

religiosas neopentecostais e espíritas que adentravam a instituição somente se apresentavam quando buscavam seus fiéis (geralmente, são idosos sem parentes próximos) para os cultos e reuniões. Verificou-se que a presença religiosa institucional no âmbito asilar é real, podendo ser, em alguns espaços, diversa.

O estudo evidenciou que a instituição asilar comunga com a ideia de que as práticas religiosas influenciam na qualidade de vida e bem-estar do idoso. Nesse sentido, a instituição permite e propaga a valorização da vivência religiosa em seu interior, é tanto que divulga na internet, em suas redes sociais, resultados de pesquisas internacionais que reconhecem o valor da dimensão religiosa na saúde do idoso (Santos Neto, 2020). Nesse novo contexto, o elemento religioso é ofertado pelas ILPIs, estando incluído no pacote de serviços prestados em saúde, o que potencializa ainda mais sua imagem diante desse novo mercado em constante expansão.

Diante do exposto, outro aspecto deve ser considerado em relação à inserção da religião nas ILPIs: se a presença religiosa nas instituições para idosos também pode ser vista como a prestação de uma Assistência Religiosa.

3.3 A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO BRASIL

A presença da religião nas instituições de acolhimento destinadas aos idosos não é nenhuma novidade. A Assistência Religiosa é, segundo Crivelari (2009), uma prática antiquíssima. Sua origem, anteriormente conhecida como Capelania, remonta à Idade Média, precisamente ao tempo do Império Romano (Silva, 2013). Em termos etimológicos, capelania significa “cargo, dignidade ou benefício de capelão” (Ferreira, 1986, p.341), considerada uma instituição de apoio de Ordens de Cavaleiros que cuidavam dos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa. A Ordem não era formada apenas por líderes e/ou representantes religiosos, como vigora na atualidade, sendo seus membros escolhidos entre médicos, homens de ciência ou com tendências ao sacerdócio.

O capelão é descrito por Ferreira (1986, p.341) como um “padre encarregado de dizer missa em capela, encarregado de assistência espiritual a regimentos militares, escolas, hospitais e irmandades”. Era aquele dedicado à medicina, curando e provendo o repouso para os peregrinos. Sobre a importância do capelão, Crivelari (2009) vai mais longe ao afirmar que antes dos tempos contemporâneos essa prática, ou melhor, esse ofício, incluía homens que serviam a realeza e aos nobres.

Em uma perspectiva histórica, no Brasil a Capelania começou com a fundação das Santas Casas de Misericórdia e como função institucional na área militar no ano de 1858. No

âmbito da influência católica tem seu marco junto ao Exército Brasileiro ao ser designada como Repartição Eclesiástica, departamento desativado em 1899 que retornou durante a Segunda Guerra Mundial em 1944 com o nome de Assistência Religiosa das Forças Armadas. A figura mais expoente desse ofício em terras brasileiras foi Antônio Álvares da Silva, mais conhecido como o capelão Frei Orlando que recebeu o título de Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército em virtude de sua morte em plena guerra e pelos serviços inestimáveis prestados à Força Expedicionária Brasileira. No Brasil, o dia 13 de fevereiro é dedicado à Assistência Religiosa nas Forças Armadas (Silva, 2013). Como se vê, a Assistência Religiosa tem suas origens também ligadas ao serviço militar.

Vale salientar que nesse primeiro momento vivíamos sobre o domínio e centralidade de uma única tradição religiosa, a instituição católica. Mesmo subjugados a esta instituição, esse serviço foi prestado por outras vertentes religiosas a saber, os evangélicos:

Na época também foi estabelecida a capelania evangélica para assegurar a presença de capelães evangélicos nas Forças Armadas. A partir daí a capelania estendeu-se por todas as áreas da sociedade, elevada como assistência espiritual, no entendimento de que o estado laico não pode admitir ações institucionais de cooptação, constrangimento e difusão dentro dos ambientes específicos de suas instituições. Por este motivo, o termo capelania foi, desde o início, interpretado dentro de um contexto inter-religioso, plural e abrangente, como o atendimento às questões espirituais do ser humano (Silva, 2013, p.197).

No Brasil, a Assistência Religiosa é amparada por uma lei regulamentadora. Trata-se de um direito garantido por lei, salvo as diretrizes para o seu cumprimento. Os direitos, expressamente garantidos no ordenamento jurídico brasileiro acerca da liberdade e da assistência religiosa, encontram-se no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre a Assistência Religiosa.

Conforme o Capítulo I, inciso VI, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. No inciso VII, consta assegurada a assistência em instituições específicas, no caso, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva (BRASIL, 2008, p.04). Com o passar dos anos, houve uma ampliação na compreensão desses espaços, resultando na promulgação da Lei Nº 9.982/2000, que dispõe sobre a prestação de Assistência Religiosa não só nas Forças Armadas, mas também em entidades hospitalares públicas e privadas e nos estabelecimentos prisionais civis e militares (BRASIL, 1988).

Ao problematizar questões relacionadas às instituições para idosos em nossa investigação, uma contradição se apresentou: não fica evidente o que se entende por instituição de assistência ou de saúde. Por longos anos fixou-se, e ainda prevalece, a visão dos asilos como instituições de amparo e assistência. Na sua releitura como ILPIs, essa compreensão tornou-se ainda mais complexa, pois, em geral, as instituições de caráter público são percebidas como espaços de acolhimento e assistência. No entanto, as instituições de caráter filantrópico e principalmente as de natureza jurídica privada caminham na construção de uma imagem institucional de oferta de serviços não só assistenciais, mas também de saúde.

Segundo a ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as normas de funcionamento dessas instituições estão estabelecidas na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 283/2005²⁹. Contudo, segundo a agência, essa nomenclatura pode englobar as clínicas e residências geriátricas que também estão contempladas no regulamento técnico definido na referida resolução. A agência ainda salienta que essas instituições fornecem cuidados médicos que são atividades caracterizadas como serviços de saúde. Mesmo o asilo sendo caracterizado como uma instituição de assistência, o projeto de Lei N.º 4.345/2008, que dispõe sobre a Assistência Religiosa hospitalar entendida como a prestação de assistência religiosa no *âmbito das instituições de saúde, das redes públicas e privadas* (grifos meus), engloba os lares de idosos (Casa-Lar)³⁰ e, portanto, as ILPIs, como uma das instituições de saúde. Vejamos:

Art. 1º A presente lei, com fundamento no inciso VII, art. 5º da Constituição Federal, regulamenta a prestação de assistência religiosa no âmbito de hospitais, clínicas, ambulatórios, manicômios, lares de idosos, casas de recuperação e congêneres, tanto da rede pública quanto privada, civis e militares, em todo o território nacional (BRASIL, Projeto de Lei N.º 4.345/2008).

Na referida Lei, em seu artigo 2º, a Assistência Religiosa consiste em:

Procedimentos adotados pelas organizações religiosas os quais têm por finalidade ministrar conforto espiritual e oferecer apoio moral aos enfermos em regime de internação coletiva, bem assim aos diretores, profissionais de saúde, funcionários e prestadores de serviço, nas instituições de saúde. (Brasil, Projeto de Lei N.º 4.345/2008).

²⁹ BRASIL. *Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 283, de 26 de setembro de 2005*. (Publicada no DOU N.º 186, de 27 de setembro de 2005) (Revogada pela Resolução – RDC N.º 502, de 27 de maio de 2021) Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Ministério da Saúde.

³⁰ Unidade residencial. - Deve contar com pessoal habilitado, treinado e supervisionado por equipe técnica capacitada para auxiliar nas atividades da vida diária.

O projeto de lei 4.345/2008 estabelece que:

1. Prestação da Assistência Religiosa pode ser feita por presbíteros, sacerdotes, pastores, rabinos e pastorais eclesiais equivalentes e por todos aqueles pertencentes às confissões religiosas legalmente estabelecidas no Brasil, observados os requisitos da respectiva lei.
2. Que os representantes religiosos poderão ter acesso às instituições de saúde em qualquer parte do território nacional, desde que apresentem os requisitos necessários para tal permissão. Para tanto, é preciso uma credencial (carteira de capelão) acompanhada de carteira de identidade fornecida pelo sistema de segurança pública.
3. Que todos os agentes envolvidos – líder religioso, diretores, profissionais de saúde, funcionários e prestadores de serviço –, se assim for conveniente, estabeleçam uma colaboração interdisciplinar para o compartilhamento de conhecimentos, planejamento, procedimentos e desenvolvimento de ações conjuntas, tendo em vista o bem-estar do paciente assistido, respeitando os Códigos de Ética das categorias envolvidas.
4. Em parágrafo único determina que “O procedimento previsto no caput do artigo é de caráter voluntário e tem por fundamento a convergência vocacional da Religião e das Ciências da Saúde: sua luta contínua e solidária em favor do bem-estar da vida humana, individual e coletivamente” (BRASIL, Projeto de Lei N.º 4.345/2008, p. 05). Ou seja, a Assistência Religiosa tem caráter voluntário e será prestada de forma gratuita.
5. No tocante às instituições privadas, “A celebração de missas, cultos ou outras atividades religiosas de natureza coletiva poderão ocorrer por livre iniciativa da instituição de saúde, ou ainda por proposta do líder religioso interessado, desde que seguidas às normas” (BRASIL, Projeto de Lei N.º 4.345/2008, p. 05).
6. Que as instituições de saúde da rede privada, possuidoras de Capelania Hospitalar ou serviço de Assistência Religiosa próprios, “assegurarão em suas normas o direito dos pacientes, diretores, profissionais de saúde, funcionários e prestadores de serviço receberem assistência religiosa diversa daquela por elas propostas” (BRASIL, Projeto de Lei N.º 4.345/2008, p.06).

Diante dessa nova realidade considerando o aumento da população idosa, a alta procura por instituições, o crescimento do número de ILPIs, o pluralismo religioso e a valorização da

espiritualidade/religião pelo campo da saúde, podemos afirmar que não existe apenas uma única confissão religiosa no espaço asilar que se torna híbrido a depender da quantidade de idosos assistidos e da diversidade de crenças.

3.4 A MERCANTILIZAÇÃO DA VELHICE NO CONTEXTO ASILAR: A RELIGIÃO COMO ELEMENTO DE SAÚDE

Antes de problematizar a mercantilização da velhice é preciso, de antemão, considerar sua relação com o capital. A literatura científica mostra uma relação direta desse período da vida com o capitalismo. Com o tempo, a velhice passou a ser compreendida de forma antagônica ao que foi concebida ao longo da história, a saber, a decrepitude. Vejamos alguns destes estudos.

Na obra *Envelhescência: um fenômeno da modernidade à luz da psicanálise*, Soares (2012) discorre sobre o cenário do envelhecimento na contemporaneidade e pontua as transformações que a velhice sofreu em diferentes épocas. A autora explica que o tema do envelhecimento ocupa desde sempre um lugar de suma importância nas indagações do ser humano. Sua relevância acentua-se a partir do final do século XX, seja por corresponder a uma parcela da população cada vez mais extensa e representativa, seja pela inauguração de um estilo de vida peculiar decorrente das acentuadas mudanças no mundo contemporâneo.

Segundo Soares (2012), a história da civilização ocidental estaria marcada por três etapas sucessivas em que a idade cronológica é distinta. Na primeira, a Pré-modernidade, a idade cronológica seria menos relevante que o status de família na determinação do grau de maturidade e do controle dos recursos de poder. Na segunda, a Modernidade ocorre uma cronologização da vida com ênfase na produtividade econômica e na subordinação do indivíduo, a especialização e racionalização do trabalho com demarcação de três segmentos: a) Pré-trabalho, correspondendo à infância e a fase da juventude; b) Fase do trabalho, contemplando o adulto; c) Fase pós-trabalho em que se insere a aposentadoria e a velhice. Já a terceira etapa, a Pós-modernidade opera a desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unitário que busca a juventude eterna.

Para Soares (2012, p.52), “o mercado de massa criado pelo sistema capitalista, introduz novos estilos de vida aparentemente democráticos, mas cujos produtos são a mais clara expressão do processo de racionalização do consumo”. Neste mercado, não somente o sentido da obsolescência dos produtos é acelerado, mas também o do âmbito da moda. Até as ideias e os valores criam uma verdadeira construção de imagens de caráter efêmero. Nesse horizonte,

os idosos seriam presas fáceis a serem tragados pelo rolo compressor da máquina niveladora, nada restando a ser feito (Soares, 2012).

Em *Economia da Longevidade*³¹, Felix (2019) se pergunta sobre qual economia os países ricos e os países pobres envelhecem e diante do envelhecimento da população mundial, quem vai pagar pelo envelhecimento de quem? Tenta responder a estes problemas, partindo de uma investigação histórica para compreender a assimetria na construção da proteção social no século XX entre os países ricos e pobres. Em sua análise, oferece novas categorias a esse debate, tais como o “capitalismo de desconstrução”, “a corrida populacional” e a “geopolítica do envelhecimento”.

Segundo Félix (2019), o envelhecimento populacional global, embora em ritmos distintos de uma nação para outra, é o fator determinante no século das possibilidades de desenvolvimento econômico. Para ele, o conceito de Economia da Longevidade é uma obra em construção em todos os países do mundo. Trata-se de uma nova interpretação do ponto de vista socioeconômico acerca do envelhecimento, transferindo seu diagnóstico da coluna dos custos para a das receitas. O autor acredita que, por seu caráter inconclusivo, essa estratégia de desenvolvimento econômico representa um risco para países em desenvolvimento, como é o nosso caso.

Acerca da relação velhice *versus* capitalismo, Felix (2019) faz duas afirmações: 1) que o processo de envelhecimento populacional do Brasil se acentua no início de seu pior período de crescimento econômico que vai de 1981 a 2012, e 2) que o país envelhece sob as imposições de um novo tipo de capitalismo chamado por ele de “capitalismo de desconstrução”. Nesta economia, o cidadão deve conformar-se de que, em meio às imposições econômicas e sociais provocadas pela demografia, o Estado não pode tudo. Para este autor, “O Brasil adotou, justamente quando iniciava uma nova transição demográfica, medidas de desconstrução de um sentimento de individuação das sobrevivências subjugadas a um capitalismo chamado neoliberal” (Felix, 2019, p.130).

Para Felix (2019), o processo de envelhecimento populacional no país, assim como em grande parte da América Latina, além da China e Rússia, coincide com o período de mudanças na economia capitalista mundial notado a partir do fim dos anos de 1970. No caso do Brasil seu

³¹ Pode ser entendida como o potencial existente no envelhecimento da população de ser o propulsor de um novo segmento de industrialização altamente sofisticada baseado na mudança da estrutura de consumo das famílias (com mais idosos e menos crianças) para fazer emergir uma visão econômica repleta de possibilidades para os países na área industrial, seguindo uma visão Shumpteriana e marxista de defesa da industrialização como condição indispensável para o desenvolvimento econômico.

grande desenvolvimento econômico se deu até meados de 1977, quando a taxa anual média de crescimento da renda *per capita* foi de 4%. Nesse período, se destacou como o país que mais cresceu no mundo em termos de PIB *per capita*. Ainda assim, manteve a tendência à concentração de renda. Coincide, ainda, com a desindustrialização prematura, isto é, com o retrocesso primarizante da estrutura produtiva observada após a crise da dívida externa vivida pelo país nos anos de 1980.

Frisando que o envelhecimento populacional como fenômeno mundial demandará soluções econômicas que coloquem todos os países em maior concorrência para, por exemplo, manter sistemas de seguridades sociais, Felix (2019) acredita que a única resposta para uma boa gestão do envelhecimento populacional é a economia voltar-se para o *desde* agora, explicando que esse “des” é de desconcentração de riqueza. Em sua perspectiva, temos um prazo curto de tempo para reagir às imposições da economia global, uma vez que “a concorrência global, com o envelhecimento populacional em processo acelerado, tende a ser mais acirrada, pois muitos países ricos começam a dar os primeiros sinais de alerta sobre uma possível derrota na revolução da longevidade” (Felix, 2019, p. 146).

Pensando o envelhecimento para além da previdência, o autor supracitado ainda destaca que o envelhecimento jamais poderia ser visto apenas como um custo. Essa imagem do envelhecimento como uma “bomba relógio” é própria dos discursos e políticas públicas no âmbito da Seguridade Social. Felix (2019) considera que o envelhecimento populacional deveria ser percebido como uma fonte de recursos se adotada uma estratégia mais produtiva e menos financista na economia. Após muitos anos de pesquisa, ele destaca a clareza da dinâmica demográfica global, atuando como vetor de uma nova colonização de canais na indústria financeira, nos processos migratórios e na indústria de tecnologia e saúde. O processo do envelhecimento populacional ocorre de maneira surpreendentemente rápida. Na visão do autor, as populações envelhecem devido a uma grande vitória do capitalismo, já que o aumento da expectativa de vida ocorre concomitante a uma derrota: a redução das taxas de fecundidade.

Na atualidade, a velhice está diretamente associada com o capital através da aposentadoria, da cultura do bem-estar, da eterna juventude. Conseqüentemente, os estudiosos passaram a nomear essa nova realidade como a “privatização da velhice”, ou seja, uma reinvenção: a terceira idade. Essa expressão foi criada na França, em 1962, quando se introduziu no país uma política de integração social, visando à transformação da imagem da velhice. Até esse momento, o tratamento dessa fase da vida era pautado na exclusão social, tendo o asilo como seu principal símbolo. Essa nova nomenclatura realizou um corte na ideia de velhice,

promovendo uma separação entre os jovens velhos e os mais velhos. Posteriormente, ela passou a ser analisada como uma questão social (Peixoto, 1998).

A terceira idade passou a ser compreendida como a fase entre a aposentadoria e o envelhecimento que traz demandas de cuidado com a saúde de forma mais ampla como envelhecer com mais qualidade de vida. Sobre a substituição e usos destes termos, Peixoto (1998) esclarece que nesta ideia há uma incorporação de fenômenos sociais da sociedade industrializada e urbanizada que Norbert Elias (1994, p.108) identifica como “o orgulho que têm as pessoas altamente individualizadas de sua independência, sua liberdade e sua capacidade de agir por responsabilidade própria e decidir por si”. Traduzidos nos termos dos ideais da terceira idade, a independência, a liberdade e a capacidade de agir significam a reprivatização da velhice que, segundo Debert (1999), corresponde à responsabilização do indivíduo por seu próprio cuidado e bem-estar. A construção social do conjunto de ideias e práticas sobre a terceira idade se opõe ao estigma da velhice percebida como o fim da vida, como doença ou como solidão.

Rodrigo e Soares (2006, p.03) afirmam que:

Para efeito legal, idoso é a denominação oficial de todos os indivíduos que tenham sessenta anos de idade ou mais. Esse é o critério adotado para fins de censo demográfico, utilizado também pela (OMS) e pelas políticas sociais que focalizam o envelhecimento, como exemplo, cita-se a Política Nacional do Idoso.

Corroborando as ideias de Peixoto (1998), os autores descrevem que na Europa a realidade do envelhecimento populacional é anterior à nossa, haja vista que na década de 80 o Brasil era um “país jovem” e no limiar do século XXI é um país que está envelhecendo. Eles discorrem que na França, retratada no início deste capítulo, as políticas de integração da velhice foram introduzidas a partir de 1962, passando a associar a velhice à arte de bem-viver. O aposentado lá recebeu a etiqueta da terceira idade. Em consonância com os autores, o termo está fortemente presente nos discursos e representações da velhice no Brasil a partir da década de 80 de uma forma crescente. Ainda segundo eles, este conceito de terceira idade, faixa etária entre 60 e 80 anos aproximadamente, traz consigo o signo do dinamismo dos “jovens idosos” (Rodrigo; Soares, 2006).

A Terceira Idade é a nova fase da vida entre a aposentadoria e o envelhecimento caracterizada por um envelhecer ativo e independente voltado à integração e autogestão, segundo Rodrigues e Soares (2006, p.8) que ainda destacam que esta fase é um segmento geracional no universo de pessoas consideradas idosas, isto é, os “velhos jovens” com idade

entre sessenta e oitenta anos que estão excluídos desta categoria os indivíduos com sinais de decrepitude e senilidade. Já os idosos com mais de oitenta anos passaram a compor a Quarta Idade, os “velhos, velhos”, essa, sim, identificada com a imagem tradicional da velhice.

Em *Envelhecimento e neoliberalismo*, Almeida (2017) discorre sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea, problematizando sua relação com o capital. A autora lista importantes transformações que sucederam à Era Vargas, período marcado pela crise do *Welfare State*³², Política de Bem-Estar na Europa, ascensão da Política Neoliberal no mundo, um Estado máximo para o capital e mínimo para o social. Argumenta também que nas sociedades atuais o processo de “coisificação dos indivíduos” se intensificou com a reestruturação produtiva capitalista, em que as relações sociais são mais fragilizadas.

Nesse cenário, a vida passa a ser um grande negócio, uma verdadeira troca de conveniências. Seria, portanto, um contexto frágil para os idosos que ficariam divididos: por um lado, temos os que são exaltados pela mídia e, de outro, os que são desprezados pela sociedade, sendo diferenciados simplesmente pelo poder e compra que exercem no mercado. De acordo com Almeida (2017) a mídia, como uma grande formadora de opiniões, influencia diretamente nessa imagem em que comerciais, novelas, filmes, trazem uma ideia diferenciada do envelhecimento. Propaga-se a ideia de idosos ativos, realizando atividades físicas, viajando, dançando, sorrindo, exercendo sua sexualidade e sensualidade, enfim, sendo felizes. Essa imagem passa a ser vendida, idealizada, fortemente propagada e, conseqüentemente, normatizada, porém, ao contrário do que se prega:

O que vemos é uma mercantilização da velhice, um contraste entre realidade e expectativa, uma forma de mascarar o cotidiano vivido pelos idosos, que convivem com vergonha da própria condição limitada, esquecidos, desrespeitados, constrangidos, com a sensação de precisar camuflar os sinais do envelhecimento para serem aceitos, vivendo como se estivessem em fuga constante da verdade expressa no espelho (Almeida, 2017, p. 40).

Uma das frases mais marcantes neste estudo foi o argumento de Almeida (2017) de que a velhice é interessante desde que se possa pagar para desfrutá-la. A autora alega que os idosos que possuem a capacidade para o consumo são enxergados pela sociedade, pois seu dinheiro

³² O *Welfare State* trata-se de um modelo de Estado assistencialista e intervencionista, fundado nos direitos sociais universais dos cidadãos. Neste modelo, o governo é responsável pela garantia do bem-estar social e qualidade de vida da população, além da promoção da igualdade. Nos países industrializados ocidentais, os primeiros sinais da crise do *Welfare State* estão relacionados à crise fiscal provocada pela dificuldade cada vez maior de harmonizar os gastos públicos com o crescimento da economia capitalista. Nessas condições, ocorre a desunião entre “capital e trabalho”.

alimenta negócios nos mercados mais diversos, principalmente os serviços de saúde, lazer e bem-estar que vendem uma ideia de independência, tratando-os como os protagonistas das próprias vidas.

Em *Velhice, trabalho e cidadania*, Peres (2007) analisou, sob uma perspectiva crítica, o movimento social do idoso no Brasil e as recentes políticas públicas e leis deles resultantes, no caso, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa. Abordou também a mercantilização da velhice, a nosso ver, inerente à ideia de terceira idade que, no Brasil, é indissociável da ação do SESC – Serviço Social do Comércio³³, considerado uma das principais instituições que disseminam e propagam a nova identidade da velhice. Peres (2007) sustenta que ao propor um estilo de vida para os idosos contrário à monotonia e repouso, logo, um estilo de vida produtivo, saudável e feliz – a ideologia da terceira idade –, a instituição representou uma oportunidade única de mercantilização e institucionalização da velhice: o que antes era desconsiderado passa a ser o novo nicho de mercado, integrando, assim, o processo de mercantilização da vida pela via do capital. A autora compreende que, na lógica da sociedade capitalista, tudo pode ser mercantilizado, inclusive a velhice.

Monteiro e Assis (2019) em *A velhice como questão social frente ao sistema capitalista* pontuam a necessidade de se falar da velhice como uma questão social, visto que no contexto brasileiro se constata tantas desigualdades, argumentando que há diferenças entre as camadas sociais da população idosa: de um lado, temos a classe trabalhadora, ou melhor, o proletariado, maioria esmagadora alijada de seus direitos e sujeitos à lógica do capital; do outro, a burguesia na qual os velhos ricos passam a ser objeto de interesse do capital.

A reprivatização da velhice com o surgimento de mercados de cosméticos, atividades, esportes, alimentação saudável e turismo para a terceira idade evidenciam, cada vez mais, uma demanda para o mercado de consumo e formas de lazer, segundo Monteiro e Assis (2019), observando que o aumento significativo da expectativa de vida da população brasileira pode trazer diversas implicações que, para além da dimensão fisiológica, são evidenciadas pelo quadro de extrema desigualdade social no Brasil e a baixa renda familiar *per capita*. Nas palavras de Monteiro e Assis (2019, p.05):

[...] no contexto brasileiro, o processo de envelhecimento da população brasileira possui características específicas que, de certa forma, acentuam a condição estigmatizada e excludente em que essas pessoas vivem, principalmente, por se tratar de uma estrutura social marcada, historicamente, por desigualdades sociais extremas, em meio às quais a produção da riqueza

³³ SESC é uma instituição criada por empresários do comércio de bens, serviços e turismo com objetivo de proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores e seus familiares.

está diretamente associada à exploração e espoliação da classe trabalhadora, tanto no contexto rural como nas grandes metrópoles.

Peres (2007, p. 152-153) assegura que a transformação da velhice em questão social “se dá essencialmente via trabalho, ou seja, por meio da pressão de movimentos operários por políticas de aposentadoria que tem na ação de instituições especializadas na velhice a continuidade e reafirmação da questão social da velhice na contemporaneidade”. No pensamento deste autor, a identificação da velhice com a aposentadoria caracteriza-se como um fenômeno do mundo contemporâneo que tem o trabalho assalariado como atividade humana fundamental.

Dessa forma, a identidade pessoal é marcada pela identidade profissional, conseqüentemente a lógica da vida passa a ser pautada na entrada, permanência e saída do trabalho. Nesse contexto, as fases da vida são periodizadas – infância, adolescência, fase adulta e a velhice – e passam por um processo de reconstrução social com o advento da sociedade industrial. A partir do surgimento da aposentadoria é que a velhice passa a ser socialmente reinventada (Peres, 2007).

3.4.1 Os Usos do Termo Mercantilização da Velhice

O termo mercantilização pode ter, em si, vários sentidos. Etimologicamente, segundo Ferreira (1986, p.1120), a palavra mercantilização tem origem no termo mercantilizar, sendo compreendida como “dar espírito de pendor mercantil; tomar objeto de comércio, realizar transações mercantis; ser comerciante; comercializar, negociar”. Em sentido geral, significa ato ou efeito de mercantilizar, ou seja, a realização de transações comerciais.

O significado da palavra mercantilização varia: se no ambiente marqueteiro é vista como um processo em que o valor da marca está desaparecendo e o produto cada vez menos capaz de impor um preço maior, sendo rebaixado ao nível de mera mercadoria sem marca, na literatura acadêmica esse termo é usado, muitas vezes, como sinônimo de comercialização, como na ideia de que as crianças estão cada vez mais envolvidas na cultura consumista e cultural.

A ideia de mercantilização para nomear o processo de usos e funções da religião, pensá-la como elemento de saúde e, portanto, uma oferta de serviço das ILPIs nos pareceu equivocada inicialmente, visto que poderia ser apenas uma prática de Assistência Religiosa. Teríamos que desdizer tudo que argumentamos até agora sobre o fenômeno pluralista e seguir por um caminho contrário? Não necessariamente. E se a presença (da diversidade) religiosa no contexto asilar

não fosse consequência ou efeito apenas desse fenômeno, o que seria? Assistência religiosa? Disputa por fiéis e territórios na expansão de mercado religioso? Foi aí que partimos para a compreensão da teoria de mercado religioso. Todavia, era preciso constatar esse comércio no contexto pesquisado. E se ele não operasse? Nascia, então, a possibilidade de pensá-lo por outra ótica. E se a religião estivesse a serviço do campo da assistência e da saúde no âmbito institucional? Ela seria ofertada, selecionada e principalmente justificada.

Para esta pesquisa, fez-se necessário conhecer historicamente os usos e menções ao termo mercantilização na literatura acadêmica. Esse conceito não é novo. Com base no levantamento bibliográfico, constatamos que o termo já havia sido discutido em outros trabalhos, associado a diferentes áreas e campos de investigação. No entanto, até o momento não encontramos registros de trabalhos intitulados com esse termo voltado ao público idoso e à religião, apenas alguns estudos na grande área das Ciências Humanas, com destaque para a Educação. Nos poucos trabalhos que problematizam essa expressão, o termo mercantilização da velhice aparece como subtítulo ou referência ao capitalismo e o mercado de consumo destinado ao público idoso aparece mais voltado ao campo da estética.

No campo da Educação, Costa (2011) abordou a mercantilização da educação, precisamente o seu processo de financeirização no Brasil. Para ele, esse processo trata-se de um fenômeno recente e ainda pouco destacado pelos trabalhos acadêmicos. Esta forma de mercantilização educacional, pela magnitude tomada na movimentação de capitais, levanta questões importantes quanto aos rumos que estão direcionando a educação no sistema capitalista. Entre outros autores que pesquisaram o tema temos Carvalho (2013) que mapeou o fenômeno recente de mercantilização da educação superior brasileira devido ao crescimento das Instituições de Educação Superior (IES) lucrativas e a adoção de diversas estratégias de mercado na direção da financeirização, oligopolização e internacionalização e Cazavechia (2016) que discutiu a mercantilização da educação no Brasil com referência aos anos 1990.

A mercantilização da educação é um tema já debatido, tratando-se de um nome dado ao processo em que o desenvolvimento dos fins e dos meios da educação, seja ela básica ou superior, tanto no âmbito estatal quanto no privado, sofre uma reorientação conforme os princípios e a lógica do mercado. Nesse processo, a educação gradativa e progressivamente perde o seu status de bem público e assume a condição de serviço comercial ou de outra ordem, em particular, o de saúde.

Outro campo que também adotou o termo foi o de Desenvolvimento Humano. Schor (2007), voltou sua atenção para o universo infantil, propondo a expressão “A Mercantilização da Infância” no ano de 2003. Esse termo apareceu pela primeira vez em um ensaio na *The*

Hedgehog Review para descrever as influências comerciais destinadas à infância. A autora declarou que “o significado mais específico provém da clássica teoria marxista, para a qual a mercadoria não é apenas comprada e vendida (como no sentido de comercialização), mas também produzida especificamente para o fim de troca” (Schor, 2007, p. 41).

Em uma perspectiva crítica, Francesconi (2017) analisou o processo de envelhecimento no contexto do capitalismo e a mudança na forma de conceber a velhice. Para tanto, analisou a mercantilização da velhice num contexto que valoriza a juventude e estigmatiza a velhice, o que abre espaço à mercantilização de produtos e serviços para quem não quer se tornar velho. Como resultado, destacou que “a velhice adquiriu uma perspectiva mercadológica e passa a oferecer produtos direcionados a este público, vendendo a ideia da não-velhice (a terceira idade) e alimentando a ilusão de se alcançar a juventude eterna” (Francesconi, 2017, p. 63). Ou seja, nesta proposta a velhice não estaria mais limitada a uma faixa etária, mas a um estilo de vida.

E, por fim, temos o campo da saúde com ênfase no envelhecimento, espaço pouco abordado, sendo que um dos únicos trabalhos dedicados à temática é o de Batista e Araújo (2011) problematizando a mercantilização da vida íntima, isto é, o cuidado de pessoas idosas em ILPIs realizado por cuidadoras em troca de um salário no Brasil.

Nossa proposta difere dos demais autores por uma simples questão: a ênfase no estágio da velhice como nicho de mercado aliado à religião. Entendemos que a expressão trata, especificamente, das relações estabelecidas entre o mercado de consumo e esse período da vida e não ao amplo processo de envelhecimento. Em harmonia com Mucida (2006, p. 80, *acréscimos nossos*), “o que Lacan proferiu para a psicanálise em televisão com relação ao discurso do capital atual também vale para a velhice ‘nada é mais pernicioso para a velhice do que o discurso capitalista atual acoplado à nova ciência’ e a religião”.

A mercantilização da velhice será aqui analisada em um contexto que valoriza a religião/religiosidade/espiritualidade, no qual se abre um espaço de mercantilização de bens e produtos destinados a um público específico, o idoso e, conseqüentemente, a velhice. Hoje, nos espaços asilares, a relação do indivíduo com a religião representa, além de uma aproximação com o transcendente, uma dimensão das práticas de saúde.

Como exposto no início do texto, desde os anos de 1990 a velhice foi convertida em matéria de interesse público, sendo cada vez mais abordada pela mídia, que abriu um espaço para um número crescente de especialidades e de serviços voltados para essa faixa etária. Como sustentou Groisman (1999, p. 68), “a terceira idade tornou-se uma espécie de moda, com a constituição de um mercado de consumo específico”. Acreditamos que a nova forma de se pensar o espaço asilar potencializa esse novo mercado em constante expansão. Detecta-se a

presença, ainda que sutil, das instituições religiosas no espaço asilar, o que pode denotar uma simples prática de assistência religiosa, como também os reflexos do fenômeno pluralista. Em contrapartida, cremos que a dimensão religiosa possa englobar o leque de ofertas e de serviços em saúde no âmbito institucional voltado à população idosa.

Nesse sentido, a tese que defendemos é a de que no contexto asilar que –, a nosso ver, se tornou híbrido, visto a oferta de assistência e de serviços em saúde, e diante da força avassaladora do mercado de ILPIs em curso –, a religião é simplesmente ressignificada, valorizada e, acima de tudo, (sub)vendida em um poderoso e vasto menu de serviços e especialidades técnicas e médicas em saúde ofertadas pela própria instituição asilar. Sua importância é tanta que um novo panorama se apresenta: além da necessidade última de competir de igual para igual com o mercado de ILPIs, sua ressignificação se tornou necessária por ser ela, a religião, um dos elementos mais procurados e valorizados tanto pelos familiares dos idosos quanto pelos próprios residentes. Desse modo, as ILPIs podem ser vislumbradas como veículos de mercantilização da velhice que utilizam de estratégias para a manutenção e reformulação de suas ofertas, sendo o fator religioso o mais importante e o principal desses elementos.

CAPÍTULO 4 -A PRESENÇA RELIGIOSA NAS ILPIs: RESULTADOS DE UMA ANÁLISE DOCUMENTAL E DE CONTEÚDO

Neste capítulo, apresentamos os resultados advindos de duas análises. A primeira, a Análise Documental, foi realizada tendo como fonte de dados os documentos de natureza pública, os Relatórios de Atividades e Planos de Ação de 10 ILPIs. A seleção da amostra envolveu as instituições devidamente cadastradas e certificadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora - CMDPI/JF. Esses documentos foram analisados no intuito de verificar a presença religiosa nas ILPIs e constatar, através desses registros públicos, se havia pluralidade religiosa no espaço asilar e quais os serviços oferecidos pelas instituições pesquisadas.

A segunda, a Análise de Conteúdo, envolve os resultados dos dados coletados a partir da imersão em campo que teve como fonte o material transcrito dos instrumentos de coleta, a saber: entrevistas, questionários e observações, realizados presencialmente em 06 instituições de longa permanência visitadas. Com base nestes dados, realizamos uma discussão de ambas as coletas de dados e apresentamos os argumentos para defesa da tese. Nos dedicamos a analisar o material transcrito dos instrumentos de coleta (questionários e entrevistas) de ambas as categorias participantes: os responsáveis e os idosos.

4.1 A ANÁLISE DOCUMENTAL

A Análise Documental foi realizada a partir dos Relatórios de Atividades e Planos de Ação, ambos de natureza pública, de 10 ILPIs referentes aos anos de 2018 e 2019. Esses dados não trazem nenhuma ideia de defasagem quanto ao ano, visto que, durante o período de 2020 e 2021, as instituições, ao aderirem ao isolamento social, suspenderam suas atividades devido ao surto pandêmico da COVID-19. Os prazos para a atualização dos documentos foram prorrogados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora - CMDPI/JF, também conhecido como Conselho do Idoso, sendo validados os documentos de 2018 e 2019, respectivamente. A seleção da amostra foi realizada baseada nas instituições devidamente cadastradas e certificadas pelo CMDPI/JF. A listagem englobava 29 instituições, das quais 08 eram entidades e associações, não se configurando como instituições de longa permanência.

Tal como dito no capítulo 2 que trata da questão metodológica, em relação à escolha das instituições, o critério adotado para a inclusão das instituições no estudo foi quantitativo, isto

é, aquelas com o maior número de vagas disponíveis. Dos 21 documentos disponibilizados pelo Conselho do Idoso, selecionamos 10 instituições com o maior número de residentes. Para uma melhor compreensão dos dados e buscando preservar o anonimato de cada uma das instituições, optamos pelo uso de um número cardinal correspondente a classificação de cada instituição em relação ao número de idosos atendidos: ILPI 01; ILPI 02; ILPI 03 e, assim, respectivamente.

Os Relatórios de Atividades e Planos de Ação são documentos necessários para a inscrição e certificação das instituições. Estes documentos solicitados pelo Conselho do Idoso junto a outras informações fornecem dados institucionais e informações a respeito das características das instituições, apresentando os serviços e atividades disponibilizados por elas. O Plano de Ação traz uma identificação das ILPIs e dos seus responsáveis. É um planejamento das ações que serão executadas contendo informações de oferta, de assistência, de serviços ou programas requeridos pela instituição. Já os Relatórios de Atividades, além de expressar os dados e características institucionais, descrevem o que foi efetivamente realizado pela instituição durante o ano. É, portanto, uma descrição detalhada das atividades que são executadas e dos serviços oferecidos pelas ILPIs

Entre os conteúdos apresentados nos documentos analisamos: 1) a natureza jurídica e o total de vagas, 2) as finalidades estatutárias e os objetivos institucionais, 3) a infraestrutura, 4) o público-alvo, 5) os serviços oferecidos e 6) as atividades semanais e mensais. Nesta primeira análise nosso intuito se pautou em verificar quais os serviços oferecidos pelas ILPIs.

4.1.1 Análise e Discussão dos Dados Documentais

No quadro 01, apresentamos a classificação numérica das instituições, a natureza jurídica e o total de vagas, a quantidade de instalados, a taxa de ocupação e a quantidade de homens e mulheres por instituição.

Quadro 01. Tabela geral de dados

Instituições	Filantrópicas	Privadas	Total de Vagas	Instalados	Ocupação	Homens	Mulheres	% Homens	%Mulheres
ILPIs 01	Sim	Não	145	145	100,00	73	72	50,34	49,66
ILPIs 02	Sim	Não	80	70	87,50	12	58	17,14	82,86
ILPIs 03	Não	Sim	80	62	77,50	25	37	40,32	59,68
ILPIs 04	Não	Sim	67	52	77,61	14	38	26,92	73,08
ILPIs 05	Sim	Não	40	39	97,50	0	39	0	100,00
ILPIs 06	Não	Sim	40	32	80,00	9	23	28,13	71,88
ILPIs 07	Não	Sim	36	34	94,44	12	22	35,29	64,71
ILPIs 08	Sim	Não	30	27	90,00	5	22	18,52	81,48
ILPIs 09	Sim	Não	30	26	86,67	4	22	15,38	84,62
ILPIs 10	Não	Sim	27	20	74,07	4	16	20,00	80,00
Total	5	5	575	507	88,17	158	349	31,16	68,84

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosade Juiz de Fora - CMDPI/JF.

4.1.2 Natureza jurídica / Total de vagas

Na amostra, verifica-se variações quanto à *Natureza Jurídica* de cada instituição. Das 10 ILPIs selecionadas, 05 são classificadas como de natureza filantrópica (01, 02, 05, 08, 09). As instituições de natureza filantrópica são percebidas como uma espécie de entidade sem fins lucrativos que atua conforme o interesse e necessidade da comunidade onde se localizam, não visando o lucro, estando voltadas, em sua maioria, à assistência social e à saúde. A instituição de número 08, além da categorização acima, também se autointitula como associação religiosa. As instituições 03, 04, 06, 07 e 10 são de natureza jurídica privada. Criadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, se dividem em instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. Em sua maioria, têm como finalidade o lucro.

Considerando as 10 instituições pesquisadas, o total de vagas computadas foi de 575, com um total de 507 idosos instalados, ou seja, uma taxa de ocupação de 88,17%. A categoria gênero apresenta uma disparidade: enquanto o número total de homens é de 158, o de mulheres chega a 349, ou seja, mais que o dobro. Ao demonstrar resquícios de um passado no qual a maioria das instituições era de natureza pública e/ou filantrópica, os dados da amostra se aproximam do que revela a literatura acerca das instituições asilares no Brasil: o crescimento das instituições de origem privada que se igualaram com as instituições filantrópicas.

Como já dito, não há um dado preciso sobre o número de ILPIs existentes no Brasil. Um levantamento acerca dessa realidade pode estar ainda em construção e, possivelmente, demandará esforços de várias áreas. Isso não significa que estamos totalmente desamparados:

ainda que timidamente seja possível encontrar algumas pesquisas sobre o assunto. A exemplo de Peixoto (2011) e recentemente de Acciolly (2021)³⁴³⁵ que realizou um mapeamento das ILPIs em nível nacional, apresentando os seguintes resultados: no ano de 2010 eram 3.548 instituições e em 2021 computava-se, em todo território nacional, um total de 7.292 instituições. A pesquisa mostrou o crescimento das ILPIs por regiões no Brasil entre 2010 e 2021. A região Norte teve o menor índice, com 34,69%, seguido do Centro-Oeste com 40,16%, Sudeste com 94,37% e Nordeste com 103,97%. A região Sul detém o maior número de ILPIs (171,00%).

No tocante à natureza jurídica, observa-se uma queda vertiginosa. O estudo apontou que, em 2010, as ILPIs privadas sem fins lucrativos e as filantrópicas eram 85%; já em 2021, o número caiu para 59,65%. O âmbito público também registrou queda: em 2010 eram 3,2% e, em 2021, um quantitativo de 2,35%. O aumento ocorreu novamente no âmbito privado com fins lucrativos: antes 10,4% e em 2021 o número quase triplicou, passando para 29,91%. O estudo também evidenciou que, em relação à funcionalidade e serviços oferecidos, as ILPIs variam entre as atividades de comércio, educação, saúde, assistência social e administração pública.

Outro dado revelado pela análise dos documentos foi quanto à relação entre a natureza jurídica e o número de vagas ocupadas. As instituições filantrópicas detêm o maior número de idosos institucionalizados:

- 1) Cobram um valor muito abaixo do mercado de ILPIs privadas;
- 2) Possuem o maior número de leitos com uma ampla oferta de serviços em saúde;
- 3) Detém o maior número de ocupação, o equivalente a 61% contra os 39% das instituições de caráter privado. Essa maior porcentagem decorre de diversos fatores, tais como econômicos, sociais, familiares, vulnerabilidade social, saúde-doença etc., resultado de um olhar atento para o acolhimento de idosos carentes e/ou em situação de vulnerabilidade social.

A análise também evidenciou um aumento de instituições privadas ofertando serviços semelhantes aos das instituições filantrópicas, nas quais predominam os serviços de saúde.

Uma curiosidade revelada pela leitura dos dados: todas as instituições filantrópicas pesquisadas possuem um laço com a religião, visto que todas têm uma figura religiosa dando

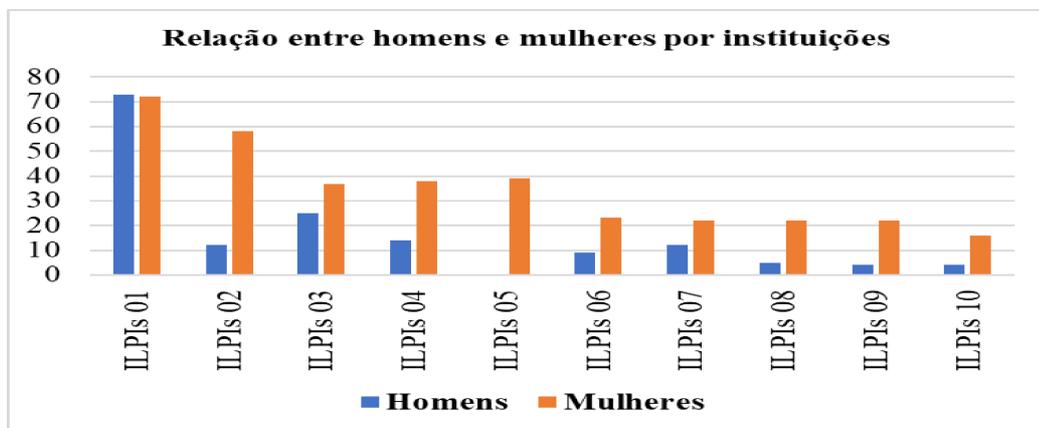
³⁴ O questionário de pesquisa a ser aplicado foi inspirado no mesmo utilizado pela pesquisa do IPEA em 2008/2009, para garantir comparabilidade de dados, com adaptações para mensurar o impacto da COVID-19 nas instituições.

³⁵ O estudo foi realizado com mais 16 pesquisadores cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPQ e mais 23 voluntários do Grupo de estudos, Pesquisas e Diagnóstico – Instituição de Longa Permanência para Idosos (GPED-ILPI), vinculado à Universidade de São Paulo (USP).

nome à instituição. Mesmo tendo uma origem religiosa, declararam que não se configuram como instituições de cunho religioso. No geral, entre as instituições de natureza filantrópica e privada, a taxa de ocupação atinge 88,17% das vagas, apontando para uma alta procura pelos serviços de acolhimento.

Como dito anteriormente, a análise mostrou a disparidade da relação entre os sexos: independentemente da natureza jurídica das instituições, o número de mulheres é mais que o dobro de homens, como se observa no gráfico 01.

Gráfico 02. Relação entre homens e mulheres por instituição



Fonte: Elaborado pelo autor. (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora.

A análise dos dados aponta para um crescimento frequente das ILPIs privadas com fins lucrativos, o que corrobora com os dados apresentados pelo IPEA (2008; 2009) e por Peixoto (2011) e Acciolly (2021). Com o passar dos anos, o número de ILPIs aumentou, ganhando visibilidade às instituições de natureza jurídica privada.

4.1.3 Finalidades Estatutárias e Objetivos Institucionais

O segundo e terceiro quesito analisado foram as finalidades estatutárias e objetivos. As informações contidas nos documentos indicaram que, se em relação às finalidades estatutárias as instituições diferem umas das outras, elas se aproximavam quanto à oferta de uma prestação de serviço. As instituições tinham como finalidades estatutárias diferentes propostas, com prevalência das ofertas de:

- a) Proteção social e internato: ILPIs: 01, 04, 05, 08;
- b) Oferta de acolhimento: ILPIs: 05 e 10;
- c) Prestação de serviços médico-hospitalares: ILPIs:09;

- d) Assistência a idosos carentes: ILPIs: 01, 02, 08;
- e) Hospedagem: ILPIs:07.

Enquanto as ILPIs de natureza filantrópica declararam a oferta de atendimento e assistência a idosos carentes, as de caráter privado declararam ofertar serviços de hospedagem coletiva, abrigo, internato e proteção social. A instituição de número 09, diferente das demais, enfatizou suas atividades médico-hospitalares e a instituição número 02 declarou que, mesmo baseada em princípios da doutrina espírita, não se caracteriza como uma instituição religiosa. Apenas as instituições de números 03 e 06 não descreveram suas finalidades estatutárias.

Quanto aos objetivos, assim como as demais categorias, as instituições também diferiram, prevalecendo três tendências:

- 1) Oferta de atendimento aos residentes: ILPIs 04, 05, 06, 08;
- 2) Qualidade de vida³⁶: ILPIs 03, 07, 10; e
- 3) Prestação de serviços médico-hospitalares e especialidades técnicas e médicas: ILPIs 01, 02 e 09.

4.1.4 Infraestrutura

Todas as instituições declararam conformidade com as normas estabelecidas pela vigilância sanitária. Uma vez que nesse quesito o que as caracteriza é a forma de organização, a infraestrutura pode variar de instituição para instituição. A estrutura mais descrita comporta: recepção; setores administrativos; escritórios; espaço adaptado ao idoso com varandas e pátios; dormitórios com quartos amplos, podendo ser individuais ou coletivos, abrigando de 2 a 4 idosos; banheiros adaptados para residentes e funcionários; salas de convivência, artesanato, TV, reunião, jogos, recreação e informática; refeitórios; cozinha; copa; almoxarifados; área de serviço; depósitos/manutenção; lavanderias; vestiários; áreas externas (jardins e hortas). As instituições 05, 07, 08 informaram a presença de espaços religiosos (capelas) em seu interior. A ILPI 07 declarou disponibilizar de espaço ecumênico para as atividades religiosas.

Outro dado diz respeito à quantidade de salas disponíveis e adaptadas para os atendimentos especializados (enfermagem, nutrição, odontologia, fisioterapia, educação física,

³⁶ A expressão Qualidade de vida é comumente usada na atualidade e frequentemente relacionada à busca de uma velhice saudável. Ela é compreendida por Neri (1993, p.28) como “um construto sociopsicológico e processual, que reflete formas socialmente valorizadas e continuamente emergentes de adaptação a condições de vida culturalmente reconhecidas que a sociedade oferece aos seus idosos”. Esta definição está relacionada a um processo de adaptação e não a um resultado ou meta.

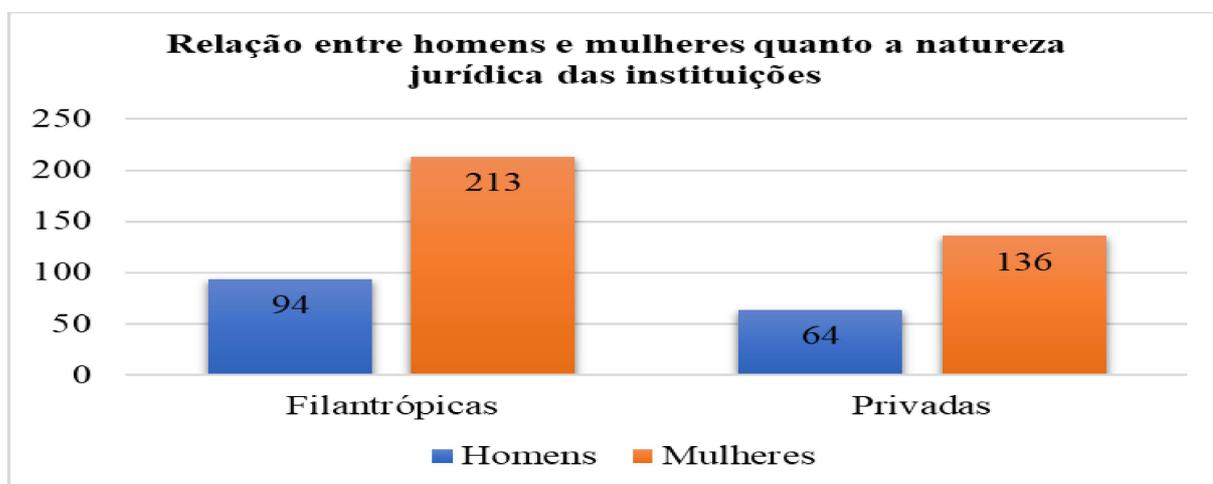
psicologia e/ou terapia ocupacional e de serviço social). Há uma prevalência nas instituições de salas de manipulação de medicamentos e de avaliação em saúde. No tocante à posse do imóvel, apenas as ILPI 01 e 05 declararam que o imóvel é próprio. As demais não apresentaram essa informação.

4.1.5 Público-Alvo

O quinto quesito avaliado foi o público-alvo. De início, salienta-se que todas as instituições declararam, de forma unânime, ser este composto por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, estabelecendo algumas particularidades quanto ao acolhimento, como se verá adiante.

No gráfico abaixo, é possível verificar a quantidade de homens e de mulheres por natureza jurídica institucional.

Gráfico 03 – Relação entre homens e mulheres



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosade Juiz de Fora – CMDPI/JF.

Algumas instituições declararam que o acolhimento do idoso dependerá do Grau de Dependência de Atividades da Vida Diária – AVD³⁷. Segundo a Resolução RDC nº 502, de 27

³⁷ Conforme resolução 285/2005 da ANVISA. Essas atividades são comumente mencionadas pelos profissionais de geriatria e gerontologia no interior das ILPIs, elas são fundamentais na prática dos cuidados destinados aos idosos. Para melhor compreensão dessa realidade, faz-se necessário compreendermos o que significa o Grau de Dependência e as Atividades da Vida Diária. Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, as Atividades da Vida Diária (AVD) são tarefas básicas de autocuidado, elas incluem: alimentar-se, ir ao banheiro, escolher a roupa, arrumar-se e cuidar da higiene pessoal, manter-se continente, vestir-se, tomar banho, andar e transferir (por exemplo, da cama para a cadeira de rodas).

de maio de 2021, que dispõe sobre o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos de caráter residencial, os graus de dependência são classificados da seguinte forma:

Grau de Dependência I	Idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamento de autoajuda.
Grau de Dependência II	Idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária.
Grau de Dependência III	Idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e/ou com comprometimento cognitivo.

Essa classificação tem implicações diretas no cuidado do idoso no espaço asilar, já que a distribuição dos cuidadores dependerá do grau de dependência do idoso. A Resolução RDC N.º 283, de 26 de setembro de 2005, que também dispõe sobre o funcionamento interno das instituições, especifica a quantidade de cuidadores quanto ao grau de dependência dos idosos:

Grau de Dependência I	1 cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia:
Grau de Dependência II	1 cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno
Grau de Dependência III	1 cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno

A análise evidencia que a ILPI 01 atende os idosos com grau de dependência I e II, e a ILPI 04 nos graus I, II, III, restringindo a entrada daqueles com quadro psiquiátrico instalado.

Como se vê, o grau de dependência é uma das particularidades quanto à entrada do idoso na instituição, já que quanto maior o grau de dependência, maior a necessidade de cuidados e de recursos humanos e financeiros.

Enquanto as instituições 03 e 10 declararam atender idosos com agravos crônicos e doenças não transmissíveis, as instituições 02 e 09 declararam que seu público-alvo são idosos carentes ou que estão em situação de vulnerabilidade social. As instituições 07 e 08 não apresentaram particularidades quanto ao seu público, declarando apenas a idade mínima e a prestação de serviços a ambos os sexos. Já a instituição de número 05 declarou particularidades quanto ao gênero, restringindo seu atendimento à pessoa do sexo feminino. A instituição de número 06 declarou a oferta de serviços aos idosos com ou sem suporte familiar.

4.1.6 Serviços Oferecidos

Os serviços ofertados pelas ILPIs estão dispostos no quadro 02. Vejamos:

Quadro 02. Dados gerais dos serviços oferecidos pelas instituições

Serviços ofertados	ILPIs 01	ILPIs 02	ILPIs 03	ILPIs 04	ILPIs 05	ILPIs 06	ILPIs 07	ILPIs 08	ILPIs 09	ILPIs 10	Total ILPIs
Nutrição	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	6
Psicologia/terapia	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	6
Enfermagem	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	5
Serviços médicos	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	5
Lazer	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	5
Religião	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	5
Fisioterapia	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	4
Atividade física	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3
Serviço social	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Fonoaudiologia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Oficinas/artesanato	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Odontologia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Farmácia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Jardinagem/manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Projetos assistenciais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Totais	5	6	4	5	8	8	5	3	2	4	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – CMDPI/JF.

A análise dessa categoria revela a prevalência de alguns serviços oferecidos pelas instituições. Os serviços e especialidades médicas são os mais presentes, com destaque para a nutrição e a psicologia/terapia, presentes em 6 instituições, seguida da enfermagem (5). Outro dado é a prevalência dos serviços médicos (5), corroborando com os achados do IPEA (2007; 2008) e de Camarano e Kanso (2010) que apontaram para o mesmo tipo de serviço. Próximos dessas especialidades estão os serviços religiosos (5) e os de lazer (5). Outras especialidades listadas são: fisioterapia (4); atividade física (4); serviço social (3); fonoaudiologia (2); oficinas/artesanato (2); odontologia (1); farmácia (1); jardinagem/manutenção (1); projetos assistenciais (1).

Os serviços que se igualam a oferta de especialidades médicas são as atividades de cunho religioso nomeadas no quadro 02 de Religião em razão da complexidade semântica quanto ao nome que recebe: na ILPI 04 – Missa Trimestral; na ILPI 05 – Celebração Eucarística; na ILPI 06 – Religiosidade; na ILPI 07 – Assistência Religiosa e na ILPI 08 – Atividade Religiosa.

4.1.7 Atividades Oferecidas Semanal / Mensal

Os últimos quesitos avaliados foram as atividades oferecidas pelas instituições. Enquanto algumas são realizadas semanalmente, outras ocorrem periodicamente, uma ou duas vezes ao mês. Todas as instituições declararam oferecer atividades semanais aos idosos assistidos, com variação da periodicidade, já que estas podem ser realizadas semanalmente, estendendo-se de segunda a domingo. Outras atividades, nomeadas de atividades extras, são realizadas com frequência mensal. Além destas, algumas ILPIs realizam comemorações de aniversário e festejam datas comemorativas, a exemplo do Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, festividades juninas e o Natal.

Quadro 03. Descrição das Atividades Semanais e Mensais por Instituição.

Atividades semanal/mensal	ILPIs 01	ILPIs 02	ILPIs 03	ILPIs 04	ILPIs 05	ILPIs 06	ILPIs 07	ILPIs 08	ILPIs 09	ILPIs 10	Total ILPIs
Religião	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	7
Música	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	6
Ginástica/Ed. Física	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	5
Oficinas/artesanatos	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Terapia ocupacional	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	5
Lúdicas/lazer	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Fisioterapia	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	3
Convivência/ F.V*	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Cinema	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
Estimulação da memória	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Dança	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Ioga	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Bingo	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Passeios	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Atendimento médicos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Totais	7	9	6	5	3	8	5	4	0	4	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – CMDPI/JF.

Pela análise, observa-se que as atividades mais recorrentes nas instituições são as atividades religiosas (7) seguidas da música (6); ginástica/educação física (5); terapia ocupacional (5); lúdicas/lazer (3); fisioterapia (3); convivência e fortalecimento de vínculo (3); cinema (3); estimulação da memória (2); dança (2); ioga (2); bingo (2); passeios (2); atendimento médico (1).

É necessário pontuar uma distinção em relação aos serviços oferecidos e às atividades semanais/mensal: no primeiro predominam os serviços médicos e no segundo as atividades religiosas. Frente a essa realidade, alguns pontos precisam ser discutidos.

Uma das questões que buscávamos era saber os reflexos do pluralismo religioso no espaço asilar. Que há uma presença religiosa no interior das ILPIs, não resta dúvida, hipótese essa corroborada com a análise. Mas, e quanto à pluralidade? As instituições filantrópicas não declararam em seus documentos a oferta de serviços religiosos, ao contrário: apesar da origem religiosa, não se reconheciam como entidade de cunho religioso, não inserindo em seus documentos os serviços religiosos entre suas ofertas. Contudo, apresentavam uma diversidade religiosa nos Relatórios de Atividades no quesito Atividades Semanais/Mensais.

A presença religiosa no interior das ILPIs é nomeada de atividade religiosa e recebe várias denominações, a saber: missa; momento ecumênico; culto no lar; palavra evangélica; pastoral católica; momento espírita; adoração ao santíssimo; mães de Catarina; missa (capela); atividades religiosas; missa/passe e oração católica. Destaca-se que a frequência das atividades religiosas varia conforme cada instituição, podendo ocorrer uma vez ou até cinco vezes por semana. Observa-se que as ILPIs que declararam uma pluralidade religiosa são as instituições 01, 02, 03, 05, 08.

- Na ILPI 01, as atividades religiosas ocorrem três vezes por semana. Se na segunda-feira tem uma palestra realizada por um grupo espírita, no sábado há uma missa na capela que fica sediada no interior da ILPI. O acesso dos idosos à missa que ocorre na igreja do bairro é liberado. A instituição declara que recebe visitação da igreja e de vários segmentos religiosos.
- Na ILPI 02 também se observa a diversidade religiosa. Às quartas-feiras são realizadas duas atividades religiosas: a palavra evangélica e o culto no lar; as quintas-feiras a instituição recebe a visita de um missionário, sendo a atividade destinada aos católicos e ao público em geral e aos domingos há mais duas atividades: palestra pública (reunião espírita) e momento ecumênico.
- A ILPI 03 informa que oferece uma atividade religiosa por semana. Contudo, verificou-se que não se trata de apenas uma, mas de duas atividades religiosas: recebe a visita de duas instituições religiosas que realizam atividades uma vez por semana. Nas quintas-feiras, a casa recebe um grupo católico e a atividade religiosa é nomeada de missas. Neste mesmo dia, a casa oferece uma atividade religiosa nomeada de passes, prestada por um grupo espírita.
- A ILPI 05 realiza duas atividades religiosas: nas terças há o momento espiritual e nas sextas a celebração eucarística. A instituição se destaca por revelar maior

frequência semanal de atividades religiosas (terça, quinta, sábado, domingo e a 1ª sexta de cada mês).

- Na ILPI 08, as atividades religiosas são realizadas terças-feiras – adoração ao santíssimo, quartas – visita de um grupo religioso cristão sem especificidade quanto à instituição e sextas – missa na capela no interior da instituição. A ILPI declarou que realiza atividades extras de cunho religioso. Além das missas, há outras atividades esporádicas, a exemplo, a visita de representantes católicos e evangélicos (padres, pastores, ministros, freiras, leigos) visando o bem-estar espiritual e a socialização com os residentes, lembrando que o bem-estar espiritual está inserido na nova concepção de saúde definida pela OMS (1988) que, para além do físico, mental e social, acrescentou-se a definição de saúde a dimensão espiritual.

As ILPIs correspondentes aos números 07 e 10 declararam a oferta de atividade religiosa com certa especificidade ao universo cristão. Na primeira, há uma oração realizada por missionários católicos e na segunda o momento ecumênico. As correspondentes aos números 04, 06 e 09 não declararam a oferta de atividades religiosas, o que não significa a não oferta de tal atividade.

4.1.8 Considerações Sobre a Análise Documental

Considerando o material analisado – Relatórios de Atividades e Planos de Ação –, o estudo mostrou que as instituições filantrópicas detêm o maior número de idosos e de ocupação (61%), voltando-se mais para oferta de assistência social e saúde. Contudo, evidencia-se um crescimento das instituições de origem privada que pode ser verificado, na amostra, ao se igualar às instituições filantrópicas, quando 50% das instituições são dessa natureza, confirmando os dados acerca do aumento das ILPIs privadas no Brasil. A análise apontou, ainda, para um aumento das instituições privadas ofertando serviços semelhantes aos das instituições filantrópicas, nas quais prevalecem os de saúde.

O resultado desta análise corrobora com os estudos anteriores sobre as características das ILPIs no Brasil, particularmente, em se tratando da oferta de serviços em saúde. Os serviços e especialidades médicas são os mais presentes, com destaque das especialidades (nutrição, psicologia/terapia e enfermagem). Contudo, evidencia-se uma nova perspectiva tocante à relação das ILPIs e da religião no Brasil.

Atentando para o número de ILPIs pesquisadas constatou-se, por meio das informações contidas nos documentos analisados, que a presença de atividades religiosas é predominante na maioria das instituições e que essa presença não é de apenas uma vertente religiosa, mas de várias. Nota-se uma mudança no panorama religioso das instituições para idosos, em que a presença religiosa no interior das ILPIs é plural, apesar de ser uma pluralidade distribuída predominantemente no segmento cristão (católicos, espíritas e evangélicos).

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DO CAMPO: QUESTIONÁRIOS, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES

No segundo momento, ocorreu a pesquisa empírica com a imersão no campo propriamente dito. As visitas às instituições asilares só foram possíveis no primeiro semestre de 2022, após o afrouxamento das restrições sanitárias por conta do surto pandêmico ocorrido entre o final de 2019 e início de 2020. A amostra estudada foi composta por 06 instituições e um total de 12 participantes, sendo 06 representantes/responsáveis e 06 idosos/residentes. Os instrumentos de coleta de dados – entrevistas e questionários – foram direcionados a um responsável e a um idoso de cada instituição.

O primeiro instrumento, o questionário, foi composto de 12 questões divididas em duas partes: a primeira parte, com seis perguntas abertas, envolvia informações sobre:

1. Dados gerais da instituição;
2. Nome do responsável técnico/legal;
3. Período de mandato da diretoria;
4. Objetivos institucionais;
5. Infraestrutura: espaço físico, recursos humanos (número de funcionários);
6. Número de atendidos (homens e mulheres) e Perfil dos atendidos: (média de idade, sexo e grau de dependência).

A segunda parte, com 06 questões de múltipla escolha, voltava-se para:

- a) Natureza jurídica da instituição;
- b) Tempo de funcionamento;
- c) Modelo de atendimento;
- d) Atividades desenvolvidas;
- e) Serviços em saúde e especialidades oferecidas pela instituição e;
- f) Serviços terceirizados pelos idosos.

Uma vez que buscava obter informações específicas sobre a oferta de serviços pelas ILPIs, o instrumento do questionário foi direcionado apenas aos participantes responsáveis. No quadro 4 estão dispostas todas as informações colhidas através do questionário. Cada um dos quesitos e das atividades analisadas estão descritos de forma mais detalhada abaixo do quadro.

Quadro 4. Tabela Geral de dados dos responsáveis das ILPIs.

QUESTÕES	ILPI-01	ILPI-02	ILPI-03	ILPI-04	ILPI-05	ILPI-06
1.1 Responsável	Homem	Mulher	Mulher	Mulher	Homem	Homem
1.2 Mandato	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
	02 anos	Responsável técnico	02 anos	Administradora	Proprietário	05 anos
1.3 Objetivos	Abrigar idosos em situação de vulnerabilidade	Prestar assistência; trazer felicidade	Acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade	Cuidar do idoso	O cuidado com idosos	Bem-estar dos idosos
1.4 Infraestrutura	De acordo com as normas da vigilância sanitária	De acordo com as normas da vigilância sanitária	De acordo com as normas da vigilância sanitária	De acordo com as normas da vigilância sanitária	De acordo com as normas da vigilância sanitária	De acordo com as normas da vigilância sanitária
1.5 Número de atendidos	130	72	61	42	39	26
	50%M – 50% H	43M – 29H	53M – 08 H	85% mulheres	+60% mulheres	21M - 05H
1.6 Perfil dos atendidos	+ de 60 anos	+ de 60 anos	Idosos dependentes	+ de 60 anos	+ de 60 anos	+ de 60 anos
	Grau II.	Grau I, II, III.		Grau I e II.	Grau I e II.	Grau I.
2. Natureza jurídica	Filantrópica	Privada	Filantrópica	Privada	Privada	Filantrópica
	+ de 05 anos	+ de 05 anos	+ de 05 anos	+ de 05 anos	+ de 05 anos	+ de 05 anos
3. Modelo de atendimento	Acolhimento	Acolhimento	Acolhimento	Serviço	Serviço	Acolhimento
4. Atividades desenvolvidas na ILPIs	1,2,4,5	1,2,3,4,6	1,2,3,4,6	1,2,3,4	1,2,3,4,5	1,2,3,4,5
5. Serviços oferecidos pela ILPIs	1,2,4,6,7,8,9	2,4,5,6	1,2,3,6,7,9	1,2,4,5,6	2,3,4,7,8	1,4,9
6. Serviços terceirizados	1	1,2,3,4,5,6,7	x	5,6,7	1,5,6,7	x

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Analisando o quadro acima, observa-se que:

- A. **Quesito 1.1 Responsável:** as instituições analisadas são administradas, em termos de gênero, de forma igual: homens (ILPIs 01, 05, 06) e mulheres (ILPIs 02, 03, 04) com idade entre 37 e 80 anos, dos quais 04 se autodeclaram católicos, 01 evangélico e 01

católico-espírita. Quanto ao tempo que estão à frente da instituição, este varia entre 01 e 15 anos.

- B. **Quesito 1.2 *Mandato***: três instituições adotam o modelo de mandato (ILPIs 01, 03, 06) cujo tempo varia entre 02 e 05 anos. As demais instituições não adotam tal modelo e a administração é realizada por representantes que não têm período determinado de atuação. A instituição 02 é administrada por um responsável técnico, a 04 por uma administradora e a 06 pelos próprios proprietários. Todas as instituições têm mais de cinco anos de funcionamento, tendo entre elas instituições com mais de 100 anos.
- C. **Quesito 1.3 *Objetivo Institucional***: difere entre as instituições tanto nos objetivos quanto na natureza: as instituições filantrópicas ofertam acolhimento e assistência a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social; já as instituições privadas objetivam a oferta de serviços, destacando o cuidar e o trazer felicidade.
- D. **Quesito 1.4 *Infraestrutura***: todas as instituições declararam conformidade com as normas estabelecidas pela agência de vigilância sanitária. Sobre o espaço asilar, declararam possuir espaços amplos e subdivididos em vários setores, classificados em dormitórios coletivos; quartos coletivos e individuais; casas coletivas e individuais e apartamentos individuais. Nas casas e quartos são permitidos até dois idosos. O total de funcionários depende do tamanho da instituição, da quantidade de idosos e do Grau de Dependência dos mesmos, podendo variar de 13 a 90 funcionários por instituição.
- E. **Quesito 1.5 *Número de idosos atendidos***: as instituições assim declararam:
1. ILPI-01 são atendidos 130 idosos, onde 50% são mulheres e 50% homens.
 2. ILPI-02 comporta 72 atendidos, divididos entre 43 mulheres e 29 são homens.
 3. ILPI-03 comporta 61 atendidos, sendo que 53 são mulheres e 08 são homens.
 4. ILPI-04 apresenta um número de 42 atendidos, onde 85% são mulheres.
 5. ILPI-05 comporta 39 atendidos, sendo que mais de 60% são mulheres.
 6. ILPI-06 está com 26 atendidos, sendo que 21 são mulheres e 05 são homens.

O número de atendidos do sexo feminino é maior em todas as instituições. Duas instituições não declararam o número exato quanto à distinção por sexo, o que nos permite considerar um número ainda mais elevado de mulheres.

- F. **Quesito 1.6 *Perfil dos atendidos***: As instituições declararam o atendimento de idosos com 60 anos ou mais, sendo a maior a presença com dependência no grau II.

Quanto aos demais quesitos, temos na segunda parte:

- G. **Quesito 2. *Natureza Jurídica***: número igualitário na amostra:
1. 03 ILPIs de natureza jurídica filantrópica (01, 03, 06);

2. 03 ILPIs de natureza jurídica privada (02, 04 e 05).
- H. **Quesito 3. Modelo de atendimento:** enquanto as ILPIs 01, 02, 03 e 06 declararam acolhimento, as ILPIs 04 e 05 declararam serviço.
- I. **Quesito 4. Atividades desenvolvidas pela instituição:** temos as seguintes ofertas:
1. Atividades religiosas em 06 instituições (ILPIs: 01, 02, 03, 04, 05, 06);
 2. Terapia de grupo ou individual em 06 instituições (ILPIs: 01,02, 03, 04, 05, 06);
 3. Lazer (música, dança, cinema) em 06 instituições (ILPIs: 01, 02, 03, 04, 05, 06);
 4. Atividades Ocupacionais em 05 instituições (ILPIs: 03, 03, 04, 05, 06).
- J. **Quesito 5. Serviços oferecidos pelas instituições:** serviços com maior frequência:
1. Enfermagem em 05 instituições (ILPIs: 01, 02, 03, 04, 05);
 2. Nutrição em 05 instituições (ILPIs: 01, 02, 04, 05, 06);
 3. Médicos em 05 instituições (ILPIs: 01, 03, 04, 05, 06); e
 4. Fisioterapia em 04 instituições (ILPIs: 01, 02, 03, 04).
- K. **Quesito 6. Serviços Terceirizados pelos Idosos:** serviços com maior frequência:
1. Médicos em 03 instituições (ILPIs: 01, 02, 05);
 2. Fonoaudiologia em 03 instituições (ILPIs: 02, 04, 05);
 3. Fisioterapeuta em 03 instituições (ILPIs: 02, 04, 05);
 4. Psicologia em 03 instituições (ILPIs: 02, 04, 05); e
 5. Outros serviços citados foram os de geriatria e nutrição.

Os serviços terceirizados de educador físico e assistente social, apresentados no questionário, não foram mencionados.

4.2.1 A Entrevista

O segundo instrumento utilizado foi a entrevista, sendo adotado o modelo de entrevista semiestruturada com um total de 22 questões abertas, dirigidas aos dois participantes de cada instituição e divididas da seguinte forma: 10 questões destinadas ao responsável e 12 questões direcionadas ao idoso residente. As entrevistas, contendo questionamentos acerca da relação da ILPI com a religião, visavam obter dados gerais e específicos, tais como, dados pessoais (identificação pessoal, idade, gênero) e informações acerca da relação da ILPI e do idoso com a esfera religiosa e, sobretudo, elucidar a questão-problema de nossa pesquisa.

4.2.2 Os Responsáveis

No que tange aos responsáveis, as respostas foram subdivididas em blocos de temas.

- **Bloco A** – questões 5, 6, 9: referentes à entrada da religião na ILPI.
- **Bloco B** – questões 3, 4, 10: relacionadas à presença e a pluralidade religiosa.
- **Bloco C** – questões 1, 2, 7, 8: pertinentes à percepção e importância das atividades religiosas para a instituição asilar.

Por conta dessa divisão, optamos pela seleção de palavras mais frequentes e diretamente ligadas ao problema da pesquisa. Em seguida, foram selecionadas as unidades de contexto e conseqüentemente a classificação, a saber: ILPIs, IDOSOS e RELIGIÃO e, posteriormente as unidades de registro, palavras com maior frequência por blocos que foram DEMANDA, OFERTA e PROCURA. Ocorreu que todas as unidades de registro tinham uma relação direta e suas aparições caminhavam para contextos explicativos dos temas.

Realizada a etapa da classificação, definimos três categorias de análise, a saber: DEMANDA, OFERTA e PROCURA. Outro critério adotado foi que as categorias seriam selecionadas conforme a aparição em um dado fragmento do material. Por se tratar de um estudo de abordagem qualitativa, foram consideradas as unidades de registro que apareciam em todo material selecionado. As unidades podem ser entendidas como termos semelhantes, idênticos ou similares aparecidas no conteúdo analisado, servindo de suporte para uma compreensão contextual onde esses registros estavam inseridos.

A unidade de registro *Demanda* apareceu 10 vezes em todo o recorte do material analisado. Esta unidade lidera a frequência de aparições sobre as demais unidades, sendo sua frequência de aparição mais forte no instrumento da entrevista tanto no bloco A como no bloco B. Esse registro está diretamente relacionado à inserção da religião no espaço asilar. Com três aparições cada, temos a segunda categoria *Oferta* e a terceira categoria *Procura*.

Podemos verificar a presença dessas unidades em algumas das respostas transcritas abaixo. A aparição das unidades de registro pode ser verificada no recorte do conteúdo da entrevista referente ao bloco A, por meio da seguinte questão: (5) *Como ocorre a entrada da instituição religiosa na ILPI?*

1 – Via Demanda

Instituição	Transcrição da Entrevista
ILPI-01	<i>As duas coisas. É uma demanda e é uma ofertada instituição.</i>
ILPI-02	<i>Demanda do idoso, eles pedem e aí a gente vai atrás de pessoas que podem fazer.</i>
ILPI-03	<i>Assim... Eu tô aqui tem pouco tempo, mas pelo que eu percebi acaba sendo uma <i>conjunção dos dois</i>. Chegou num determinado momento que foi a <i>demanda do idoso</i> e</i>

	aí a instituição entendeu que tinha que abrir o leque para outras religiões, e também a própria procura.
ILPI-05	É uma atividade, proposta devido à <i>demanda dos idosos</i> . Existe uma <i>demanda</i> muito grande e faz muito bem para eles.
ILPI-06	Não, não. Isso aí é livre. Então essa ligação que tem com a paróquia aqui é muito grande, com a paróquia de São José. Ele vem muito aqui, entendeu? Então existe uma ligação muito forte entre eles. Agora isso aí passa ser uma <i>demanda dos idosos</i> , tem idoso aqui que faz questão, perguntam: Que dia nós vamos à missa? Que dia nós vamos à igreja? Eu mesmo já as levei para a igreja. Então, essa ligação é muito forte, muito forte, entendeu? Hoje mesmo eu estava conversando com uma senhora e com outra senhora também e ela já falou que tinha feito a reza e já tinha rezado o terço, isso traz paz para elas e uma sensação de leveza, deixa o pessoal muito tranquilo. Além da <i>demanda</i> , além dessa questão de a instituição ter sido fundada, ainda tem essa <i>demanda dos idosos</i> , né? Que eles procuram mesmo a religião. Isso aí é uma coisa que não pode faltar para eles de jeito nenhum.

2 – Via Oferta

Quanto à segunda unidade de registro podemos verificar sua aparição e/ou seu sentido em algumas falas abaixo. Vejamos:

Instituição	Transcrição da Entrevista
ILPI-01	As duas coisas. É uma demanda e é uma <i>oferta</i> da instituição.
ILPI-02	Assim... Eu tô aqui tem pouco tempo, mas pelo que eu percebi acaba sendo uma <i>conjunção dos dois (demanda e oferta)</i> . Chegou num determinado momento que foi a demanda do idoso e aí a instituição entendeu que tinha que abrir o leque para outras religiões (<i>oferta</i>) e também a própria procura, essa semana, por exemplo, a gente teve a procura de um pastor querendo vir participar aqui da instituição.
ILPI-04	Isso já é uma <i>prática da residência (Oferta)</i> . Trazer, tanto que, a gente tem um jardim, uma gruta, uma santa... A parte da diretoria é católica também, <i>então já faz parte da instituição (Oferta)</i> .

3 – Via Procura

Quanto à terceira unidade de registro podemos constatar sua aparição e maior frequência na seguinte fala:

Instituição	Transcrição da Entrevista
ILPI-03	Chegou num determinado momento que foi a demanda do idoso e aí a instituição entendeu que tinha que abrir o leque para outras religiões, e também a própria <i>procura</i> , essa semana, por exemplo, a gente teve a <i>procura</i> de um pastor querendo vir participar aqui da instituição. A gente está aí nesse processo de... Porque esses que vem eles já estavam aqui antes da pandemia tiveram que ter as atividades suspensas por conta da pandemia, então eles estão retornando aos poucos. Agora esse outro que <i>procurou</i> é a primeira vez, então ele vai passar por um processo de conversa com a direção, no caso com a assistência social até para ele expor a proposta dele e a gente expor o que a instituição é, a forma que acontece às atividades, para ver se não vai ter conflitos.

4.2.3 A Lógica de Mercado nas ILPIs: os usos e funções da religião

Para um maior entendimento das categorias selecionadas, iniciemos pela sua origem etimológica. Segundo Ferreira (1986), demanda tem a ver com ação ou ato de demandar, isto é, ir à busca de, procurar, enquanto oferta significa, entre outras coisas, oferecer, oferenda, dádiva. No campo da economia, oferta se traduz, segundo Ferreira (1986, p.1279-1280), como “uma apresentação de mercadorias ou de serviços de determinada espécie, como objeto próprio de transição ou efeito”. No tocante à palavra procura, também sinônimo de demanda, significa “conjunto das produções ou dos serviços que se pedem no comércio ou na indústria; demanda” (Ferreira, 1986, p. 1396).

Buscando uma melhor compreensão destas categorias, tomamos de empréstimo as teorias e conceitos da Ciência Econômica em que os termos emergiram. O primeiro a tratar da temática foi o escocês Adam Smith (1723-1790), filósofo, teórico e economista, considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico. Smith revolucionou o pensamento de sua época ao se dedicar à tarefa de analisar a divisão do trabalho como um fator evolucionário poderoso a propulsionar a economia.

Apesar de seus outros trabalhos valorosos, para explicar esses conceitos, nos concentramos em dois de seus livros. O primeiro é a sua obra mais conhecida – *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* [*An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations*] publicada no ano de 1776. Nesta obra, popularmente conhecida como *A Riqueza das Nações*, Smith demonstrou que a riqueza das nações resulta da atuação de indivíduos que, movidos pelo seu próprio interesse (*self-interest*), promoviam o crescimento econômico e a inovação tecnológica.

O segundo trabalho é a obra intitulada *A Teoria dos Sentimentos Morais* [*The Theory of Moral Sentiments*], publicada em 1759. Neste texto, Smith procura indicar o porquê de nossas ações na esfera econômica, em particular, descrevendo os componentes que explicam o constante desejo em aumentar nossa remuneração, conforto e bem-estar. Smith (2010) examina criticamente o pensamento moral do seu tempo e sugere que a consciência surge das relações sociais. Com esta obra pretende explicar a origem da capacidade da humanidade em formar juízos morais, apesar de a natural tendência dos homens ao autointeresse. Propõe uma *teoria da simpatia* em que o ato de se imaginar no lugar dos outros torna as pessoas conscientes de si e da moralidade de seu comportamento. A partir dessa obra ganha destaque o construto de “mão invisível” utilizado para explicar as leis de mercado e o ajuste entre a oferta e a demanda. A expressão mão invisível se traduz como uma intervenção natural que garante o equilíbrio e crescimento da sociedade através do interesse próprio dos indivíduos.

Para compreendermos a lei defendida por Smith é preciso apreender alguns conceitos-chave. O primeiro é o de mercado, espaço no qual os agentes e as empresas (vendedores) oferecem seus produtos aos consumidores (compradores). Nesse espaço estão presentes duas forças, oferta e demanda, dois conceitos simples, mas de fundamental importância para os agentes do mercado. Teoricamente, pode-se afirmar que oferta e demanda têm uma relação inversamente proporcional, isto é, se uma aumenta, a outra diminui. Enquanto a oferta se processa quando os vendedores oferecem seus produtos ao mercado, a demanda opera quando os compradores querem comprar e consumir os produtos, sendo compreendida como procura, podendo ser definida como a quantidade de um bem que os compradores desejam comprar.

A lei da oferta e da demanda é um fenômeno que, segundo Smith (2010), determina os preços dos produtos de um mercado. Resumidamente, quando há muita oferta, os preços diminuem e quando há muita demanda, ou seja, quando há procura por um produto (escassez do mesmo), os preços sobem.

Ao se reportar à mercadoria, Smith (2010, p.34) destaca que:

Toda mercadoria, além do mais, é mais costumeiramente trocada e, portanto, comprada com outras mercadorias do que com trabalho. É mais natural, portanto, estimar seu valor de troca pela quantidade de alguma outra mercadoria do que pelo trabalho que pode comprar. A maioria das pessoas, também, entende melhor o que se entende por uma quantidade de uma dada mercadoria do que por uma quantidade de trabalho. Uma é um objeto simples e palpável; a outra é uma noção abstrata, que, se bem que possa ser tornada suficientemente inteligível, não é tão natural e óbvia.

Não se trata de uma mercadoria palpável, mas sim da segunda proposta pelo autor, a noção abstrata, já que “quando cessa a troca e o dinheiro torna-se o instrumento comum do comércio, cada mercadoria é mais frequentemente trocada por dinheiro do que por qualquer outra mercadoria” (Smith, 2010, p. 34).

Sustentamos que essa mesma lógica opera no mercado de ILPIs em que os idosos residentes e suas famílias são os consumidores (compradores) e as ILPIs as empresas (vendedores) e o produto comercializado, os serviços que as ILPIs prestam ao seu público-alvo. Trata-se de um pacote de serviços que engloba habitação, alimentação, cuidados básicos em saúde e outros. Esses serviços podem receber várias nomeações, tais como atividades e ofertas. Nesse leque, além das várias ofertas em saúde e de outros serviços, temos a oferta da atividade religiosa.

Como se pode observar na análise do material (entrevistas e questionários), segundo os responsáveis pelas ILPIs a oferta de uma atividade religiosa ocorre, em primeiro lugar, por uma

demanda dos idosos e, em segundo, por uma iniciativa da própria instituição asilar. Uma terceira possibilidade evidenciada na análise é a ocorrência de ambos os casos, ou seja, tanto a demanda dos idosos quanto a oferta pela instituição asilar.

Como exposto no capítulo anterior, é cada vez mais evidente não só o estabelecimento, mas o crescimento do mercado de ILPIs e diante da alta procura por vagas nestas instituições, da diversidade de credos e confissões religiosas de seus consumidores, o que se nota é uma tentativa de suprir a demanda dos consumidores, ofertando o que os idosos desejam.

Mas isso é apenas uma versão da história. Na lei de mercado que vigora e diante da alta competição entre as ILPIs é preciso se destacar entre as demais instituições, isto é, fazer-se vender e a oferta é um dos principais procedimentos. Logo, é preciso buscar estratégias e fazer com que o público-alvo deseje seus serviços. Nesse sentido, a instituição se transforma em uma verdadeira vitrine, pois quanto maior a oferta de serviços, maior será sua visibilidade no mercado de ILPIs. As atividades são planejadas estrategicamente e, em muitos casos, os contratos são acordados em horários específicos, a exemplo do horário da atividade religiosa. Mesmo com a variedade de serviços médicos e de saúde, bem como de atividades de lazer, para muitas famílias, mormente para os idosos, as atividades religiosas têm um papel de grande destaque. Segundo uma das responsáveis, a oferta da atividade religiosa:

“É um diferencial. É extremamente diferencial “Eu já fechei contratações com família que chegaram para conhecer a casa no horário de atividade religiosa, eu convidei a família para participar da atividade religiosa e a família assistiu a atividade junto com idoso e logo após fechou o contrato” (ILPI-02, Responsável 02).

Essas ofertas/atividades também são motivadas pela obrigatoriedade da legislação vigente no que tange à liberdade religiosa e os direitos dos idosos. Algumas instituições mantêm uma confissão religiosa, mesmo que esta não seja declarada, e ofertam as atividades.

Uma coisa que eu vejo muito sabe? É que, dentro de muitas instituições oferece serviços por obrigatoriedade tá? Vejo muitas instituições que oferecem muitos desses serviços, não só religiosos, mas a fisioterapia e a arte por obrigatoriedade (ILPI-02, Responsável02).

Na tentativa de entender o problema desta pesquisa, compreender como ocorre a inserção da presença (institucional) religiosa no espaço asilar e se há pluralidade religiosa nas ILPIs, outras duas questões foram analisadas no bloco A. A primeira era compreender a presença religiosa nas ILPIs. Para tanto, era imprescindível captar como essa atividade era

disponibilizada. Assim, consideramos a questão de número 06 com o seguinte questionamento: a oferta/atividade religiosa é gratuita ou não? A grande maioria das ILPIs declarou que sim, que a oferta/atividade religiosa é realizada de forma gratuita. Apenas a ILPI 04 alegou que contribui financeiramente com o atendimento.

A gente sempre contribui com a oferta porque a gente sabe que é dispendioso trazer o padre, trazer a moça que toca violão, vem toda uma equipe. Sempre que a gente faz a missa à gente gosta de estar contribuindo com essa visita porque é dispendiosa (ILPI-04, Responsável04).

Realmente é dispendiosa. Grande parte das instituições localiza-se em bairros afastados da região central, o que dificulta o trânsito e a locomoção dos representantes religiosos, gerando maior despesa com transportes. E não apenas isso: as atividades religiosas são realizadas de forma totalmente diferente do que se observava em décadas anteriores, contando com vários equipamentos (instrumentos musicais) e demais utensílios usados visando trazer maior festividade e celebração.

A fim de obter mais informações sobre como essa oferta religiosa era disponibilizada, fizemos a seguinte pergunta na questão número 09: se há atividades religiosas na ILPI, existe algum acordo, contrato ou amparo legal junto à instituição religiosa? As seis instituições disseram que não há acordo, contrato ou amparo legal para prestar tais serviços ou atividades. Duas ILPIs salientaram que a oferta religiosa ocorre de forma voluntária por parte da instituição religiosa, mediante pedido, acordo verbal e/ou agendamento prévio. As ILPIs 01, 05, 06 declararam que o atendimento religioso é realizado exclusivamente pela paróquia do bairro onde estão inseridas. A ILPI-06 declarou que para a execução do serviço são necessárias certas particularidades e a autorização de uma liderança religiosa, no caso, o bispo.

O bispo ele exige, isso é exigência da igreja de que quem tem que rezar missa aqui é o padre da paróquia. Então o padre de outra paróquia ele já veio celebrar missa aqui, mas ele só pode vir com a autorização do bispo ou do padre local (ILPI-06, Responsável06).

A ILPI-06 ainda declarou que, além do acordo verbal, existe uma relação de trocas entre as instituições:

Existe também... O lar recebe muita doação, aqui nós recebemos muita doação de roupas, de alimentos. Às vezes tem alimentos em quantidades, assim... Supermercado, por exemplo, vai vencer um lote de arroz, não vai vender, vai vencer em um mês, eles doam para a gente, só que a quantidade é

muito grande, **então a gente doa parte para igreja, e a igreja distribuiu para as famílias carentes aí, entendeu?** Não só roupas, alimentos também, a gente avisa o padre e ele vem com o carro da paróquia e pega as doações que já deixou separadas para a igreja dele. E lá, ele faz a distribuição como ele achar melhor, entendeu? (ILPI-06, Responsável 06).

Se a oferta ou atividade religiosa é oferecida de forma gratuita, qual o interesse da instituição religiosa ou dos líderes religiosos no campo institucional asilar? Esse questionamento não pode ser averiguado a fundo, contudo, no período em que foram realizadas as observações e as visitas em campo, registramos algo inusitado. Estava exposto em duas instituições privadas no quadro de despesas com funcionários, melhor, de prestadores de serviços³⁸ (psicologia, fisioterapia, demais especialidades), a atividade religiosa. Ao questionar a administradora sobre o registro da atividade no quadro, fomos informados de que o mesmo valor pago aos demais profissionais era direcionado para o caixa da instituição, haja vista o gasto e a alta despesa com a atividade religiosa. Outra instituição declarou essa despesa da seguinte forma:

Tudo aqui eu chamo de atividade. Qual é a atividade? Atividade de terapia artística, atividade religiosa, atividade de musicoterapia, tudo que é um evento é atividade. Até o meu centro de custos é uma atividade, por exemplo, nas mesas, no culto, eu sempre no final sirvo um café. Então eu compro o café eu coloco lá no centro de custos - atividade missa. Então tudo aqui é atividade (ILPI-02, Responsável 02).

Outro recorte temático diz respeito à presença da religião ou da pluralidade religiosa nas ILPIs. As questões contidas no bloco B (3, 4, 10) revelaram possíveis respostas para essa indagação. A questão 03, referente a verificação se a instituição oferecia atividades religiosas e, se sim, com qual frequência, revelou que entre as seis instituições pesquisadas, cinco ofereciam atividades religiosas com frequência. Apenas a ILPI-01 alegou não oferecer. A frequência das atividades pode ser descrita da seguinte maneira: diária (todos os dias/grupo de oração), semanal (duas a três atividades distintas), mensal e bimestral. As atividades são: missa, comunhão, oração, passe espírita, estudo da doutrina espírita e visitas de grupos evangélicos.

A questão 04 – quais instituições religiosas realizam atividade(s) na instituição asilar? – Mostrou que a instituição católica está presente em seis ILPIs, o segmento espírita em quatro (01, 02, 03, 04), o evangélico em quatro (02, 03, 04, 05) e as Testemunhas de Jeová em apenas

³⁸ As instituições adotam o modelo de prestação de serviços – sem vínculo empregatício. Pouquíssimos são os profissionais registrados em regime de CLT.

uma ILPI (02). A ILPI-06 afirmou que só a instituição católica realizava atividades no seu espaço, enquanto a ILPI-04 disse que a residência não oferece todas as atividades, mas que acolhe e recebe todas as tradições religiosas devido às demandas dos idosos.

Enfatizando o questionamento sobre a presença plural no espaço institucional, temos a questão 10 com a seguinte pergunta: há diversidade religiosa na ILPI? Se sim, há conflitos ou não? As instituições 01, 02, 03, 05 declararam haver diversidade religiosa e a não existência de conflitos. Nas palavras da Responsável 02 da ILPI 02, “Já vi acontecer muitas situações dessas, onde uns frequentarem a atividade do outro, a exemplo, do evangélico participar da missa inteira e só não querer comungar ou querer fazer outra coisa, mas querer participar do evento do outro, sabe?”, revelando uma nova dinâmica religiosa no espaço asilar.

A maioria dos responsáveis alega que as atividades religiosas ocorrem em dias alternados e que há uma aceitação por parte dos idosos.

Até agora não percebi conflito, essa relação se dá de maneira harmoniosa, pois cada um tem seu dia específico para não ficar meio que disputa. Para não ficar duas atividades e ter que escolher entre uma e outra. As atividades são alternadas para que não haja esses conflitos, porque às vezes tem idoso que vai a todas ou idoso que não vai em nenhuma (ILPI-03, Responsável 03).

As questões do bloco C (1, 2, 7, 8), reforçam ainda mais a compreensão do nosso objeto. Vejamos:

Questão 1 – Qual a relação das ILPIs com a dimensão religiosa, isto é, com a religião?

Instituição	Transcrição da Entrevista
ILPI-01	Olha tenho uma coisa interessante para te responder, com a pandemia nós suspendemos todas as atividades aqui dentro, inclusive a religiosa. Para você ter uma ideia nós tivemos no final do ano uma missa aqui no dia do idoso. E estamos para voltar com a missa. Aqui tinha uma missa todo sábado, que até hoje não voltou, está para voltar, mas não voltou. Então, na acepção da palavra, a gente está até um pouquinho parado, paralisado porque ainda não dá para trazer gente de fora.
ILPI-02	Então, eu sou extremamente a favor e busco oferecer o máximo possível, em todas as esferas, a gente oferece a missa com o padre, a gente oferece o passe Espírita e culto evangélico, e vem até o pessoal como é que chama? É porque eu nem sei, não participo de tudo por conta da minha burocracia. Mas tem uma senhora que é daquela religião que não pode fazer transfusão de sangue. Ah! As Testemunhas de Jeová, então vem um grupo fazer oração com ela. Então, todas as pessoas que vem aqui de alguma religião e falam que gostaria de fazer uma oração. Eu sou aberta a todos.
ILPI-03	Aqui, apesar de ser espírita a fundação, ter essa base espírita, a gente não trabalha só com a religião espírita dentro da instituição, até porque nosso público é variado, então a gente não atende só o idoso que é espírita, a gente atende o idoso independente da religião que ele tenha. E aí quando a gente abre a fundação para outras religiões virem, a gente abre essa oportunidade para que eles, os idosos frequentem esses espaços. [...]

	Então eles são convidados e todas essas religiões que vem aqui; o espaço evangélico, o espaço católico e o espaço espírita, eles vão convidando os idosos e aí eles vão, à medida que, naqueles dias, eles estão disponíveis com aquela vontade para ir nessas reuniões. <i>Então a gente abriu esse leque para outras religiões até para atender esse público.</i> Vejo como uma relação positiva, a gente lida bem e consegue ter esse diálogo muito bom com as outras religiões.
ILPI-04	Uma relação muito boa. A maioria dos nossos residentes é católica, como a maioria também nossos funcionários também são católicos. Então a religião tem uma grande importância para a gente, tanto para a direção, para os funcionários e residentes, <i>isso faz parte até do tratamento.</i>
ILPI-05	Muito importante a diversidade independente de qual é a religião escolhida, é muito importante a participação do grupo em si para falar de uma palavra que é única, o Deus para nós é um só.
ILPI-06	Olha aqui, praticamente, vamos considerar que 100% é católica tá? E por ser uma instituição beneficente que até foi criada pela irmã Catarina, não tem nenhuma foto dela aqui, que é da São Vicente de Paula, então é praticamente 100% católica, e tanto que os investimentos que foram feitos aqui, para levar para o do lado da região, tudo foi em cima da Capela lá do salão. Lá embaixo a gente fez como uma mini-igreja, lá embaixo, tudo isso a pedido dos próprios idosos, então tem uma relação muito direta para religião.

Questão 2 - A instituição tem uma confissão religiosa declarada?

Instituição	Transcrição da Entrevista
ILPI-01	Não.
ILPI-02	Sim. Nós somos católicos e temos até um oratório ali fora com Nossa Senhora, um cantinho ali, tem um cantinho espiritual, mas estamos abertos a qualquer um.
ILPI-03	Só o nome (risos), mas há algumas pessoas que se declaram, mas isso não é impeditivo para o funcionamento dela.
ILPI-04	Não. Não tem declarado.
ILPI-05	Não. Declarada não, mas somos mais voltados para o catolicismo.
ILPI-06	Não, não.

Em relação à questão 7 – Qual a importância da atividade religiosa para os idosos e para a instituição? –, como já mencionado, as ILPIs reconhecem a importância do aspecto religioso para os idosos. A religião, a religiosidade e/ou a espiritualidade têm um papel de fundamental importância. Estas dimensões estão atreladas à ideia de conforto, apoio, amparo, paz e bem-estar. “Oh... A gente não vive sem religião. Então, ela é fundamental, ainda mais na situação dos idosos aqui, muitas vezes, desamparados. Então, a religiosidade aqui ajuda muito aqui no dia a dia deles, principalmente, deles” (ILPI-01, Responsável 01). Contudo, sua associação está diretamente ligada à ideia de saúde, como se pode observar na fala do Responsável 03 da ILPI-03: “A questão da religiosidade e da religião... Ela é importante para o idoso, até na questão de

saúde psicológica, cognitiva, e aí quando a gente fala porto é no sentido assim, de algo concreto que eles se agarram para não perder a fé”.

A dimensão religiosa é novamente associada à saúde e, portanto, ao cuidar. “Nossa, a importância é tudo. É muito importante. Faz a diferença. Isso faz parte do complemento do cuidar” segundo a Responsável 04 da ILPI-04 que, sobre a importância dessa oferta para a instituição, reitera:

Eu acho que é importância máxima. [...]A gente quer muito que isso aconteça, a gente quer muito a presença constante da religião aqui dentro. Isso é importante para a instituição e a instituição sabe que também é importante para os idosos. **Mas não é por causa do idoso que gente traz essa atividade**, faz a inserção da religião, é por que é necessário, como ser humano entendeu? (ILPI-04, Responsável 04).

Dessa forma, era importante saber como a instituição percebia a oferta da atividade religiosa, o que foi feito através da questão 08. Para as instituições, a religiosidade é um ponto de apoio muito forte especialmente para os idosos que geralmente se sentem desamparados pela família, sendo, portanto, um mecanismo de amparo e é na religião que eles se apegam. Assim sendo, trata-se de um diferencial na oferta de serviços, uma vez que algumas ILPIs utilizam essa oferta de maneira estratégica. Diante das dificuldades no cuidar, a religião tem um efeito apaziguador, tanto em termos individuais quanto coletivos:

[...] Para mim o verdadeiro efeito é após a atividade religiosa, onde o meu idoso por mais agitado, desorientado, demenciado que ele esteja a atividade religiosa que ele se concentra faz tanto efeito nele que na atividade e pós-atividade ele para de agitar, ele fica tão bem, ele se tranquiliza, ele fica feliz sabe? Então isso para mim é a verdadeira atividade. O efeito não é só no idoso é coletivo e para mim isso é o que vale, não adianta eu ficar bem e o outro não, tem que ser coletivo sabe? (ILPI-02, Responsável 02).

Tanto para o idoso quanto para a ILPI o elemento religioso:

“É uma oferta que está ali dentro do pacote, se está na agenda, tudo que está na agenda é importante para os idosos, por isso, se a gente coloca alguma atividade que esbarra ou está muito próxima, eles falam: olha a gente tem agenda tal. Dentre as atividades ofertadas percebemos a atividade religiosa como necessária para o idoso (ILPI- 05, Responsável 05).

No contexto asilar, a religião está diretamente associada à saúde, sendo um complemento, na prática do cuidar, que acaba promovendo a qualidade de vida dos idosos. As

ILPIs afirmam que “para os idosos, os serviços religiosos são mais importantes que os serviços médicos, não tenho nem dúvida, não tenho nem dúvida” (ILPI-06, Responsável06).

4.2.4 Os idosos

No tocante à análise das respostas dos participantes-idosos, optamos por dar continuidade à sequência alfabética iniciada com os participantes-responsáveis. As respostas das entrevistas foram subdivididas em cinco blocos de temas, a saber:

- Bloco D – 1, 2, 3: dados pessoais do idoso;
- Bloco E – 6, 7, 8: relação do idoso com a religião;
- Bloco F – 4, 5, 9: atividades realizadas e a vivência religiosa do idoso na ILPI;
- Bloco G – 10, 11, 12: diversidade religiosa e atendimento na ILPI.

Com base nos dados coletados e em relação às questões que compõem o bloco D constatou-se que dos seis participantes idosos, cinco eram do sexo feminino e apenas um do masculino com idades variando entre 77 e 97 anos. Quanto ao tempo de institucionalização verificou-se que este período variava entre 1,4 e 30 anos de permanência nas ILPIs. Sobre a percepção dos idosos em relação à instituição asilar, cinco afirmaram que percebem a ILPI como positiva e apenas 01 como ruim.

No bloco E as questões tinham a ver com a relação do idoso com a religião. A questão 06, por exemplo, interrogando sobre o que é religião, apresentou respostas distintas. Para os idosos, a religião é vista como algo bom, que tem a ver com educação, ar/suporte de vida, Deus, religar, é tudo. As respostas à questão 07 – Qual a sua relação com a religião? –, revelou que todos os participantes mantêm uma relação positiva com a esfera religiosa, também apresentando respostas distintas. Os participantes afirmaram que essa relação engloba atos como praticar a religião, contatar o espiritual, estar sempre presente, refletir sobre a vida, boa relação e religião como sendo tudo na vida. A última questão deste bloco (questão 08) versava sobre a pertença religiosa, isto é, se o idoso tinha alguma confissão religiosa. Assim como nos demais casos, prevaleceu a instituição católica, com 04 idosos, e apenas 01 espírita e 01 espiritualista.

O conjunto de perguntas que compõem o bloco F, referentes aos números 4, 5, 9, diz respeito às atividades realizadas na instituição e à vivência religiosa do idoso na ILPI. Nesse bloco podemos verificar alguns posicionamentos. Vejamos: a pergunta de número 4 – Quais

atividades são realizadas na Instituição? Qual você mais gosta de participar? – teve como respostas: 1ª) atividades religiosas (missa e música religiosa); 2ª) conversar/contato com os moradores; 3ª) psicologia e arte. Já a questão 05 – A instituição oferece alguma atividade religiosa? Qual/Quais? – apresentou respostas unânimes: todos os participantes afirmaram que a instituição asilar oferece uma ou mais atividades religiosas, sendo as mais relatadas às atividades das expressões católica (5) evangélica (3), espírita (2). Na questão de número 09 – Você participa de alguma atividade religiosa? Qual? – Também tivemos respostas unânimes: todos os participantes afirmaram participar de alguma atividade religiosa, sendo a missa e/ou oração católica (5) a mais destacada.

As questões que abordam a diversidade religiosa e o atendimento religioso na ILPI compõem o conjunto do bloco G (10, 11, 12). Na pergunta de número 10 – Você acredita que existe diversidade religiosa na instituição? O que você acha disso? –, 05 participantes acreditam que há diversidade religiosa na instituição asilar e que não há presença de conflito. Apenas um participante afirma não ter diversidade religiosa. No entanto, esse participante se contradiz ao assegurar a presença de católicos, espíritas e evangélicos no interior da instituição. A diversidade é vista como algo positivo para a maioria dos idosos que afirmam gostar da presença plural da religião na instituição asilar. A questão 11 – Quantas expressões religiosas estão presentes na Instituição? – reafirma a indagação anterior, uma vez que todos os participantes afirmaram a presença da instituição católica na ILPIs. As outras expressões religiosas mencionadas foram a espírita (3) e os evangélicos (3).

A última questão que compõem este bloco versa sobre o atendimento religioso de uma forma mais subjetiva, visando saber se o idoso já havia solicitado, alguma vez, atendimento religioso. Apesar de toda essa participação dos idosos e da importância dada à religião no espaço asilar, constatamos algo extremamente inusitado, mas já esperado: ao contrário do que afirmam as instituições por meio de seus respectivos responsáveis, de que a inserção da presença religiosa na instituição asilar ocorre por uma demanda do idoso, 05 participantes idosos declararam nunca ter solicitado nenhum atendimento religioso a ILPI. Apenas uma participante menciona que solicitou atendimento religioso diferente do que é prestado pela ILPI. E por que isso ocorre?

Como vínhamos sustentando, a tese que defendemos é a seguinte: nessa nova conjuntura, em que se estabelece um novo mercado de ILPIs e que vislumbramos como híbrido, visto a oferta de assistência e de serviços em saúde, a religião é simplesmente ressignificada, valorizada e, acima de tudo, vendida em um vasto cardápio de serviços e especialidades técnicas e médicas em saúde ofertadas pela própria instituição asilar.

A oferta religiosa é um elemento imprescindível, além de uma necessidade última na competição do mercado de ILPIs, sua ressignificação se tornou necessária, já que ela é um dos elementos mais procurados e valorizados tanto pelos familiares dos idosos quanto pelos próprios residentes. A religião tem um papel ímpar para as instituições, pois o efeito dessa prática extrapola o indivíduo e compreende o coletivo, tornando-se algo mais funcional do que os serviços e as especialidades médicas.

Nesse sentido, as ILPIs podem ser vislumbradas como veículos de mercantilização da velhice quando utilizam estratégias para a manutenção e reformulação de suas ofertas, sendo o fator religioso e, portanto, a religião, um desses novos elementos. Nesse espaço institucional a religião ganha um novo status ao deixar de ser apenas uma categoria – religião –, e passa a ser vista como “elemento de saúde” e, por conseguinte, a fazer parte do leque de serviços ofertados pelas instituições asilares que disputam em um mercado acirrado e cada vez mais competitivo. Como observado neste estudo, a religião e a diversidade religiosa, sobretudo a cristã, estão presentes na instituição asilar e isso ocorre por uma suposta demanda dos idosos, mas ao contrário do que dizem alguns dos responsáveis das ILPIs, trata-se de uma estratégia de venda influenciada por vários fatores.

Para falar de uma mercantilização, é preciso destacar que, na lógica de mercado, primeiro se oferta para depois os consumidores demandarem. Para suprir tal demanda, busca-se ofertar um produto ou serviço e, diante do variado leque de crenças e credos individuais, faz-se *mister* atender à clientela. Diante disso, a oferta religiosa é percebida como um diferencial a baixo custo ou gratuito diante do mercado. Ainda assim, os gastos com esses serviços são computados por algumas instituições e incluídos em seu rol de despesas. Desse modo, a instituição asilar ganha e se destaca nesse mercado ao oferecer um serviço diferenciado, pois quanto mais serviços, especialidades médicas e ofertas religiosas, mais se estará alinhado às demandas recentes do mercado de ILPIs.

Entre os vários fatores que influenciam nessa oferta, destacamos 1) o elemento religioso, que é mais valorizado pelos idosos do que a oferta de serviços e especialidades médicas; e 2) o pluralismo religioso que ocorre em escala global tem seus reflexos também nas ILPIs. Tal fenômeno traz consigo a valorização das antigas tradições e maior visibilidade de novas expressões religiosas, adiversidade, uma maior liberdade religiosa e a ideia de uma convivência pacífica e amigável que muda significativamente a forma do indivíduo viver a sua religiosidade/espiritualidade. Isto faz com que haja, por parte das ILPIs, uma necessidade de disponibilizar mais opções de escolha, uma característica chave do pluralismo religioso que, juntamente com o “constante trânsito religioso e à privatização da religião das sociedades

modernas ocidentais”, como sustentou Cecchetti e Oliveira (2015, p.157) são características próprias da contemporaneidade.

Nestes contextos, o pluralismo é reflexo de dois fatores: da existência da diversidade religiosa e da reivindicação de liberdade religiosa, ou traduzindo, das escolhas. Nesta argumentação considera-se o lugar que a religião ocupa na contemporaneidade, visto que já se comprova o seu entrelaçamento com outras áreas, a exemplo, o campo da saúde, quer seja pela valorização da dimensão espiritual nas práticas preventivas e de cuidados em saúde pela OMS, quer seja pelo uso de algumas tradições religiosas de técnicas e práticas de saúde como a psicologia e a medicina, buscando reforçar ainda mais seus discursos.

Um dos entrelaçamentos ocorridos recentemente foi a publicação, em 10/07/2023, da resolução N.º 215 do SUS. Dentre as orientações estratégicas para o Plano Plurianual e para o Plano Nacional de Saúde provenientes da 17ª Conferência Nacional de Saúde (*Para novos amanhã, é necessário construir novas manhãs*) está incluso no artigo 46 “(Re)conhecer as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e as Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana (terreiros, terreiras, barracões, casas de religião, etc.) como equipamentos promotores de saúde e cura complementares do SUS” (Resolução N.º 715, de 20 de Julho de 2023).

Outro aspecto é o mercado destinado à velhice que, cada vez mais, necessita de aprimoramento diante da nova realidade brasileira e mundial. As ILPIs tornaram-se uma alternativa viável para muitas famílias e nesse novo mercado destinado aos idosos se destaca quem mais oferta. A inserção da religião no espaço asilar ocorre por uma oferta da ILPIs e se faz presente de forma diversa. Reflexos do pluralismo religioso? Sim! Contudo, há uma mercantilização da velhice envolvendo propaganda, oferta de serviços e atividades a um público específico, em que se estabelece um verdadeiro sistema de trocas. Paralelo aos serviços e especialidades médicas está o elemento religioso, complemento e fator importantíssimo na prática do cuidar e, portanto, um dos elementos de saúde.

Apesar de todos os seus avanços, o progresso científico e a medicina não atenderam a todas as demandas nem alcançaram grande parte da população. Nesse sentido, a religião ainda é a forma de resposta mais procurada para resolver os problemas de saúde das camadas menos favorecidas da população, incluindo os idosos (das diversas classes sociais), seja pela falta de acesso ou, em alguns casos, pela falta de respostas da medicina às doenças sem prognóstico positivo ou terminais. Portanto, considerar a religião como elemento de saúde não é uma prática apenas das ILPIs, mas uma prática estabelecida na cultura brasileira.

CAPÍTULO 5 -O NOVO PANORAMA ASILAR: MÍDIAS, AUSÊNCIAS AFRO E O OUTRO LADO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Neste capítulo, realizamos uma discussão comparativa de ambas as coletas de dados e apresentamos os argumentos para defesa da tese. Não menos importante, apresentamos dados das observações realizadas (no segundo momento do estudo) em diferentes instituições e lacunas identificadas durante a pesquisa. Estas discussões estão inseridas nos tópicos: *A pluralidade religiosa midiática no interior das ILPIs; A ausência das religiões afro-brasileiras nas ILPIs*. A guisa de conclusão, finalizamos expondo *O outro lado da institucionalização para idosos*.

Apresentamos um novo panorama acerca das ILPIs no Brasil com especificidade para o contexto juiz-forano que, a nosso ver, se tornou híbrido devido à oferta de assistência e de serviços em saúde e diante da força avassaladora do mercado de ILPIs em curso, operando uma verdadeira mercantilização da velhice. Acreditamos que neste cenário a religião é simplesmente ressignificada, valorizada e, acima de tudo, (sub)vendida num poderoso e vasto *menu* de serviços e especialidades técnicas e médicas em saúde ofertadas pela própria ILPI. Um novo panorama se apresenta, além de uma necessidade última para competir de igual para igual com o mercado de ILPIs, sua ressignificação se tornou necessária, visto que ela é um dos elementos mais procurados e valorizados tanto pelos familiares dos idosos quanto pelos próprios residentes. Desse modo, as ILPIs podem ser vislumbradas como veículos de mercantilização da velhice que utilizam estratégias para a manutenção e reformulação de suas ofertas, sendo o fator religioso o mais importante e o principal desses elementos. Essa é tese que defendo.

E o que registramos? As investigações constataram uma presença religiosa plural nas instituições de longa permanência para idosos. Na Análise Documental de 10 instituições, verificou-se que as atividades e/ou ofertas religiosas são predominantes na maioria das ILPIs e que essa presença não é de apenas uma tradição religiosa. Estão presentes os segmentos católicos, espíritas e evangélicos, apontando para uma mudança no panorama religioso das ILPIs.

Na Análise de Discurso de 06 ILPIs o mesmo panorama se confirma, já que os mesmos segmentos religiosos se fazem presentes no espaço asilar. Esta segunda análise foi importante para o entendimento do objeto pesquisado, haja vista a quantidade de informações obtidas. Segundo os responsáveis/representantes das ILPIs, a inserção da religião neste espaço pode ocorrer por três vias: demanda do idoso, oferta da ILPI e, em alguns casos, ambas as situações.

Contudo, não constatamos registros de idosos solicitando atendimento ou demandando uma atividade religiosa, o que sustenta a argumentação desta tese.

Acreditamos que não há melhor lugar no mundo para se estudar religião que o Brasil. Ela, a religião, reflete características regionais, culturais, econômicas e sociais. Refletindo sobre os achados da pesquisa, o que percebemos é um reflexo do cenário social e, portanto, pluralista, não obstante, uma verdadeira privatização da religião. Evidente que isso já existia; o que talvez ocorra de diferente é uma maior visibilidade através das mídias e novas tecnologias da informação. Com a difusão do pluralismo religioso, a leitura de muitas pessoas sobre a(s) religião(ões) mudou. Sabemos que a religião tem várias funções a depender da cultura e que, além de influenciar, determina o comportamento do(s) indivíduo (s), para além da moral, do psicológico e do social.

Na babel brasileira não se vive de religião, mas de uma nuvem imaginária que paira sobre a Atenas tropical. Essa nuvem é etérea e a instituição é puramente material. Aqui se vive de trocas, de negociações. Apesar da prevalência de algumas tradições, o que se vê é uma fragmentação da identidade religiosa, algo semelhante ao que Hervieu-Léger (2015) sustentou – bricolagem: diante da queda do poder religioso institucional, cada um compõe sua religião, um autêntico *self-service* religioso. Verificou-se que muitos dos idosos, assim como o Riobaldo, não têm nenhuma religião específica, indo à procura de todas as que compreendem o pluralismo de sua crença. O mesmo opera nas ILPIs, de modo que a diversidade e/ou oferta religiosa gera maiores trânsitos entre os idosos e as religiões.

O trânsito dos idosos entre as opções religiosas foi um dado observado, demandando maiores estudos. A nosso ver, é efeito da institucionalização que, contrário ao pluralismo, se caracteriza por uma padronização e uma vivência sem muitas escolhas. Cada ILPI oferece ao seu público-alvo aquilo que lhe é possível, em muitos casos, o que é condizente com suas crenças, o que acaba por compor um verdadeiro mosaico de ofertas. Na atualidade, a presença religiosa na ILPI é plural, apesar de ser uma pluralidade distribuída predominantemente no segmento cristão.

Todavia, há mudanças influenciadas por vários fatores. Em se tratando do campo do envelhecimento, há o aumento da população idosa e a alta procura por instituições de acolhimento (ILPIs); as novas formas (adaptações) de cuidados voltados à pessoa idosa; as mudanças no entendimento do processo saúde-doença que atingem diretamente os espaços asilares. No tocante à religião, há o fenômeno do pluralismo religioso que também alcança as ILPIs. Posições de tolerância, ideais pautados em convivências justas e dialógicas são elementos basilares de uma visão pluralista. A oferta de atividades religiosas tornou-se uma

estratégia de *marketing*, um diferencial diante de um competitivo e acirrado mercado de ILPIs em plena expansão. Nesta conjuntura, valorizada e “vendida” em um vasto *menu* de serviços e especialidades técnicas e médicas em saúde ofertadas pela instituição, a religião é ressignificada, reputada como um complemento no cuidado à pessoa idosa e entendida como um elemento de saúde.

A pluralidade que detectamos é condizente com o seu universo de crenças restrito ao mundo cristão, que não é muito diferente daquela retratada no romance de Rosa (1984, p. 15): “Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Midubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles”. Ou seja, católicos, protestantes/evangélicos e espíritas. Mas ainda assim, uma pluralidade. Por que sustentamos a ideia de uma pluralidade religiosa?

Quando são registrados de 3 a 4 segmentos de uma mesma tradição, no caso, a cristã, como observado no capítulo I é imprescindível considerar a pluralidade de acordo com aquilo que a constitui, a saber, a diversidade. Essa diversidade não ocorre apenas de maneira externa, no qual coexistem diversas tradições no campo religioso, mas opera também de forma interna, no seio da própria vertente religiosa.

A religião é por si só plural, um fenômeno que não se pode definir em apenas um conceito. Isto porque ela simplesmente acontece e no contexto brasileiro é possível ser isso ou aquilo: no domingo ir à missa na paróquia do bairro, na segunda assistir uma palestra na casa espírita, na quarta ir ao culto na Igreja Evangélica e pedir aberturas de caminhos em uma noite de sábado no terreiro de umbanda.

É possível nascer e ser criado numa tradição religiosa e buscar novas experiências ao longo da vida, seja pela falta de crédito, pela insatisfação ou pela falta de identificação com a religião. Ou ainda partilhar de uma concepção plural, assim como o ex-jagunço Riobaldo. Dito de outro modo, ser pluralista é uma possibilidade. “Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue” (Rosa, 1908-1967/1984, p. 15). A pesquisa mostrou que a mesma grade religiosa presente no cenário religioso brasileiro atual e no descrito por Rosa (1984), na fala do jagunço Riobaldo, ainda prevalece. Católicos, protestantes (tradicionalistas e pentecostais) e espíritas, a mesma grade reflete nas ILPIs. Poderíamos ventilar a possibilidade dessa pluralidade não ser tão diversa se pensarmos que esses segmentos religiosos (católicos, evangélicos e espíritas) são todos cristãos frente ao variado leque de religiões disponíveis no

campo religioso brasileiro e da manutenção de uma matriz religiosa que é tríplice, indagando onde estaria a pluralidade religiosa.

Ao falar da tradição católica é preciso considerar os catolicismos, visto que múltiplas são as formas de viver e praticar essa religião. A pluralidade católica está presente em todo o território nacional. Como apontou Mariz (2011), ao falar de catolicismo é preciso destacar a diversidade de práticas e discursos, sendo que essa diversidade é uma constante histórica. No catolicismo temos divisões, começando pelos grandes grupos: de um lado, uma forma de catolicismo ortodoxo e erudito da elite dominante da Igreja e, do outro, um catolicismo tradicional, popular e periférico, de tradução oral. Em cada um desses grupos há uma constelação de infinitas práticas, formas e modos de ser católico. Serra (2020) informa que o catolicismo se modifica e se diversifica à medida que adentra nos contextos culturais e sociais.

Apesar de as ILPIs situarem-se no mesmo município, elas diferem em todos os aspectos: na forma de funcionamento, na oferta de seus serviços, inclusive, nas concepções e/ou confissões religiosas. O catolicismo presente na ILPI-01 não é o mesmo da ILPI- 03; a palestra espírita que acontece na ILPI 04 não é a mesma ministrada por outro grupo espírita na ILPI-02, assim como não são os mesmos cultos/atividades pentecostais realizados na ILPI-05 e na ILPI-01. Desse universal, é preciso olhar para o particular.

Para pensar o segmento evangélico³⁹, por exemplo, é *mister* atentar-se para uma constelação de elementos. Como exposto por Prado (2020), ao discorrer sobre o termo evangélico é preciso considerar os vários grupos, movimentos e religiões existentes, no caso, o protestantismo de missão, os primeiros grupos pentecostais, os novos grupos pentecostais e os evangélicos no espaço público, isso só para ilustrar a diversidade desse segmento religioso. Também chama a atenção para a diversidade evangélica que se processa de forma muito intensa em todo o país. É um verdadeiro mar de igrejas, cada qual com um modo próprio de ser evangélico. Nas ILPIs, a presença evangélica se dá mediante diferentes igrejas pentecostais.

As tradições espíritas, apesar de uma organização bastante definida, têm uma forma própria de vivência e prática religiosa que resulta em uma ampla diversidade religiosa. Como

³⁹ As Igrejas evangélicas existentes no Brasil se alinham em três grandes grupos: os históricos (batistas, presbiterianos, metodistas e congregacionais), os pentecostais (Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil...) e os neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Igreja da Graça, Renascer, Poder Mundial, Sara Nossa Terra etc.) trata-se de grupos muito distintos. Os históricos se consideram herdeiros da Reforma Protestante; os pentecostais são os herdeiros dos movimentos avivalistas baseados na experiência do “Espírito Santo” surgidos nos Estados Unidos; e os neopentecostais surgiram da chamada teologia da prosperidade, também oriunda dos Estados Unidos.

pontuou Arribas (2014), existe um quadro diverso e plural de práticas e concepções, todas legitimadas de espíritas.

A pluralidade está lá, nos seus muitos catolicismos, protestantismos, pentecostalismos, espiritismos, ou, dito de outro modo, nos cristianismos. Sim, trata-se de uma pluralidade religiosa, uma pluralização religiosa, isto é, a multiplicação das opções religiosas existentes e a liberdade do indivíduo de escolher aquela que considerar mais adequada. E isso acaba por ocasionar mudanças e significativas transformações.

Mesmo no espaço asilar (Instituição total), ainda que institucionalizado, o sujeito manipula a religião de acordo com seus gostos e interesses. Se temos diversidade, logo temos escolhas. Para o capitalismo o que interessa é apenas o consumo. Curiosamente, a religião também adotou essa postura. A experiência religiosa hoje se dá através do consumo, a felicidade está no consumo, na benção. Ainda que as ofertas tenham dias e horários diferenciados, o trânsito entre as diferentes expressões religiosas nos convida a uma reflexão sobre o assunto. A instituição é um lugar de trânsito de pessoas que interagem, se comunicam, conversam e levam essas experiências para as ruas. A consequência disso é que muda não só o panorama religioso das ILPIs, mas muda a ILPI, muda o idoso e suas famílias e a sociedade em geral.

Se as religiões politeístas são pluralistas por sua natureza, nas religiões monoteístas, como as cristãs, isso ocorre de modo diferente. Se na primeira o outro não é uma ameaça, mas apenas um sem nome, na segunda o outro é falso, não é legítimo. Ou seja, a pluralidade tende a trazer consigo uma crise cognitiva. Tais acontecimentos (conflitos) não foram registrados no campo pesquisado, possivelmente devido às estratégias utilizadas pelas ILPIs visando à disponibilidade e oferta das atividades religiosas em dias e horários alternados.

Outros estudos revelaram que as crenças religiosas, práticas de devoção e atividades ligadas a grupos religiosos são mais comuns entre os idosos do que em qualquer faixa etária. Para as pessoas idosas, questões relacionadas à religião têm significado muito especial, principalmente entre aqueles que vivenciam problemas de saúde, seja por doença ou pelos agravos decorrentes desta. O que se percebe, portanto, é uma relação direta do idoso com a religião desde a tenra idade, sendo que no interior das ILPIs esses laços são mantidos e reforçados por demanda do próprio idoso, ou, como se pode verificar neste estudo, da oferta ou atividade fornecida pela própria instituição asilar.

Evidentemente, tais leituras e análises não respondem por um todo. Nessa jornada, aprendemos que fazer parte desse universo e estar nas estatísticas nos autoriza apenas a assumir papéis – o profissional, o pesquisador –, o que culmina no sujeito. Cada ser humano vive sua própria realidade, uma experiência única – uma velhice, um envelhecimento. Religião e saúde

são temáticas inseparáveis; somadas a elas, o mercado e a mercantilização. Pensamos que a religião sempre foi elemento de saúde, o que mudou foram os usos e funções conferidos a ela e, principalmente, nosso olhar sobre o assunto.

Em cada um dos campos abordados se busca algo, se negocia.... Na religião se busca o sentido da existência, a salvação. Na vida (no processo de envelhecer) se busca a saúde, o apaziguamento de todos os males, grosso modo, dar sentido à loucura que é a vida. Como dito por Riobaldo: “todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas”. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma. Os termos salvação e saúde são facetas de uma mesma unidade, caminhos diferentes para um mesmo fim. “Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca” (Rosa, 1908-1967/1984, p. 15).

Não é somente a velhice que é boa; a religião e a saúde também são boas, desde que se possa pagar por elas. No sistema econômico vigente, nada se faz sem mercar. Tudo é pago, tudo tem um custo. O valor das mensalidades cobradas pelas ILPIs varia de R\$ 3.700 a 15 mil reais por idoso. Está incluso nesta oferta do acolhimento um pacote de serviços como habitação, alimentação e cuidados básicos em assistência e saúde, inclusive atividades/ofertas religiosas. Medicamentos, consultas e exames médicos não são disponibilizados, sendo esses serviços terceirizados e, portanto, custosos, o que ultrapassa os limites econômicos de muitas famílias brasileiras. O contexto analisado nos permitiu identificar o estabelecimento de trocas, negociações, comercializações de produtos e serviços direcionados a um público específico, o idoso - revelando uma verdadeira mercantilização da velhice.

5.1 A PLURALIDADE RELIGIOSA MIDIÁTICA NO INTERIOR DAS ILPIs

Uma das características que marca o século XXI é o desenvolvimento da ciência, particularmente a rapidez no avanço das tecnologias da informação. Nesta era digital, a religião também se destaca e alcança visibilidade mediante o pluralismo religioso, mas não é só isso: ao ganhar dimensões outrora impensáveis, ela extrapola o espaço físico institucional e se coloca ao alcance de nossas mãos, sendo possível acessá-la em qualquer hora e lugar e isto muda completamente a forma de pensar e viver o fenômeno religioso.

A pluralidade religiosa nas ILPIs não ocorre apenas através de credos e crenças e/ou pela via da instituição religiosa. A religião adentra no contexto asilar por outros meios, a exemplo das mídias tradicionais, as novas mídias sociais digitais e tecnologias da informação. O uso de aparelhos de televisão e de celulares/*smartphones* permitindo um maior acesso a

diferentes opções do campo religioso brasileiro é uma constante no interior das ILPIs. Um dos veículos midiáticos tradicionais mais utilizados nesses espaços são os aparelhos de TV.

Se você olhar as casinhas de cada uma está todo mundo ligado numa igreja, todo mundo está ligado, é missa. E isso é direto e, isso é mais ainda, todos os dias, todos os dias. Todos têm o canal digital nas suas casinhas, então um está na TV Aparecida, outro na Canção Nova, outro noutra, então cada um tem uma opção do seu canal e religiões ali, entendeu? (ILPI-06, Responsável 06).

Na ocasião, após a fala do Responsável 06, pedimos permissão para visitar as casinhas⁴⁰. De fato, a informação foi confirmada: todos os domicílios visitados tinham uma televisão e todas estavam ligadas. A programação televisiva era restrita a eventos religiosos, em sua maioria, missas católicas e cultos evangélicos, mas também palestras em canais espíritas. Os idosos alegaram que, devido às limitações físicas, não tinham como se deslocar para suas respectivas instituições religiosas, nem tinham a companhia de seus familiares ou da própria ILPI para serem levados aos locais de culto.

Neste caso, a televisão era uma ferramenta de fundamental importância. A maioria dos idosos afirmou manter compromisso diário com os canais religiosos e que, apesar da preferência por sua confissão religiosa, não assistem apenas a um canal. Existe uma pluralidade de ofertas religiosas na programação televisiva que os fazem transitarem de canal em canal, de uma religião para outra, principalmente, da tradição católica para o segmento evangélico.

Apesar da presença religiosa plural propagada pelas ILPIs e de muitos participarem dessas atividades, os idosos também usam celulares/*smartphones* para manter interações e diálogos com pessoas de fora da instituição, bem como para assistir a eventos como missas, cultos, palestras e reuniões religiosas. As atividades ou ofertas religiosas são predominantes nas ILPIs e mesmo no contexto pandêmico da COVID-19, quando as atividades foram suspensas, com exceção da religiosa, mantida graças às novas mídias e tecnologia da informação. “No período da pandemia, teve um grupo que permaneceu de forma online. Teve um grupo que permaneceu, mas permaneceu mandando mensagens online e um que foi suspenso por conta das restrições” (ILPI-03, Responsável 03).

Se a igreja estava fechada, a televisão estava no ar, ou melhor, a igreja.

Mesmo com a pandemia a gente continuou, todo dia de manhã é missas na instituição pelas televisões. Isso já faz parte da instituição, a gente dá preferência pelo canal da missa e isso acontece pela manhã. Depois pode

⁴⁰ Trata-se de pequenos espaços no formato de pequenas casas situadas no interior das ILPIs. As casinhas são moradias individuais, podendo residir até dois idosos.

colocar em outros canais, mas geralmente eles gostam de assistir à missa. Tem senhoras com quartos individuais com TV e todos assistem a missa (ILPI-04, Responsável 04).

A religião também adentra a instituição asilar por meio de aparelhos de telefonia móvel, os famosos *smartphones*. Os idosos afirmaram usar aparelhos celulares e sites, a exemplo do *YouTube*, para assistir aos eventos religiosos de sua preferência. “Alguns filhos mandavam imagens, vídeos da missa, a maioria tem celular, então eles gravavam em casa e mandavam... Grande parte assistia à missa pelo celular” (ILPI-04, Responsável 04). Em outras instituições também há o uso contínuo dos *smartphones* por parte dos idosos, como o caso da ILPI-05.

Eu tenho uma amiga agora, eu não a conheço pessoalmente, ela me telefonou um dia e ficou minha amiga pelo WhatsApp. Ela é testemunha de Jeová, ela é muito querida, uma pessoa muito querida, Júlia é o nome dela e, todo domingo ela me liga e me manda mensagens da bíblia e recados muito bonitos. Ela é testemunha de Jeová e é de fora da instituição. Ela me telefonou um dia, se identificou e perguntou meu nome e assim começou. Já faz três anos que mantenho contato com ela, todo dia ela manda mensagem e eu mando para ela e todo domingo ela me telefona, o esposo dela fala comigo também, ela sabe que eu sou católica, já falei para ela que sou católica, mas toda religião que é de Deus para mim tem valor (ILPI-05, Idoso 05).

No texto *A igreja saiu do ar e ficou só a televisão: pluralismo, mercado e religião no contexto brasileiro*⁴¹, abordamos a relação da religião com as mídias. Assim como Silva (2020), corroboramos com a existência de um mercado de bens religiosos no Brasil. Todavia, pensamos que sua origem remonta à própria colonização e este mercado se desenvolveu concomitantemente ao avanço da sociedade, expandindo e transformando-se ao longo dos anos.

Hoje, este mercado religioso está em plena efervescência, ganhando maior evidência através das mídias. Essa relação da religião com as mídias é uma das características da contemporaneidade e num contexto caracterizado pela disputa as religiões ganharam evidência. Se na década de 1980 se processou o *boom* pentecostal através das mídias tradicionais (divulgação por meio de TV, rádio, jornais, revistas, eventos etc.), agora temos as ferramentas digitais, ou melhor, as mídias sociais digitais –sites e aplicativos que permitem conexão e interação entre os usuários também conhecidos como redes sociais (*Facebook, YouTube,*

⁴¹ Textos completos do V CONACIR. Anais do V Congresso Nacional de Ciência da Religião: “Religião e subalternidade”. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 18 a 20 de maio de 2021. Edição: Cláudia Santos Oliveira, Luís Gabriel Provinciatto, Rafael de Souza Bertante e Silas Roberto Rocha. 502p. 2021.

Instagram e *WhatsApp* são as mais populares) –, o que potencializou a publicização das religiões (Cunha, 2004).

Há uma variedade de expressões religiosas no cenário midiático, mas os cristãos, especialmente os evangélicos tanto do ramo pentecostal quanto do histórico alcançaram patamares mais altos de visibilidade através das mídias e não se trata apenas de um sucesso repentino. Mariano (2004) percebe esse aumento como consequência de suas estratégias, de “uma oferta sob medida” para atender às demandas daqueles que buscam essas denominações religiosas.

Segundo Mariano (2004, p.124):

As Igrejas neopentecostais revelam-se, entre as pentecostais, as mais inclinadas a acomodarem-se à sociedade abrangente e a seus valores, interesses e práticas. Daí seus cultos basearem-se na oferta especializada de serviços mágico-religiosos, de cunho terapêutico e taumatúrgico, centrados em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade.

Como dito anteriormente, os evangélicos alcançaram patamares mais altos de visibilidade através das mídias. Cunha (2004, p.87) considera que “esse aumento não é um processo natural, mas fruto de um projeto de expansão dos evangélicos, inclusive no Brasil, isso aliado ao fato de que os grupos atuam separadamente, de modo desarticulado, em acirrada competição”. Como a autora relembra, o uso das mídias pela religião não é recente, remontando aos luteranos a partir da tradução bíblica. Ao analisar a explosão gospel, Cunha mostrou que, além de um movimento musical, este é também a construção de uma expressão cultural que marca o cenário religioso evangélico no Brasil.

Essa expansão pentecostal não é recente nem episódica, uma vez que ocorre de modo constante a mais de meio século, aponta Mariano (2004), acrescentando que foi isso que fez com que o pentecostalismo se tornasse o segundo maior grupo religioso do país. O autor ainda reforça que esse avanço não é expressivo apenas nos planos religioso e demográfico, já que abarca o campo midiático, político partidário, assistencial, editorial e de produtos religiosos.

Na era digital, as mídias atuam como mediadores, potencializando a visibilidade dos grupos religiosos no espaço público e, à vista disso, maior evidência da pluralidade religiosa (Cunha, 2020)⁴². Verifica-se, pois, na atualidade, uma nova roupagem que aliada aos meios de

⁴² Informação verbal. Curso de Extensão: Religião, mídia e política no Brasil contemporâneo foi ministrado pela profa. Dra. Magali Cunha – INTERCOM. O curso foi oferecido pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF em julho de 2020.

comunicação e às novas tecnologias sofisticam seus produtos e serviços, objetivando o que Silva (2020) chamou de “ampliação institucional” e Berger (1985) escreveu como “expandir a igreja⁴³”.

Um vislumbre disso ocorre no meio televisivo onde a “teologia da guerra espiritual” sofisticou-se atingindo as grandes redes de televisão, algumas próprias – como é o caso da TV Record (Igreja Universal do Reino de Deus) e da Rede Vida (Igreja Católica) – e outras conquistadas com ‘iscas’/produtos mercadológicos bem preparados (Silva, 2020, p.05).

Para Mariano (2008, p.76), “o evangelismo midiático em rádio e tevê constitui o mais poderoso meio para atrair e recrutar rapidamente elevado número de adeptos”. O autor destaca que por sua inigualável capacidade de adentrar diariamente nos lares, o evangelismo eletrônico apresenta a vantagem de alcançar aqueles que antes de serem atraídos e recrutados por uma determinada igreja, não possuíam relação de confiança, amizade e parentesco com crentes pentecostais, laços de sociabilidade tradicionalmente importantes para o recrutamento de novos adeptos.

Para uma melhor exposição do que consideramos a expansão institucional religiosa a partir de uma lógica de mercado e do exemplo de Mariano (2004), peço licença novamente para falar em primeira pessoa e citar uma experiência própria: certa vez, numa terça-feira, liguei a televisão para assistir o jornal da manhã. Ao procurar pelo canal de notícias, percebi que dos dezoito canais abertos disponíveis, quinze apresentavam uma programação estritamente religiosa ou pertenciam a alguma instituição religiosa. Surpreso, parei num desses canais quando uma frase me chamou a atenção: “A Igreja saiu do ar e ficou só a televisão”. Era de um culto televisionado pela Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD). Na tela, os informes e os dados de contas bancárias para depósitos chamavam à atenção do telespectador.

Em seguida, a tela foi dividida e ao lado do culto uma nova janela onde se podia observar um espaço com centenas de cabines equipadas com telefones e computadores – a sala de telemarketing – visando arrecadar os dízimos e doações dos fiéis. A todo tempo estava disposto na tela um *QR Code*⁴⁴ que pareado a um aparelho celular conectava o fiel e/ou telespectador a

⁴³ Berger usa esse termo para explicar o processo de ofertas de bens e serviços oferecidos em um mercado moderno, ele usa como exemplo o cenário americano.

⁴⁴ QR Code (*Quick Response Code*) é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando um telefone celular equipado com câmera. Ele é uma evolução do código de barras que existe desde 1970 e revolucionou a identificação de produtos. O QR consiste em um gráfico 2D (o código de barras comum usa apenas uma dimensão, a horizontal, enquanto o QR usa a vertical e a horizontal). Esse código é convertido em texto, um endereço URI, um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato ou um SMS.

uma das duas instituições bancárias disponíveis para realizar a oferta. “O depósito é realizado num *click!*”, dizia o pastor.

O trocadilho “a Igreja saiu do ar e ficou só a televisão” foi usado pelo pastor-apresentador em referência ao momento da pandemia do COVID-19, quando as Igrejas foram obrigadas a fechar as portas devido às recomendações sanitárias e ao isolamento social, passando a atuar nas mídias, especialmente nos programas de televisão. Estavam abertas, no ar! Estávamos em meio à pandemia do COVID-19 e mesmo sem os fiéis nos templos e igrejas, houve um rearranjo das instituições religiosas, em especial das Igrejas Evangélicas, para manter suas atividades. Não que essa realidade fosse nova, mas ela foi potencializada. Neste cenário, as mídias e novas tecnologias foram os meios propícios para a conquista de tais objetivos. Estávamos, de fato, vislumbrando as nuances de um mercado religioso tipicamente brasileiro e evangélico⁴⁵.

Ao problematizar a religiosidade midiática, Cunha (2013, p.203) assegura que “as manifestações culturais plurais têm inserido novas significações no modo de vida cristão, estes são percebidos como um segmento, um mercado em plena expansão”, destacando que a cultura do consumo e a cultura das mídias são duas manifestações contemporâneas⁴⁶. O resultado dessa mediatização da religião é uma maior visibilidade tanto dos grupos religiosos que estão na mídia quanto da pluralidade religiosa e a perda do controle dos símbolos e das doutrinas, resultando em uma subjetivação religiosa. Toda mediatização da religião está relacionada à lógica de mercado, afirma Cunha (2013).

Durante o período de observação e conversas com os idosos residentes, outras confissões religiosas foram mencionadas a exemplo do budismo. Porém, observamos uma lacuna: não houve nenhuma menção ou referência às religiões e/ou religiosidades afro-brasileiras por parte dos idosos e dos responsáveis, ou seja, uma total ausência das religiões de matriz africana nos espaços asilares pesquisados.

⁴⁵ O episódio descrito foi transmitido da Igreja Universal do Reino de Deus no Estado de São Paulo, pelo canal 18. O evento ocorreu ao vivo no dia 09 de junho de 2020 às 06h58.

⁴⁶ A autora se reporta a Renato Ortiz (1999, p.121) para definição do conceito de Cultura de consumo. Por cultura de mercado entende-se o modo de vida determinado pelo consumo, essa cultura é baseada na oportunidade de participação em um sistema de gratificação comercial e inserção na modernidade, oferecidos a todas as pessoas que tenham possibilidade de adquirir um conjunto de bens e serviços que lhe são oferecidos. E por Cultura das mídias entende-se o novo quadro de interações sociais, uma nova forma de estruturação das práticas sociais, marcada pela exigência dos meios. É produto da mediatização da sociedade.

5.2 A AUSÊNCIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NAS ILPIs

Atentando para o número de instituições pesquisadas, verificou-se a presença de atividades religiosas na maioria das instituições e que essa presença não é apenas de uma vertente religiosa. A presença religiosa nas ILPIs é, portanto, plural, mesmo que esta pluralidade seja distribuída predominantemente entre o segmento cristão (católicos, espíritas e evangélicos). As análises evidenciaram que existe uma prevalência da religião católica nas ILPIs e uma total ausência de práticas e/ou religiosidades das religiões afro-brasileiras.

A organização das religiões afro-brasileiras nasceu das práticas culturais, sociais e espirituais trazidas do continente africano para o Brasil a partir do século XVI. Os negros, proibidos de expressarem suas cosmopercepções de mundo tiveram que adaptar seus costumes e crenças para preservar suas tradições. Na atualidade, apesar de estarem legalmente instituídas num país teoricamente laico, ainda assim, tais tradições padecem da falta de reconhecimento e de respeito em comparação com as demais tradições religiosas presentes no espaço social.

O preconceito e a discriminação que atingem as tradições de matriz africana no Brasil não são atuais. Sedimentados por séculos, historicamente estas tradições são vítimas de vários tipos de violências e de intolerância religiosa que envolve ações de desrespeito, agressões físicas e verbais, ataques aos espaços de culto e demonização das divindades cultuadas, fruto do racismo que, nas palavras do babalorixá Sidnei Nogueira (2020, p.83), é “o componente nuclear desse tipo de violência contra as CTTro⁴⁷”. O racismo se dá em nível estrutural e institucionalizado, haja vista que “as continuidades de um sistema de dominação, de matriz colonial escravista, que hierarquiza seres humanos, formas de vida e privatiza espaços públicos” (Nogueira, 2020, p. 88). Para dar uma ideia da dimensão desta violência, apresentamos duas reportagens sobre o tema.

A primeira da BBC News, publicada em 2016, abordou a questão da intolerância baseada nos altos índices compilados da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR), mostrando que mais de 70% dos casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado, entre 2012 e 2015, foram contra praticantes de religiões de matrizes africanas. Indagando o porquê de as religiões de matriz africana serem o principal alvo de intolerância no Brasil, duas respostas foram ventiladas: a primeira, já esperada, apontava para o racismo e a discriminação que remontam à escravidão e desde o Brasil Colônia rotula tais

⁴⁷ Comunidade Tradicional de Terreiros é uma denominação aglutinadora de todas as práticas afro-brasileiras, também chamadas de Religiões de Matriz Africana ou Tradições afro-brasileiras como a Umbanda, Candomblé, *Xambá*, *Nagô – Egbá*, *Batuque*, *Tambor de Mina*, *Jurema* e *aparentados*.

religiões por sua origem africana. A segunda repousa na ação de movimentos neopentecostais que nos últimos anos valeram-se de mitos e preconceitos para “demonizar” e insuflar a perseguição a umbandistas e candomblecistas (Puff, 2016).

A segunda reportagem é do jornal O Globo, publicada no ano de 2022. Apresentando os dados do Disque 100, em nível nacional, revelou um aumento anual gradativo das denúncias: enquanto em 2018 foram registradas 211 denúncias, em 2019 este número foi de 354, passando para 498 casos em 2020. Já em 2021 houve uma pequena queda em comparação ao ano anterior, 466 casos. Em 2022, o total de denúncias alcançou o patamar de 545 casos, sendo 110 só no primeiro semestre, um aumento de 547%. No país, o Estado com maior registro de denúncias é São Paulo (111), seguido do Rio de Janeiro (97), Minas Gerais (51), Bahia (39), Rio Grande do Sul (26), Ceará (11) e Pernambuco (13) (Paulaze, 2022). Não por acaso, esses Estados são os que detêm maior número de adeptos dessas tradições.

A ausência das religiões afro-brasileiras perpassa não só o espaço asilar, mas o de outras instituições como o espaço carcerário, as instituições de saúde com ênfase no âmbito hospitalar, os espaços militares e os educacionais. Inclusive, neste último, tentativas foram empreendidas para minimizar o efeito dessas ausências, como a Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino sobre a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, visando a reparação dos danos que se repetem há mais de cinco séculos e que atingem tanto a identidade quanto os direitos humanos e sociais, não se restringindo apenas à população negra, mas abarcando toda a sociedade brasileira (MEC; SECADI, 2013; Santos Neto, 2019).⁴⁸

Como dito no capítulo III, a inserção da religião nas instituições asilares é garantida e regulamentada pela Lei Nº 4.345/2008 que assegura a prestação da Assistência Religiosa através da prática da capelania. O documento estabelece, ainda, que os representantes religiosos podem ter acesso às instituições de saúde em qualquer parte do território nacional, desde que apresentem os requisitos necessários para tal permissão. Para tanto, é preciso uma credencial (carteira de capelão) acompanhada de carteira de identidade fornecida pelo sistema de segurança pública. Contudo, durante séculos, quem deteve e ainda detém o poder sobre essa prática é o campo cristão com especificidade para os católicos e evangélicos (Santos Neto, 2022). A disparidade é tanta que somente no ano de 2019, a cidade do Rio de Janeiro formou a

⁴⁸ SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

primeira turma de capelães afro-brasileiros para hospitais e presídios⁴⁹. Dando-lhes oficialmente o direito de exercer a capelania.

Frente às violências que assolam essas tradições, há também as resistências. No ano de 2022, foi publicada a Cartilha *Terreiros em Luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso*⁵⁰. O documento explica que as religiões de matriz africana podem, entre outras práticas, celebrar casamentos e emitir certificados para fins de registro civil. No que tange ao acesso às instituições totais e a capelania, podem, conforme a cartilha (2022, p.5), “ter acesso a hospitais, presídios e a organizações públicas ou privadas, para prestar assistência e acolhimento aos seus adeptos; exercer a capelania e ministrar cursos; abrir escolas, se assim o desejarem”.

No Brasil, como é direito de todos e das demais tradições religiosas presentes no espaço social, pressupõe-se que seja:

“direito fundamental de qualquer pessoa e/ou organização religiosa de matriz africana expressar a sua crença, liderar e promover as suas atividades religiosas com liberdade, respeito e proteção, sendo este direito assegurado pela Constituição Federal de 1988” (Cartilha Terreiros em Luta, 2022, p. 5).

Todavia, historicamente esse direito foi e ainda é negado, já que o povo de santo perde o acesso aos seus direitos básicos em virtude da violência sustentada institucionalmente, da negligência e negação do Estado frente aos direitos das religiões e dos seus praticantes, como denuncia a Cartilha Terreiros em Luta.

No caso da ILPIs, esta mesma realidade também é detectada. A ausência das religiões de matriz africana no espaço asilar pode estar relacionada a fatores econômicos, sociais, raciais e religiosos, justificado pela presença das tradições religiosas cristãs nesses espaços, resultado da massiva migração dos adeptos para o segmento neopentecostal e/ou evangélico que alimentam o racismo (de modo especial, o religioso), o preconceito e a intolerância. Vivenciamos um vislumbre dessa realidade numa das idas ao campo. Conversando com a amiga de uma residente de uma das ILPIs pesquisadas, escutamos a seguinte afirmação: “Antes de vir para cá, a irmã era mãe de santo, mas graças a Deus e à igreja ela encontrou Jesus e hoje é uma bênção para nossa comunidade evangélica!”.

⁴⁹ <https://noticiapreta.com.br/rio-tem-a-primeira-turma-de-capelaes-afro-para-hospitais-e-presidios/>

⁵⁰ Trata-se de uma iniciativa do projeto Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Praticantes de Religiões Afrodescendentes no Brasil, cuja proposta se pauta no resgate das leis, políticas e serviços de proteção ao racismo religioso em âmbito nacional.

Ampliando o debate, importa ressaltar que essa ausência não se dá apenas pela via do religioso, no caso, a não presença das tradições religiosas de matriz africana nas ILPIs, mas envolve pessoas: a ausência de idosas negras nas instituições. Esta constatação, a partir das observações do campo trouxe vários questionamentos tais como: onde estão os idosos negros? O que explica essas ausências? Ela se dá por parte dos idosos negros que, por algum motivo, não buscam esse tipo de serviço? A princípio, várias hipóteses foram ventiladas: a situação econômico-financeira dos idosos negros, a morte antes do envelhecimento da população negra, a estrutura familiar, o custo das ILPIs e a ausência da religião. De algum modo, estas hipóteses se confirmaram. No entanto, tem um aspecto que perpassa todas elas: o racismo.

Discorrer sobre este tema não é tarefa fácil, considerando a tímida produção literária acerca do assunto. Falar sobre envelhecimento é falar dos invisibilizados e isso se potencializa ainda mais quando se trata da população idosa negra. Todavia, não estamos totalmente desamparados, já que alguns estudiosos iniciaram discussões relevantes sobre essa temática a exemplo de Rabelo *et al.* (2018) que no artigo *Racismo e envelhecimento da população negra* abordaram os indicadores em saúde referentes à população de pessoas idosas negras, tendo por base os índices verificados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizado em 2012. Eles destacaram que as pessoas negras acima de 65 anos correspondem a 43,5% da população, enquanto a branca é de 55,3%. Este dado demonstra que a maioria das pessoas que adentra a velhice é branca. Em 2022, o panorama mudou. Segundo dados da PNAD Contínua⁵¹ divulgado em julho do corrente ano, 47% dos brasileiros se consideravam pardos; 9,1%, pretos; portanto, 56,1% da população é negra; 43% branca; e pouco menos de 1% amarela ou indígena.

Há de se considerar que o aumento populacional de pessoas idosas decorre, dentre outros aspectos, das melhorias ocorridas ao longo do tempo nas condições de vida, sobretudo no que se refere ao acesso a serviços de saúde preventivos e curativos. O avanço da tecnologia médica e a ampliação da cobertura de saneamento básico também são fatores a se considerar. Sem embargo, mesmo com tais avanços, a realidade brasileira ainda é precária e o fato de a maioria da população idosa ser de pessoas brancas, hoje pessoas negras, contrariando o percentual da população geral, ainda assim aponta para as iniquidades na saúde com impactos negativos para as pessoas negras (Rabelo, *et al.*, 2018). A alta taxa de mortalidade de negros, o analfabetismo, a classe social, as condições de saúde são alguns dos fatores que influenciam neste cenário.

⁵¹ Reportagem na íntegra: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-09/censo-2022-entenda-como-declarar-sua-raca#:~:text=Para%20o%20IBGE%20a%20regra,africanos%20e%20brancos%20dos%20europeus.>

Ao falarem sobre o envelhecimento da população negra, Barros e Brancos (2017) destacaram os fatores que contribuíram para o não envelhecimento desta parcela da população, citando algumas evidências: 1) a trajetória da desigualdade racial face à pobreza; 2) no campo da saúde, as vulnerabilidades e peculiaridades da população negra tocante aos serviços públicos em geral, lembrando que o tratamento dado às gestantes negras também pode impactar no envelhecimento; 3) os homicídios de mulheres no Brasil, sendo as mulheres negras vítimas prioritárias; 4) o genocídio de homens negros em regiões periféricas; 5) a alta taxa de encarceramento com predominância para homens negros e aumento de reclusão para mulheres negras; 6) as mortes por armas de fogo (enquanto em São Paulo a taxa de homicídios de negros representa 12,2 a cada 100 mil, sendo a de brancos 8,7, em Alagoas a taxa de brancos é de 6,9 e a de negros, 76,2); e os 7) índices educacionais e socioeconômicos da população negra comparados à população branca com considerável desvantagem. Para os autores, a população negra envelhece menos e, quando tem essa oportunidade, envelhece com menos qualidade de vida, se observados os indicadores gerais dos parâmetros considerados mínimos para se viver com dignidade.

Em relação à ausência das religiões afro-brasileiras no espaço asilar, um ponto que consideramos interessante destacar envolve o embranquecimento das religiões de matriz africana. Apesar de suas origens africanas, falar que as religiões pertencentes ao campo afro-brasileiro são religiões apenas de negros não é mais válido. Tal postulado ficou no passado. Isto porque, na tentativa de se adequarem às demandas sociais e burguesas, o candomblé e a umbanda se embranqueceram, fenômeno este que pode ser explicado, por exemplo, pelo processo sincrético, elemento indispensável nas análises do campo religioso brasileiro.

Outra explicação repousa nos resquícios de um ideário de branqueamento que pairou no Brasil no século XIX e início do século XX, uma campanha que buscava embranquecer a população nacional e substituir a herança étnica africana pela europeia. Como explica Malandrino (2010), algumas comunidades religiosas buscavam se distanciar das associações entre escravidão, raça negra e exclusão em busca de possibilidades de inclusão social. Em todo caso, trata-se historicamente de resistências. Nas palavras de França (2018, p.75), “o embranquecimento dos cultos afro-ameríndios pode trazer opções estratégicas para a resistência destas comunidades e não oferecer risco à violação dos valores e saberes ancestrais, se acompanhado de esforços que combatam a perpetuação de dinâmicas racistas”.

Por outro lado, uma nova realidade se apresenta no campo religioso: o segmento dos neopentecostais, mormente, os evangélicos, ganhando cada vez mais o status de religião dos pobres, visto que “as camadas mais pobres da população encontram no pentecostalismo uma

elaboração teórico/teológica do mundo que lhe sublima as carências e marginalizações e lhe dá dignidade à margem dos bens sociais” (Portella, 2012, p. 11). Ou seja, além de ser uma religião de pobres, acrescente, o neopentecostalismo é uma religião de negros.

De fato, um novo fenômeno difunde-se e tem a ver com a expressividade do empretecimento das igrejas e o embranquecimento dos terreiros. Essa problemática não passou despercebida por França (2018, p.56) que, ao abordar o embranquecimento do candomblé e analisar os dados do censo de 2010, desvelou um novo cenário: “segundo o censo do IBGE de 2010, pretos e pardos constituem 54% dos evangélicos no país. Conforme os mesmos dados, dos 167.363 praticantes declarados do candomblé, 30,2% são brancos, 29,1% são pretos e 39,3% pardos”. Para reforçar sua argumentação, ele apresentou outros dados, a exemplo dos da capital São Paulo, onde 60,6% dos seguidores das religiões afro-ameríndias brasileiras são brancos, enquanto os pretos representam 13,1% e os pardos, 25,5%⁵². Apesar do aumento do negro nas igrejas e do branco nos terreiros, é preciso entender o que está por trás desse fenômeno, o que não pretendo fazer aqui, apesar de sua relevância, visto que a temática demanda uma discussão aprofundada.

5.3 O OUTRO LADO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS

A literatura mostra que, nos primórdios, em diferentes culturas, ao atingir certa idade avançada, estágio que concebemos hoje como velhice, o próprio idoso se afastava da sua comunidade para morrer em cavernas, montanhas e/ou nas florestas. No inverno, sob temperaturas frias extremas, ele caminhava para o ponto mais alto, afastado da comunidade e desprovido dos seus bens, se isolava para morrer. Com o passar dos anos, os cuidados se tornaram obrigação do grupo familiar e, para aqueles sem condições de receber cuidados domésticos, como possibilidade, se apresentou o asilo. Atualmente, o acolhimento/contrato em ILPIs se dá por diferentes vias, salvo os casos quando não é por intermédio da família, parentes e amigos, é uma autorização do próprio idoso. E, geralmente, sua única opção.

Eu tô aqui há **30 anos**, eu comecei indo para missa com a minha prima, ia todos os domingos, era lá embaixo a igreja, ela ficava lá porque ela era Vicentina. Então eu ia à missa lá e aí, eu conversando com uma colega, eu disse que queria arranjar um lugarzinho, né? Porque eu já ia ficar perturbando, já tava ficando velha (Idosa, ILPI-06).

⁵² Pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo.

A velhice foi e continua sendo sinônimo de preocupação, ou como afirma nossa participante idosa 06, de perturbação. Nem todos têm consciência dos inúmeros problemas de saúde que os acometem nesta fase da vida; para a maioria, o cuidado com a saúde torna-se uma prática constante, inadiável. O custo para manutenção de certos cuidados em saúde é altíssimo, uma situação que demanda tempo e dinheiro. Tempo, uma moeda rara e escassa já que todos estão correndo, realizando suas atividades, vivendo suas vidas. A mulher, mãe, filha, esposa, nora... A fiel cuidadora se autorizou e ocupou o mercado de trabalho, conseqüentemente, o cuidado passa a ser terceirizado. Dependendo da velhice financeiramente falando é um gasto sem fim. No caso do idoso, a doença funciona como um efeito dominó em que um pequeno mal-estar a exemplo uma gripe, pode trazer agravamentos para sua saúde e sequelas profundas na sua funcionalidade.

Nesse sentido, as ILPIs se destacam ao ofertar um pacote de serviços que sana os problemas de muitas famílias e pessoas idosas. Dependendo do caso, resolve as demandas de acompanhantes/cuidadores; suporte básico ou facilidade de acesso em saúde; assistência e cuidados 24 horas; lazer, estética e religião. Não se trata mais de um asilo, são ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Idosos com uma nova configuração: verdadeiros hospitais (altamente equipados); pousadas (confortáveis e/ funcionais); hotéis (luxuosos), casas (individuais/coletivas).

Para alguns dos idosos, as características asilares prevalecem talvez porque remetem ao próprio desamparo. Se para uns a ILPI é um paraíso, para outros é uma prisão. Verificamos que as saídas das instituições são permitidas, não há proibição desde que o idoso tenha autorização e acompanhamento do familiar, o que dificilmente ocorre, revelando outra característica asilar: o abandono dos familiares.

Depois das análises era imprescindível e extremamente necessário descrever as percepções registradas nas observações de campo. Se, por um lado, as análises revelaram uma nova realidade quanto à presença religiosa e a pluralidade de religiões no interior das ILPIs, seja ela física ou midiática, por outro as observações realizadas em diferentes instituições mostraram outro lado da nova modalidade de institucionalização para idosos.

Logo que cheguei aqui... Pra se acostumar é difícil, não me acostumava e achava muito ruim. Ficar longe da família. Eu me governava era livre, eu me determinava sempre tive minha dependência financeira então eu achei o fim né, não queria de jeito nenhum, mas depois fui acostumando (Idosa, ILPI-05).

Hoje sustentamos que institucionalização é sempre institucionalização, pois mesmo diante de todo aparato tecnológico e de cuidados em saúde e de lazer propagados pelas ILPIs, essa nova roupagem institucional não minimiza os efeitos da velhice e da institucionalização. Se a institucionalização se tornou uma alternativa viável, em muitos casos a única opção, para muitos idosos e suas famílias que não dispõem de condições mínimas de cuidado ou permanência dos idosos em suas residências, ela também tem o seu lado sombrio, um verdadeiro conluio do silêncio.

Durante as observações, alguns idosos nos procuraram para conversar e relataram situações de abandono, descaso e maus-tratos. Disseram ser vítimas de violências, em especial, a violência doméstica – tipologia psicológica⁵³. A privação de liberdade é a mais citada pelos residentes, justificada tanto pela limitação física, devido aos seus diagnósticos, como pela ausência de seus familiares. Segundo a fala de uma idosa, “Uma coisa é o que se diz, outra coisa é o que se faz”. Ela relatou que há muita propaganda e pouca verdade: “Isso aqui é uma empresa e nada mais. Uma verdadeira prisão!”.

Segundo alguns idosos, a qualidade dos serviços deixa a desejar, visto que muitos dos cuidadores⁵⁴ não são capacitados para assumir tais funções de cuidados. A alimentação, por exemplo, além de escassa é deficitária e as atividades de saúde e lazer, em muitos casos, são uma verdadeira maquiagem. “No começo, tudo são flores, depois, o que nos resta é pedir a Deus a nossa própria morte. Somos abandonados pelos filhos, pelos parentes, por todos aqueles aos quais dedicamos toda nossa vida” (Idosa, ILPI 05).

As ILPIs são atualmente percebidas como grandes estruturas residenciais adaptadas à sua proposta de oferta de serviços, uma variedade de atividades. As atividades são esporádicas e os profissionais das especialidades, ou de atividades ocupacionais são mal remunerados, poucos possuem vínculos empregatícios, sendo classificados como prestadores de serviços sem nenhum amparo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, conseqüentemente, isso leva a uma frequente entrada e saída destes profissionais.

⁵³ A violência psicológica, também chamada de abuso psicológico, violência psicológica ou maus-tratos psicológicos, corresponde a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social. (SANTOS NETO, Ernani; BANHATO, Eliane. Violência doméstica: a violência psicológica e o idoso, vítima de abuso. Rev. Eletr. Mach. Sobr., Juiz de Fora, v.14, n.01, p.01-14. 2018).

⁵⁴ A grande parte dos trabalhadores da instituição são técnicos e cuidadores de idosos. Com o crescimento e expansão do mercado de ILPIs, observa-se uma grande procura por esses profissionais. Em vista disso, muitas instituições optam por oferecer um tipo de curso, capacitação e/ou aperfeiçoamento em cuidados com idosos visando minimizar a deficiência profissional.

Seja qual for o formato de funcionamento adotado (lar, abrigo, pousada, clínica...), as características asilares ainda prevalecem. Detectamos no campo o que nos disseram Rozendo e Justo (2012) acerca das instituições totais: as ILPIs como uma instituição total impõem barreiras de fechamento, impossibilitando a relação do interno com o mundo externo; proibições à saída ou pelo esquema estrutural: portas fechadas, grades, muros altos com cercas elétricas e um sofisticado sistema de segurança; construção geralmente em áreas afastadas e distantes dos centros urbanos. Os autores sustentam que nessas instituições a vida se torna restrita a um único espaço fechado. E de fato é. Quanto mais atividades e diversidade de ofertas, menor a necessidade de o residente sair da ILPI. Como dito por um idoso: “Aqui tem tudo!”.

A presença religiosa é extremamente necessária no interior das ILPIs não apenas pela crença dos residentes, demanda do idoso ou oferta da instituição, mas porque, além da gratuidade ou baixíssimo custo para instituição, ela serve de amparo, aplacando o sofrimento daqueles que padecem pelo afastamento ou abandono dos familiares, pelas perdas constantes ou pelos vários quadros patológicos. A religião também se faz necessária nesse espaço por servir de apoio para que o(a) idoso(a) suporte o seu próprio processo de institucionalização, o que não é nada fácil. Salvo os casos em que os idosos optaram pela institucionalização ou acordaram com ela, ainda assim, os efeitos são visíveis.

Foram várias horas de conversa e entrevistas. Longos momentos de espera em que esse outro lado da institucionalização se mostrava. Não foram poucos os relatos de mentiras, trapanças, apropriação indevida de bens e imóveis pelos cuidadores, filhos(as) ou familiares, de atestados de doença mental e diagnósticos de psicose (esquizofrenia) que inviabilizam o autocuidado, possibilitando a transferência desse cuidado para um terceiro (familiar, parente distante ou amigo). Não obstante, o número de tutelados e de curatelas expedidos pelos órgãos judiciais extrapola, e muito, os índices de anos anteriores. Fomos procurado inúmeras vezes por familiares em busca de um diagnóstico ou atestado para assegurar a deficiência, a dependência ou os problemas mentais do idoso, o que geralmente é muito complicado, pois o envelhecimento traz consigo várias limitações de ordem cognitiva (demência, senescência, Alzheimer, entre outros), mas isso não quer dizer que se trata de psicose. A especificidade de cada uma delas é um caso à parte.

Outro dado que consideramos de suma importância é a entrada de pacientes com necessidades especiais e/ou psicóticos com menos de 60 anos, ou mesmo idosos portadores de certos transtornos nas ILPIs. Ora, o envelhecimento está presente em toda a sociedade e isso não afasta os cidadãos antes excluídos. Lembremos que as políticas de saúde mental no Brasil tiveram um significativo avanço, porém com certo despreparo ou urgência sem planejamento.

A erradicação dos manicômios no Brasil e a conquista advinda da reforma psiquiátrica brasileira não deram suportes necessários à grande parcela da população, entre outros fatores, devido ao sufocamento do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Nesse sentido, as ILPIs também se tornaram o espaço de acolhimento destes, sendo condição para sua permanência a idade que o qualifica como idoso. Ressaltamos que não estamos aqui fazendo apontamentos quanto ao funcionamento das instituições. Acreditamos que um pequeno recorte não seja passível de generalizações tão grandiosas, mas ainda assim, chamamos a atenção para os casos que nos foram relatados nas visitas a campo e os por nós observados que podem, e acreditamos devem, se repetir em muitas instituições no Brasil.

Para além dos eventos acima, considere que se há uma proliferação de instituições, haverá necessidade de controle, ou melhor, de fiscalização. Em 2021, um amigo que ocupava um cargo de destaque na política do idoso junto à Prefeitura do município nos ligou às 06h da manhã, informando sobre a interdição de uma ILPI muito conhecida na cidade. Na ocasião, ocupávamos ocupava a cadeira de conselheiro do município no Conselho da Pessoa Idosa. O caso veio a público por meio de uma reportagem no Jornal Tribuna de Minas.

A repórter Sandra Zanella informou que a ILPI foi interdita judicialmente após o Ministério Público (MP) obter tutela antecipada de urgência em Ação Civil Pública (ACP) contra o estabelecimento. Na instituição, havia 27 idosos, de ambos os sexos e de diferentes graus de dependência, vivendo em condições sanitárias precárias. Além disso, não foram apresentadas escalas de funcionários nem a relação dos idosos residentes. Conforme a Ação Civil Pública,

A responsável pela ILPIs, “Mesmo ciente de sua conduta criminosa em face dos idosos, optou por ignorá-la e continuou a oferecer aos moradores um atendimento conflitante com o que prevê a legislação vigente, colocando dolosamente os usuários em situação de risco e dispensando a eles um tratamento prejudicial à sua integridade e saúde, física e psíquica, já que privou-os de alimentação, higiene e lazer adequados, submetendo-os a condições indignas, quando obrigada a fazê-lo”(Zanella, 2021,p. 01).

Vale lembrar que a história dos asilos no Brasil, além da oferta do amparo e da assistência, também engloba uma realidade muito dolorida. Inúmeros são os relatos e denúncias de casos de violência, abandono, privação de liberdade, de alimentação, de lazer e de cuidados, de tratamento prejudicial à saúde física e psíquica e, do mesmo modo, subtração de valores e bens de idosos e casos de morte. O novo panorama asilar é totalmente diferente de outrora, o abrigo destinado aos pobres agora acolhe a classe média brasileira, mudando sua oferta da

assistência à saúde para um *menu* de serviços. Frente à nova realidade asilar, a religião, a religiosidade e/ou a espiritualidade são recursos possíveis de aplacar os efeitos, tanto da velhice como do processo de institucionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epígrafe apresentada neste trabalho, além de indicar a nossa diversidade religiosa retratada nas palavras de Riobaldo⁵⁵ em *Grande Sertão: Veredas* do saudoso Guimarães Rosa, já carrega consigo a própria delimitação desta, ou, senão, tenta descortinar um pouco da questão-problema, dos campos e da complexidade nas quais adentramos. Duas são as temáticas que compõem o pano de fundo de nossas discussões: a saúde – o campo do envelhecimento, com um olhar atento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) – e a religião, com atenção para o fenômeno do pluralismo religioso. Nesta pesquisa buscamos compreender como *ocorre a inserção da presença religiosa no espaço asilar e se há pluralidade neste contexto*, bem como apresentar um panorama sobre ao fenômeno do pluralismo religioso, o envelhecimento no Brasil e o processo de institucionalização, considerando os diversos aspectos, inclusive os religiosos, dessa emaranhada realidade.

Buscando expor os aspectos básicos da pesquisa, detalharemos o percurso realizado nesta investigação.

No capítulo I, foi imprescindível a realização de uma discussão acerca do pluralismo religioso. Falar dessa temática nos levou a uma complexidade semântica, para tanto, evidenciamos alguns dos termos geralmente usados quando se aborda o fenômeno pluralista, a exemplo, diversidade e pluralidade, entre outros. Era preciso maiores entendimentos sobre o fenômeno do pluralismo religioso no mundo moderno, sua origem, compreensões, concepções teóricas de seus reflexos no contexto brasileiro. Já no capítulo II, a descrevemos de forma detalhada todo o desenvolvimento metodológico da pesquisa.

No capítulo III, realizamos uma problematização acerca da *mercantilização* da velhice e a religião no espaço institucional asilar, com o olhar atento para as instituições de acolhimento e assistência de idosos. A análise de dados voltou-se para os aspectos da religião/religiosidade/espiritualidade no qual se abre um espaço de mercantilização de bens, produtos e serviços destinados a um público específico, a pessoa idosa. Era imprescindível traçarmos um panorama atual acerca do envelhecimento no Brasil, destacando a realidade das instituições, sua relação com o mercado destinado a velhice e com dimensão religiosa. Como apontava a literatura, constatamos uma mudança no panorama asilar: uma variedade de serviços

⁵⁵ Riobaldo, batizado de Tatarana e rebatizado de Urutu Branco, é o protagonista da obra, o narrador-personagem, um velho fazendeiro, ex-jagunço, que descreve a própria vida desde a juventude. Os temas de sua narrativa giram em torno das clássicas questões filosóficas ocidentais, entre elas, a origem do homem, reflexões sobre a vida, o bem e o mal, Deus e o Diabo.

técnicos e especialidades médicas transformaram o antigo asilo em um espaço mais adequado a atual realidade moderna: as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs.

No capítulo IV, apresentamos os resultados da pesquisa advindos da Análise Documental e da Pesquisa Etnográfica. No primeiro momento, verificamos a existência de registros de oferta e/ou atividades religiosas disponibilizadas pelas ILPIs. Tendo como fonte de dados os documentos de natureza pública, nos debruçamos sobre os Relatórios de Atividades e Planos de Ação de 10 ILPIs. No segundo momento, uma discussão dos dados advindos do campo através de uma Análise de Conteúdo, em que descrevemos os dados coletados (entrevistas, questionários e observações) em 06 ILPIs. As duas análises abarcaram as instituições devidamente cadastradas e certificadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora - CMDPI/JF. Por fim, o capítulo V, realizamos uma discussão comparativa das coletas de dados, apresentando argumentos para defesa da tese e ainda os dados das observações e lacunas levantados na pesquisa.

A tese defendida neste estudo é a de que nessa nova conjuntura, em que se estabelece um novo mercado de ILPIs e que vislumbramos como híbrido, visto a oferta de assistência e de serviços em saúde, a religião é simplesmente ressignificada, valorizada e, acima de tudo, subvendida em um vasto cardápio de serviços e especialidades técnicas e médicas em saúde ofertadas pela própria ILPI.

A oferta religiosa é um elemento imprescindível. Além de uma necessidade última na competição do mercado de ILPIs, sua ressignificação se tornou necessária, sendo um dos elementos mais procurados e valorizados tanto pelos familiares dos idosos quanto pelos próprios residentes. A religião tem um papel ímpar para as instituições, pois o efeito dessa prática extrapola o indivíduo e compreende o coletivo, tornando-se algo mais funcional do que os serviços técnicos e as especialidades médicas.

Diante disso, as ILPIs podem ser vislumbradas como veículos de mercantilização da velhice ao utilizarem estratégias de manutenção e reformulação de suas ofertas, sendo o fator religioso e, portanto, a religião, um desses novos elementos. Mas o que há na religião que as ILPIs utilizam como apelo de marketing? Nesse espaço institucional a religião ganha um novo status ao deixar de ser apenas uma categoria – religião –, e passa a ser vista como “elemento de saúde” e, por conseguinte, a fazer parte do leque de serviços ofertados pelas ILPIs que disputam em um mercado acirrado e cada vez mais competitivo. Para as ILPIs a religião, além de uma oferta a baixo custo, atrai uma maior clientela dado que a dimensão religiosa está atrelada à ideia de conforto, apoio, amparo, paz e bem-estar.

Para as ILPIs a religiosidade é um ponto de apoio extremamente forte, especialmente em se tratando dos idosos que, em sua maioria, se sentem desamparados pela família. Sendo um mecanismo de amparo é na religião que eles se apegam. A quantidade de idosos nas ILPIs cresce vertiginosamente e, diante das dificuldades no cuidar institucional, além de várias outras funções, a religião tem a força potencializadora de apaziguar o indivíduo idoso e também o grupo, função essa que não é percebida em nenhuma outra atividade e/ou oferta.

Por que a religião pode ser vista como um elemento de saúde? Como visto neste estudo, a vivência e a participação religiosa estão associadas a efeitos benéficos para as pessoas que padecem de doenças tanto a nível físico quanto mental. A religião, a religiosidade e/ou espiritualidade contribuem para a melhoria da saúde em diversos aspectos. No caso do idoso institucionalizado, está relacionada a manutenção dos cuidados em saúde, sentido da vida, socialização e a própria longevidade. Os idosos utilizam a religião como um mecanismo para lidar com as situações da vida cotidiana. Vale ressaltar que eles têm maiores tendências a desenvolverem doenças diversas, a exemplo, ansiedade e depressão. Nesse sentido, o aspecto religioso proporciona uma sensação de bem-estar e aceitação diante do processo de envelhecimento, principalmente, para aqueles que estão na condição de institucionalizados.

Como observado neste estudo, a religião e a diversidade religiosa, sobretudo a cristã, estão presentes nas ILPIs e isso ocorre por uma suposta demanda dos idosos, mas ao contrário do que dizem alguns dos responsáveis das instituições de acolhimento para idosos, trata-se de uma estratégia de venda influenciada por vários fatores.

Quais as considerações após o trajeto realizado? Nem pluralismo, nem mercantilização da velhice, mas os dois fenômenos. Foi o que encontramos no campo pesquisado. A inserção da religião no espaço asilar ocorre por meio de alguns fatores: primeiro, o pluralismo religioso, reflexo da variedade religiosa contemporânea trazendo consigo uma maior visibilidade de antigas e novas expressões religiosas e, com isso, a necessidade de convivências justas, pacíficas e amigáveis. Tal fenômeno permite novas leituras e posturas sobre a compreensão e a vivência da religião, colocando o sujeito diante de um menu de escolhas. Segundo, pela aproximação dos campos da saúde e da religião, visto que a cada dia se intensifica ainda mais suas relações. Terceiro a lógica capitalista que retroalimenta o mercado direcionado a velhice. O que dimana desse cenário é uma verdadeira mercantilização da velhice e as ILPIs se tornaram veículos desse mercado.

De acordo com os dados colhidos nas duas análises, somando-se 16 ILPIs pesquisadas, a inserção da presença (institucional) religiosa no espaço pode ocorrer por três vias: demanda do idoso, oferta da ILPIs e, em alguns casos, ambas as situações. Contudo, não constatamos

registros de idosos solicitando atendimento ou demandando uma atividade religiosa, sustentando a argumentação desta tese.

Nesse novo contexto a oferta religiosa é percebida como um diferencial a baixo custo ou gratuito. Independente disso, as despesas com esses serviços são computadas, por algumas instituições, e incluídas em seu rol de despesas. Desse modo, a instituição asilar ganha e se destaca nesse mercado ao oferecer um serviço diferenciado, pois quanto mais serviços, especialidades médicas e ofertas religiosas, mais se estará alinhado às demandas recentes do mercado de ILPIs que podem ser vislumbradas como veículos de mercantilização da velhice ao utilizarem estratégias para a manutenção e reformulação de suas ofertas, sendo o fator religioso e, portanto, a religião, um desses novos elementos.

A pluralidade religiosa está presente nas ILPIs, apesar de ser uma diversidade predominantemente cristã - católicos, protestantes (tradicionalistas e pentecostais) e espíritas. Em nenhum momento foi relatado situações de conflitos. As atividades são organizadas (agendadas) em dias e horários alternados, visando justamente evitar os embates entre as diferentes denominações e seus fiéis. Outro ponto que cabe destacar é que quando institucionalizado o sujeito perde, aos poucos, seu poder de escolha seja pela ausência de atividades, de sua fragilidade psíquica ou pelo próprio processo de institucionalização.

No espaço institucional, mesmo adotando uma nova roupagem, as características das instituições totais não são erradicadas, pois a vida se torna restrita a um espaço fechado, sob a autoridade dos cuidadores e técnicos, e as atividades são propostas para o grupo e não de forma individual. Sem embargo, todos são sujeitos a mesma lógica, tratados da mesma forma e obrigados a fazerem as mesmas coisas em conjunto.

Poderíamos pensar em um não-pluralismo por se tratar de uma predominância religiosa cristã? Possivelmente, mas não neste caso. Sustentamos que mesmo os católicos sendo a maioria, existe uma diversidade na unicidade de cada vertente, pois são vários os catolicismos, pentecostalismos e espiritismos, e não apenas as instituições religiosas físicas, pois ela, a religião, adentra as ILPIs através dos vários veículos midiáticos e tecnológicos, o que torna difícil mensurar sua extensão e pluralidade.

Para além das respostas à questão-problema identificamos no campo uma presença plural religiosa através das mídias sociais digitais e das novas tecnologias da informação, confirmando o que já sinalizava a literatura científica: um crescimento vertiginoso das ILPIs privadas e uma maior visibilidade da velhice feminina. Soma-se a esses achados, a ausência das religiões afro-brasileiras nas ILPIs. Acreditamos que se olharmos com mais atenção para o

cotidiano das pessoas idosas nas ILPIs (funcionários/as) evidentemente que encontraremos mais rastros de elementos da tradições religiosas afro-brasileiras ainda que invisibilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA. **Atos dos Apóstolos**. Tradução em português da vulgata Latina por Pe. Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: DDI, 2010. 892 p. Velho Testamento e Novo Testamento. 2010.

A BÍBLIA. **Genesis**. Tradução em português da vulgata Latina por Pe. Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: DDI, 2010. 892 p. Velho Testamento e Novo Testamento. 2010.

ACCIOLY, Marisa. **Panorama das ILPI no Brasil**. Grupo de estudos, Pesquisas e Diagnóstico – Instituição de Longa Permanência para Idosos (GPED-ILPI), vinculado à Universidade de São Paulo (USP), Escola de Artes, Ciências e Humanidades. 2020.

ALMEIDA, Juliana Pinto. **Envelhecimento e neoliberalismo: uma maré negra em Macaé**. (Monografia) Faculdade de Serviço Social - Universidade Federal Fluminense – (UFF) Campus Universitário de Rio das Ostras. 2017.

ALVES, Maria Lúcia. **O pluralismo religioso: relações/tensões na esfera familiar**. (Doutorado) em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2004.

ANDRADE, Maristela. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Número 14 – setembro de 2009. Pág. 106 – 118. 2009.

ARAÚJO, José. Relações sociais: as trocas e os mitos de um mundo sem trocas. **Rev. Psicologia - USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 155-179, março, 2006.

ARAÚJO, Claudia *et al.* Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **HERE - História da Enfermagem Revista Eletrônica**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 250-262, 2010.

ARRIBAS, Célia. **No princípio era o verbo: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Camila Silva; BRANCOS, Suelma Inês. **Envelhecimento da população negra, desigualdade racial e qualidade de vida**. UNESP.2017.

Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170920124107.pdf

BATISTA; ARAÚJO. **Intimidade e Mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência.** Revista Sociedade e Estado; V. 26, Nº 1 janeiro/abril. 2011.

BAUER, Martin. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p.189-217.

BAUER, Martin; GASKELL, George. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p.189-217.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice I, A Realidade Incomoda.** São Paulo: Editora: DEL, -1970.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião /** Peter L. Berger [organização Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcelos]. Coleção Sociologia e Religião São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter. **A construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Peter Berger e Thomas Luckmann. 36. Ed.; Tradução de Floriano Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2014.

BERGER, Peter. **Os múltiplos alteares da modernidade rumo a um paradigma da religião numa época pluralista.** Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho; revisão e tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido: A orientação do homem moderno; tradução de Edgar Orth 3. Ed.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BERKENBROCK, Volney. Provocações sobre o Diálogo Inter-religioso na Perspectiva da Religiosidade – Dez teses. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião,** Juiz de Fora, v. 10, n. 1 e 2, p. 25-39. Ano 2007.

BOBSIN, Oneide. Protestantismo e religiosidades contemporâneas. (Orgs) DIAS, Zwinglio, RODRIGUES, Elisa. PORTELLA, Rodrigo. **Protestantes, Evangélicos e (Neo) Pentecostais - História, Teologias, Igrejas e Perspectivas.** Fonte Editoria. Capítulo 9, p. 189-202. Ano: 2013.

BRASIL. **Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gov.br. Ministério da Saúde. Publicado em 19/11/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>.

BRASIL, [Leis etc.]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** (Org.) Marcos Antônio Oliveira e Anne Joyce Angher. 14ª edição. São Paulo: Rideel, 2008.

BRASIL. **Projeto de Lei N.º 4.345-C, DE 2008**. Câmara dos Deputados. Versão Atualizada em 25/11/2013. Acessível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01tni3dteqxf3z3k44jjsnkm9t6829172.node0?codteor=625288&filename=Avulso+-PL+4345/2008.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 283, de 26 de setembro de 2005**.

(Publicada no DOU nº 186, de 27 de setembro de 2005) (Revogada pela Resolução – RDC nº 502, de 27 de maio de 2021) Nacional de Vigilância Sanitária. Gov.br. Ministério da Saúde. Disponível em:

http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6278589/RDC_502_2021_.pdf/7609169b-840d-440a-b18e-e0ef725fdf3d Acesso em: 09 mar. 2022.

BBC News Brasil. **Como a Previdência virou uma bomba-relógio que ameaça as 8**

maiores economias do planeta. 26 de agosto de 2018. Acesso em 14/04/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45269015>.

CAMARANO, Ana. *et al.* As Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CAMURÇA, Marcelo. **A realidade das religiões no Brasil no censo de 2000**. As religiões no Brasil: continuidade e rupturas (organizadores) Faustino Teixeira e Renata Menezes. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARTILHA, **Cartilha da Pessoa Idosa: Direitos e Informações**. Lei 10.741- 01/10/2003.

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora-MG. 2023. Disponível em:

<https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sedh/arquivos/cartilha-da-pessoa-idosa.pdf>

CARTILHA, **“Terreiros em luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso”**

Rio de Janeiro – abril 2022. Acesso em 30 nov. 2022. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha_racismo_religioso_online_distribuicao.pdf

CARVALHO, Cristina. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, jul./set. 2013.

CAZAVECHIA, Willian. **A mercantilização da educação no Brasil dos anos de 1990**.

Reunião Científica Regional da ANPED – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 2016.

CECCHETTI, Élcio; OLIVEIRA, Lílian. **Diversidade religiosa e direitos humanos:**

conhecer, respeitar e conviver. RIDH - Bauru, n. 4, p.181-197, jun. 2015.

CELLARD, André. Análise documental. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina. Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CRIVELARI, Ubiratan. N. **A importância do profissional capelão força vital na consolidação do Exército brasileiro**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião. Faculdade Presbiteriana Mackenzie. 82 p. 2009.

COSTA, Fabio. A mercantilização da Educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira. **Revista de Financiamento da Educação**. Porto Alegre. Volume: 1 nº 07. Ano 2011.

COSTA, Maria. MERCADANTE, Elizabeth. O idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, 16(2), 209-222, São Paulo, 2013, p. 211-214-215-220.

COSTA, *et al.* Uso de instrumentos de coleta de dados em pesquisa qualitativa: um estudo em produções científicas de turismo. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, Vol. 20 - n. 1 - jan. - abr. 2018.

CUNHA, Magali. **“Vinho Novo em Odres Velhos”**: Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. São Paulo: Tese de doutorado em Comunicação, USP. Ano 2004.

CUNHA, Magali. **Religiosidade midiática e novos paradigmas de cristianismo e de culto em tempos de cultura gospel**. (Orgs) DIAS, Zwinglio, RODRIGUES, Elisa. PORTELLA, Rodrigo. **Protestantes, Evangélicos e (Neo) Pentecostais - História, Teologias, Igrejas e Perspectivas**. Fonte Editoria, p.189-202. Ano: 2013.

CUNHA, Magali. **Mídia, Religião e Política no Brasil contemporâneo**. Curso de extensão on-line. Oferecido pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2020.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Editora Rocco LTDA. Rio de Janeiro, 12 ed. 2001.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. E-book baseado na tradução de Joaquim da Mesquita Paul, publicada por LELLO & IRMÃO – EDITORES. -PORTO, p. 572. Ano 2003.

DESAUTELS, Eric. **Peter, Berger et la sécularisation: Le cas québécois mis à l'épreuve?** Centre for Interdisciplinary Studies in Society and Culture, Université Concordia, Montréal, Québec, Canada. Volume: n. 45-1, p. 63-76. Article first published online: February 26, 2016.

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Durkheim. Os pensadores. **As formas elementares da vida religiosa.** (O sistema totêmico na Austrália). Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura [et al]. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DORCAS DE PAULA, Ângela. **O fenômeno religioso entre os povos indígenas.** ASSINTEC/SEED. Informativo da ASSINTEC. N. 37. Ano 2015. Disponível em: http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/boletins_informativos_assintec/informativo_assintec_37.pdf. Acesso em 17 julho de 2020 às 16h e 23 min.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** 4º. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FELIX, Jorge. Economia da longevidade: O envelhecimento populacional muito além da previdência / Jorge Felix. - São Paulo: 106, 2019.

FERREIRA, Aurélio. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa.** Revista e aumentada. 33ª impressão. 2ª ed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, RJ. Ano: 1986.

FERREIRA, M. E. C; CORRÊA, J.C; BANHATO, E. F. C. **Desafios de Envelhecer no Século XX** – São Paulo: Residencial Santa Catarina, 2010.

FLEURI, Reinaldo *et al.* **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver** / Reinaldo Matias Fleuri [et al.] (orgs.) - Blumenau: Edifurb. Ano: 2013.

FRANÇA, Jonas. Elementos para um debate sobre os brancos e a branquitude no candomblé: identidades, espaços e responsabilidades. **Revista Calundu** – vol.2, n.2, jul.-dez 2018.

FRANCESCONI, Cristiana. **Envelhecer e ser velho na ordem do capital: quando a velhice se transforma em mercadoria.** 2017. 71 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

FREITAS, E. **Demografia e epidemiologia do envelhecimento.** In: Py, L. Pacheco, J.L., Sá, J. L. M. Goldman, S.N. Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.

FREUD, S. (1915). As pulsões e suas vicissitudes. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV.1996.

GOUVÊA, Pereira, Samuel. **Linguagem e Psicanálise.** Acessível em Seminários de Lacan. Ano: 2017. Disponível

em:<http://seminariodelacan.com.br/wpcontent/uploads/2017/01/Psican%C3%A1lise-e-Linguagem-Parte-I.pdf>. Acesso em junho de 2020.

GUERRA, Lemuel. **Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e a dinâmica da esfera da religião**. 2000. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Religião**. in: Anthony GIDDENS. *Sociologia*. Tradução: Sandra Regina. – 4. ed, Porto Alegre: Artmed. p. 426- 453. Ano:2005.

GOMES, Francisco; SOUZA, Wilson. Modernidade e Pluralismo Religioso. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000041. Ano 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/modernidade-e-pluralismo-religioso>. Acesso em: 18/10/2020.

GONÇALVES, Alonso. Pluralismo religioso e diálogo inter-religioso: o lugar do sujeito nesse processo. **Revista Caminhando** v. 22, n. 1, p. 159-178, jan./jun. 2017. Acesso em 10/08/2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229072478.pdf>

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GROISMAN, Daniel. Asilo de velhos: passado e presente. **Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento**, v.2, p.67-87. 1999.

GUTIERREZ-TERRAZAS, José. O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, June 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982002000100007&lng=en&nrm=iso>. Access on 23 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100007>.

HALL, Stuart. A questão multicultural. (Org.) Liv Sovik. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2003.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O Peregrino e o Convertido: a religião em movimento**. Tradução de João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IBGE. **Tábuas Completas de Mortalidade por Sexo e Idade: Breve análise da mortalidade no período 2011-2012** - Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE: **Projeção da População** (revisão 2018), Rio de Janeiro, 25/07/2018. Disponível em :<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-que-e>

ISAIAS, Cesar. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. **Revista Brasileira de História das Religiões** - ISSN 1983-2859 Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. Ano I, n. 3, jan. 2009.

JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. **As religiões da polícia: religião e religiosidade na Polícia Militar do estado de São Paulo**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo. 2016.

JACOB, Cesar. A diversificação religiosa. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 9-11, dezembro de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de junho de 2020.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem**. Sociológica / Allan G. Johnson; tradução, Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1997.

KHOURTY, *et al.* **Bem-estar Subjetivo de Idosos Residentes em Instituições de Longa Permanência**. Org. Deusivânia Vieira da Silva Falcão e Ludgleydson Fernandes de Araújo. Psicologia do Envelhecimento. Relações Sociais, Bem-Estar Subjetivo e Atuação Profissional em Contextos Diferenciados. 2ª ed. Campinas - SP. Editora: Alínea. 2011.

MANIFESTO, **Manifesto por financiamento híbrido (SUS E SUAS) para os serviços de acolhimento institucional para pessoa idosa**. Repúdio à Portaria n. 2.362, de 20 de dezembro de 2019.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados** 18 (52). p.121-138. Ano 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H6DCFyvKr6Yrxw7W6pWJcBz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 de janeiro 2021.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**. p. 68-95. Ano 2008. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf. Acesso em 20 de janeiro 2021.

MARIZ, Cecília. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In Faustino Teixeira, Renata Menezes (organizadores). **As religiões do Brasil: continuidades e rupturas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Sociologia e Antropologia. Translated by Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Sociologie et anthropologie, 1950. (pp: 183-312). Disponível em <https://aprender.ead.unb.br/mod/url/view.php?id=228988>. <https://www.dropbox.com/s/f4kyk712k1hd1lw/221913318-Marcel-Mauss-Sociologia-e-Antropologia.pdf?dl=0> . Acesso em 31 de julho de 2020.

MINAYO, Maria. (org.), **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 18 ed.- Petrópolis: vozes 2001.

MONTEIRO, Yohana; ASSIS, Ângela Elizabeth. A velhice como questão social frente ao sistema capitalista: Uma análise crítica. Cod. 1002. 12 pág. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Centro de Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão. 2019. Acesso em 18/01/21 às 12h07. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_390_3905c93d53ceae7c.pdf

MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece**: psicanálise e velhice. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NEGRÃO, Lísias. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Soc. estado**. Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, 2008.

NERI, Anita. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em Psicologia e em Sociologia. In: NERI, A. L. (Ed.). **Desenvolvimento e envelhecimento**: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papirus (p. 11-35). 2001.

NERI, Marcelo; MELLO, Luísa. Novo Mapa das Religiões (*New Map of Religions*) - **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 23, p. 637-673, 19 dez. 2011.

NOGUEIRA, Sidnei. A verdade sobre a intolerância religiosa é branca, mas um dos tentáculos do racismo, In CARNEIRO, Sueli. **Intolerância Religiosa**. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, p. 81-117. 2020.

NOVAES, Regina. **Religiões e Prisões**. Organizadores: Ana Maria Quiroga Christina Vital Flávio Conrado Marilena Cunha. Comunicações do ISER. Ano: 2004.

OLIVEIRA, Lilian; KOCH, Simone. Diversidade cultural religiosa e formação de docentes de ensino religioso na FURB/ SC: tecendo cartografias. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 457-481. Ano 2012.

OLIVEIRA, Lívio; NETO, Giácomo. A Teoria do Mercado Religioso: Evidências Empíricas na Literatura. **REVER**, v. 14, n. 1 junho/julho, 2014.

OLIVEIRA, Elza. A busca pela presença religiosa em meio à secularização no Brasil: Diálogo entre Religião e Laicidade. **In: Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 7, n. 1/2, p. 21-28, jan./dez. 2012.

OLIVEIRA, Fernanda. **Breve histórico das práticas de cura das rezadeiras na América Portuguesa**. Encontro Estadual de História e Movimentos Sociais. 2018. Disponível em: [http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1532368889_ARQUIVO_tcc_enviarevento\(2\).pdf](http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1532368889_ARQUIVO_tcc_enviarevento(2).pdf).

OLIVEIRA, Márcia Regina; JUNGES José Roque. **Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos.** Estudos de Psicologia, 17(3), setembro-dezembro. Pág. 469-476, 2012.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo.** Diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré/ PANASIEWICZ. Roberlei. 2ª ed. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Identidade cristã e pluralismo religioso contemporâneo:** uma reflexão a partir da abordagem teológica de Claude Geffré. 2019. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Panasiewicz,%20Roberlei.pdf>.

PAULUZE, Thaiza. **Brasil registra três queixas de intolerância religiosa por dia em 2022; total já chega a 545 no país.** Globo News— São Paulo, 22/07/2022. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/brasil-registra-tres-queixas-de-intolerancia-religiosa-por-dia-em-2022-total-ja-chega-a-545-no-pais.ghtml>

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice, trabalho e cidadania:** as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo (USP), 2007.

PERREIRA *et al.* Perfil Sociodemográfico e de Saúde de Idosos Institucionalizados. **Envelhecimento e Institucionalização:** Construindo uma história de pesquisas. Marcos Vinicius de Mello Pinto (org.) São Paulo: Andreoli, 2009.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: Barros MML de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV; 1998. p. 69-84.

PEIXOTO, Clarice. Sobre a institucionalização da velhice e as condições de asilamento. In: Goldenberg, Mirian (org.). **Corpo envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.341 – 356. 2011.

PIERUCCI, Antônio. Ciências sociais e religião - A religião como ruptura. Faustino Teixeira, Renata Menezes (organizadores). **As religiões do Brasil:** continuidades e rupturas /. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PORTELLA, Rodrigo. Pentecostalismo clássico e valores de autonomia: sobre o poder simbólico das representações pentecostais. **Revista Eletrônica Espaço Teológico.** Vol.6, n.10, jul/dez, p.03-15. 2012.

PUFF, Jefferson. **Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?** - BBC News Brasil, Rio de Janeiro. 21 jan.2016. Acesso em: 09 set.

2022. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_j_p_rm

PRADO, Patrícia. Pluralidade Evangélica no Brasil. (Org.) Cláudio Ribeiro; Jorge Aragão; RoberleiPanasiwicz. **Dicionário do Pluralismo Religioso**. São Paulo: Recriar, p. 174-180. Ano 2020.

QUINET, Antônio. As +1 condições de análise. / Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

QUIROGA, Ana Maria. Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. (2004) p. 13-21. **Religiões e prisões**. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, Iser, n.61, 2012.

RABELO, Dóris, *et al.* Racismo e envelhecimento da população negra. **Revista Kairós-Gerontologia**, 21(3), 193-215. ISSN e 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. 2018.

RIBEIRO, Claudio; CATENACI, Giovani. **Pluralismo religioso em Debate**. Coleção: teologia plural. São Paulo, Editora Reflexão, 2017.

RIBEIRO DE SÁ, Geraldo. Da Pluralidade ao Pluralismo Ético, Moral e Jurídico: uma reflexão a partir de Émile Durkheim (1858-1917). **Rev. Brasileira de Filosofia do Direito** | e-ISSN: 2526-012X, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 129-148, Jul/Dez, 2017.

RIBEIRO, Claudio; FRANCO, Clarissa. A pluralidade religiosa global e nacional em questão. **Rev. Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 2, 308-324, 2020.

RIBEIRO, Cláudio. O debate sobre o princípio pluralista: Um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações. **Cadernos teologia pública** / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto HumanitasUnisinos. – Ano 1, n. 1 ISSN 1807-0590 (impresso), ISSN 2446-7650 (Online) ano XVII, número 145. Volume 17. 2020.

RIBEIRO, Cláudio. **Dicionário do pluralismo religioso** / Claudio de Oliveira Ribeiro; Gilbraz Aragão; RoberleiPanasiwicz (Org.). São Paulo: Recriar 2020a.

ROCHA, Alexandre. **Levantamento das necessidades de lazer dos familiares dos idosos residentes em ILPIs da região metropolitana de Florianópolis**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/933/Alexandre%20Marques%20Rocha%20TCC%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01/04/2021.

ROSA, João Guimarães. 1908-1967. **Grande Sertão: Veredas**. -16ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROZENDO, Adriano. JUSTO, José. Institucionalização da velhice e regressão: um olhar psicanalítico sobre os asilos de velhos. **Revista Kairós Gerontologia**, 15(8), p.25-51. São Paulo (SP), Brasil: Ano, 2012.

RUMSTAIN, Ariana; ALMEIDA, Ronaldo. Os católicos no trânsito religioso. In: **Catolicismo plural: dinâmicas contemporâneas**. Faustino Teixeira, Renata Menezes (org.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SAAD, M.; DE MEDEIROS, R.; PERES, M. Assistência religiosa-espiritual hospitalar: os “porquês” e os “comos”: Aplicações práticas. **HU Revista**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 499–505, 2020. DOI: 10.34019/1982-8047.2018. v.44.16964. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/16964>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SANTOS, Boaventura; NUNES, João. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade/ Boaventura de Sousa Santos. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Elói. Indígenas Religiosidade Nativa do Brasil. ASSINTEC/SEED. **Informativo da ASSINTEC**. Nº37. Ano 2015. Acesso em 17/09/2020. Disponível em: http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/boletins_informativos_assintec/informativo_assintec_37.pdf.

SANTOS NETO, Ernani. “Reflexões acerca do transe religioso e sua relação com as religiões afro-brasileiras.” **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**. nov. 2019.

SANTOS NETO, Ernani. **Religiosidade como fator de resiliência no processo de institucionalização de idosos na cidade de Juiz de Fora – MG**. Dissertação de Mestrado – Ciência da Religião, 2020.

SANTOS NETO, Ernani. Religião e asilo: velhas e novas configurações. In: Ernani Francisco dos Santos Neto. **Estudos sobre Envelhecimento: diálogos entre Psicologia, Arte e Ciência da Religião**. 1ª ed. Juiz de Fora/MG: s.e., p. 162-189. 2022.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. Universidade de São Paulo Faculdade de Saúde Pública. **Rev. Saúde Pública**, 31 (5): 538-42, 1997.

SERRA, Cris. **Pluralidade Católica Romana**. (Org.) Cláudio Ribeiro; Jorge Aragão; Roberlei Panasiewicz. Dicionário do Pluralismo Religioso São Paulo: Recriar, 2020. p.167-174.

SILVA, Airton; ULRICH, Claudete. Pluralidade religiosa brasileira: a importância do diálogo inter-religioso. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 43, n. 1, p. 83-94, jan./jun. 2017.

SILVA, Bruna; FINOCCHIO, Ana Lúcia. A velhice como marca da atualidade: uma visão psicanalítica. **Vínculo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 23-30, dez. 2011.

SILVA, Eliane. Religião, Diversidade e Valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **Revista de Estudos da Religião** Nº 2 / 2004 / p. 1-14 ISSN 1677-1222. Ano 2004.

SILVA, José, Maria. **Mercado Religioso Tupiniquim**. In Disponível em: http://intranet.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_70004.pdf. Acessado em 09 jun. 2020.

SILVA, José. **O discurso de Paulo em Atenas**, encontro entrefé cristã e filosofia grega. *Revista Helius* ISSN 2357-8297. Ano 1. n. 1, p. 15-26. Jul-Dez, 2013.

SILVA, José; SILVEIRA, Emerson. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. (Org.) José Maria da Silva e Emerson Sena da Silveira. 8. ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

SILVA JÚNIOR, Antônio. **Um campo religioso prisional: Estado, religiões e religiosidades no cárcere a partir do contexto juiz-forano**. Tese. Antônio Carlos Silva Júnior. Departamento de Ciências Humanas - Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF. Ano: 2017.

SILVA, Tomaz. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (Org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. - Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

SOARES, Sylvia Salles Godoy de Sousa. **Envelhescência: um fenômeno da modernidade à luz da psicanálise** / Sylvia Salles Godoy de Sousa Soares. – São Paulo: Escuta, 2012.

SCHOR, Juliet. **A mercantilização da infância: Relatos da linha de frente da publicidade** **Desafios do Consumo** / Ricardo Mendes Antas Jr. (org.) Petrópolis, RJ Vozes, 2007.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações: edição condensada** /Adam Smith; [tradução: Norberto de Paula Lima] 1ª edição. - São Paulo: Folha de São Paulo,2010.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. Adam Smith; tradução Lya Luft; revisão Eunice Ostrensky. – 2.ª Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

STEIL, Carlos Alberto. (2001), "**Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso**". *Revista da Associação de Cientistas Sociais do MERCOSUL*, ano 3, nº 3: p. 115-129, outubro, 2001.

TEIXEIRA, Faustino. O pluralismo religioso e a ameaça fundamentalista. **Numen: revista de estudos e pesquisas da religião**, Juiz de Fora, V. 10 nº 1 e 2 p.09-24 – 1998.

TEIXEIRA, Faustino. Pluralismo religioso. **Horizonte** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 3, n. 6, p. 27-32, 3 jun. 2005.

TEIXEIRA, Faustino. Diálogo Inter-Religioso: O Desafio da Acolhida da Diferença. **Perspectiva Teológica** 34(93):155. Junho, 2010.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia e Pluralismo Religioso**. Faustino Teixeira. - São Bernardo do Campo, Nhanduti Editora, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. Peter Berger e o pluralismo religioso. **Revista do Instituto HumanitasUnisinos – IHU** - On-line. Nº 509, p. 11-17, ano XVII, 2017.

TEIXEIRA, Faustino, MENEZES, Renata. **As religiões do Brasil: continuidades e rupturas/** Faustino Teixeira e Renata Menezes (Org.). 2. ed.-Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TOMITA, Andréa. Religiões Orientais no Brasil. In: RIBEIRO, Cláudio. **Dicionário do pluralismo religioso**. Claudio de Oliveira Ribeiro; Gilbraz Aragão; RoberleiPanasiewicz (Org.). São Paulo: Recriar 2020.

UNFPA. **Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio**. (Relatório) Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Nova York e pela *HelpAgeInternational*, Londres. 2012. Acessível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf.

VILAÇA, Helena. **Da Torre de Babel às Terras Prometidas – Pluralismo Religioso em Portugal**.Dissertação de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

ZANELLA, Sandra. **Lar de idosos de Juiz de Fora é interditado pela Justiça**. Jornal tribuna de Minas. às 17h01. 25/06/2021.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A presença religiosa nas instituições asilares: pluralismo religioso e mercantilização da velhice.

Pesquisador: Ernani Francisco dos Santos Neto.

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56223722.3.0000.5147

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.346.475

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

"A religião e o asilo são duas instituições que sempre estiveram entrelaçadas, seja pela origem dos asilos ou pela relação estabelecida entre a velhice e a religião. A pessoa idosa geralmente é vista como um indivíduo que detém a sabedoria, a experiência e também é percebido como um ser altamente religioso. Apesar das contrariedades, na atualidade, essa relação é realçada por significativas mudanças, entre elas, o fenômeno do pluralismo religioso e o aumento da população idosa que reflete diretamente nos espaços asilares. A presente pesquisa pretende refletir acerca da relação entre instituições asilares e a religião no município de Juiz de Fora – MG. Nesse processo busca-se compreender, especificamente, como ocorre a inserção da presença (institucional) religiosa no espaço asilar. Palavras chaves: Religião, ILPIs, Pluralismo, Mercantilização."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: O objetivo geral desta pesquisa pauta-se em compreender como ocorre a inserção da presença (institucional) religiosa no espaço asilar."

"Objetivo Secundário: Analisar a relação das Instituições de Longa Permanência para Idosos com a esfera religiosa. - Compreender os reflexos do pluralismo religioso no âmbito institucional asilar - Verificar os desdobramentos da presença religiosa no espaço institucional asilar e sua relação com

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.346.475

o mercado religioso. - Entender se a presença religiosa na instituição asilar é provocada por uma demanda dos idosos residentes ou é uma iniciativa da instituição diante das novas formas de pensar o cuidado ao idoso. - Verificar as implicações da presença religiosa nas ILPIs – Assistência religiosa, Mercado religioso ou Mercantilização da velhice?".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Nesta pesquisa serão empregadas técnicas, métodos e instrumentos (observação participante, entrevistas e aplicação de questionários) as quais não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais do indivíduo que participe do estudo. Assim o risco previsto gradua-se ao nível mínimo. Neste estudo, os indivíduos podem estarem expostos a gradação de risco mínimo, como

por exemplo; estress pelo tempo de entrevista; constrangimento para falar no assunto; mal-estar pela evocação de lembranças e situações difíceis pelas quais já passou. Entretanto, é preciso adotar medidas para diminuir a chance de os riscos acontecerem, dessa forma será garantido o sigilo sobre a identificação e as informações referentes aos participantes com técnicas de anonimato e a interrupção imediata ou cancelamento da entrevista, caso o indivíduo solicite ou apresente sinais de desconforto. Benefícios: A pesquisa pode ajudar no aumento da produção do conhecimento, mormente, na discussão atual acerca da interface da religião com as Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. O estudo pode contribuir diretamente na valorização dos aspectos biopsicossociais, com foco para a religião/religiosidade no cuidado da pessoa idosa e, portanto dos participantes. De forma indireta poderá colaborar para o planejamento futuro e intervenções ligadas ao campo da assistência e da saúde da população participante. Não menos importante, espera-se que este estudo auxilie na compreensão e efetivação dos direitos da pessoa idosa institucionalizada.".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa,

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.346.475

estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPES. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: junho de 2022.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.346.475

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1889171.pdf	08/04/2022 16:23:01		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	08/04/2022 16:22:37	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito
Declaração de concordância	Declaracoes_de_concordancia.pdf	31/03/2022 13:06:23	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	25/02/2022 09:57:44	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito
Outros	CurriculoLattes_Sonia.pdf	17/02/2022 10:59:00	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito
Outros	CurriculoLattes_Ermani.pdf	17/02/2022 10:57:23	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito
Outros	Questionario_e_Roteiro_de_entrevistas.pdf	17/02/2022 10:54:51	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Doutorado.pdf	16/02/2022 18:55:08	Ernani Francisco dos Santos Neto.	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 12 de Abril de 2022

Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **A presença religiosa nas instituições asilares: pluralismo religioso e mercantilização da velhice**.

O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é justificado pela aumento da participação dos idosos em nossa sociedade, o que nos obriga a repensar a forma do envelhecer na atualidade e a necessidade de ampliar os serviços sociais e de saúde voltados a essa parcela da população. Nesse contexto de mudanças ganha visibilidade os espaços asilares, que na sua nova roupagem - Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs, amparadas em uma política de assistência e cuidados em saúde transformam o antigo asilo em um espaço mais condizente com a modernidade, posto oferta de serviços em saúde, atividades de lazer e religiosas. Uma segunda justificativa repousa em um fenômeno social denominado de pluralismo religioso, o qual dá visibilidade a uma diversidade de antigas tradições e o surgimento de novas expressões religiosas. Este estudo se justifica, então, pela necessidade de entendimento sobre a relação da religião com os espaços asilares, assim como os reflexos do pluralismo religioso na instituição asilar, pelo intuito de promover discussões mais profundas e relevantes acerca da importância dos aspectos religiosos no envelhecimento e no processo de institucionalização.

Vale lembrar que a relação entre religião, saúde e envelhecimento passou a ser bastante considerada na prática diária dos profissionais de assistência / saúde e pelas instituições. Esses temas são percebidos como meios e estratégias utilizados em seu cotidiano, no sentido de buscar apoio nas situações estressantes. Como também auxiliam os profissionais na percepção da finitude, à distância e o afastamento da família, o contexto socioeconômico, os problemas de saúde comuns do dia a dia. E ainda, o próprio processo de institucionalização vivido pelo idoso.

A pesquisa problematiza a relação entre religião e asilos e afirma a sua importância para o campo do conhecimento da Ciência da Religião por priorizar o exercício da pesquisa voltada para a religiosidade/espiritualidade humana. Não obstante, percebemos que o objeto de estudo da Ciência da Religião é comumente o mesmo das ciências humanas, ou seja, o homem, diferenciando-se pela centralidade no aspecto religioso (MENDONÇA, 1999). Também se justifica como uma reflexão a mais para o campo da Ciência da Religião, em nosso primeiro levantamento sobre a relação dos temas, evidenciamos poucas produções no próprio campo sendo esses termos ainda timidamente abordados.

Essa discussão justifica uma revisão bibliográfica atualizada, assim como contribui para a abordagem dessa temática na literatura científica e acadêmica. Apesar de ser um dos grupos em que a religião tenha maior relevância, percebe-se que ainda há uma escassez de pesquisas sobre o aspecto religioso em idosos, sendo ainda mais significativa nos institucionalizados.

Nesse estudo objetivamos compreender como ocorre a inserção da presença religiosa institucional nos espaços asilares, com foco para o município de Juiz de Fora - MG. Na pesquisa serão empregados métodos, técnicas e instrumentos (observação, entrevistas e aplicação dos questionários) os quais não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais do indivíduo que participe do estudo. Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você; entrevistas abertas com questionários individuais contendo dados pessoais e sociodemográficos dos participantes, assim como perguntas específicas acerca do tema estudado. Obs. Todas as entrevistas serão gravadas.

O risco previsto gradua-se ao nível mínimo. Você pode estar exposto a gradação de risco mínimo; como estresse pelo tempo de entrevista; constrangimento para falar no assunto; mal-estar pela evocação de lembranças e situações difíceis pelas quais já passou. Mas, para diminuir a chance desses riscos mínimos acontecerem, será garantido o sigilo sobre a identificação e as informações referentes aos participantes com técnicas de anonimato e a interrupção imediata ou cancelamento da entrevista, caso você solicite ou apresente sinais de desconforto.

Apesar dos riscos esta pesquisa poderá trazer alguns benefícios; A pesquisa pode ajudar de forma efetiva na discussão atual acerca da importância do aspecto religioso em idosos institucionalizados, poderá colaborar para o planejamento e as intervenções ligadas a campo da assistência e da saúde da pessoa idosa institucionalizada, bem como na compreensão da relação estabelecida entre ambas as instituições.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br



Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Ermani Francisco dos Santos Neto

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião - Departamento de Ciência da Religião, Instituto de Ciências Humanas - ICH.

CEP: 36036-900

Fone: (32) 897013324

E-mail: ernanineto.psi@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br

ANEXO 3 – Modelo de Questionário e Entrevistas

A Presença Religiosa nas Instituições Asilares de Juiz de Fora - MG: Pluralismo Religioso e Mercantilização da Velhice

QUESTIONÁRIO

Parte 1 - Dados da Instituição de Longa Permanência para Idosos :

Nome da ILPI: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____ Tel: _____
 E-mail: _____ CNPJ: _____

1.1 Nome do Responsável Técnico /Legal

1.2 Período de Mandato da Diretoria (se houver):

1.3 Objetivos Institucionais:

1.4 Infraestrutura: (espaço físico, recursos humanos - número de funcionários):

1.5 Número de atendidos: (homens e mulheres)

1.6 Perfil dos atendidos: (especificar média de idade, sexo e grau de dependência):

Parte 2 – Questões de múltipla escolha :

2. Natureza Jurídica da instituição e tempo de funcionamento ?

() Pública 2.() Filantrópica 3.() Privada

() 0 a 12 meses

() 01 a 02 anos

() 02 a 03 anos

() 04 a 05 anos

() Mais de 05 anos

3. Qual o modelo de atendimento?

1. () Acolhimento 2.() Serviço 3.() Programa 4.() Projeto

4. Atividades desenvolvidas:

1. () Terapia de grupo ou individual, especifique? _____
2. () Lazer (música, dança, cinema), especifique? _____
3. () Atividades Ocupacionais (oficinas, arte, artesanato) .
4. () Atividades religiosas, especifique? _____
5. () Atividades físicas e/ou Ginástica
6. () Outras atividades, quais? _____

5. Serviços em saúde e especialidades oferecidas pela instituição:

1. () Médico
2. () Enfermeiros
3. () Geriatria ou gerontologia
4. () Nutricionista
5. () Fonoaudiólogo
6. () Fisioterapeuta
7. () Psicólogo
8. () Educador físico
9. () Assistente social
10. () Outras . Quais? _____

6. Serviços terceirizados pelos idosos :

1. () Médico
2. () Enfermeiros
3. () Geriatria ou gerontologia
4. () Nutricionista
5. () Fonoaudiólogo
6. () Fisioterapeuta
7. () Psicólogo
8. () Educador físico
9. () Assistente social
10. () Outras . Quais? _____

A Presença Religiosa nas Instituições Asilares de Juiz de Fora - MG:
Pluralismo Religioso e Mercantilização da Velhice

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevista: Responsável pela ILPI:

1. Qual a relação da ILPI com a dimensão religiosa, isto é, a religião?
2. A instituição tem uma confissão religiosa declarada?
3. A instituição oferece alguma atividade religiosa? Qual a frequência?
4. Quais instituições religiosas realizam atividade(s) na ILPI ?
5. Como ocorre a entrada da instituição religiosa na ILPI?
6. A oferta/ atividade religiosa é gratuita ou não?
7. Qual a importância da atividade religiosa para os idosos e para a instituição?
8. Como a instituição percebe a oferta da atividade religiosa?
9. Caso haja atividades religiosas na ILPI, existe algum acordo, contrato ou amparo legal junto a instituição religiosa?
10. Há diversidade religiosa na ILPI? Se sim, há conflitos ou não?

Roteiro de Entrevista: Idoso residente na ILPI:

1. Nome, idade, sexo?
2. Quanto tempo você está na instituição?
3. O que você acha da instituição?
4. Quais atividades são realizadas na instituição? Qual você mais gosta de participar?
5. A instituição oferece alguma atividade religiosa? Qual/Quais?
6. O que é religião para você?
7. Qual a sua relação com a religião?
8. Você tem alguma confissão religiosa?
9. Você participa de alguma atividade religiosa? Qual?
10. Você acredita que existe diversidade religiosa na instituição? O que você acha disso?
11. Quantas expressões religiosas estão presentes na ILPI?
12. Você solicitou alguma vez atendimento religioso?